

IDÉIAS

Ano 12(2)/13(1)

2005/2006



IDÉIAS

Ano **12(2)/13(1)**

2005/2006

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: Arley Ramos Moreno

Diretora Associada: Nádia Farage

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso – Décio Saes – Eduardo Viola – Jacynto Lins Brandão – João José Reis – José Cavalcanti de Souza – José Vicente Tavares dos Santos – Ligia Osório Machado – Marilena Chauí – Marisa Lajolo – Pedro Jacobi – Roberto Cardoso de Oliveira – Ubirajara Rebouças

Editor: Márcio Bilharinho Naves

Comissão de Redação: Hector Benoit – John Monteiro – Leandro Karnal – Leila da Costa Ferreira – Reginaldo C. Moraes

Seção de Publicações: Maria Cimélia Garcia – Magali Mendes – Maria Lima

Editoração: Maria Cimélia Garcia e Marilza A. Silva

Projeto da capa: Carlos Roberto Fernandes

Capa: Pablo Picasso, Corrida: la mort du toréro, 1933

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

SUMÁRIO

DOSSIÊ

René Dreiffus: 1964 e outros combates
João Quartim de Moraes e Ligia Osorio Silva
(orgs.)

- 7 Apresentação
João Quartim de Moraes
- 11 Desenvolvimentismo e intervencionismo militar
Ligia Osorio Silva
- 41 A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964
Caio Navarro de Toledo
- 53 O efeito desmistificador de *A conquista do Estado*
na análise das bases sociais da contra-revolução
João Quartim de Moraes
- 73 René A. Dreiffus enquanto pesquisador de temas
estratégicos
Eliézer Rizzo de Oliveira
- 91 René Armand Dreiffus: introdução a um clássico
Geraldo Lesbat Cavagnari Filho
- 95 René Armand Dreiffus - *Transformações: matrizes*
do século XXI
Estrella Bohadana

ARTIGOS

- 103 O imagético e o simbólico nas manifestações
mediáticas da atualidade ou Um espelho pode in-
cluir os excluídos na tela sem simbolizar a exclu-
são
Rita de Cássia Lahoz Morelli

- 115 História da filosofia e filosofia científica
José Carlos Pinto de Oliveira
- 141 A vontade como direito em Hegel
Paulo Roberto Monteiro de Araujo
- 177 Alienação e estranhamento: a atualidade de
Marx na crítica contemporânea do capital
Jesus Ranieri
- 193 Adorno e Marx: crítica cultural e crítica da
economia política
Bárbara Castro
- 205 O pensamento mítico na teoria da ação
comunicativa
Alicia Ferreira Gonçalves
- 237 Questão agrária e renda da terra: um enfoque
teórico
Canrobert Costa Neto
- 281 Amazônia, meio ambiente e política externa
brasileira
Shiguenoli Miyamoto

RESENHAS

- 313 Arnaldo Nogueira, *A liberdade desfigurada:
a trajetória do sindicalismo no setor público
brasileiro*
(Geraldo Pinto)
- 317 Selma Venco, *Telemarketing nos bancos – o
emprego que desemprega*
(Cláudia Nogueira)
- 323 Caio Navarro de Toledo (org.), *Intelectuais e
política no Brasil: a experiência do ISEB*
(Luiz Fernando Vitagliano)

RESUMOS/ ABSTRACTS

- 337 Normas para apresentação dos artigos

DOSSIÊ

**RENÉ DREIFFUS:
1964 E OUTROS COMBATES**

**JOÃO QUARTIM DE MORAES
LIGIA OSORIO SILVA
(orgs.)**

APRESENTAÇÃO

João Quartim de Moraes

A idéia de elaborar esta pequena coletânea surgiu durante o seminário “René Dreifuss: o golpe de 1964 visto por dentro”, organizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp, em 27-28 de abril de 2004, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para homenagear a memória daquele notável pesquisador de história contemporânea do Brasil, morto prematuramente em 2003. Articulado em torno de três temas (*Bases sociais e dinâmica política do golpe de 1964: a contribuição de René Dreifuss; René Dreifuss e a introdução dos estudos estratégicos na Universidade brasileira; Militares e civis no movimento de 1964: a ideologia por trás do golpe militar*), o seminário contou com a participação dos professores Antônio Carlos Pinto Peixoto, Caio Navarro de Toledo, Daniel Aarão Reis Filho, Eliezer Rizzo de Oliveira, Eurico de Lima Figueiredo, Geraldo Cavagnari, João Quartim de Moraes e Sebastião Velasco e Cruz, além de Ligia Osorio Silva e Pedro Paulo Funari, respectivamente coordenadora e coordenador associado do NEE.

Embora não se erigisse em censor ideológico de quem quer que seja, Dreifuss nunca transigiu na defesa de suas convicções. O cálculo de custos e vantagens não costumava interferir em sua

trajetória e em suas prioridades. A melhor prova está nos vários livros, além de dezenas de artigos e intervenções em debates e seminários que integram seu legado bibliográfico. Na Unicamp, participou de muitas atividades acadêmicas, notadamente do simpósio “Militares, Estado e sociedade no Brasil” (21-23 de março de 1984), que marcou o surgimento do NEE, bem como de dois sucessivos seminários organizados pela United States Information Service (USIS) com apoio da Unicamp: “A América Latina e as relações Leste-Oeste” (Campinas, 23-25 de setembro de 1985) e “Percepção político-estratégica da década de 80” (Campinas 28-30 de setembro de 1986) e, na década seguinte, em março de 1994, do seminário “O Golpe de 64: 30 anos”.

Participamos juntos destes e de vários outros encontros acadêmicos e políticos, nos anos oitenta e noventa. Seja-me permitido evocar a lembrança pessoal de um episódio que expressa bem a postura combativa de Dreifuss. Num dos colóquios USIS/Unicamp, um imponente professor do famoso MIT desenvolveu enfática exposição centrada na defesa do “Ocidente”. Corria o segundo mandato de Reagan e, em todas as frentes, o Pentágono e o dólar estavam na ofensiva. O professor, com mais zelo patriótico do que empenho acadêmico, lançou-se em vibrante apologia do papel dos Estados Unidos no mundo, completada por contundente diatribe contra o comunismo e outros inimigos da civilização democrática ocidental. Aberto o debate, Dreifuss declarou não ter compreendido o significado da palavra-chave de que se servira o conferencista. “Ocidente” é um conceito geográfico? histórico? político? Afinal, o Japão e Taiwan são ocidente e Cuba é oriente? Certamente não segundo critérios geográficos ou históricos. Segundo critérios políticos, talvez. Mas nesse caso, por ocidental deveríamos entender um governo e um país que, mesmo situado no Oriente, identifique-se com os Estados Unidos. Se alguma dúvida tivesse, a bancada estadunidense percebeu ali que não estava tratando com bajuladores (como infelizmente sói ocorrer).

..*

Respeitamos o bom costume de deixar a cada autor inteira liberdade para prestar homenagem à memória de Dreifuss da maneira que lhe parecesse mais adequada, seja oferecendo um depoimento, discutindo aspectos de sua obra, ou ainda oferecendo um estudo conexo ao tema. Incluímos também uma resenha do último livro de Dreifuss elaborada por sua companheira Estrella Bohadana, que embora não tenha participado do seminário, contribuiu para a presente homenagem.

Agradecemos também àqueles que participaram do seminário sem se disporem a participar do dossiê.

DESENVOLVIMENTISMO E INTERVENCIONISMO MILITAR

*Ligia Osorio Silva**

A participação dos militares na história política brasileira remonta à Proclamação da República e tem sido analisada de diversos ângulos. Considerada por alguns como uma força tutelar, por outros como um poder moderador, ou ainda vista como um instrumento dos poderes constituídos, suas ações, por vezes decisivas têm sido objeto de intenso debate na historiografia¹. As dificuldades em estabelecer um padrão para o comportamento das Forças Armadas em diferentes períodos históricos são notórias. Como exemplo das dificuldades encontradas pode-se mencionar que em três anos, de 1961 a 1964 tivemos ações militares com finalidades e resultados opostos: do bloqueio à intervenção militar em 1961 ao sucesso do golpe de 1964. Sobre esses e outros pontos da problemática militar vista do ângulo da intervenção na política

* Professora do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp.

¹ Sobre o primeiro caso ver W.P. Costa, J.Q. de Moraes e E.R. de Oliveira, *A tutela militar*. São Paulo, Vértice, 1987; sobre o segundo, Alfred Stepan, *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970; sobre o terceiro, Kardec Lemme e Joaquim Inácio Cardoso, *O comportamento das Forças Armadas*. Rio de Janeiro, mimeo., 1985.

existem importantes contribuições na bibliografia especializada que servem de inspiração a nossa abordagem, dentre os quais destacamos *A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss. Conquanto no período que pretendemos abordar neste trabalho (1945-1964) essa questão seja incontornável, o aspecto que nos interessa enfatizar é o envolvimento dos militares com o debate sobre o modelo econômico de desenvolvimento a ser implementado. A partir do momento em que a agenda dos oficiais militares incluiu o objetivo de criar as bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial, facções se organizaram dentro das Forças Armadas e se articularam com setores da sociedade civil, disputando ao longo do percurso a imposição de um modelo de desenvolvimento; o resultado final, mas não necessariamente perseguido desse envolvimento foi o movimento civil-militar de 1964 e a imposição de uma ditadura militar sem precedentes.

O envolvimento das Forças Armadas com a questão do desenvolvimento nas “novas nações” foi, até certo ponto, analisada por Morris Janowitz². Na América Latina, em geral, e no caso brasileiro em particular, esse envolvimento esteve associado à situação de atraso econômico. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil permanecia como país exportador de produtos primários quando no centro da economia mundial a Segunda Revolução Industrial aprofundava as conseqüências da ação transformadora da nova economia. Como argumentou Gerschenkron, os processos de industrialização, quando se iniciam nos países atrasados apresentam diferenças consideráveis com o caso paradigma da revolução industrial, o caso inglês. As diferenças se fizeram sentir não apenas no ritmo do crescimento industrial, mas também nas estruturas de produção e na organização da indústria. Em parte isso se deveu à aplicação de novos instrumentos institucionais. Em particular,

² Morris Janowitz, *The military in the political development of New Nations: an essay in comparative analysis*. Chicago, Univ. of Chicago, 1964.

muito já foi dito sobre a ação – mais intensa – do Estado na Alemanha, por exemplo, se comparada com a Grã Bretanha. Mas uma das mais importantes diferenças assinaladas por Gerschenkron diz respeito ao clima intelectual no qual a industrialização tem lugar, seu “espírito” ou sua ideologia³. Para conseguir romper as barreiras das sociedades tradicionais e para inflamar a imaginação dos homens, fazendo com que pusessem suas energias a serviço do desenvolvimento econômico, foi necessário mais do que a promessa de uma melhor distribuição de recursos, ou a diminuição do preço dos alimentos. Na pioneira Inglaterra, como se sabe, não foi preciso um reforço idealista para os argumentos racionais em favor da industrialização. Mas num país em enorme descompasso com os avanços industriais, como o Brasil em meados do século XX, foi preciso um grande esforço para levar a adiante a industrialização: precisou-se de apoios institucionais e de uma forte sustentação ideológica. As Forças Armadas enquanto integrantes do aparelho estatal e treinadas na doutrina da Ordem e do Progresso ocupavam uma posição privilegiada para influir em ambos os processos.

Um outro aspecto a ser destacado no envolvimento dos militares com o desenvolvimentismo diz respeito às características da própria profissão militar, cuja prática rotineira obrigava a constatar a fraqueza da indústria nacional e o reflexo dessa debilidade na eficiência e independência da corporação, justamente quando duas guerras mundiais marcadas pelos avanços da indústria bélica vieram demonstrar a relação cada vez mais necessária entre tecnologia e estratégia militar. Essas circunstâncias estiveram na base do desenvolvimento de uma consciência industrialista no meio militar.

³ A. Gerschenkron, *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona, Ariel, 1968, cap. I, p. 15-38. No caso da França de Napoleão III, esse clima ideológico a favor da industrialização foi criado em parte pela influência das idéias de Saint-Simon, que penetraram muito além do grupo de referência original e influenciaram figuras como Isaac Pereire, o famoso banqueiro da Terceira República e criador do *Crédit Mobilier*.

Apesar do caráter nacional das Forças Armadas em associação com o aspecto técnico da formação da oficialidade fazer da corporação um veículo privilegiado para assumir, enquanto instituição, um posto avançado na defesa da industrialização, a participação ativa dos militares pela implementação de um modelo de desenvolvimento tem sua própria história. Antes de 1930⁴, os interesses industriais ainda não tinham alcançado uma magnitude e uma independência em relação aos setores tradicionais da República Velha que levassem à luta pela implementação de uma política voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial. No período, as divergências entre a oficialidade jovem do Exército e o sistema oligárquico da Primeira República apesar de profundas como aparece de forma bem estabelecida na bibliografia sobre o *tenentismo*, não extrapolava o campo político como se pode comprovar no completo desinteresse que demonstraram em relação à instalação de uma indústria siderúrgica, assunto altamente polêmico nos anos 1920⁵.

Nos anos subseqüentes à revolução de 1930, em cuja eclosão os militares estiveram envolvidos, a centralização do poder político e da máquina estatal que, ao lado do intervencionismo econômico e da legislação social, caracterizaram a “modernização conservadora” foram criadas as condições para que as Forças Armadas se transformassem em um fator decisivo na evolução das instituições

⁴ Segundo J.Q. de Moraes, o que caracterizava o comportamento das Forças Armadas face ao poder civil durante a Primeira República era, de um lado a falta de unidade frente aos conflitos entre frações e setores da classe dominante e de outro, sua unidade cada vez que a questão era reprimir as revoltas camponesas (Canudos, 1896-97 e Contestado, 1912-16). *Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro a Figueiredo (1889-1979)*. Paris, IEP, tese de doutoramento, 1982, p. 384-385.

⁵ Sobre a questão ver Lígia Osorio Silva, “A crise política do Quadriênio Bernardes: repercussões políticas do ‘caso Itabira Iron’”. In: H. de Lorenzo e W.P. Costa, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. 2ª ed. São Paulo, Ed. da Unesp, 1997, p. 15-35.

nacionais. Mas até isso acontecer a corporação foi sacudida pela formação de facções políticas no seu interior (comunistas e integralistas⁶) cujas ações políticas chegaram a ameaçar a ordem estabelecida. Para debelá-las e tornar-se chefe de um governo forte, Vargas precisou buscar apoio nas diversas categorias sociais, e contar com a sustentação das Forças Armadas expurgadas e recompostas em torno de um núcleo burocrático, “apolítico” e profissional, tendo como figura central o general Góis Monteiro.

A sustentação dada à ditadura Vargas favoreceu ainda mais o aprofundamento do processo de reforma nas Forças Armadas que aumentaria sua coesão interna e inauguraria a estreita vinculação entre os objetivos estritamente militares e o processo de industrialização brasileira. Com efeito, ter um posicionamento a respeito da economia foi parte das mudanças introduzidas na instituição durante o Estado Novo, sob a coordenação direta do general Góis Monteiro. Dentre os objetivos introduzidos pela reforma estava (1) sua transformação no instrumento de uma doutrina global da defesa nacional e (2) a criação das bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial (aí já encontramos o decidido apoio à construção de um parque siderúrgico, indispensável a uma indústria nacional de armamentos).

Um dos aspectos mais interessantes da conjuntura de 45 foi a reviravolta da inserção dos militares na política em meio a uma situação delicada: o aparelho militar acabou, sem grandes abalos, com um regime político ditatorial que ele havia ajudado a criar e do qual havia participado intensamente; a obra de modernização das Forças Armadas realizada durante a ditadura foi, no entanto, preservada, e a corporação militar recebeu o reconhecimento da

⁶ Sobre a revolta comunista e seu braço militar ver J.Q. de Moraes, *A esquerda militar no Brasil*, v. II: *da Coluna à Comuna*. São Paulo, Siciliano, 1994.

nação pelo seu recém adquirido “caráter democrático”, dada sua participação na luta contra o nazi-fascismo⁷.

O sentido das reformas na instituição reforçava o interesse corporativo e a especificidade institucional das Forças Armadas para torná-la imune aos desígnios políticos das frações civis. Mas isso não significava o desinteresse pelas grandes questões nacionais. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) que coordenava as atividades das três armas, ambos em 1948 demonstram a consideração com os dois lados da instituição, o profissional e o político⁸. Entretanto, o interesse no aprofundamento da industrialização, por si só já implicava na formação de divisões verticais que atravessaram de alto abaixo a estrutura hierárquica da instituição, polarizada à medida que o tempo passava em torno da escolha de uma via para o desenvolvimento. O debate que ocorria na sociedade como um todo foi trazido para dentro das Forças Armadas, correspondendo a uma politização dos militares, e não a uma militarização da política⁹.

As condições históricas latino-americanas dos anos 1950-60 determinaram no espaço ideológico da consciência militar os termos da polarização: a oposição entre o nacionalismo de esquerda e o liberalismo pró-americano de direita.

O nacionalismo econômico da esquerda militar

A proposição política implícita e explícita na agenda nacional-desenvolvimentista, abraçada por uma parte da oficialidade, era de que a industrialização seria o meio de superar a pobreza ou de reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os países

⁷ Embora o cancelamento de um desfile público dos pracinhas retornados indicasse uma insegurança quanto ao conceito dos militares no grande público.

⁸ Os dois organismos foram ligados em 1949.

⁹ J.Q. de Moraes, op. cit., p. 422.

ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento auto-sustentado¹⁰. Em síntese, era preciso aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas. Por outro lado, a ideologia nacionalista proporcionava o objetivo a alcançar – a independência efetiva da nação. E na sua vertente mais a esquerda designava o obstáculo a ser contornado – as ações das nações plenamente industrializadas, especialmente os Estados Unidos que preferiam manter o país como fornecedor de matérias primas e produtos primários. Em todos os casos constituía o cimento que unia os efeitos positivos do processo de industrialização ao destino independente da nação¹¹.

O liberalismo e o conservadorismo que passaram a dominar no imediato pós-guerra (inclusive de cunho marcadamente anti-comunista) a vida política brasileira não enfraqueceram a penetração de algumas idéias aceitas – em grande medida devedoras da experiência dos países desenvolvidos durante a Guerra – como o conceito de planejamento e de “moderada” intervenção estatal, que pouco tomaram o lugar antes ocupado pelo protecionismo.

O predomínio da ideologia desenvolvimentista estendeu-se de 1945 até 1964, mas a intensidade do papel desempenhado pelo

¹⁰ R. Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 11.

¹¹ Também convém lembrar, que no mundo da periferia o nacionalismo esteve quase sempre associado a um ideário progressista. Sobretudo porque constituía uma resposta ao colonialismo e ao imperialismo. Já nos países desenvolvidos, o nacionalismo é freqüentemente associado ao chauvinismo, ao racismo e muitas vezes até ao fascismo, em razão principalmente dos desdobramentos históricos do século XX. Historiadores do porte de E. Hobsbawm, entretanto, discordam de que esta seja a única forma possível de nacionalismo no mundo desenvolvido e argumentam a favor de seu potencial progressista. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

nacionalismo variou no período. Seguindo uma periodização não muito rigorosa para o conjunto da sociedade, pode-se dizer que os anos 1945-55 foram de amadurecimento da corrente desenvolvimentista, sendo que no interior deste intervalo, os anos 1948-52, em razão da Campanha do Petróleo, podem ser considerados o período áureo da penetração da ideologia do nacionalismo econômico no meio militar. O período 1956-1960 (governo Kubitschek) teria visto o auge do modelo desenvolvimentista *tout court* e, finalmente 1961-64 (Governos Jânio e Jango, com o interregno parlamentarista entre os dois) comportaria a crise, uma vez que começavam a aparecer, com importância crescente, outras temáticas que tomariam um lugar de destaque na hierarquia das questões debatidas.

No meio militar, essas fases correspondem ao enfrentamento ideológico de grupos divergentes. Usando a alternância na diretoria do Clube Militar (nacionalistas da chapa “amarela” e “Cruzeiristas” da chapa “azul”) como indicador, constatamos a dominância do nacionalismo de esquerda (1948-52), substituída por aquela dos liberais/pró-aliança militar com os Estados Unidos da “Cruzada democrática” (1952-57); a volta do nacionalismo associado ao desenvolvimentismo de centro-esquerda durante o governo Goulart (1957-64) e, finalmente, a rachadura radical da corporação em 1964.

O que caracterizou o “período áureo” do desenvolvimento nacionalista? Em primeiro lugar, a preocupação com o “reaparelhamento econômico” expressão que desde os últimos anos da Segunda Guerra era utilizada para designar a necessidade de ampla reposição de bens de produção na economia brasileira. Vale lembrar que foi no espírito de prover o “reaparelhamento econômico” que em 1947 surgiu a CEPAL, sendo o economista Octávio Gouvêa de Bulhões o delegado brasileiro à Assembléia Geral da ONU que a criou. Em segundo lugar, o debate econômico em torno de duas grandes questões. A primeira delas era a questão do controle de recursos naturais por capitais estrangeiros, objeto de entusiasmada

polêmica patrocinada pelos setores nacionalistas das Forças Armadas; a segunda, empreendida sob a liderança de técnicos e empresários preocupados em atrair o capital estrangeiro, consistia no tratamento que deveria ser dispensado a esse capital. Os nacionalistas faziam restrições à entrada do capital estrangeiro, identificando-o, quando aplicado aos setores de mineração e fornecimento de energia com os interesses antagônicos ao desenvolvimento nacional, isto é, com o imperialismo clássico. Estas posições desdobraram-se em dois debates da época: a) a discussão sobre energia elétrica (a revisão do Código de Águas que incluía a revisão das tarifas, ou seja, a substituição do chamado “custo histórico” pelo “justo valor”) e b) e a questão do petróleo que girava em torno da participação estrangeira na pesquisa, exploração e refino do petróleo. Em ambos os assuntos (mas, sobretudo no segundo) o Clube Militar foi a caixa de ressonância para a posição nacionalista das Forças Armadas¹².

No período áureo do nacionalismo econômico (1948-52), o Clube Militar e a Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (CEDPEN) constituíram um pólo fundamental de apoio ao avanço do projeto desenvolvimentista de cunho marcadamente nacionalista. Com a campanha, cresceu intensamente a ideologia da “emancipação econômica” do país e com ela da industrialização planejada. A *Revista do Clube Militar* transformou-se num órgão de consulta obrigatória, não só para os militares, mas também para os civis interessados na estratégia de desenvolvimento econômico nacional¹³. O Clube Militar¹⁴ foi o espaço onde militares nacionalistas, positivistas ou comunistas cerraram fileiras em torno das teses nacionalistas, presentes, inclusive, na plataforma das eleições, tornando o lugar um centro de atração para as forças que

¹² N.W. Sodré, *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 309.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 304-326; e R. Bielschowsky, *op. cit.*, p. 323.

¹⁴ Fundado em 1887 por militares republicanos e positivistas.

tinham interesse nas decisões emanadas por seus associados. Ressalte-se, entretanto, que a *Revista* estava aberta essencialmente para a contribuição dos militares e pouco receptiva para outros temas que não o petróleo e as reservas minerais brasileiras.

A campanha “O Petróleo é Nosso” pode ser vista também a partir da relação entre os oficiais militares e os comunistas brasileiros, viés até hoje pouco explorado. Isoladamente, tanto os militares quanto os militantes do Partido Comunista do Brasil foram temas de investigações que revelaram a importância da participação desses elementos no processo político do país durante o período que se estende do término do Estado Novo à crise política e institucional de Novembro de 1955. Entretanto, os compromissos assumidos por essas instituições, as Forças Armadas e o PCB, face à questão da defesa da soberania nacional ainda estão a merecer melhor investigação. O nacionalismo evocado por ambas as instituições motivava seus quadros, de modo a se internalizar em suas práticas cotidianas, superando preceitos disciplinares, por vezes, no caso dos militares, ou dispositivos doutrinários no caso dos comunistas. A literatura e a historiografia dessa época em relação à luta pelo petróleo, ou ao estudo do comportamento das Forças Armadas ou ainda em face da trajetória do PCB na vida pública brasileira, não contém explicitamente uma análise dessa ação conjugada por militares e militantes comunistas¹⁵.

Por outro lado, muitos focavam sua atenção e críticas nas relações Brasil-Estados Unidos, cuja pauta foi imensa no período largo (isto é de 1945-64). No imediato pós-guerra os principais itens eram – o Plano Marshall e o abandono ao qual relegava a América

¹⁵ Até porque os militares dificilmente, ainda hoje, admitem seu envolvimento como o Partido Comunista Brasileiro. O tema é abordado no livro de Paulo Ribeiro da Cunha, *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fapesp/Revân, 2002.

Latina¹⁶, a reivindicação de tratamento especial em troca de alinhamento político irrestrito, e o crescente temor da deflagração de uma terceira guerra mundial, que poderia pegar a economia brasileira despreparada. No âmbito das negociações militares entre o Brasil e os Estados Unidos destacavam-se duas questões: a) O envio de tropas brasileiras à Coreia e b) o fornecimento de matérias primas estratégicas como o manganês, o urânio e as areias monazíticas. A corrente nacionalista de esquerda das Forças Armadas reagia fortemente a um alinhamento irrestrito com os Estados Unidos, em questões de segurança, sobretudo, porque não concordava com a participação do Brasil em guerras externas (tipo Guerra da Coreia) motivadas pelo interesse geopolítico restrito desse país, assim como não queria negociar nenhum recurso natural estratégico. Os editores da *Revista do Clube Militar* identificavam o controle dos recursos naturais e industrialização com independência, soberania e emancipação política nacional. Estava presente a idéia de que os Estados Unidos queriam manter o Brasil como eterno fornecedor de matérias primas. Isto quando os primeiros trabalhos sobre a deterioração dos termos de troca no comércio internacional começavam a aparecer¹⁷. Aqui também os nacionalistas viam a política dos Estados Unidos como a manifestação de um interesse imperialista clássico.

Embora o período 1948-52 possa ser considerado especial para o nacionalismo econômico, o apoio ao desenvolvimento econômico estava escorado também em outras forças: a) nos não-nacionalistas representados por Roberto Campos e Gustavo Gouveia de Bulhões (apesar deste ser mais neoliberal); b) num apoio discreto dos Estados Unidos, conforme Relatório da Missão Abbink, de 1949, (que tinha patrocínio comum dos governos do Brasil

¹⁶ FIESP (org.), *Roberto Simonsen e a "Operação Pan-Americana"*. São Paulo, FIESP, 1958.

¹⁷ R. Prebisch, *The economic development of Latin America and some of its principal problems*. Santiago, CEPAL, 1949.

e dos Estados Unidos). A grande diferença entre os desenvolvimentistas nacionalistas e os não nacionalistas (civis) era, além da posição frente à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, a defesa de uma política de estabilização monetária e restrição creditícia, consideradas compatíveis com o crescimento econômico. Ou seja, não era o planejamento econômico, nem a presença do Estado na economia que separavam as duas correntes, mas o papel do capital estrangeiro e a política monetária¹⁸.

O fato importante a destacar é que não havia total clareza nos limites entre as facções: nenhuma delas formava um bloco monolítico. Entre aqueles favoráveis a uma industrialização intensiva do país estavam incluídos os defensores do alinhamento com os Estados Unidos, lado a lado com os nacionalistas radicais ou moderados. Havia aqueles que pensavam ser a soberania e emancipação econômicas nacionais dependentes do controle dos recursos naturais e da promoção da industrialização e única forma definitiva de planejar a defesa nacional. E os que preferiam argumentar que a industrialização correspondia ao processo histórico fundamental de reestruturação da economia neocolonial brasileira (como o historiador e militar nacionalista Nelson Werneck Sodré). No centro, encontravam-se os nacionalistas moderados, defensores da industrialização “pesada”, da proteção dos recursos energéticos e das matérias primas estratégicas. A industrialização de base era necessária à soberania brasileira e consistia na “metalurgia de primeira fusão”, na “grande indústria química”, na “grande indústria mecânica”. Como se pode notar, essas indústrias eram o “carro-chefe” da chamada Segunda Revolução industrial ocorrida nos países desenvolvidos no último quartel do século XIX.

A política nacional evoluiu claramente numa guinada à direita nos anos 1951-1952 e seu reflexo sobre a situação política dentro

¹⁸ Para uma classificação minuciosa das diversas correntes e suas relações com a teoria do desenvolvimento econômico ver já citado livro de R. Bielschowsky.

das Forças Armadas não se fez esperar. Nessa conjuntura, os integrantes da esquerda militar foram perseguidos e estigmatizados no meio militar como “comunistas”, tendo suas carreiras truncadas devido às suas posições contra a Guerra da Coréia, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e a favor do monopólio estatal do petróleo. Esses acontecimentos demonstram que a oposição liberal de direita ao nacionalismo militar de esquerda já estava em franca ascensão e quanto mais força essa vertente ganhava mais o debate se tornava ideológico e mais os nacionalistas eram titulados de “radicais” ou de filo-comunistas. Mas a inclinação à direita da política nacional e seu reflexo no meio militar foram sustados pelo suicídio de Getúlio em 1954.

Essa inclinação também não impediu que no início do triênio 1953-55, isto é, no período imediatamente subsequente ao do auge do nacionalismo econômico, vários passos fundamentais da proposta de condução estatal do processo de desenvolvimento fossem finalmente dados: a produção siderúrgica crescia com vigor na CSN, a criação da Petrobrás já estava definida e estavam criados ou em formação vários fundos públicos (via impostos especiais) vinculados a investimentos em infra-estrutura. Criaram-se, inclusive, o imposto único sobre consumo de energia e o Fundo Nacional de Eletrificação estava em vias de definição pelo Congresso. Além disso, criaram-se o Fundo de Reparamento Econômico e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A política cambial estava, no essencial, subordinada às necessidades de importação de equipamentos e matérias-primas industriais, cuja prioridade só era ultrapassada pelo trigo e petróleo.

O período 1956-60 foi marcado pelo surgimento de uma tentativa de elaboração de uma doutrina militar alternativa àquela da Escola Superior de Guerra, capaz de acabar com o isolamento dos nacionalistas de esquerda no meio militar. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão apoiado pelo Ministério da Educação, congregava intelectuais de vários matizes, como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e o já mencionado militar

da reserva e historiador Nelson Werneck Sodré. Este último, na aula inaugural do Instituto em 1959, definiu com clareza o entendimento que tinha sobre o papel do nacionalismo:

Por que o nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. (...) O nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio. (...) O nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra.¹⁹

Entretanto, Quartim de Moraes observa com razão que o ISEB sendo uma instituição civil estava incapacitado de concorrer com os diferentes organismos e escolas militares pelos quais deviam obrigatoriamente passar os oficiais para ter acesso aos níveis superiores da carreira. Além disso, estava tão ligado à marca do governo Kubitschek que viu sua influência minguar com o fim desse governo²⁰. Assim, embora o ISEB tenha desempenhado um papel

¹⁹ N.W. Sodré, *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p. 30, 31 e 33.

²⁰ J.Q. de Moraes, *Les militaires...*, op. cit., p. 453.

relevante no apoio ao desenvolvimentismo de JK dentro e fora do meio militar, sua capacidade de aglutinação foi efêmera.

Nos anos 1960, uma parcela dos nacionalistas militares (acompanhados dos socialistas) acrescentou à agenda econômica a campanha pelo controle da remessa de lucros acusada de ser a principal responsável pelas dificuldades na balança de pagamentos; e relacionaram as propostas de ortodoxia econômica do Fundo Monetário Internacional com o imperialismo, atribuindo às mesmas o caráter de oposição imperialista ao desenvolvimento industrial brasileiro. Neste sentido deram todo o apoio ao rompimento do governo Kubitschek com o FMI, mas os episódios de Aragarças e Jacareacanga chamaram a atenção para a fratura que começava a se aprofundar.

A crise do desenvolvimentismo veio, entre outras coisas, com a constatação de que a industrialização por si só não resolveria o problema do atraso e da pobreza. Em decorrência, houve uma progressiva radicalização da ação política durante o governo Goulart. A adesão dos militares nacionalistas às Reformas de Base (administrativa, bancária, fiscal e agrária) ao lado de outras forças nacionalistas como os comunistas, brizolistas etc. não representava uma guinada para o socialismo como muitos queriam fazer crer na época, porém a radicalização das manifestações no meio militar que colocavam em cheque a hierarquia (revolta de marinheiros e sargentos) deu uma conotação de alta periculosidade e subversão à conjuntura. As Reformas defendidas eram em parte institucionais e em parte econômicas. Na agenda de propostas distributivas, a Reforma Agrária era de longe a que suscitava maior reação e isolamento aos nacionalistas radicais. Como se pode avaliar muito bem hoje, a força do latifúndio e dos “grileiros” de terras devolutas era imensa. Mas como esperamos já ter deixado claro, seria errôneo acreditar que a fissura que se tornou visível em 1964 representasse ainda uma disputa em torno da necessidade do desenvolvimento. Esse debate estava totalmente superado pela discussão sobre qual a via do desenvolvimento, e a questão institucional, isto é, o caráter

das reformas que deveria sofrer o Estado. Além disso, era indispensável discernir os parceiros no cenário internacional que se deveria privilegiar, uma vez que, como se sabe, a época era marcada pela intensificação da Guerra Fria e pelo enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, como o episódio dos mísseis em Cuba confirma.

A volta ao regime liberal democrático em 1945 reintroduziu nas Forças Armadas as divisões políticas que haviam sido o objeto da preocupação do general Góes Monteiro e que sua reforma devia prevenir. O conflito aprofundou-se com o agravamento da crise política nacional, até que em 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas.

A contribuição prestada por Dreifuss ao entendimento do movimento de 1964 vai além da explicação para a fratura exposta na corporação militar. De longe, seu maior aporte vem principalmente de demonstrar que o golpe de 64 foi um movimento civil-militar.

Vejam, portanto, como a fração liberal de direita das Forças Armadas se articulou com setores da sociedade civil para tomar o Governo e reformar o Estado à sua maneira.

A construção de um novo consenso civil e militar

No número de fevereiro de 1953 da *Revista do Clube Militar* a concepção que viria a ser a doutrina oficial do regime militar, principalmente através dos escritos do general Golbery do Couto e Silva, já aparecia com todas as letras. O articulista, major Luis Felipe de Azambuja defendia a idéia de que as Forças Armadas eram os instrumentos de execução da Segurança Nacional e deviam agir como o poder moderador da República. Por serem os fiadores da ordem estabelecida não podiam se manter à parte da evolução política nacional, nem podiam se limitar à caserna. Fazia, portanto, a apologia da intervenção militar que de resto podia ser defendida

com base no artigo 176 da Constituição de 1946 que colocava as Forças Armadas sob a autoridade do Presidente da República “dentro dos limites da lei”, atribuindo aos chefes militares a possibilidade de apreciar o caráter constitucional e legal dos atos do chefe do Executivo²¹. A questão que se colocava para os adeptos dessa corrente era como conseguir apoio para uma agenda de reformas econômicas e institucionais com um conteúdo adequado ao alinhamento com os Estados Unidos e à “modernização conservadora”, isto é, acatava-se a necessidade de mudanças, mas sem a participação popular.

Este projeto de inserção das Forças Armadas na vida política e econômica já vinha se estruturando havia algum tempo, dentro e fora das Forças Armadas, como demonstra de modo inequívoco René Dreifuss, ao descrever a longa preparação ideológica e a arregimentação de oficiais militares para a elaboração de uma outra agenda, distinta daquela dos militares nacionalistas.

Ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, um pequeno grupo de oficiais dentro das Forças Armadas foi se organizando no sentido de apoiar a modernização, mas guardando os valores conservadores que acreditavam os militares nacionalistas queriam subverter. Muitos integrantes desse grupo possuíam em comum uma experiência ideológica e militar forjada durante a campanha da Itália, experiência que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se através da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos (Partido Democrata Cristão e principalmente a União Democrática Nacional), assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra da qual eram fundadores²².

²¹ Major Luis Felipe Azambuja, *Revista do Clube Militar*, nº 124, fevereiro de 1953.

²² 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 78.

Esses oficiais militares possuíam um alto grau de congruência ideológica com certos empresários que freqüentemente participavam como conferencistas na ESG, onde expunham suas idéias desenvolvimentistas: Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugenio Gudín e Otávio Bulhões, e outros. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de 50, e mais ainda em princípios da década de 60, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em organismos burocráticos estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964.

Para esses grupos a necessidade do planejamento estatal para direcionar o desenvolvimento econômico já era matéria indiscutível. O objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954. Fazia parte da comissão que redigiu o relatório o Coronel Mario Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra. Fora seguindo as recomendações da Comissão Mista, que se estabelecera uma série de agências e órgãos públicos, entre os quais o já mencionado BNDE. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o Banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos²³.

²³ Idem, *ibidem*, p. 75.

Desde a elaboração do Plano de Metas (governo Kubitschek), onde os interesses multinacionais se refletiam, a intervenção estatal era vista como uma necessidade do desenvolvimento nacional. Mas os interesses de classe eram envoltos e disfarçados de racionalidade técnica, eficiência e perícia (atributos considerados “neutros”), e legitimados por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria. Desse modo, oficiais militares adeptos do desenvolvimento, nacionalistas até certo ponto e cômicos da necessidade de modernizar o Estado brasileiro, mas ao mesmo tempo avessos à participação popular e à hostilidade em relação aos Estados Unidos foram cooptados para participar de comissões de planejamento e corpos administrativos recém criados. Ao mesmo tempo, a incorporação desses elementos legitimava através da chancela da eficiência, patriotismo, honradez, “neutralidade técnica” e, sobretudo, da ideologia da “segurança nacional” os interesses transnacionais.

A aproximação ideológica entre militares brasileiros e empresários se expressou, por exemplo, no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. O objetivo acordado era encorajar a eliminação de barreiras e proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros e desencorajar na medida do possível a prática de monopólio e de cartelização. Naturalmente, a “prática de monopólio e de cartelização” visava atacar o controle estatal de recursos estratégicos (o monopólio estatal do petróleo, por exemplo) e não a ação oligopolista do capital internacional. Por outro lado, foi implementado um programa de intensa colaboração militar com os Estados Unidos e levas de oficiais brasileiros estagiaram nos organismos de treinamento estadunidenses, além disso, outros acordos como o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua também foram assinados²⁴. Aos defensores dessas duas espécies de acordos os nacionalistas chamavam pejorativamente de “entreguistas”.

²⁴ Idem, p. 79.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado em fins da década de 1950, com o propósito declarado de defender a democracia dos ataques que vinha sofrendo por parte dos nacionalistas, sindicalistas, comunistas e, em última instância pelo próprio governo no qual os empresários e militares de direita não confiavam. Havia uma estreita vinculação entre o IBAD e a ESG, assim como com o CONCLAP (Conselho das Classes Produtoras), criado em 1955. O objetivo verdadeiro do IBAD, conforme demonstra Dreifuss era promover o ativismo político e moldar a opinião pública no intuito de defender uma via de industrialização mais condizente com os interesses multinacionais. Garantir o alinhamento do país com os interesses hemisféricos americanos era outro objetivo seu e graças a isso um dos seus canais de ação, a ADEP, era patrocinada pela CIA. Em 1962, o conjunto de opositores ao governo Goulart recebeu mais um reforço, a criação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). A interpenetração de todos esses organismos entre si e destes com os empresários multinacionais e associados e escritórios técnicos de consultoria (como a CONSULTEC) configurava uma aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na nossa história²⁵.

Um cuidado todo especial era dedicado à formação da opinião pública. O órgão criado para essa finalidade tinha por objetivo:

desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias...²⁶

Seria despropositado retomar aqui todas as ricas informações que Dreifuss nos fornece dessa rede que se teceu no início dos

²⁵ Idem, p. 102, 103 e 104.

²⁶ Idem, p. 193.

anos sessenta, cujo objetivo manifesto era elaborar propostas alternativas para todas as reformas e atrair especialistas e técnicos de todas as áreas do saber para o seu campo de ação. Mas pode ser útil fazer referência a um exemplo de proposta alternativa: a da questão agrária.

Com a vitória da Revolução cubana em 1959, a influência política dos EUA sobre a América Latina sofreu um abalo sensível e levou, em 1961, a administração Kennedy a lançar um programa político-econômico para os 10 anos seguintes: a *Aliança para o Progresso*, um claro reflexo da preocupação imposta pela recente experiência comunista na América. O programa da Aliança para o Progresso se baseou, em grande medida, nos programas da doutrina Truman e do Plano Marshall, adaptados para a América Latina²⁷. Um dos pontos fortes do programa da Aliança era a reforma agrária. Todos os governos latino-americanos foram estimulados a elaborarem projetos de reforma agrária sob pena de não receberem a ajuda prevista no programa. O IPES e o IBAD se dedicaram ao tema, para propor algo distinto da reforma agrária propugnada pelos integrantes da Liga Camponesa ou pelos órgãos do governo Goulart. A reforma deveria ser desenhada por especialistas e encetada após a tomada do poder pelas forças liberais no plano econômico, pró-americanas no plano das relações externas e “anti-populistas” no plano sócio-político. Fizeram parte do grupo de estudos sobre a reforma agrária José Arthur Rios, Paulo de Assis Ribeiro, e José Rubem Fonseca, entre outros.

O tipo de reforma agrária visada aparece descrito na “Carta de Pato Branco”, reunião de lavradores e pecuaristas com líderes da Cruzada Democrática do Estado do Paraná e do IPES. Ela deveria ser entendida

²⁷ A. Pollini Jr., *A Aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.

não como simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade, mas como um conjunto de medidas que, harmoniosamente articuladas com as de outras reformas de base, visem à criação de uma classe média rural e à garantia do uso adequado da terra; melhoria da renda per capita e do aumento do poder aquisitivo da população rural; da melhoria das relações entre a agricultura e a indústria; da maior justiça nas relações de trabalho agrícola e na remuneração desse trabalho através de leis específicas de seguridade social; do desenvolvimento da sindicalização rural; do aperfeiçoamento dos métodos de tributação da terra e dos sistemas de crédito agrícola; da expansão das organizações cooperativas; e da ampliação da assistência educacional e sanitária das áreas rurais.²⁸

O caráter moderado e reformista desse documento aliado à participação dos golpistas na reunião que o gerou mostra como, por um lado procurava-se retirar do governo toda legitimidade para realizar as reformas e conspirava-se para derrubá-lo, mas, por outro a bandeira da reforma modernizante era empunhada. Como se sabe o grande empecilho para a realização da reforma agrária era o dispositivo constitucional que obrigava a indenização prévia em dinheiro para a desapropriação das terras improdutivas e o Congresso Nacional relutava em removê-lo, porém logo após o golpe de 64 a Constituição foi emendada para permitir a aprovação do Estatuto da Terra²⁹.

A articulação de tantos atores e facções tão diversas como o grupo de “linha dura” da ESG, os extremistas de direita e os “tradicionalistas” conscientizados de seus interesses comuns pelos

²⁸ R. Dreifuss, op. cit., anexo M.

²⁹ Para uma avaliação crítica do Estatuto da Terra ver J.G. da Silva, *Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971 e L. Osório Silva, “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo”. *São Paulo em Perspectiva* - Revista da Fundação Seade, v. 11, nº 2, abril-junho de 1977, p. 15-25.

ativistas do IPES e do IBAD, foi conseguida, ao que parece, sem que os diferentes grupos participantes compreendessem plenamente as implicações nacionais mais amplas e o total significado político e econômico dos acontecimentos de que participariam³⁰.

Do seu lado, no final do ano de 1962, o governo Goulart tentou colocar em prática o *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963-65*, elaborado por Celso Furtado cujos objetivos já foram objeto de análise, chegando-se à conclusão de que ele

caracterizava-se por diagnóstico bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante. O receituário proposto, embora gradualista – em vista, entre outras razões, dos níveis inéditos alcançados pela taxa inflacionária –, era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado: correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão creditícia no setor privado.³¹

Existe controvérsia na avaliação das causas da recessão que se seguiu. Para alguns havia uma relação causal entre o programa de estabilização do Plano Trienal e o início da recessão, para outros, esta era devida a razões de natureza estrutural e tendências de longo prazo da industrialização brasileira. Mas não é o caso de aprofundar a polêmica aqui. O que interessa registrar é que além de não conseguir dar início às reformas (por obstáculos de natureza política) o governo e as forças nacionalistas que o apoiavam se viram às voltas com uma crise econômica agravada ainda mais pela ação intencionalmente agressiva das classes produtoras para deslegitimar o governo.

³⁰ R. Dreifuss, op. cit., p. 397.

³¹ M. Paiva Abreu, “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964”. In: M.P. Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 206.

O último capítulo antes da queda foi o comício de 13 de março, na Central do Brasil, quando Jango anunciou a encampação das refinarias particulares e a desapropriação das terras ladeando os eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União. As forças golpistas plenamente organizadas ganharam a adesão das camadas médias que foram manifestar nas ruas seu descontentamento e o “esquema militar” de Goulart desmoronou tão rapidamente a ponto de surpreender os próprios golpistas. Em 36 horas o movimento contava com o apoio da totalidade dos comandos militares³².

Os anos que decorreram entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964 contêm preciosos ensinamentos sobre a vida republicana, as Forças Armadas, a luta ideológica e o processo de industrialização nos países atrasados. Conquanto essa quadra da vida nacional apresente aspectos contraditórios, erráticos e até aleatórios no cômputo geral o embate se deu em torno de distintas estratégias de desenvolvimento. Embora no movimento de 64, as Forças Armadas apareçam como um elemento fundamental no assalto final ao regime - após a construção de um novo consenso dentro da corporação que isolou os nacionalistas e neutralizou o esquema militar do governo Goulart -, a participação dos empresários, banqueiros, financistas e do capital estrangeiro foi fundamental. E, sem dúvida, os aparelhos político-ideológicos, o IBAD e o IPES foram indispensáveis para que se preparasse uma estratégia distinta de desenvolvimento e o apoio a ela (e à conspiração) fosse preparado na imprensa³³, nas igrejas, no Congresso, na burocracia,

³² Esse fato notório desmancha qualquer evidência de que os dois lados em luta em 1964 eram “golpistas”. O propalado “esquema militar” de Jango não estava preparado nem para defender os poderes constituídos, como era sua obrigação, quanto mais para ampliar os poderes do infausto presidente.

³³ Sobre o apoio praticamente unânime da imprensa brasileira ao movimento ver a *Revista do Clube Militar*, ano LXXIV, nº 381, março de 2001 - *Homenagem a 31 de março de 1964*. O número reproduz as manchetes,

nas associações civis etc. Outro mérito não tivesse (e sem dúvida tem), o livro de René Dreifuss, ao descrever e interpretar de modo preciso e documentado esses acontecimentos, tornou-se uma referência necessária ao entendimento da história recente da sociedade brasileira.

Intervenções militares e estratégias de desenvolvimento

O golpe de 1964 derrubou na prática a sustentação de qualquer teoria atribuindo o papel de poder moderador às Forças Armadas. Teoria que é muito mais uma doutrina dos próprios militares ou uma “política laudatória” conforme observaram seus críticos. Uma avaliação criteriosa dessa doutrina confirma que, mais do que uma terapia adequada às insuficiências da democracia representativa no país, as intervenções militares foram uma tentativa de continuar a política por outros meios e contribuíram, no mais das vezes, a exacerbar e não a moderar os antagonismos sociais³⁴. E a noção de poder moderador aplicada ao papel das Forças Armadas foi fonte de “ambigüidade, oportunismo e instabilidade”³⁵.

Nos anos oitenta, após o ciclo da ditadura militar e durante o processo de democratização da sociedade e, principalmente no momento da definição do papel constitucional das Forças Armadas na Constituinte, surgiram diversas teses sobre o que se deveria inscrever na nova Constituição. Para alguns analistas, a única maneira de evitar as intervenções militares era insistir na neutralidade política da corporação, condição para evitar a repetição dos conflitos políticos sérios que rasgaram o aparelho militar no passado e

editoriais e artigos dos principais jornais brasileiros incitando ao golpe, apoiando o movimento etc.

³⁴ J.Q. de Moraes, “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”. In: J.Q. de Moraes. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, Coleção Trajetórias, nº 7, Campinas, IFCH/Unicamp, p. 57-110.

³⁵ E.C. Coelho, “A Constituinte e o papel das Forças Armadas”. *Política e Estratégia*, v. III, nº 3, julho-setembro de 1985, p. 372.

acabaram levando ao regime de 64. Para outros, a favor da politização, a penetração nas Forças Armadas dos conflitos ideológicos e políticos da sociedade seriam uma forma de neutralizar as tendências antidemocráticas latentes na instituição, porque assim elas se tornariam mais sensíveis aos problemas sociais do país ou porque a divisão evitaria a intervenção, já que esta pressupõe um mínimo de unidade e coesão.

Portanto, o papel tutelar das Forças Armadas, e as intervenções militares acontecidas entre 45-64, culminando na institucionalização da ditadura militar no pós-64 teriam decorrido ou do excesso ou da falta de politização das Forças Armadas e poderiam se resolver pela ausência ou pelo incremento de *parti pris* político-ideológico.

Na realidade a tradição intervencionista das Forças Armadas derivou de fatores institucionais cujas raízes estão nas reformas dos anos trinta, a saber, a doutrina de segurança nacional e o corporativismo militar. Posicionar as Forças Armadas acima da sociedade e dos governos legitimamente constituídos, deixar a seu cargo definir o conteúdo da “segurança nacional”, atribuir ao exército, à marinha e à aeronáutica o poder de decidir da legalidade ou não dos atos dos governos eleitos pelo voto dos cidadãos, resultou no passado na prática dos golpes e contragolpes militares. A subordinação à soberania popular, o que na prática significa o respeito à Constituição e aos ditames políticos dos governos legitimamente eleitos constitui a única inserção aceitável das Forças Armadas na sociedade e na política.

Nessa linha de raciocínio, como alguns analistas avaliaram na época, a mudança do texto constitucional era insuficiente para mudar o comportamento tradicional e corporativo das Forças Armadas, mas algumas precauções eram cabíveis para que a doutrina do caráter *moderador* do intervencionismo militar, desgastada em razão da ditadura militar, fosse aposentada de vez. A tarefa não era simples, entretanto, dada a presença de forças liberais conservadoras na ampla aliança que restabeleceu a eleição direta, além é

claro, do poder de pressão que ainda possuía a corporação. Para garantir o afastamento da corporação do papel de polícia interna devia-se suprimir das atribuições constitucionais das Forças Armadas a responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem, uma vez que da função de garantidor da lei e da ordem os militares derivavam sua obediência limitada à lei. A “obediência dentro dos limites da lei”, introduzida por Rui Barbosa em 1891 para refrear o Executivo, acabou servindo de justificação para o intervencionismo, pois dava aos militares o poder de julgar da legalidade das ações governamentais.

Restava, por outro lado, definir o papel que efetivamente deveria ser atribuído aos militares, além da sua função tradicional de defender o país das ameaças externas ao seu território e à sua soberania. Para os pesquisadores Alexandre Barros e Edmundo Campos Coelho, já que a probabilidade de fazermos guerras externas é remota, as Forças Armadas sofrem de um “desemprego estrutural” que problematiza sua limitação às atividades exclusivamente profissionais. Nesse sentido, a doutrina da segurança nacional, a ênfase no inimigo interno e a ameaça da chamada “guerra revolucionária” constituíram um modo não democrático de sublimar esse “desemprego estrutural”, mas constituem um recurso incompatível com uma sociedade e um Estado que se querem democráticos.

Murilo de Carvalho percebe na evolução recente da sociedade brasileira o surgimento de formas novas de sair desse aparente impasse.

A modernização capitalista alcançou níveis muito mais profundos em comparação com 1945, ou mesmo com 1964. Diversificou-se o parque industrial, ampliou-se a indústria de base, criou-se uma indústria de bens de capital, cresceu a presença do país no mercado de exportação de bens industrializados, avançou muito a pesquisa tecnológica. Tais mudanças abriram espaço para abrigar, como em parte já abrigam, amplos setores das Forças Armadas dando-lhes uma atividade que as vincula solidamente à sociedade e lhes permite

ao mesmo tempo exercer o papel de agentes de defesa da soberania nacional e não de guardas milicianos da ordem.³⁶

Para o autor, a inserção da Aeronáutica e da Marinha na indústria bélica já configuraria uma opção viável e compatível com a nova fase; seria desejável direcionar o Exército para a indústria bélica e a produção de tecnologia.

Faltou ressaltar que parte desse desenvolvimento sócio-econômico foi resultado das lutas dos militares nacionalistas do passado que o golpe militar, por um lado obnubilou e por outro, na prática preservou. Além disso, também é preciso notar que as Forças Armadas se direcionaram para as novas tecnologias desde os anos 1950, quando oficiais das três armas, mas, sobretudo, do Exército, estiveram envolvidos na instalação da indústria automotiva (a Fábrica Nacional de Motores), a implantação do parque siderúrgico (Volta Redonda), nas atividades relacionadas à indústria química e à exploração do petróleo etc. Não parece, portanto, difícil que com verbas e programas específicos os militares possam se tornar dinâmicos nas áreas de pesquisas ligadas às atividades militares de ponta hoje: biotecnologia, materiais compostos, *lasers* e informática³⁷. Não parece residir aí a dificuldade.

O problema maior é que a tradição corporativa e a doutrina de segurança nacional não desapareceram completamente do dia a dia da corporação. O próprio texto constitucional que foi aprovado representou uma conciliação entre a posição dos críticos das intervenções militares e aqueles que continuam a acreditar que existem “boas” intervenções militares. O artigo 142 da Constituição de 1988 dispõe que:

³⁶ J.M. de Carvalho, “Os militares e a Constituinte”. *Presença*, nº 8, agosto de 1986, p. 38-44.

³⁷ Sobre a relação entre militares e informática ver Domício Proença Jr., “Informática e Indústria Bélica”. *Política e Estratégia*, v. III, nº 3, julho-setembro de 1985, p. 481-494.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Como se vê não foi possível retirar completamente a “garantia da lei e da ordem” das suas atribuições e isso deixou a porta aberta à utilização das Forças Armadas para dirimir conflitos sociais. E isso efetivamente ocorre na atualidade, como comprova o decreto nº 5.261 de 3 de novembro de 2004, no seu artigo primeiro que dispõe que:

A 11ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede na cidade de Campinas-SP, fica transformada em 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia da Lei e da Ordem, permanecendo subordinada à 2ª Divisão de Exército.

Esse dispositivo pretende que se use o Exército para reprimir movimentos sociais urbanos considerados “radicais”. A discussão sobre o papel reservado às Forças Armadas na sociedade brasileira no caminho da democracia está longe, portanto, de ter se encerrado.

Por outro lado, se a agenda econômica nacional desenvolvimentista é hoje considerada ultrapassada, tendo sido substituída pela obediência às metas e prioridades estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio, e embora a discussão sobre as estratégias de desenvolvimento tenha arrefecido nos últimos anos, os problemas brasileiros que estavam na agenda do ISEB nos anos 50 não desapareceram. Entretanto, as propostas de reforma que surgem no cenário nacional estão postas em termos de produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade. A reforma do Estado pretende tornar o país mais competitivo nos mercados mundiais e mais atraente para os capitais internacionais. Enquanto cidadãos e

em face da reformulação da sua inserção na sociedade os militares serão levados a participar das discussões que pautarão os próximos anos. A questão é saber como se traduzirão em *termos do debate atual* as preocupações expressas no passado com o crescimento econômico e a soberania nacional.

A LUTA IDEOLÓGICA NA CONJUNTURA DO GOLPE DE 1964

Caio Navarro de Toledo*

Introdução

1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe, publicado em 1981, é o primeiro trabalho que analisa, de forma metódica e em profundidade, a atuação de relevantes setores da chamada *sociedade civil* no golpe de Estado de 1964. Com o estudo de René Armand Dreifuss, a expressão *golpe civil-militar* será incorporada pela bibliografia acadêmica sobre 1964. Desde então, a designação de *golpe militar* – dominante na literatura política – passou a ser questionada pela sua insuficiência explicativa. A extensa documentação apresentada por Dreifuss sobre a atuação das chamadas *elites orgânicas* demonstrou que importantes atores da *sociedade civil* foram decisivos na preparação e execução do golpe de abril de 1964.

Neste texto, pretendo explorar uma sugestiva questão – levantada por Dreifuss – relativa à luta ideológica no pré-64.

* Professor colaborador voluntário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Bolsista do CNPq.

No cap. VI, *Ação de classe da elite orgânica: a campanha ideológica da burguesia*, o autor afirma que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) – entre suas extensas e múltiplas atividades – organizava palestras, cursos e seminários com o propósito de levar a sua ideologia “*a recrutas e também para moldar a força social empresarial em um bloco burguês de poder*”. Através de seu trabalho de formação político-ideológica, o IPES visava se constituir numa espécie de anti-ISEB.

Em suas palavras, o IPES se apresentava como “*uma alternativa ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o centro nacional-reformista de pesquisas e de formulação de opções políticas, que atraia acadêmicos, militares, jornalistas e estudantes*” (p. 258).

Praticamente esta foi a única referência ao ISEB ao logo das oitocentas páginas do livro. Creio que a sugestiva observação de Dreifuss merece ser aqui um pouco explorada. De imediato, *duas razões* justificariam esta incursão comparativa.

Primeira razão. O ISEB se constituiu num dos mais ativos núcleos do debate em torno do nacional-desenvolvimentismo, durante quase uma década – de meados dos anos 50 até o golpe de 1964¹. O Instituto reuniu intelectuais e técnicos que proviam de diferentes formações filosóficas e ideológicas. Entre elas, o marxismo, a sociologia do conhecimento de Mannheim, a fenomenologia existencialista, o humanismo cristão etc.; ideologicamente, entre estes intelectuais encontravam-se, socialistas, liberais-democratas, católicos de esquerda, ex-integralistas. Visões diferenciadas do nacional-desenvolvimentismo se confrontarão abertamente dentro da Instituição. Como se sabe, num desses duos confrontos, Hélio Jaguaribe – inspirador e fundador do ISEB – retirou-se dos quadros da instituição.

¹ Sobre o ISEB, consultar: C. Navarro de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª. edição. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997 e N. Werneck Sodré. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro, Avenir, 1978.

No período do governo Goulart, o ISEB se engajou abertamente na defesa das reformas de base; como consequência dessa sua militância político-ideológica, a instituição foi – juntamente com outras entidades progressistas (UNE, CGT, PCB, Ligas camponesas etc.) – duramente reprimido, logo após o primeiro de abril de 1964.

O estudo de Dreifuss teve o mérito de demonstrar que o IPES foi um dos centros ideológicos e políticos mais destacados e ativos do pensamento liberal-conservador e reacionário no pré-64. Questionando as reformas de base de Goulart e propondo um modelo econômico e social que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, o IPES foi – ao contrário do ISEB – vitorioso em 1964.

Pode ser elucidativo, pois, o confronto e a comparação entre instituições que – de pontos de vista distintos e, às vezes, antagônicos – tiveram papel proeminente na cena política e cultural nos anos 60.

A outra justificativa que ressaltamos para esta análise comparativa se funda em razões *teóricas*. Nosso pressuposto é o de que a esfera política é constituída por *classes* e *movimentos sociais* bem como por *atores* e *instituições* que atuam com algum grau de racionalidade; nesse sentido, projetos de poder e discursos alternativos se formulam, disputam entre si, se associam e se antagonizam.

Na vida social, as ideologias não apenas são inevitáveis como estão sempre *relacionadas* umas com as outras. As ideologias não se expressam através de práticas ou discursos paradigmáticos ou autônomos. Na lúcida formulação de Poulantzas, a ideologia expressa como uma classe *vive* as suas condições de existência em estreita relação com a experiência vivida de outras classes; isso significa afirmar que a ideologia de uma classe é constituída “*até as raízes pela ideologia de sua antagonista*”. Poder-se-ia também dizer que a ideologia de uma instituição também é *constituída* em grande medida pelas representações das instituições que, na cena social, lhe são antagônicas.

Aceito este pressuposto teórico, passamos admitir que o campo da *luta ideológica* é um complexo e variado cenário onde se manifesta uma intensa disputa, como também um permanente tráfego simbólico: significados se opõem mas também são apropriados, trocados, transformados, recuperados e reinflitados.

Neste sentido, a luta ideológica deixa de ser pensada como a imposição unilateral de interesses, representações e valores de uma classe ou de um grupo social sobre outro; a luta ideológica passa a ser concebida como um cenário onde os discursos e as práticas se relacionam incessantemente.

Compreender o discurso e a prática de um agente político relevante implica conhecer a complexidade de suas relações com os outros atores – que com ele disputam, se opõem ou se associam no interior da vida social. De outro lado, a possibilidade da hegemonia de um discurso ideológico no interior da formação social dependerá da capacidade política e dos recursos materiais e simbólicos que os atores envolvidos manifestarem na luta social.

IPES e ISEB: dois aparelhos ideológicos

a) Quais as origens, objetivos, atividades e significados destas duas instituições e, em particular, que papéis desempenharam no processo político que culminou com o golpe de Estado? Haveria afinidades e confluências, ou se trataram de aparelhos ideológicos em radical oposição no cenário político dos anos 60?

Designamos estas duas instituições de *aparelhos ideológicos* tal como aparece no instigante e clássico ensaio de Althusser² – que, bem sabemos, se inspirou nas obras de Gramsci. Isso não significa que assumimos aqui a definição de *ideologia em geral* ali postulada pelo autor.

² Louis Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Presença, 1974.

Embora, em notas posteriores, esclarecesse que a noção de luta de classes não estava abandonada em seu ensaio, é difícil admitir a questão da luta de ideológica a partir do conceito de *ideologia em geral (omni-histórica, eterna como o inconsciente)*. Ou seja, ao identificar a ideologia com o fenômeno inelutável da interpelação que transforma os indivíduos em *sujeitos*, no sentido de *submetidos*.

Igualmente aqui discordamos da identificação que Althusser faz ao entender que, na ordem capitalista, todos os aparelhos ideológicos são *de Estado*. É sabido que sua negação acerca da pertinência teórico-explicativa da noção de *sociedade civil* levou-o a tal conclusão. Para Althusser, a noção de sociedade civil pertenceria à etapa filosófico-ideológica da obra de Marx, não ao momento da maturidade científica.

b) Feitos estes breves esclarecimentos, diríamos que, enquanto o ISEB se constituiu num *aparelho ideológico de Estado*, o IPES foi uma típica formação ideológica no terreno da *sociedade civil*. Certamente o IPES não deixou de ter fortes e estreitos vínculos com setores oficiais, em particular com a Escola Superior de Guerra, um típico aparelho ideológico de Estado. Se os militares participaram ativamente do IPES – inclusive em decisivos cargos de sua direção (como foi o caso do *bruxo* general Golbery de Couto e Silva) –, não se pode ignorar que foram os civis que tiveram a iniciativa de *criar e comandar* a instituição durante toda a sua existência.

Em contrapartida, os vínculos do ISEB com os setores oficiais procediam desde os seus primórdios. Foi ele foi a continuidade do chamado “*grupo de Itatiaia*”, conjunto de intelectuais e assessores governamentais que, desde agosto de 1952, se reunia numa dependência do Ministério da Agricultura, no Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro. Entre os participantes – majoritariamente desse Estado – estavam Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Candido Mendes, Roland Corbisier, Hermes Lima, Ewaldo Lima, Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e

outros. Documentos produzidos para as discussões do grupo e ensaios importantes – nas áreas da economia, da sociologia política, de antropologia e de cultura bem como avaliações de conjuntura política nacional e de política internacional – foram publicados pela revista *Cadernos de Nosso Tempo*, editada de 1953 a 1956 pelo IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política.

Naqueles anos, sob a presidência de Anísio Teixeira, a *Capex* firmou um convênio com o IBESP que organizou uma série de seminários intitulada de “os problemas de nossa época”. Foi este o embrião do ISEB, criado em julho de 1955, como entidade vinculada ao Ministério da Educação, na presidência do interino Café Filho (não sob o governo JK, como alguns chegam a confundir).

Como também se observou, o ISEB, como instituição estatal, teria sido concebido para ser a contrapartida da Escola Superior de Guerra. Como Escola Superior da Paz – nome inicialmente cogitado para a instituição –, o ISEB também visaria a *fabricação* da nação, por meio da formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Embora voltado para a formação de *quadros civis* – políticos, sindicalistas, empresários, profissionais liberais etc. – estava no horizonte do ISEB a necessidade de influir sobre a formação da elite militar. Tratava-se, pois, de convencer os altos escalões das Forças Armadas de que a segurança nacional e o Estado democrático apenas se tornariam possíveis por meio da consolidação do capitalismo industrial e das reformas sociais.

c) Para Dreifuss, as sementes dos mais atuantes aparelhos ideológicos das classes dominantes no Brasil contemporâneo – o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap) e o IPES – foram lançadas ao final da administração de JK.

Oficialmente, o IPES passou a existir em novembro de 1961, graças a iniciativa de intelectuais e empresários do RJ e de SP. Nas palavras de Dreifuss, o que unificavam estes agentes eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posiciona-

mento anticomunista e a sua ambição de reformular o Estado brasileiro. Embora os empresários tivessem supremacia no plano econômico e ascendência no campo da tecnoburocracia, a *elite orgânica* defendia a necessidade deles alcançarem a direção política e ideológica no interior da sociedade brasileira dos anos 60. Como esclarecia um documento, “a direção do país não poderia ser deixada somente nas mãos dos políticos”.

Para a *elite orgânica* do bloco econômico multinacional e associado, se impunha, pois, a tarefa de convencer o empresariado industrial e comercial de que, na defesa de seus próprios interesses, deveriam transcender os limites corporativos de classe e atender também as reivindicações dos grupos subordinados. O complexo IPES/IBAD se candidatava, assim a se constituir no *partido da burguesia associada*.

Com entusiasmo, a fundação do IPES foi saudada pelas entidades de classes empresariais, pelos intelectuais e políticos de orientação liberal-conservadora, por autoridades eclesiásticas e pelo conjunto da mídia brasileira.

Desde o início, o IPES desenvolverá uma dupla vida política: uma *face pública* e uma *clandestina*.

Como *objetivos* oficiais da instituição, eram abertamente postulados a promoção da “educação cultural, moral e cívica dos indivíduos” bem como o exercício da pesquisa objetiva e do livre debate que deveriam implicar *conclusões* e *propostas* para o progresso econômico, o bem estar social e o “fortalecimento do regime democrático” no Brasil.

A *face clandestina* encobria uma sofisticada e multifacética militância política, ideológica e militar. As operações *secretas* e *discretas* dessa burguesia insurrecional, nas palavras de Dreifuss, eram executadas por forças-tarefas especializadas e unidades de ação que, em autêntica linguagem militar, adotavam codinomes para suas atividades – “Operação Brado de alerta”, “Projeto Gammon” etc.

Por ocasião de sua criação, duas seriam as etapas da ação político-militar e ideológica do IPES. A *elite orgânica* deveria estar convencida de que – num primeiro estágio – caberia infundir nas classes dominantes e nas classes intermediárias a idéia da *resistência* contra o governo de Goulart e a da necessidade de sua derrubada. Para tal intento, os militares eram peças chaves na estratégia do IPES. Numa segunda etapa, se colocavam problemas de doutrinação e organização de um *bloco de poder burguês* que, na direção do Estado, deveria alcançar alguma legitimidade popular.

No cap. VI dessa obra, com riqueza de detalhes, se documenta a extensa ação de classe da *elite orgânica* do ponto de vista ideológico e da pura propaganda. Para Dreifuss, a elite orgânica lançou uma campanha político-militar que mobilizou o conjunto da burguesia, convenceu segmentos relevantes das Forças Armadas, neutralizou a dissensão e obteve dos setores tradicionais do empresariado, a adesão ou a passividade das camadas sociais subalternas. Antes disso, desenvolveu uma ampla campanha ideológica contra o chamado bloco histórico-populista. Essa campanha teve como alvos o Congresso, os sindicatos (urbanos e rurais), o clero, os jornais e revistas, as emissoras de rádio e as TV's, as associações culturais, os movimentos de mulheres etc. Surpreendentes recursos financeiros – que ultrapassavam em muito as despesas declaradas oficialmente pelo IPES –, foram utilizados nessa intensa atividade ideológica de desestabilização do regime democrático no pós 46.

Para Dreifuss, o bloco *modernizante-conservador* foi, a rigor, incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira; no entanto, foi eficiente ao minar bases de apoios ao governo Goulart. Assim, o IPES conseguiu bloquear, com certa eficiência, a discussão e a realização das reformas distributivas e medidas de cunho nacionalista na medida em que indispôs os setores médios e privilegiados da sociedade civil contra a ação do Executivo.

Na conclusão deste capítulo, Dreifuss assinala que a ação político-militar do bloco *multinacional e associado* foi vital para o

derrubada do bloco histórico-populista; teria sido também fundamental para levar à emergência de um novo bloco de poder no Estado, tendo à frente os militares identificados com o ideário da ESG e do complexo IPES/IBAD.

Considerações finais

Teria sido acertada a observação de Dreifuss para quem o IPES buscava ser o *anti-ISEB* nos anos pré-64?

Com certeza, o IPES foi criado para combater no plano ideológico e político um intenso movimento de idéias e debates em torno do nacional-desenvolvimentismo que – desde o segundo governo Vargas – estava em curso no país. Partidos políticos, instituições oficiais ou não, livros, revistas e jornais defendiam a necessidade do país se orientar pelo desenvolvimentismo de cunho nacionalista. Na linguagem desses atores, se impunha a consolidação do desenvolvimento industrial a fim de se constituir a *Nação brasileira*, subjugada pelas forças do conservadorismo e do atraso – representadas pelo imperialismo, pelo empresariado tradicional e pelo latifúndio improdutivo. Juntas, estas forças, constituíam a chamada *anti-Nação*. No plano político, se defendia a necessidade de uma ampla frente de classes onde se associariam a burguesia nacional, o proletariado industrial e as demais classes não-parasitárias da formação social brasileira.

O ISEB – ao lado do PCB, da FMP (que reunia parlamentares nacionalistas e socialistas), de economistas e técnicos do BNDE, da Sudene etc. – era uma das instituições ativas e militantes em defesa do nacional-desenvolvimentismo. A partir do governo Goulart – momento em que a instituição assume abertamente uma direção *esquerdizante* –, o ISEB passou a empunhar também a bandeira das *reformas de base*.

Tal como o IPES, setores do ISEB atribuíam a si a tarefa de se apresentarem como “*vanguarda esclarecida e eficaz, apta a des-*

pertar, nas novas forças dirigentes (...), a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos” pelo desenvolvimento industrial de cunho nacionalista.

A substancial diferença entre as duas entidades consistia no fato de que de que, no horizonte imediato do ISEB, estava a possibilidade de se construir um capitalismo com bases autóctones ou um *capitalismo nacional*. Para o IPES, o *capitalismo multinacional e associado* era uma exigência inelutável e imperiosa para o país. Se dentro do ISEB a questão da *hegemonia* na condução do processo de desenvolvimento era um tema controvertido – para uns, deveria ser o proletariado ou as massas populares, para outros a burguesia nacional –, para o IPES a *burguesia associada* era a única candidata a assumir a direção política e ideológica do processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

Veio 1964. Enquanto o IPES teve o apoio da burguesia multinacional e associada para a sua campanha, o ISEB – bem como o conjunto das forças nacionalistas – não conseguiu convencer a burguesia brasileira a empunhar, de forma conseqüente, o ideário nacional-desenvolvimentista. Quem “ganhou”, quem “perdeu”?

O golpe civil-militar de 1964 teve, como um de seus mais eficientes protagonistas, um aparelho político e ideológico da *sociedade civil* brasileira nos anos 60. Em contrapartida, um aparelho ideológico de Estado – que defendia o alargamento da democracia política – viu derrotadas suas propostas reformistas.

No debate ideológico recente, tem-se concebido a *sociedade civil* como um espaço privilegiado e virtuoso; por excelência, seria ela a portadora de valores *progressistas* e de ideais *libertadores e democráticos*. O golpe de 1964 em nada comprovou esta tese, de fundo liberal, que hoje tem ampla acolhida, inclusive nos setores da chamada “esquerda democrática”.

De outro lado, o golpe de 1964 evidenciou que nem sempre o Estado e seus agentes – como querem os apologetas da *sociedade civil* – são portadores de ideais e concepções atrasadas ou autoritárias sobre a organização e a dinâmica da vida social.

No pré-64, proeminentes setores da sociedade civil – empresários industriais, associações de classe, partidos políticos, Igreja, entidades culturais, Imprensa etc. – optaram pelo repúdio à vigência do regime democrático, ainda que se soubesse de seus limites nos marcos do capitalismo.

O IPES – que atuava de forma aberta e clandestina – foi vitorioso com o golpe de Estado. O ISEB – que atuava de forma aberta e democrática – teve sua existência condenada pelos golpistas. As propostas do ISEB foram repudiadas – não propriamente pela sua inconsistência ideológica ou inviabilidade histórica. Mas, sim, pela força das armas.

Por último, o livro de René Dreifuss contribui para o questionamento de falaciosas formulações que recentemente voltaram a ser difundidas pelos meios de comunicação. Por ocasião dos 40 anos do golpe de 1964, autores – inclusive de orientação progressista – reforçaram uma visão distorcida produzida pelos ideólogos do golpe³.

De um lado, foi afirmado que, no pré-64, as esquerdas não “morriam de amor pela democracia”. Caso prezassem a democracia, não teriam sido *maximalistas* na defesa das reformas econômicas e sociais. Em outros termos, se as esquerdas fossem menos *radicais* em suas reivindicações, o golpe de direita não viria. Ou seja, a democracia liberal estaria salva...

De outro lado – sem que estes autores tivessem agregado qualquer comprovação factual –, foi afirmado que, no pré-1964, *todos eram golpistas*. Não apenas a direita, mas também Jango e alguns setores de esquerdas.

Forçoso se torna concluir que a direita nada mais teria feito do que – *preventivamente* – ter se antecipado ao golpe de Jango ou de radicais de esquerda... Queiram ou não estes intérpretes, a direita brasileira teria agido, pois, em legítima defesa.

³ Uma crítica desses equívocos encontra-se em C. Navarro de Toledo, “As falácias do revisionismo. Sobre o golpe de 1964”. *Crítica Marxista*, nº 19, 2004.

O livro de Dreifuss contrapõe-se abertamente a estas inconseqüentes versões na medida em que evidencia – com farta documentação – que, desde os anos 50, o golpe estava no horizonte político dos setores liberais e conservadores.

A conclusão a que chegamos com a leitura do valioso livro de René Dreifuss não pode ser outra: mesmo que as esquerdas deixassem de difundir as muitas bravatas e *boutades* que produziu, a direita brasileira – associada ao capital multinacional – não abriria mão do golpe que há muito tempo vinha arquitetando contra o regime democrático e contra as reformas sociais.

O EFEITO DESMISTIFICADOR DE *A CONQUISTA DO ESTADO* NA ANÁLISE DAS BASES SOCIAIS DA CONTRA-REVOLUÇÃO

*João Quartim de Moraes**

1. O livro e o golpe

Estava muito longe de supor, ao redigir, há uma década atrás, o Capítulo III (“Em torno de 1964: Contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura”) de *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, que retomaria essa discussão numa homenagem póstuma a René Dreifuss. Naquela ocasião assinalei em nota¹, que embora o método marxista permitira-me não perder de vista, nos textos escritos ao longo dos anos setenta, em particular no artigo “La nature de classe de l'État brésilien”, publicado em *Les Temps Modernes*², bem como nos capítulos de minha tese de doutorado retomados naquele livro, o caráter de classe da ditadura militar e, portanto os

* Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

¹ Campinas, IFCH/Unicamp, 2001, Coleção Trajetórias, nº 7, p. 111-112, nota 2.

² “La nature de classe de l'État brésilien”. *Les Temps Modernes* (Paris), nº 304 (XXVII), p. 657-675 e 305 (XXVII), p. 853-878, novembro de 1971 (primeira parte) e dezembro de 1971 (segunda parte).

interesses econômicos aos quais ela servia, faltara-me, para avaliar com precisão a importância da participação das entidades patronais, notadamente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), nome que não enganava quase ninguém³, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujo objetivo, como seu nome não diz, era agredir a democracia, na organização do movimento contra-revolucionário, a documentação historiograficamente decisiva (porque deixou evidente a função decisiva exercida pelos círculos dirigentes patronais na montagem do dispositivo golpista) que René Dreifuss divulgou, em 1981, no livro *1964: a conquista do Estado*⁴.

Sem dúvida, nenhum observador ou analista minimamente lúcido da mobilização reacionária que conduziu ao golpe de 1964 e à ditadura militar precisou esperar a publicação do livro de Dreifuss para saber que ela envolveu um vasto espectro de interesses domi-

³ A esquerda traduzia-lhe a sigla oficial por “instituto de pressão econômico-social”. É notável a proximidade cronológica entre o duplo desastre sofrido pela direita em agosto-setembro de 1961 (renúncia de Jânio Quadros e o subsequente malogro do pronunciamento militar visando a impedir que seu sucessor legal, João Goulart, assumisse a presidência) e a fundação do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a 29 de novembro de 1961, bem como de organizações congêneres, integrantes do “feixe” (servimo-nos deste neologismo político para enfatizar a semelhança da mobilização contra-revolucionária brasileira com o “fascio” mussoliniano) cripto-fascista que iria assaltar com sucesso o poder em 1964. Embora tal proximidade cronológica sugira que as pré-condições para a mobilização contra-revolucionária da burguesia industrial e financeira estivessem reunidas desde antes (não se forja uma vanguarda de classe, mesmo tratando-se de uma classe dominante, num tão curto espaço de tempo), é incontestável o vínculo de causa a efeito entre o duplo fiasco do governo Jânio Quadros e do golpe anti-Goulart e a iniciativa de organizar fora e acima dos quadros partidários o estado-maior do patronato de choque.

⁴ René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981. (A versão inicial é sua e foi redigida em inglês como tese de doutorado)

nantes, todos empenhados em salvar, num só golpe, a propriedade, Deus, a família e a liberdade: latifundiários enfurecidos, testas de ferro de trustes, ruidosas “marchadeiras” (de ambos os sexos), militares adestrados para caçar comunistas, ao lado de conformistas assustados de todos os matizes. Como bem notou o saudoso Nelson Werneck Sodré a propósito do fracasso do “dispositivo militar” do governo Goulart, que se mostrou incapaz de enfrentar o movimento sedicioso desencadeado em 31 de março de 1964,

A ausência de resistência militar por parte do governo surpreendeu os próprios empreiteiros do golpe. Na verdade, Goulart dispunha de elementos militares suficientes para a resistência. Se tal resistência - face à presença dos heróis da *Brother Sam* - teria sido suficiente, teria condições de deter o golpe, é outro problema. O que paralisou a ação das forças militares de que o governo dispunha foi, justamente, a prévia derrota política das forças populares que apoiavam o governo (...). Daí o fato de que o golpe foi político, embora operado por forças militares.

Lembrando que, de 1945 em diante, todas as intervenções políticas das Forças Armadas (salvo a do general Teixeira Lott em 1955), foram inspiradas pelos partidos reacionários derrotados nas urnas acrescenta:

Devidamente dopados pelo anticomunismo e pela ação maquiavélica da mídia, os militares faziam sempre o serviço que lhes era solicitado. Jejunos em política, alimentados pela propaganda, supunham, que estavam mesmo salvando *Deus, a Pátria e a Família*, nada menos do que isso.⁵

⁵ Nelson Werneck Sodré, “Trinta anos depois”. *Carta*’ (Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro), nº 11, Brasília, Senado Federal, 1994, p. 40. Examinei as razões do fracasso do “dispositivo militar” de defesa do governo de João Goulart em *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*, p. 117-132, versão ampliada e modificada de textos publicados em *História*, UNESP, 14 (1995), p. 49-59, sob o título “O colapso da resistência ao golpe de 1964” e em Caio Navarro de Toledo (org.), *1964*.

A operação *Brother Sam*, à qual alude Sodré, foi desencadeada pelo Pentágono às 15:30 de 31 de março de 1964, mobilizando um *fast carrier task group* (do qual fazia parte o porta-aviões *Forrestal*), com o objetivo de fornecer aos sediciosos o carregamento de quatro petroleiros gigantes, bem como 110 toneladas de armas e munições, a serem transportadas por aviões de guerra⁶. O rápido sucesso do golpe tornou desnecessário o prosseguimento da operação. Mas embora a intervenção militar direta do governo estadunidense não tenha chegado a se concretizar, a certeza de poderem contar com o “colosso do Norte” (para retomar fórmula corrente entre a direita pró-imperialista) trouxe grande encorajamento aos conspiradores, além claro, de confirmar o sistemático desrespeito do Império do dólar à soberania dos povos cujos governos o incomodam.

A despeito de ter sido sempre denunciado pela esquerda, o apoio da Casa Branca e do Pentágono ao golpe só foi reconhecido em 1976, quando foram divulgados vários documentos do arquivo Lyndon Johnson relativos à participação de seu governo na articulação do movimento sedicioso, notadamente um memorando do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, classificado como “ultra-secreto” e dirigido aos principais conselheiros políticos, diplomáticos e militares do presidente L. Johnson (Dean

Visões críticas do golpe. Campinas, Editora da Unicamp, 1997, p. 117-133, sob o título “O colapso da resistência militar ao golpe de 1964”.

⁶ A participação estadunidense na conspiração e na preparação do golpe está amplamente documentada no livro de Phylis Parker, *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, inteiramente consagrado ao tema, bem como em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973 e *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, ambos de L. Moniz Bandeira; cf. também seu artigo “Segurança continental e o golpe de 64”. *Carta*, loc. cit., p. 91-104. Ver também Marcos Sá Correa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, LPM, 1977.

Rusk, Thomas Mann, coronel J.C. King, representante da CIA junto ao presidente, general Maxwell Taylor, adido militar da presidência e outros). Com a data de 27 de março de 1964, o memorando dá o sinal verde para o golpe, salientando o papel a ser desempenhado pelo general Castelo Branco, cuja “cristalização” como “líder de um grupo de resistência militar” é considerada como “o mais significativo desdobramento” da situação no Brasil⁷.

Entretanto, o próprio curso objetivo dos acontecimentos ao longo dos dezessete anos que separam o golpe de 1964 do lançamento do livro, em 1981, tinha favorecido a identificação da ditadura ao componente militar do regime, obscurecendo a forte participação das classes sociais privilegiadas no movimento sedicioso e o decisivamente entusiástico apoio que prestaram a seu desfecho vitorioso. Com efeito, exatamente por não ter sido criado de um só golpe, o regime ditatorial só assumiu suas formas e métodos mais perversos ao longo de uma escalada golpista em que a articulação contra-revolucionária da burguesia e do latifúndio e a mobilização das massas reacionárias (decisivas em 1964 não somente para o sucesso do ato de força que derrubou João Goulart mas também para a implantação do regime de exceção que alegava pretender salvar a democracia) foram sendo substituídas por pronunciamentos tramados nos bastidores e desfechados pelo Alto Comando das Forças Armadas.

Cada um destes sucessivos atos de força, que culminaram no terrorismo de Estado do general Garrastazu Médici, estabeleceu novo patamar para a concentração do poder discricionário na cúpula militar do Estado. Porém, salvo para os que acreditam na pré-determinação dos fatos históricos, este tenebroso desfecho não correspondeu a uma fatalidade, embora sua possibilidade objetiva se inscrevesse desde o início na contradição entre o princípio liberal-democrático, cuja preservação havia servido de pretexto para derrubar o governo legal, e o ato de força que conduzira ao poder

⁷ Cf. *Jornal do Brasil* de 18 a 20 de dezembro de 1976.

os golpistas triunfantes. Esta possibilidade só se concretizou com mais dois golpes, o de 1965 e o de 1968. O golpe de 1965 decorreu diretamente da contradição intrínseca à situação política instaurada no malfadado 1º de abril de 1964: coexistência de um regime discricionário de exceção, portanto, em princípio provisório, e de modificações pretendidas duráveis.

Esta contradição está expressa com todas as letras já no preâmbulo do *Ato Institucional*, redigido por Francisco Campos (um clérigo-fascista veterano do Estado Novo) e decretado na data de 9 de abril de 1964, com a assinatura do general Costa e Silva pelo Exército, do brigadeiro Correia de Melo pela Aeronáutica e do almirante Rademaker pela Marinha. De um lado, reconhecendo antecipadamente que a “revolução” não se limitaria a depor o presidente e a cassar mandatos e direitos políticos dos que o tinham apoiado, os signatários declaram que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte”, legitimando-se “por si mesma”. Por isso mesmo, ela “não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste ato institucional, resultante do exercício do poder constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”. De outro lado, reconhecem também que o poder constituinte pode se manifestar “pela eleição popular”, mas “a revolução” é sua “forma mais expressiva e mais radical”. Não declaram o que ocorreria se o sufrágio universal viesse a negar a auto-legitimação da pretensa “revolução”, mas sugerem que, nesta hipótese, prevaleceria a forma mais expressiva e radical do poder constituinte. Retórica reacionária à parte, fica sub-entendido que o ato de força renegaria a si próprio se admitisse ser contestado pelo voto.

2. Duas provas decisivas

Dentre os motivos do muito merecido sucesso de *1964: A conquista do Estado*, dentro e fora da Universidade, um dos maiores

foi ter provado, com irrefutável documentação que (1) o golpe reacionário de 1964 começou a ser sistematicamente preparado desde 1961, desmentido, portanto rigorosa e frontalmente, o argumento de protagonistas e defensores do movimento sedicioso (reiterado *ad nauseam* pelo coronel Passarinho e sócios e recentemente retomado pelos revisionistas liberais)⁸ de que eles recorreram preventivamente à força para se antecipar a um projeto golpista que estaria sendo meditado ou até mesmo urdido pelo governo João Goulart e que (2) foi decisiva, na mobilização reacionária que culminou no golpe de 1964, a iniciativa direta de banqueiros, grandes industriais e comerciantes e outros plutocratas, apoiados pelas principais associações e federações patronais do país.

Para compreender o alcance desta dupla demonstração, é necessário retornar à conjuntura em que se configurou o cenário e se definiram os protagonistas do drama histórico que teve seu desfecho no golpe de 1964: as eleições presidenciais de 1960. A UDN tivera de superar compreensíveis relutâncias para apoiar a candidatura de Jânio Quadros à presidência. Na verdade, não tinha muita escolha: o marechal Henrique Lott, candidato de uma aliança nacional-democrática em que era forte a presença da esquerda⁹, dispunha de perspectivas concretas de vencer a eleição presidencial. Para a direita, não era pois hora de indicar o candidato preferido, fosse ele um político bem comportado e sempre às ordens ou um reacionário de choque, como o ácido Carlos Lacerda e sim de apoiar o melhor caçador de votos capaz de derrotar Lott. Cooptou Jânio, que no início dos anos 50 era vereador do insignificante

⁸ Entre os quais pontificam intelectuais “de resultados”, nomeadamente um certo Marco Vila, reacionário de choque, mas também o socialista cor de rosa L. Konder. Uma crítica objetiva e convincente desses equívocos encontra-se em C. Navarro de Toledo, “As falácias do revisionismo. Sobre o golpe de 1964”. *Crítica Marxista*, nº 19, 2004.

⁹ A candidatura de Lott foi apresentada pela coligação governamental PSD-PTB, majoritária no Congresso e no país. Constituíu um passo à esquerda relativamente à aliança que elegera Juscelino Kubitschek em 1955.

Partido Democrata Cristão (PDC), tornando-se, em galopante carreira política, prefeito de São Paulo em 1953 e governador do Estado em 1954. Eficientíssimo caçador de votos, combinava retórica enfática, talento histriônico, demagogia carismática e rançoso moralismo pequeno-burguês. Estas duvidosas qualidades, estimuladas por cada vez maior consumo de bebidas alcoólicas, valeram-lhe ser eleito presidente da República em 1960.

Esta primeira e única vitória eleitoral da direita udenista na disputa da presidência foi, entretanto, além de ambígua e efêmera (triumfou um aventureiro, auto-vestido de uma nebulosa missão regeneradora, que logo tropeçou nas próprias pernas), tanto mais contraproducente que seu candidato a vice, Milton Campos, politicamente mais confiável do que Jânio, porque identificado ao moralismo udenista, foi derrotado pelo candidato da esquerda, João Goulart, o qual, embora carecendo dos traços de caráter próprios a um dirigente de estatura histórica (não se pode compará-lo a um Salvador Allende, por exemplo), não era um politiquês vulgar, contrariamente ao que pretendem não somente os udenistas explícitos, mas também aquela esquerda especializada em responsabilizar somente a esquerda por suas derrotas, como se para vencer bastasse apenas não errar¹⁰. Mostrara coerência em sua trajetória política, vinculada ao PTB (que não era, naquela época, mero balcão de negócios políticos) e ao sindicalismo getulista. Candidato a vice na chapa de Lott, foi eleito em outubro 1960, beneficiando-se da legislação eleitoral de então, que não obrigava a votar nos candidatos da mesma chapa, graças à recusa de parcela importante do

¹⁰ Caio Prado Jr., o mais eminente representante destes censores dos derrotados, declarou que “Jango procurou imitar Getúlio, mas o problema é que tinha todos os defeitos de Getúlio elevados à enésima potência e nenhuma de suas qualidades. E deu nisso que tinha de dar”. Entrevista a *O Estado de S. Paulo* de 11 de junho de 1978. Nada mais lamentável para um historiador do que fazer previsões retrospectivas, sobretudo neste grau de simplismo.

eleitorado popular de Jânio de votar para vice-presidente no ude-nista Milton Campos.

Confiando em sua própria (e nebulosa) inspiração para levar adiante, acima dos partidos políticos, sua pretensa missão moralizadora dos costumes cívicos¹¹, mas embriagado, inclusive no sentido literal, por tão vertiginosa ascensão, Jânio logo se atolou em megalômanas fantasias, que culminaram no bisonho auto-golpe promovido em agosto de 1961, cujo fracasso levou-o a demitir-se. A este fiasco somou-se, graças à resistência republicana encabeçada por Brizola, o do pronunciamento golpista da cúpula do Exército, que pretendia impedir a posse de João Goulart, sucessor constitucional do frustrado Bonaparte de periferia.

A reação burguesa e latifundiária tirou deste duplo fracasso de agosto 1961 a conclusão de que não lograria debelar a ameaça a seus privilégios recorrendo apenas aos partidos políticos disponíveis, sobretudo considerando que a eficácia do recurso aos militares mostrara-se problemática. A criação do IPES e de organismos congêneres, logo em seguida, correspondeu claramente à percepção, nos meios patronais, do que podemos chamar uma “crise de hegemonia”, mas que a imprensa a serviço deles designava, em linguagem policial, *subversão comuno-peleguista*: suas posições e privilégios de classe estavam ameaçados pela ascensão potencialmente revolucionária das classes subalternas numa situação políti-

¹¹ Em sua própria versão, mais exatamente, na pluma de Antônio Houaiss, um dos coadjuvantes do próprio Jânio Quadros e de Afonso Arinos, co-autores de *História do povo brasileiro*. 2º ed. São Paulo, J. Quadros Editores Culturais, 1968, VI vol., da qual extraímos as notas (auto) biográficas que seguem, Jânio conquistou “a suprema magistratura do país na base de suas qualidades pessoais, já que não se fizera, no curso de rápida vida pública, nem catalisador de tendências político-partidárias definidas, nem defensor, ostensivo ou velado, de grupos de pressão poderosos, visto como, ao contrário, ousara apresentar-se sempre com ampla mobilidade crítica, verberando -através de pregação moral e de externados anseios de justiça social- partidos, tendências, instituições, correntes e indivíduos” (op. cit., p. 213).

ca em que estavam descrentes da possibilidade de fazer valer seus interesses pela via eleitoral. Precisavam de uma organização de tipo novo, capaz de superpor aos instrumentos habituais de dominação burguesa (manipulação eleitoral das massas, intoxicação “mediática” da opinião pública) formas conspirativas de atuação, coordenadas por uma direção estratégica disposta a recorrer a todos os meios, inclusive os piores, para articular a heteróclita aliança reacionária que, derrubando Goulart, resolveria pela força a crise de hegemonia burguesa. Da conclusão teórica à aplicação prática o prazo foi curto.

Dreifuss comprova, com exaustiva documentação, a amplitude e a importância das multiformes atividades conspirativas centralizadas pelo IPES por trás de sua anódina fachada legal. Simplificaríamos, entretanto, a dinâmica deste processo complexo e tortuoso se sustentássemos que o IPES ou o IBAD, que com ele se fundiu na prática (Dreifuss se refere ao “complexo IPES-IBAD”), formaram-se na perspectiva imediata de tomar de assalto o poder de Estado. Tal propósito, sem dúvida, estava presente no espírito de seus chefes, civis e militares, alguns dos quais vangloriar-se-iam mais tarde, sem mentir, de terem começado a conspirar em 1961. Mas justamente por encararem com critérios orgânicos (isto é, do ponto de vista dos interesses históricos da ordem do capital) a solução de força que estavam preparando, atuaram sem precipitação, com cautela correspondente à magnitude dos interesses e privilégios que pretendiam (e lograram) preservar.

Parece-nos justa, portanto a ênfase de Dreifuss no caráter orgânico do IPES. Entretanto, a fórmula com que o define, “elite orgânica da burguesia multinacional e associada”, apresenta inconvenientes. Não vemos, com efeito, nenhum ganho teórico no uso do termo “elite”. Não somente por ser dificilmente separável de conotações ideológicas manifestamente estranhas à inspiração democrática e anti-imperialista de seu pensamento, mas sobretudo porque restringe ao estado-maior da *conspiração* golpista (que exatamente por ser tal, devia atuar nos bastidores da cena política) as

funções dirigentes e portanto as responsabilidades políticas de uma ampla mobilização que envolveu todos os aparelhos políticos e ideológicos das classes dominantes, a começar dos partidos de direita e de extrema-direita.

A montagem do dispositivo golpista entre os militares coube ao general Golbery do Couto e Silva, que se integrou desde o início no núcleo dirigente do IPES. A tarefa apresentava dificuldades, porque as Forças Armadas, contrariamente à Igreja, estavam então politicamente divididas. O fato de que Brizola tivesse conseguido mobilizar parcela decisiva da oficialidade contra os golpistas de agosto 1961, era especialmente preocupante para a direita. Golbery supervisionou com zelo metódico e eficiente a organização, peça por peça, de uma tentacular rede conspirativa, formando através do controle das “empresas” políticas disponíveis (partidos, jornais, sindicatos patronais etc.) uma “holding” da conspiração contra-revolucionária, que centralizou contatos regulares com grupos reacionários extremistas, lavagem de dinheiro para suborno de plumitivos e outros sicofantas instalados nos meios privados de comunicação social etc.

Já no início de 1962, sob a coordenação do general Golbery, o IPES lançou sua primeira ofensiva ideológica. Para convencer as correntes de opinião assustadas com o avanço (mais presumido do que real) das forças de esquerda, de que, para salvar Deus, a Família e a Propriedade, era preciso derrubar o presidente João Goulart, uma tropa de jornalistas passou a anunciar com mercenária disciplina que o espectro do comunismo rondava o país. Além do patronato industrial e financeiro, a mobilização da rede contra-revolucionária envolveu a hierarquia da Igreja católica, a qual, na época (com a notável exceção de D. Helder Câmara), inspirada em posições virulentamente reacionárias, marchou coesa para o golpe. Aos industriais e latifundiários somou-se a maioria reacionária do clero. Um padre chamado Veloso, ex-reitor da PUC do Rio de Janeiro, ajudou a “branquear” os fundos ilegais repassados ao IPES pela plutocracia inquieta. O padre Leovigildo Balestieri,

outro sacerdote também mais preocupado com o profano do que com o sagrado, organizou uma das mais importantes frentes de massa da reação, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAM-DE), de onde saíram as furibundas “marchadeiras”, que iriam ganhar para a reação a batalha das ruas.

Chegada a hora da batalha final contra Goulart, não foi preciso improvisar. Estudos posteriores ao livro de Dreifuss, notadamente *Os Senhores das Gerais*, de Heloisa Starling, consagrado à conspiração e à mobilização golpista em Minas Gerais¹² confirmam pormenorizadamente a função hegemônica exercida pelo IPES, incontestavelmente o principal centro da articulação contra-revolucionária.

Dentre as preciosas informações de que o livro é pródigo, salientaremos apenas a minuciosa descrição das atividades conspiratórias do general Mourão Filho. Já no final de 1961 e início de 1962, quando comandava um regimento em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Mourão estava vinculado ao IBAD, ao qual prestou desde logo alguns serviços, notadamente ajudando a promover uma reunião do patronato rural gaúcho. Engajado na conspiração com o zelo de fascista impenitente, tornou-se rapidamente um de seus principais articuladores. Imaginava ser também um de seus principais dirigentes, mas como mostra Dreifuss com amplos pormenores, estava sendo manipulado pelos verdadeiros chefes da conspiração, isto é, pela cúpula do “complexo IPES-IBAD”¹³, que o manipulava como um bocó de mola, dando-lhe ou tirando-lhe gás, infiltrando militares que agiam sob sua coordenação no estado-maior de sua tropa. Quando, guindado ao comando da 42ª Região Militar e da 42ª Divisão de Infantaria do I Exército, com sede em Juiz de Fora, decidiu agir por conta própria, desfechando o golpe de Estado, por pouco não pôs a perder o tenaz e metódico trabalho subversivo do IPES. Era grande o risco de que, se permanecesse

¹² O livro de H. Starling foi editado pela Vozes (Petrópolis, 1986).

¹³ Cf. Dreifuss, op. cit., p. 373-396.

isolada, a quartelada de Mourão seria contida e derrotada pelo governo federal. Postos diante do fato consumado da intempestiva sublevação mineira, os demais articuladores do golpe, inclusive a direção do IPES, não podiam deixar de apoiá-lo, precipitando seus planos. Mais tarde, vitorioso o golpe, iriam colocar Mourão em seu lugar.

3. De um golpe a outro

Havia sem dúvida entre os chefes do golpe a expectativa de que o Ato de 9 de abril, cronologicamente o primeiro de uma longa série, seria o único. Tanto assim que não tinha número. Ademais, consignavam por escrito, em seu 11º e último artigo, o caráter provisório do poder excepcional de que estavam investidos, limitando-lhe a vigência ao dia 31 de janeiro de 1966. Este caráter pretensamente provisório era desmentido, porém, pelas medidas antidemocráticas de caráter permanente que ele introduzia. A rigor, a única medida de exceção com data marcada para expirar era o poder de cassar mandatos e demais direitos políticos. (Seria ressuscitado, com renovado ímpeto, pelo Ato 5). As outras medidas, pretendidas duráveis, modificavam a Constituição de 1946 (em cuja “defesa”, nunca será demais repetir, tinha sido desfechado o golpe), reforçando os poderes presidenciais e, portanto a máquina do Executivo.

Dissipando rapidamente a ambigüidade entre a retórica do provisório e a lógica da força, o general Castelo Branco cassou, em 8 de junho de 1964, o mandato de senador e suspendeu por dez anos os direitos políticos de Juscelino Kubitschek, o mais forte candidato às eleições presidenciais de 1965. Algumas semanas depois, no dia 22 de julho, uma emenda constitucional, aprovada por um Congresso expurgado e domesticado (o Ato Institucional suprimira a exigência de maioria de dois terços para reformar a Constituição e dera um prazo de trinta dias ao Congresso para votar emendas apresentadas pelo presidente), atribuiu mais

apresentadas pelo presidente), atribuiu mais quatorze meses de mandato a Castelo Branco (ele deveria, inicialmente, completar o mandato de João Goulart), prolongando-o até 15 de março de 1967.

A despeito destas e de outras manipulações¹⁴, a UDN, partido dos tartufos bem-pensantes da direita liberal, solidamente articulado aos interesses industriais e financeiros da burguesia pró-estadunidense e conseqüentemente ao golpe e ao novo regime, foi amplamente derrotada nas urnas por candidatos da oposição consentida em dois dos mais importantes Estados onde houve eleições para governador: Minas Gerais e Guanabara. Fato tanto mais significativo que os governadores destes dois Estados, respectivamente Magalhães Pinto e Carlos Lacerda figuravam entre os mais furi-bundos chefes civis da conspiração golpista¹⁵. A derrota eleitoral, ao manifestar inequivocamente o refluxo do movimento das massas contra-revolucionárias e reacionárias, uma vez atingido seu objetivo maior, derrubar o governo de esquerda (o único que o

¹⁴ O “bloco parlamentar revolucionário”, base governista no Congresso, agrupada em torno da UDN (partido que se tornara majoritário graças às cassações de mandatos dos colegas), fizera aprovar, em 9 de julho de 1965, por 210 votos contra 115, uma reforma eleitoral que eliminava os pequenos partidos e declarava inelegíveis por um ano os antigos ministros de Goulart.

¹⁵ Vale lembrar a este respeito que, evocando em depoimento a um jornalista sua participação na articulação do golpe de 1964, Carlos Lacerda admitiu que ele e Magalhães Pinto haviam mantido negociações visando a obter armas e apoio diplomático dos Estados Unidos. A entrevista de Lacerda “O último depoimento” foi publicada em dias sucessivos no jornal *O Estado de S. Paulo*. A passagem aqui citada é do dia de 9 de junho de 1977. Magalhães Pinto, também em declaração à imprensa (entrevista ao *Jornal do Brasil* do dia 23-12-1976), havia reconhecido, até por serem evidentes, seus contatos com a Embaixada norte-americana, negando, entretanto (mas só os muito ingênuos poderiam levá-lo a sério), ter pedido armas a seus interlocutores estrangeiros.

Brasil teve em sua história) fez aflorarem as contradições não resolvidas do movimento contra-revolucionário de 1964.

Foi o bastante para que o general Castelo Branco, replicando ao veredicto do sufrágio universal, decretasse, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº2. Este novo golpe (agora estritamente palaciano) suprimiu todos os partidos políticos, inclusive os da direita, substituídos pela ARENA, em que se agrupou folgada maioria de deputados e senadores dispostos a desempenhar o duvidoso papel de estafetas do regime, e pelo MDB, reservado à oposição consentida. Suprimiu também, no artigo 9º, a eleição direta do presidente da república, atribuindo ao Congresso, expurgado e manietado, a função de eleger o chefe do Executivo. Como o estuprador que se desculpa dizendo não ter matado a vítima, o Ato declarou, em seu artigo 1º, que a Constituição de 1946 seria mantida. Mas após tantas violações, não estava em condição de suportar mais remendos, amputações e enxertos, sobretudo desta envergadura. Estava moribunda.

Um último remendo lhe foi infligido pelo Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, que estendeu às eleições para governador o banimento do sufrágio universal. Em 15 de abril, decidido a mandar fabricar outra Constituição, Castelo Branco emitiu um decreto encarregando um grupo de quatro juristas de elaborar um anteprojeto, o qual, entretanto não lhe pareceu suficientemente retrógrado. Incumbiu então o ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva de redigir, sem maiores discussões, o texto da Carta a ser outorgada. Em seguida, por força do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, deputados e senadores receberam, para aprová-la, o prazo de um mês e meio (feriados de fim de ano incluídos). Nem por isso foram impedidos de desfrutar das férias: a ARENA, que tinha obtido 267 deputados federais contra 142 para o MDB nas eleições legislativas de 15 de novembro de 1966, iria, em qualquer hipótese, votar “sim senhor”. Mantinha-se assim, em hipócrita homenagem do vício à virtude, a forma republicana, ainda que esvaziada de conteúdo, como de um cadáver esvaziam-

se as entranhas para embalsamá-lo. Entrementes, no dia 3 de outubro, o agressivo e vulgar general Costa e Silva, que impusera sua candidatura contestando pela direita as posições politicamente menos truculentas de seu predecessor, tinha sido eleito presidente nos termos espúrios do artigo 9º do Ato Institucional nº 2.

Para o regime não foi pequeno o custo político desta “normalização institucional”. Carlos Lacerda, cuja grande ambição era tornar-se presidente, vinha se distanciando do governo Castelo Branco desde o início de 1965. No dia 18 de maio, notadamente, desfechou na televisão forte ataque à política econômica do ministro Roberto Campos, dito “Bob Fields” por seu liberalismo servilmente pró-imperialista. A prorrogação do mandato de Castelo Branco em julho de 1965, infligira uma primeira frustração séria ao funesto corvo udenista. Ele comentaria mais tarde que, àquela altura, a eleição presidencial já “tinha ido pro brejo”¹⁶. Mas as instâncias dirigentes da UDN continuaram a confirmar sua candidatura. Ela só foi mesmo chafurdar no brejo três meses depois, com a derrota eleitoral de outubro 1965, logo seguida do Ato 2. Mais ainda do que as ambições pessoais de Lacerda, para lá também tinham ido as pretensões de qualquer candidatura civil à presidência, a qual permaneceria, até 1985, cargo monopolizado pela cúpula do Exército.

A primeira reação do chefe civil do golpe após sua defenestração foi tentar mobilizar contra Castelo Branco os militares da “linha dura”, eufemismo dos jornalistas para designar os oficiais de mentalidade fascista. A despeito do prestígio de que desfrutava junto à massa dos oficiais de direita, não teve sucesso, até porque a função de mediador entre os elementos mais exaltados da direita militar, empenhados em engavetar “sine die” o sufrágio universal, e o desgastado governo de Castelo Branco foi assumida pelo gene-

¹⁶ Diria também, com o sarcasmo habitual, que o general-presidente “de-testava a prorrogação dos mandatos alheios”. “O último depoimento”, entrevista a *O Estado de S. Paulo*, 12 de junho de 1977.

ral Costa e Silva, que atropelando as duas pré-candidaturas militares governamentais (do general Adhemar de Queiroz e do marechal Cordeiro de Farias) e pondo-os diante de um fato consumado, lançou-se candidato em janeiro de 1966.

Posto, ele também, diante do fato consumado, Lacerda divulgou a seus “amigos fardados” duas cartas abertas (21 e 22 de outubro de 1966) em que, com a costumeira truculência verbal agravada pelo amargor, responsabilizava Castelo Branco por todos os desmandos e incoerências do regime. Uma semana depois, em 28 de outubro, distribuiu à imprensa o Manifesto da Frente Ampla, colcha de retalhos política, cujo único objetivo prático era propor uma aliança com os principais líderes proscritos pelo regime, de Kubitschek a Goulart.

Na medida em que a linha de clivagem da ruptura lacerdista parecia passar entre os líderes militares e civis da contra-revolução de 1964, reforçou-se a imagem de uma “ditadura dos militares”. Na verdade, o prestígio, em seus ambientes respectivos, dos dois protagonistas desta ruptura, tanto o do chefe civil da direita golpista quanto o do presidente da ditadura militar, estavam em inexorável declínio. Com a diferença de que as Forças Armadas mantiveram espessa coesão ao trocar de chefe, ao passo que a Frente Ampla subsistiu principalmente no noticiário jornalístico e morreu de esquecimento sem nunca ter verdadeiramente nascido.

No período aberto pela outorga da Constituição de 1967 e pela posse do general Costa e Silva, o vazio político instaurado pelo regime contra-revolucionário foi preenchido pela mobilização da oposição democrática, a qual, a partir de março de 1968, ocupou as ruas do país, contestando a ditadura com forte apoio da opinião pública. Reprimindo sem intimidar e legiferando sem se legitimar, o regime foi posto diante da constatação de que os atos de força que lhe tinham permitido submeter ou condenar ao ostracismo os chefes políticos da oposição consentida eram inócuos para silenciar a mobilização cívica que vinha dominando a cena política nacional durante vários meses. É verdade que ela perdera intensi-

dade a partir de outubro, mas nada provava que este refluxo iria ser duradouro. Salvo a romper de novo a já espúria legalidade vigente para soterrar de vez o ciclo das passeatas nas trevas espessas do ciclo do “sufoco”.

O desencadeamento paralelo do movimento de luta armada, também no primeiro semestre daquele ano, conferindo nova dimensão, ofensiva e assumidamente violenta, ao combate da oposição clandestina, reforçava nos detentores do poder de Estado a opção por um novo e mais radical ato de força, com suspensão “sine die” da Constituição de 1967. Precipitada pela manifestação de independência da Câmara Federal, que recusou licença para processar um deputado da oposição que, da tribuna, havia contestado o regime, a decisão foi concretizada por meio de mais um golpe, em 13 de dezembro de 1968, com a promulgação do *Ato Institucional nº 5*, que outorgou ao Alto Comando das Forças Armadas poderes discricionários sem precedentes.

À sombra do Ato 5, as prisões se encheram de novas levas de estudantes e demais militantes de diferentes tendências da resistência. Ao ciclo das passeatas sucedeu o ciclo do sufoco. A máquina policial e militar, com suas equipes de torturadores, tendo recebido carta branca para travar a guerra suja, concentrou-se então no aniquilamento do movimento de luta armada desencadeada no primeiro semestre daquele ano. Institucionalizado com a ditadura aberta, o recurso sistemático à tortura, primeiro para cercar e destruir a guerrilha urbana em seguida, a partir de 1972, a guerrilha do Araguaia, e complementarmente, para quebrar o ânimo (quando não os ossos) do que restava da resistência clandestina, conduziu à falaciosa identificação da ditadura e do golpe que lhe deu origem ao caráter militar do regime. A falácia, note-se bem, não consiste em sustentar que a cúpula militar assumiu o controle discricionário dos centros decisórios da máquina estatal, mas em supor que os militares agiram por conta própria. Contrariamente a uma imagem que prosperou até por ser trivial, a ditadura militar não era ditadura “dos” militares sobre “os” civis, e sim de milita-

res e civis reacionários e pró-imperialistas sobre as forças populares e progressistas da nação brasileira. Vale lembrar que mesmo no que concerne ao uso da tortura em larga escala para extorquir rapidamente dos presos as informações que permitiriam prender outros resistentes, a iniciativa pioneira foi tomada por membros do alto patronato paulista, os quais, articulados com torturadores do Exército e da polícia, entre os quais o truculento crápula Sérgio Paranhos Fleury, montaram o primeiro organismo especializado em guerra suja, a “Operação Bandeirantes” (OBAN). Os DOI-CODI só vieram depois. Mas exatamente por serem órgãos do Exército, reforçaram ainda mais, junto à opinião pública, a ocultação do apoio das classes dominantes à repressão dos “subversivos”.

RENÉ A. DREIFUSS ENQUANTO PESQUISADOR DE TEMAS ESTRATÉGICOS

*Eliézer Rizzo de Oliveira**

É muito feliz a homenagem que ora prestamos ao nosso querido amigo René Armand Dreifuss, ainda que um tanto tardia, pois está para completar-se o primeiro aniversário de sua morte. A homenagem é também oportuna na medida em que René foi um dos principais pesquisadores do golpe de 1964, ocorrido há quarenta anos. Além de tudo, trata-se de uma oportunidade para cultivarmos a memória e o afeto com relação à pessoa muitíssimo querida, ao pesquisador que legou alguns caminhos apenas iniciados no seu labor investigativo, ao lado de uma obra vasta, diversificada e complexa que ainda está por ser avaliada.

Além da inteligência aguda e da cultura ampla e profunda em Ciências Sociais, René – filho da imigração europeia e da cultura judaica – era poliglota, tendo acesso às publicações dos principais centros intelectuais, governamentais e universitários. Além disto, tendo estudado no Uruguai, Brasil, Israel e Escócia (talvez em

* Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e diretor do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina da Fundação Memorial da América Latina.

outros países), ele se inscrevia num rol muito vasto de relações que insidia favoravelmente sobre suas condições de trabalho intelectual.

Antes de considerar a contribuição de René Dreiffuss ao campo de *estudos estratégicos* na universidade brasileira, pretendo refletir brevemente sobre expressão “estudos estratégicos”. Um enfoque *adjetivo* considera que estratégicos são todos os temas relevantes para o país, a empresa, a universidade, o partido e qualquer outra entidade. Vê-se sem maior esforço que *estratégico* significa decisivo, muito relevante. Esta visão não nos ajuda, porque teremos dificuldade para precisar o que é específico no campo das Ciências Sociais enquanto “estudos estratégicos”.

O segundo sentido é mais preciso, até porque mais restrito. Assim, a Estratégia é um campo da reflexão sobre a guerra e a paz: trata-se de disciplina a ser cultivada nas academias militares, nos institutos diplomáticos e nos cursos de Relações Internacionais, a qual se nutre das Ciências Sociais, do Direito, da História, da História Militar, da Filosofia etc.

Se o primeiro conceito é *genérico* e o segundo é *específico*, o terceiro será sobretudo *opcional*. Vejamos então qual é o terceiro sentido: os estudos estratégicos dizem respeito a temas que se relacionam com a estrutura, os agentes, os mecanismos, os processos sociais, políticos e institucionais, as ideologias e outros fatores associados ao emprego da força do Estado, isto é, a sua capacidade de destruir bens e vidas humanas. Neste sentido, faz parte do campo de estudos estratégicos tudo aquilo que pode ser vislumbrado como “relações civil-militares”, que é o campo de estudos sobre a Defesa Nacional, na visão de Samuel T. Huntington em *O soldado e o Estado*, ou como “Sociologia Militar”.

Eu me identifico com este significado de estudos estratégicos. Tenho para mim que “estudos estratégicos” é uma denominação de livre adoção e filiação. Menos do que um campo de conhecimento, trata-se de um ambiente de pesquisa, de reflexão e de perspectivas acadêmicas. O processo de constituição econômica do Mercosul poderá ser considerado alheio aos “estudos estratégicos”, ao passo

que o narcotráfico, as rebeliões militares contra o presidente Alfonsín, as modalidades de cooperação militar entre os países-membros, a hipótese de construção de uma estrutura militar regional estarão plenamente contempladas como atinentes ao referido campo de estudos.

Emprego este critério – relações civil-militares – às minhas pesquisas. No momento, ao estudar o Ministério da Defesa, trabalho com conceitos da Sociologia, da Teoria Política, do Direito etc., sem uma referência específica a “estudos estratégicos”. No entanto, o livro que estou para publicar – *Democracia e Defesa Nacional. A criação do Ministério da Defesa na presidência FHC* – foi produzido por referência aos temas estratégicos que pesam no Brasil e no exterior. Conheço projetos de Relações Internacionais que se inscreveriam perfeitamente em “estudos estratégicos”, mas será que poderíamos dizer o mesmo sobre a anistia política ou a Lei dos Desaparecidos, por mais decisivos que sejam para a democracia em nosso país?

Um bom número de disciplinas, oferecidas em cursos de graduação e pós-graduação, devem ser consideradas como componentes de estudos estratégicos. Analogamente, produz-se um bom número de dissertações e teses com tal significado, sem que sejam formalmente inscritas em estudos estratégicos, até porque não existe tal área nas agências de financiamento de pesquisa, ficando, por isso mesmo, nossos estudos abrigados em áreas de conhecimento e pesquisa afins.

O labor científico de René Dreifuss como pesquisador, escritor e docente teve méritos decorrentes dos três critérios que apontei acima: seus temas eram *relevantes* para o país, abordaram *a paz e a guerra* (isto é, enfocaram o força do Estado) e estudaram os *mecanismos, instituições e atores* deste processo. Portanto, sem que fosse preciso dizê-lo, com o concurso da Sociologia, da Economia e da Ciência Política, René é plenamente identificado com os estudos estratégicos.

Morando em Belo Horizonte e depois no Rio de Janeiro, René participou ativamente da iniciativa que levou à criação do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE), ao qual deu sua contribuição como pesquisador. De fato, René sempre esteve presente no NEE, ainda que por telefone, visitas, correspondência. Deixou sua marca, como aponta em diversos ensaios que apresentou inicialmente no NEE, publicando-os posteriormente.

Como terá René participado da criação do NEE se não pertencia aos quadros da Unicamp? Sempre se corre o risco de cometer injustiças ao elaborar um repertório. Mas, vamos lá. Antes de 1964, poucas pesquisas ocorreram nas nossas universidades sobre os papéis das Forças Armadas. Perguntei certa vez a Octavio Ianni por que isto fora assim? Ele me disse que é porque os “militares eram nossos aliados”. Esta visão talvez tenha orientado atores políticos relevantes. Mas devemos perguntar: os militares eram aliados de quem? A resposta óbvia é: da esquerda, do Partido Comunista em particular. Os comunistas e nacionalistas presumiam que os militares eram progressistas e democratas, que não haveria qualquer risco de golpes para as instituições políticas e para o regime democrático fundado na Constituição de 1946. Tem razão Alfred Stepan quando afirma que os principais atores do sistema político aceitavam um papel interventor das Forças Armadas, na condição de que retornassem em seguida às lides habituais – isto é, aos quartéis – deixando a política para os políticos, os partidos, os sindicatos. Enfim, aos civis.

O golpe de 1964 causa um impacto fortíssimo nos atores que compartilhavam desta convicção e perspectiva, pois as derrotas e as supera. Mais ainda o AI-5 de dezembro de 1968, que configura plenamente a ditadura militar ao submeter ao poder das Forças Armadas, representadas diretamente no centro do poder de Estado, a vigência da cidadania que continua existindo, porém castrada do essencial dos direitos fundamentais que são os direitos políticos. Os anos seguintes trazem à tona o que já existia antes, especializa-

do e ampliado a partir de então: a repressão movida em profundidade por mentalidade, instrumentos e mãos militares.

Neste contexto ditatorial, poucos trabalhos acadêmicos sobre as Forças Armadas foram produzidos em universidades brasileiras, e por pesquisadores brasileiros no exterior, a partir de meados dos anos 1970, criando-se um certo ambiente de estudos dedicados aos processos político-militares. Mas nos nutríamos principalmente do que era produzido no exterior, nos Estados Unidos em particular. Eurico Figueiredo publicou *Os militares e a revolução de 30*, em 1979 (Rio de Janeiro, Graal) e *Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do Presidente Castelo Branco*, pela mesma editora, no ano seguinte. Edmundo Campos Coelho deu uma contribuição importante com seu livro sobre a identidade do Exército, assim como fizera José Murilo de Carvalho com o estudo sobre o poder desestabilizador deste mesma Força na Primeira República.

Minha dissertação de Mestrado, aqui no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 1976, versou sobre os dois primeiros anos do regime militar. João Quartim defendeu seu doutorado na Fondation National des Sciences Politiques (FNSP), em Paris, no final dos setenta, mas havia publicado *Dictatorship and armed struggle in Brazil* (Londres, NLB, 1971). Na mesma época, René produziu sua monumental tese de doutorado na Escócia. Ainda na FNSP, Manoel Domingos Neto concluiu o doutorado sobre a Missão Militar Francesa e eu apresentei minha tese de doutorado sobre a participação política dos militares, ambos sob a orientação de Alain Rouquié, que já despontava como um competente especialista em América Latina. Alexandre de Barros trabalhou sobre temas afins na mesma época em universidade americana.

Lembremos também do impacto dos livros dos “brazilianists” (Stepan, Skidmore e outros). Os mais atualizados dentre todos estes pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e certamente os menos preconceituosos, reconheciam o valor da contribuição de

Nelson Werneck Sodré, general da reserva do Exército, vinculado ao movimento nacionalista e ao Partido Comunista. Sodré fez parte de uma geração militar de historiadores de variada orientação ideológica, fato que decorre do fervilhar político das Forças Armadas que, paradoxalmente, são freqüentemente apreciadas como instituição monolítica.

Um dado importante é a montagem do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que, a partir dos anos 1970, coloca à disposição de pesquisadores acervos de personalidades civis e militares e produz pesquisas logo publicadas como livros. Minha primeira visita ao CPDOC deu-se no final de 1975, quando pesquisei no Arquivo Castelo Branco em fase de montagem.

De sua parte, atuando na Universidade de São Paulo e em instituto de pesquisa, Oliveiros S. Ferreira – que publicou dezenas de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* desde a década de 1950 – e parceiros mantiveram por muitos anos a revista *Estratégia* como referencial na área.

Portanto, havia um substrato de ambiente acadêmico em torno da temática do Estado e das Forças Armadas. Este ponto parece-me decisivo para a criação do NEE e de outros centros. Nenhum livro contribuiu tanto para impactar a opinião pública e o meio universitário, no que diz respeito a estes comentários, como *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe* – que René Dreiffuss publicou no início de 1981 pela Editora Vozes, com enorme repercussão e sucessivas edições. Comentarei oportunamente alguns conceitos centrais desta obra.

Logo depois da anistia política de 1979, o ambiente nacional estimulava a emergência de estudos sobre as Forças Armadas e seus papéis no nosso país. Alguns de nós passamos a cultivar relações pessoais – inicialmente, em função de nossas pesquisas; depois, por amizade – com oficiais das Forças Armadas, dando início a uma aproximação entre nossas instituições no campo da investigação. O risco de incompreensão não era desprezível em ambos os

ambientes. A universidade estava tomada pelo ressentimento, pela resistência ao autoritarismo e pela discriminação contra os militares em termos genéricos. E vigorava nas Forças Armadas um sole-ne pé atrás com relação aos contatos com universitários, pelas razões inversas.

Além do ambiente e da necessidade, dois fatores contribuíram para a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. O primeiro foi uma teia de relações pessoais. Isto é, fiquei amigo do Cavagnari e sua família, em 1975, quando o conheci como major da Escola de Comando e Estado Maior do Exército; por telefone e carta, René (que me procurara por estímulo do vice-almirante Paulo Castelo Branco) e eu nos tornamos amigos. No início dos anos 1980, cultivamos o desejo e a disposição de constituir um centro de estudos, já com um grupo que incluía o jornalista Galeno de Freitas e o economista José Aníbal. Em 1984, apresentei ao reitor da Unicamp, José Aristodemo Pinotti, o projeto acadêmico do NEE, que ele criou no ano seguinte. Abriu-se esta porta pioneira – assim apreciada no Brasil e no exterior - que foi seguida por iniciativas similares.

O ambiente aqui na Unicamp havia sido previamente cultivado desde 1983, quando, com o apoio do professor Ubiratan D'Ambrosio, Coordenador dos Institutos (uma espécie de pró-reitor da época), planejamos um seminário sobre o processo de distensão política que ocorreu no início de 1984, cujos textos fazem parte do livro coletivo *Militares, pensamento e ação política*, que organizei e publiquei pela Editora Papirus. O mínimo que se pode dizer é que foi um evento de referência, pois tivemos acadêmicos de excelente nível e projeção como Alain Rouquié e Michel Debrain, um militar da ativa como Cavagnari, um representante da Escola Superior de Guerra, um jornalista como Roberto Godoy etc. De certo modo, criou-se com o NEE uma referência de atitude universitária, ao menos entre nós aqui na Unicamp, mas também em outras instituições: o debate plural com pessoas representativas sobre a temática militar, que constituía até então um tema-tabu

que não era portador da legitimidade acadêmica dos temas consolidados, tais como sindicalismo, partidos, pensamento político etc.

O NEE virou referência cedo demais. É claro que ele teve que construir sua produção e sua respeitabilidade, mas sua existência tornou-se um marco, seguindo-se a criação de outros centros acadêmicos voltados a esta temática.

Poucos anos depois, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (sucessora do SNI) manteve um Centro de Estudos Estratégicos durante as gestões dos ministros Mário César Flores e Ronaldo Sardenberg. Acha-se neste centro a iniciativa dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos. Transferido para o CNPq com a extinção da SAE, perdeu visibilidade. As Escolas de Comando e Estado-Maior das três Forças criaram cursos e centros de estudos estratégicos, constituindo para as universidades uma área propícia à cooperação e um objeto de estudos e investigação. Enfim, em duas décadas, mudou profundamente o cenário acadêmico (incluídas as instituições militares) no tocante aos estudos estratégicos.

Cabe agora desenhar, em linhas rápidas, alguns condicionantes do futuro dos estudos estratégicos. As sugestões estão longe de esgotar o tema, nem é este nosso propósito. Mas elas poderão estimular uma reflexão que se faz necessária e urgente.

- ❖ Em primeiro lugar, a *expansão em outras regiões*. Isto é, convém que novos centros sejam criados em lugares diferentes do país, com alguma identificação temática regional (que não implicará o não acolhimento de temas propriamente nacionais). Um exemplo: estudo dos impactos e efeitos do Projeto Sivam e do Programa Calha Norte em centros localizados em universidades da região Norte. O mesmo sobre a Defesa da Amazônia. Um instrumento oportuno poderá ser a parceria com centros mais maduros, como é o caso do NEE.
- ❖ Em segundo lugar, a *relação com o Congresso Nacional*, de modo a prestar assessoria às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O mesmo poderá se dar quanto a algumas

- Assembléias Legislativas em função de temas nacionais/regionais.
- ❖ Em terceiro lugar, será indispensável a *retomada dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos*. O exemplo das Associações Nacionais de Pós-graduação é definitivo: sem encontros periódicos, não existe estímulo aos novos programas nem identidade associativa para a luta por recursos para pesquisa.
 - ❖ Em quarto lugar, precisamos conquistar um *espaço específico e temático nas agências de financiamento de pesquisa*.
 - ❖ Em quinto lugar, reforçar e aprimorar o *intercâmbio com instituições militares*.
 - ❖ Finalmente, *oferecimento de cursos* para um público formado por militares, policiais e outros profissionais da Segurança do Estado.

Teses sobre o regime militar e as Forças Armadas

Do livro *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*¹, vamos destacar – em breves pinçadas – teses sobre os processos de formação e de crise do populismo. De outra obra, comentaremos o conceito de Sociedade Política Armada, que René pretendeu ver radicalmente reformada pela Constituinte.

A formação do populismo é o tema do primeiro capítulo de *1964: a conquista do Estado*, no qual o Estado Novo é iluminado pela mente lúcida de René. Este regime ditatorial, a partir de “noções militares de ordem nacional e de progresso” (p. 22-23), estimulou a burguesia industrial a moldar um novo bloco histórico. No regime democrático que se implanta em 1946, os conflitos entre industriais e proprietários de terra abriram espaço para que as Forças Armadas desempenhassem “um papel intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida

¹ Petrópolis, Vozes, 1981.

política da nação” (p. 24), de modo a assegurar a coesão do sistema político.

René considera que, com a fórmula “desenvolvimento nacional”, tratava-se o populismo da “convergência de classes no poder, o corporativismo associativo e o autoritarismo do Estado Novo” (p. 24). Nesta estrutura política destacam-se alguns fatores essenciais ao funcionamento do sistema político:

- (a) a mobilização política das classes trabalhadoras dá-se por meio da aliança PTB-PCB-sindicatos, com o PSD funcionando como “partido do poder” (p. 27);
- (b) ao lado do Ministério do Trabalho, com sua estrutura de controle sindical – “peleguismo”, ou sindicalismo “chapa branca” numa linguagem dos nossos dias – estes atores partidários e sindicais respondiam pela incorporação das classes trabalhadoras, pelo seu conformismo e pela “legitimidade da sociedade capitalista” (p. 30);
- (c) na década de 1950, atuaram duas forças divergentes: (a) “interesses multinacionais e associados” em aliança com a Escola Superior de Guerra (ESG) (p. 37); (b) classes trabalhadoras industriais.

René considera que o governo Juscelino “configurou-se como a mais efetiva expressão sócio-econômica e política do populismo” que, neste governo conduzido pelo PSD, encontrou o seu ápice (p. 125). O capital multinacional e associado se fazia representar no governo, em especial na “administração paralela”, e se tornará governo com Jânio Quadros (p. 126). Este abrigará a ala anti-nacionalista e anti-populista da ESG, ou seja, a direita militar (p. 127-128). O presidente Quadros não consegue implantar “um mandato bonapartista-civil” em resposta à crise política (p. 129). Com a renúncia do presidente, e vendo-se obrigados a aceitar a posse de João Goulart, “os interesses nacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas” (p. 130). Diz René que, com o retorno dos poderes presidenciais a Goulart (plebiscito de 1963),

“iniciou-se um amplo ataque ao populismo” (p. 141) que culminou no golpe de 1964.

Em sua análise inspirada no bonapartismo e nas lutas políticas da França do século 19, notabilizadas pela pena de Karl Marx, René desnudou a estrutura, os objetivos, os recursos, os atores, os interesses, as conexões e as estratégias do “complexo IPES – IBAD”, sempre associado à ESG numa poderosa “coalizão burguesa anti-populista e anti-popular”, que representa um “momento político-militar da ação burguesa de classe”, que se traduz no “golpe preventivo empresarial-militar” (p. 143). Daí sua tese sobre golpe civil-militar: “Ao proteger a burguesia através de sua ação “moderadora”, os militares mostraram a sua própria essência: o poder de classe preparado previamente no interior do Estado” (p. 143).

No ensaio “Sociedade política armada ou Força Armada societária”², que publicou no contexto da Assembléia Nacional Constituinte, René trabalhou com conceitos que surpreendem ora pelo radicalismo das proposições, ora pelo seu inusitado. Dito de outro modo, suas propostas para a organização da capacidade militar do Estado pressupõem estruturas e padrões dotados de pouca probabilidade de configurar-se historicamente no Brasil.

René preocupou-se com a reforma das Forças Armadas, de modo a que viessem a ser submetidas ao poder político e que fossem tornadas incapazes de dar golpes de Estado. Para tanto, um papel essencial deveria caber à Constituinte: a desmontagem da capacidade das Forças Armadas enquanto poder real. Ou seja: “As FFAA são, de fato, um poder constituído, que uma Assembléia Nacional Constituinte poderá *desconstituir*” (p. 112). Nada mais, nada menos do que reforçar e consolidar o papel dos militares no sistema democrático. Pois não cabe aos militares tomar conta dos conflitos

² René A. Dreifuss, “Sociedade política armada ou Força Armada societária”. In: Eliézer Rizzo de Oliveira e outros, *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987, p. 101-144 [Coleção Pensando o Brasil, nº 7].

sociais. As imagens (capitães-do-mato ou do mar) dizem por si mesmas:

Não se trata de capitães-do-mato ou do mar, mas de *funcionários* de um Estado, servidores singulares, que numa democracia representativa são, efetivamente, os *poderes armados da soberania nacional e popular*, os membros de uma instituição à qual foram confiadas as armas e, portanto, responsáveis pelo seu uso (p. 113).

A tese da adoção do Ministério da Defesa para produzir uma efetiva direção civil das Forças Armadas, que ganhou abrigo em boa parte das esquerdas, em alguns setores militares democráticos e em áreas liberais, não teve o apoio de René, exceto como formato temporário em tempos de conflito militar externo (p. 136). Neste sentido, ele trilhou um caminho próprio porque tinha uma visão do caráter essencial das Forças Armadas, mas também provisório a receber permanentemente a energia da cidadania. Suas teses a respeito são surpreendentes.

René propugnou que as Forças Armadas não fossem mais instituições estritamente estatais, mas instituições societárias que convivessem com a pluralidade política e ideológica do campo da cidadania. Era preciso, segundo René, superar a disjuntiva autonomia militar/instituições militares da sociedade. Em suas palavras, encontrava-se em pauta constituinte

a alternativa de que [as Forças Armadas] passem a ser uma instituição da sociedade, conciliadas com as demandas da cidadania, e convivendo com as variadas tendências políticas [...]; ou ainda a de que preservem sua identidade corporativa institucional, com regras auto-suficientes, situadas fora da jurisdição do poder popular (p. 101-102).

A disjuntiva definida por René colocou-se na Constituinte, que acolheu o tradicional direito militar à intervenção no campo da política, ainda que com a restrição constante do artigo 142 da

Constituição Federal de 1988: a iniciativa de qualquer um dos três Poderes para a participação militar na preservação da lei e da ordem. René havia percebido com clareza a possibilidade da referida preservação, a partir das demandas militares: “as FFAA estão esbanjando a mesma soberania da qual a população brasileira é tão carente” (p. 103).

René dedicou-se anteriormente ao desenvolvimento do conceito de “sociedade militar”. Ele referia-se à condição institucional das Forças Armadas em decorrência do seu “assentamento histórico-nacional”, estrutura burocrática, laços de solidariedade, capacidade (equipamentos) militar, “escoradas numa malha de serviços assistenciais, culturais, doutrinários e administrativo-legais, que, igualmente, diferenciam e privilegiam os militares no conjunto societário, como sociedade militar” (p. 102). Ou como Sociedade Política Armada (SPA), detentora de uma “rede de relações impessoais e de solidariedade orgânica e mecânica”; normas; identidade dos militares com a instituição; auto-imagem histórica; vivência social e “elaboração ideológica do indivíduo militarizado”. Em suma, trata-se de um processo de configuração e consolidação, expansão e projeção de uma verdadeira sociedade política armada” (p. 103). O governo desta sociedade militar, ou seja, a ditadura, “manifesta-se no alto comando de turno (general presidente) e seu primeiro ministro presidencialista é o ministro do Exército” (p. 105).

É dual a natureza da SPA, pois ela é “é parte da sociedade política [ou o Estado, segundo Gramsci]; é estatal e particular; é integrada e contesta o estado de dominação” (p. 103-104); seu espaço é “societário e estatal, com objetivos nacionais e privados” (p. 104). Na ausência de uma “verdadeira sociedade civil, capaz de exigir e brigar por suas necessidades específicas e universais” (p. 104); diante da “ausência do Estado” e do “arremedo da cidadania, [a] sociedade política armada é uma esfera que assume um caráter nacional, em nome de sua missão salvacionista” (p. 104). René vai além, definindo os mecanismos pelos quais a SPA exerce domínio

sobre o Estado ao longo do regime militar: “comunidade de informações e repressão”, sendo o SNI o “Leviathan militar” (p. 105); o “aparelho vital reprodutivo”, que é a indústria de material bélico; a “racionalidade geral”, que é a percepção do inimigo interno como fundamento da militarização da administração federal”, constituindo um “autoritarismo intrínseco” (p. 105).

Diante deste sistema político submetido às perspectivas de mudanças, no contexto constituinte, René pergunta-se “como concretizar a consolidação democrática nas FFAA?”. Sua resposta, ou melhor, suas teses sugerem a necessidade de superação de processos que constituem e sustentam a ação política das Forças Armadas enquanto Sociedade Política Armada. Em primeiro lugar, inviabilizar qualquer missão salvacionista militar, nos termos comentados anteriormente. Pois o salvacionismo militar constitui uma situação de “tutorial arbitral” decorrente de uma visão conservadora da sociedade, segundo a qual cabe ao aparelho militar o papel de “supressor ou redutor do conflito” (p. 107). René é bastante categórico a este respeito: os papéis políticos das Forças Armadas constituem uma distorção funcional (p. 111). E sugere: é preciso superar a expressão condicional “dentro dos limites da lei” (constante da Constituição de 1969 e de anteriores), pois é um “verdadeiro passaporte para o arbítrio [e] caminho da usurpação e da impostura” (p. 115).

A democracia deveria germinar no ambiente castrense, confrontando o *modelo das chefias* que conspira “contra o direito à liberdade de expressão dos cidadãos fardados” (p. 115), inclusive sobre assuntos não militares. Ao agirem como “chefes de corporação”, afirma René, comandantes das Forças Armadas transformam cidadãos em “inimigos da pátria; do Estado; e, por conseguinte, alvos militares da própria sociedade política armada” (p. 117).

Contra a tese da preservação do poder interventor, René diz que este direito auto-concedido (claramente tolerado pelas elites políticas) representa o direito ao golpe de Estado, em geral aplicado contra a “subversão”, mas que, na verdade, constitui “subversão do

conceito de monopólio da força” (p. 116). De resto, as FFAA não têm preparo nem legitimidade para gerir a política, à qual cabe “tratar dos objetivos, das diretrizes do Estado nacional e as Forças Armadas nunca tiveram e não têm, em qualquer lugar do mundo, a competência do amplo discernimento dos elementos, interesses e necessidades societárias que entram numa decisão, nem possuem autoridade legítima para tais atitudes” (p. 118).

Ao atuarem no campo da política, as Forças Armadas promovem a “insegurança nacional”; ao se atribuírem o direito de julgar “se a lei está ou não sendo respeitada” (referência à expressão “nos limites da lei”), admitem a possibilidade de “insurgir-se contra a soberania popular, contra a cidadania” e se afirmam como “recurso do *status quo* e do poder constituído de elite” (p. 124). O militar na segurança interna coloca a democracia “num estado total de insegurança nacional” (p. 125). Pois, longe de ser problema militar, a segurança nacional constitui o atendimento das necessidades básicas da população, o respeito à cidadania, as condições dignas de vida, o manejo correto das coisas públicas, dentre outras políticas de Estado.

Acerca do golpe de Estado, possibilidade que quis ver eliminada pela via constitucional, René afirmava que devia ser “ser encarrado como a monstruosidade política que é de fato” (p. 120). A propósito, o artigo 5º, XLIV da Constituição de 1988 define: “constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático”. Trata-se precisamente do que René postula enquanto “criminalização do golpe de Estado” (p. 126). Em decorrência, deveriam os oficiais das Forças Armadas gozar o direito à recusa ao golpe militar e à “desobediência devida”; pois sua lealdade não é devida aos chefes, mas aos “ditames da lei nacional” (p. 120).

Como deveriam ser organizadas as Forças Armadas no sistema democrático? As sugestões de René implicariam a adoção do sistema parlamentarista, mas ele só faz uma breve referência ao tema

(p. 141). Em primeiro lugar, as Forças Armadas constituiriam-se “instrumentos dos poderes delegados pela soberania popular, isto é, como recurso dos poderes constitucionais” (p. 129). Vejam-se as expressões contundentes: “organizadas na forma da lei”; “subordinadas ao Congresso Nacional”; “destinando-se à garantia e defesa da soberania nacional, da autodeterminação do povo, da soberania popular e da integridade territorial do país” (p. 129). Nada de “instituições nacionais permanentes”, segundo o tradicional cânone de nossas Constituições, pois a soberania popular e a cidadania poderão reformular e mesmo dissolver as FFAA (p. 129).

Não mais ministérios militares, mas um novo formato que comporta o Ministério da Defesa em substituição ao Conselho de Segurança Nacional, podendo ser dirigido por oficiais-generais em rodízio entre as Forças (p. 140). A virtude política e administrativa deste formato é que ele colocará fim à “multiplicidade representativa dos militares: Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI, Gabinete Militar e EMFA” (p. 137). Uma das tarefas mais urgentes do Ministério da Defesa seria o estabelecimento de uma Doutrina Militar das três Forças e a unificação de hipóteses de conflito. No momento em que redigiu este ensaio, René identificava com certeza a diversidade de hipóteses de conflito, segundo doutrinas também diversas das três Forças militares.

Fixemo-nos em algumas teses complementares: (a) em tempos de paz, os militares serão submetidos à disciplina e às leis do país; “em tempos de conflito armado, às convenções internacionais” (p. 129); (b) superação integral da Doutrina de Segurança Nacional (p. 134); (c) orçamento militar: deve ser de conhecimento público, sob a fiscalização do Congresso e do TCU (p. 134); (d) desativação do Conselho de Segurança Nacional (extinto pela Constituinte) e Serviço Nacional de Informações (será extinto pelo presidente Collor) (p. 141); (e) redistribuição territorial das FFAA, retirando-se contingentes das grandes cidades (p. 141).

René propugna que as Forças Armadas sejam transformadas radicalmente, de modo a se tornarem instituições societárias. A

propósito, ele propugna a adoção de características mistas, consideradas experiências de alguns estados nacionais. As tropas deixariam de ser aquarteladas e os cidadãos, enquanto força de reserva, receberiam treinamento militar de oficiais profissionais. Em consequência, as Forças Armadas seriam incapazes de dar golpe, pois “o oficialato sem tropa não dá golpe” (p. 142). Elas deveriam adaptar-se de modo a assimilar a pluralidade política (p. 144). Preservando os critérios de mérito e antiguidade para a promoção de oficiais, René propõe que, a exemplo de alguns países vizinhos (como a Argentina), a promoção de generais seja apreciada pelo Congresso (p. 138). Como último fator de desmonte da Sociedade Política Armada, seria rompido o vínculo histórico das Polícias Militares com as Forças Armadas, passando a ser coordenadas pelo Ministério da Justiça (p. 136). A seguir, serão desativadas enquanto polícias estaduais, permanecendo apenas como formação policial das próprias Forças Armadas (p. 140).

Estes comentários não sugerem uma conclusão. Mas cabe-me destacar a força teórica destas teses e o arrojo de René ao esposá-las. Algumas tinham pouca chance de ser adotadas, mas elas – com os olhos de hoje – ainda iluminam criativamente as relações entre Forças Armadas, Defesa Nacional e regime democrático. Vale a pena retornar a elas com esta perspectiva.

RENÉ ARMAND DREIFUSS: INTRODUÇÃO A UM CLÁSSICO

*Geraldo Lesbat Cavagnari Filho**

Conheci René Armand Dreifuss na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Eceme, em março de 1976. Nessa época, eu era professor na área de planejamento estratégico. Mas era também responsável pela tarefa de orientar pesquisadores interessados na participação militar no movimento de 64.

Foram vários meus encontros com René. Invariavelmente, sem intermitências prolongadas, às tardes das quartas-feiras na Biblioteca Tasso Fragoso da Eceme. Foram várias as entrevistas com ele. Embora o tema central de sua pesquisa estivesse já definido, pareceu-me inicialmente que ele ainda não tinha uma tese formulada. Mas, à medida que o nosso diálogo avançava, conclui que ele tinha efetivamente uma tese e ela estava focada basicamente na Escola Superior de Guerra, ESG, e na Eceme, como se esses dois estabelecimentos de ensino militar fossem o *cérebro* de toda a conspiração que culminou no golpe de 64.

* Fundador e membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e professor convidado do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.

Ao perceber o equívoco que ele estava cometendo, disse-lhe que nem a ESG nem a Eceme participaram institucionalmente da conspiração. Se houve conspiração nessas duas escolas, ela resultou do envolvimento dos seus oficiais, sem nenhum comprometimento das duas instituições. Mesmo que houvesse esse comprometimento, seus arquivos não seriam, com certeza, liberados à pesquisa acadêmica. Assim, sugeri a ele que deslocasse o foco da pesquisa para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, IPES, e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD.

Como jovem capitão, servindo em Curitiba e já cooptado para a conspiração, conhecia muito bem a literatura produzida por esses dois institutos. Tinha, de certo modo, conhecimento do alcance de suas idéias no âmbito militar. À época, por volta de 1962, já concludente do curso de Ciências Sociais da então Universidade Católica de Curitiba (hoje, Pontifícia Universidade Católica de Curitiba), tal literatura despertou-me interesse, interesse crescente até 31 de março de 1964.

Até o final do nosso contato, em novembro de 1976, ele não conseguiu ter acesso aos arquivos do Ipes e do Ibad. Conseguiu realizar entrevistas com pessoas que participaram desses institutos, mas nada que confirmasse a existência desses arquivos e indicasse o local onde eles se encontravam. Nessa data encerrei minha tarefa de interlocutor de pesquisadores acadêmicos. Considerei meu contato com René definitivamente encerrado. Em nenhum momento tive a intenção de continuá-lo à distância.

Em abril de 1979, residindo na Cidade do México, despertou-me interesse o seminário sobre os 15 anos da ditadura militar brasileira, que se realizava desde a última quinzena de março na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). Assim, ao comparecer ao Auditório Ho Chi Min para assistir sua última sessão, ocorre meu reencontro com René Armand Dreiffuss – que se encontrava na Cidade do México como convidado do Instituto de Estudos do Terceiro Mundo.

Durante a permanência de René na Cidade do México, tive três encontros com ele – sendo que os dois primeiros na minha residência, na *calle* Tokyo 12. O último, no restaurante *La Pergola*, na Zona Rosa, que eu freqüentava com certa freqüência e regularidade, enquanto residi no México. Foi nesse restaurante que René me revelou como conseguiu ter acesso aos arquivos do Ipes e Ibad, assim como expôs todo o desenvolvimento de sua tese de doutorado. Esse último encontro foi encerrado com uma despedida em Coyocacan, bairro onde residia a maior parte da comunidade de asilados – e palco do último suspiro de Trotsky.

Antes de retornar a Glasgow, René recebeu nos primeiros meses de 1977 a tarefa de microfilmar o arquivo de Santiago Dantas, que se encontrava no Arquivo Nacional. Credenciado por sua universidade, procurou cumpri-la o mais rápido possível. Mas lhe foi negado o acesso a esse arquivo porque ainda não estava disponível à pesquisa acadêmica. Como compensação por ter vindo de tão longe e para não retornar de mãos vazias a Glasgow, o Arquivo Nacional pôs à sua disposição os arquivos do Ipes e Ibad. É a partir desse momento que começa, efetivamente, a ser elaborada sua tese de doutorado.

Concluído o doutorado, René retorna ao Brasil com a família no primeiro semestre de 1980 – contratado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Na primeira oportunidade, foi visitar-me em Brasília – onde eu servia no Estado-Maior do Exército. Varei uma noite e uma madrugada ouvindo-o detalhar sua tese de doutorado.

No início de 1981, *1964: a conquista do Estado* foi publicada pela Editora Vozes, revelando-se um sucesso editorial e acadêmico. Estive presente em seu lançamento em Belo Horizonte. Nascia, assim, novo clássico da literatura política brasileira.

RENÉ ARMAND DREIFUSS, *TRANSFORMAÇÕES: MATRIZES DO SÉCULO XXI*

*Estrella Bohadana**

Transformações: matrizes do século XXI é o legado com que René Armand Dreifuss, um dos mais brilhantes cientistas políticos da atualidade, falecido em maio de 2003, brinda o leitor. Com essa obra póstuma de quase 700 páginas, o autor do clássico *1964: a conquista do Estado*, publicado pela Editora Vozes em 1980, aumenta o acervo de suas fascinantes pesquisas, apresentando mais uma vez um pensamento de fina prospecção, agudeza e ousadia, pronto a analisar e a denunciar os diferentes liames que tecem os fios do poder.

Mergulhando nas várias articulações das corporações que constituem o sistema de produção global, em *Transformações: matrizes do século XXI*, Dreifuss desvenda os vínculos entre as diferentes corporações e o modo pelo qual estas alimentam as *tecnogoneomias* e os *pólos motores de desenvolvimento tecnológico e de produção*, e por eles são alimentadas.

Filósofa e professora do Programa de Mestrado em Educação e Cultura Contemporânea da UNESA – Rio de Janeiro. Esposa de René Dreifuss e responsável pela editoração da obra póstuma, incluindo *Transformações: Matrizes do Século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2004, objeto desta apresentação.

Dreifuss apresenta uma investigação rica e minuciosa das mutações tecnológicas, aprofundando dois conceitos importantes, elaborados em seu livro *A época das perplexidades*, de 1996, publicado pela Editora Vozes, hoje na 4ª edição: o *capacitador teleinfocomputrônico satelital* e os *tecnobergs*.

No que se refere ao *capacitador teleinfocomputrônico satelital*, esse aprofundamento conceitual revela-se quando o autor demonstra que, como potência, o capacitador retroalimenta as mais diversas descobertas científicas, além de se constituir em potente suporte viabilizador de um *novo modo de produção* e de *novas organizações sociais da produção*, ambos *sinergeticamente transnacionalizados* e realizando-se de maneira global.

A partir dessa formulação, o autor afirma que, com o auxílio dos sistemas de comunicação digitalizada, o planeta ingressa em uma forma de existência que supera distâncias, propiciando inovações na mobilidade e na agregação social, e facilitando, para alguns grupos sociais, a vinculação sistemática, constante, ampla e profunda dos “muito distantes” (em termos de personalidade, cultura e geografia). Ao mesmo tempo, porém, promove a segregação de outros grupos – basta verificar a diminuta participação dos países que constituem o eixo Sul-Sul.

Esses sistemas, por sua vez, ao provocarem seqüências de interação pontual, serial e circunstancial, tornam-se manifestações que se processam tanto dentro de perímetros nacionais, estando espacialmente localizadas, quanto em espaços transfronteiriços, como eventos desterritorializados. Dessa maneira, tais sistemas desempenham papéis essenciais como insumo e como produto final, constituindo-se simultaneamente em instrumento de produção e de serviço, e operador em tempo real. Tendo como traço marcante sua difusão mundial em curtíssimo intervalo de tempo, trata-se de tecnologias aplicadas em todas as atividades do planeta, vinculadas ao existir humano e capazes de afetar todas as funções societárias. Assim, estando a comunicação no comando do cotidiano, o complexo capa-

citador teleinfocomputrônico satelital delinea também outro paradigma cognitivo.

Aprofundado o conceito do capacitador, Dreifuss, de forma engenhosa, demarca um estádio diferente para designar os *tecnobergs*, que passariam a determinar os processos substanciais de modificação nos horizontes e no sentido da vida, reformulando as relações entre os Estados e delineando não só uma nova *heterotopia* econômica transnacional, como também uma nova ordem internacional e transfronteiriça do conhecimento, ambas acopladas a uma *heterarquia político-estratégica*. Esboçam-se, portanto, os elementos constituintes de outro modo de organização social da produção globalizada, que demanda uma profunda reorganização empresarial. As conseqüências de tal reorganização para o comércio entre as nações contribuem para o *desemprego estrutural*, em seu formato atual, e para o lazer ampliado de grupos seletos. Ademais, são estimuladas distintas dimensões da pesquisa e da utilização da ciência e da tecnologia, direcionando o processo de produção de conhecimento e de desenvolvimento de saberes e destrezas, bem como de sua aplicação, fortalecendo, como *gnoseonomia*, os entornos da *oikonomia*.

No cerne dos *tecnobergs*, as corporações, que se configuravam em função de uma racionalidade bipolar de instalação das indústrias e dos serviços (doméstico-multidoméstico, local-multinacional), passam a ser *globalizadas*. Esses *tecnobergs* alavancam três fenômenos multifacetados, simultâneos, diferenciados e que se reforçam mutuamente: a *mundialização de estilos, usos e costumes (metanacional)*; a *globalização tecnológica, produtiva e comercial (transnacional)*; e a *planetarização da gestão (supranacional)*. Esses fenômenos (também apresentados em *A época das perplexidades*) são discutidos agora a partir do amplo acoplamento do processo de *concentração de controle* de propriedade dos meios de produção e comercialização, que se dá em cada segmento dos produtos de consumo de massa. Esse processo de concentração é visto no livro por meio das fusões, alianças e aquisições, em movimen-

tos transnacionais (intra, inter e multissetoriais) e apoiado na interação potencializadora dos variados conhecimentos, interligando ainda mais os processos de mundialização e de globalização.

Nessa dinâmica atual, ao concentrar a propriedade e o controle dos agentes, e oligopolizar os meios de pesquisa e a produção por meio de fusões e incorporações, a nova fase do processo de mundialização e de globalização assegura a produção transnacional, realizada e centrada no que será definido pelo autor como *corporações estratégicas*.

De maneira inusitada, Dreiffus demonstra como as corporações estratégicas, interagindo por meio de matrizes, definem suas *core competences*, num processo concentracionista que desmonta a lógica anteriormente prevalente de grandes conglomerados de capital com investimentos diversificados, estipulando agora uma diferente relação entre ciência e tecnologia como eixo de refocalização das cadeias produtivas.

Ao mesmo tempo, o autor mostra como se dá a *transição-em-rede* das redes para um *tecido de pesquisa e produção transnacional*, muito mais complexo em seu desenho produtivo e de comercialização, sustentado por conhecimentos e agindo como concentrador de capacidades. Para Dreiffus, neste cenário configura-se uma sucessão infundável de compras, vendas, desmantelamentos e integrações complementares.

Como desdobramento, forma-se também uma *heterotopia tecnoprodutiva multinacional*, transitória em tempo e em referências, configurando rapidamente uma equivalência *gnoseogeonômica*, ambas determinadas pelo entrelaçamento de *focos indutores de ciência e tecnologia*, com a correspondente concentração de conhecimento e disponibilidade para realizações de ponta, através de pólos motores tecnoprodutivos e de *plataformas terceirizantes e quarteirizantes* de produção e comercialização.

A integração global de operações empresariais e atividades tecnoprodutivas, afirma o autor, compreende não só a luta por mercados e sua partilha, mas também o desenvolvimento de estratégias

corporativas de participação nos mercados, buscando formas de compartilhá-los.

A lógica da infonomia ou da gnoseonomia dos tecnobergs e da formação de *sociedades de informação* é a da primazia das *core competences* e da determinação de padrões a partir delas, com base na dinâmica de integração de meio, mensagem e conteúdo. Partindo de cada segmento, procura-se *expertise* nos outros, assim como complementação.

De maneira brilhante, encontramos em *Transformações: matrizes do século XXI* o modo pelo qual as corporações estratégicas do complexo capacitador de conteúdo buscam a fusão ou a absorção de corporações que possam viabilizar suas opções de comando e indução científico-tecnológica (ou seja, que lhes permitam dominar os vários segmentos de conhecimento que o compõem) e de predominância tecnonômica no espaço multimidiático e multifuncional do emergente *sistema teleinfocomputrônico satelital* de produção e de serviços. As empresas procuram controlar o formato, os meios e o conteúdo.

Finalmente, o autor, retomando os conceitos de mundialização, globalização e planetarização, revela a maneira pela qual a nova dinâmica, galgada por esses fenômenos, bem como as tendências à configuração de hierarquias de conhecimento mutáveis, *heterotopias-em-recomposição* de pesquisa e produção, *poliarquias supranacionais* em gestação e *heterarquias* político-estratégicas convergentes implicam uma multiforme e complexa emergência e constituição de outra realidade.

Realidade paradoxal, posto que, concomitantemente a esse processo, uma significativa parcela da população mundial se encontra alijada dos benefícios de tamanha concentração de conhecimento gerado pelos tecnobergs. Portanto, é imperativo que se repensem outros caminhos que permitam um novo caminhar, a fim de devolver à humanidade a crença de que é possível fazer do planeta Terra um *habitat* digno de nossa existência.

E, em memória de René Armand Dreiffus, que acreditou na possibilidade de o homem transformar a realidade, vale lembrar a frase com que encerra seu *Transformações: matrizes do século XXI*: “E o jogo continua...”

ARTIGOS

**O IMAGÉTICO E O SIMBÓLICO NAS
MANIFESTAÇÕES MUDIÁTICAS DA ATUALIDADE
OU
UM ESPELHO PODE INCLUIR OS EXCLUÍDOS NA TELA
SEM SIMBOLIZAR A EXCLUSÃO**

*Rita de Cássia Lahoz Morelli**

Este artigo foi originariamente uma comunicação por meio da qual busquei socializar com os colegas da Associação Latinoamericana de Sociologia¹ algumas reflexões que venho fazendo acerca de uma constatação empírica, a presença cada vez maior da população pobre nas telas da televisão aberta brasileira, e do estranhamento que essa constatação provoca levando-se em conta o contexto em que isso se dá, ou seja, o contexto da flexibilização e da abertura externa da economia nacional, de cujos benefícios materiais e culturais essa população vem sendo, ao contrário, cada vez mais excluída. Naquela comunicação, bem como neste artigo, pretendi também aprofundar essas minhas reflexões, dando-lhes uma densidade teórica maior em relação àquela que havia

* Professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

¹ Refiro-me aqui ao XXVº Congresso da ALAS, ocorrido em Porto Alegre, entre 22 e 26 de agosto de 2005, durante o qual coordenei o GT “Cultura, medios y comunicación”, juntamente com a profª Silvia Perez Fernandez, da Universidade de Buenos Aires.

alcançado na comunicação que fizera no Fórum Permanente de Arte e Cultura da Unicamp² e que intitulara “Janela para o mundo ou espelho para a alma? Reflexões sobre o papel da televisão comercial brasileira no contexto da flexibilização e da globalização da economia”, a qual foi publicada pela revista RUA (nº 12, março de 2006), do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (NUDE-CRI), da mesma universidade.

Se há alguma originalidade nas reflexões que venho fazendo, ela advém do modo particular como estabeleço relações entre alguns conceitos e alguns *insights* de outros autores, e do modo como aplico o conjunto desses conceitos e desses *insights* ao objeto empírico em questão. Por isso, acreditei que seria mais produtivo apresentar inicialmente, em uma seqüência lógica, as referências bibliográficas nas quais me inspiro, de tal modo que minhas conclusões pudessem vir a ser construídas em conjunto com todos os leitores que me acompanharão nesse percurso. Tais referências serão apresentadas, e obviamente já discutidas tendo em vista o objeto de minhas reflexões, em quatro pequenos blocos de argumentação.

O primeiro deles tem por pressuposto que todo e qualquer produto da mídia é, em primeiro lugar, uma mercadoria. E que, sendo mercadoria, sofre de uma espécie de déficit simbólico, para cujo diagnóstico, a meu ver, concorrem Marx, Freud e Lévi-Strauss, quando lidos em conjunto. A psicanalista Maria Rita Kehl, em um dos mais brilhantes capítulos do livro *Videologias*, que escreveu em parceria com o jornalista Eugênio Bucci, já estabeleceu relações interessantíssimas entre os conceitos de fetichismo em Marx e em Freud: para ela, que se inspira na interpretação de Leon Róitzhner sobre o fetichismo da mercadoria em Marx, o conceito

² Refiro-me aqui ao seminário ocorrido em 7 de julho de 2005, intitulado “Mídia e cultura no contexto da América Latina”, durante o qual coordenei a mesa “Televisão, consumo e subjetividade no Brasil contemporâneo”.

estaria nos dois casos associado ao ocultamento e à não simbolização de uma diferença. De fato, como pressupõe Rozitchner em “Marx e Freud: A cooperação e o corpo produtivo. A expropriação histórica dos poderes do corpo”, artigo incluído na coletânea *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, organizada por Paulo Silveira e Bernard Doray, o fetichismo da mercadoria estaria associado antes ao ocultamento da relação capitalista de produção, que é de expropriação e dominação, que à obliteração do caráter social do trabalho em uma sociedade de produtores autônomos de mercadorias, como é certamente o que afirma Marx no capítulo primeiro de *O capital*. Assim sendo, torna-se possível afirmar, como faz Kehl, que o fetichismo em Marx oculta a diferença social, da mesma forma como o fetichismo em Freud oculta a diferença sexual, inviabilizando sua simbolização, e, com isso, o reconhecimento da alteridade e da reciprocidade entre homens e mulheres pelo sujeito psicanaliticamente fetichista.

Ora, se notarmos que a relação capitalista de expropriação e dominação que estaria na base do fetichismo da mercadoria é também ela fundada no desconhecimento da alteridade e da reciprocidade entre os sujeitos, podemos invocar Lévi-Strauss para dizer que seria justamente a troca, como modo de ingresso dos sujeitos humanos na sociedade e no universo simbólico, o que está ausente nos dois casos, e que nos dois casos o que se tem no lugar dela é o usufruto puro e simples de um sujeito pelo outro, como se a descontinuidade que necessariamente deve estar instituída entre o Eu e o Outro para que troquem entre si as palavras, os bens e serviços e alguns dos parentes consangüíneos para fins de casamento e/ou de conjunção sexual fosse substituída por uma continuidade perversa com base na qual o Outro se torna simplesmente “coisa boa para gozar” ou “coisa boa para lucrar”, parafraseando o autor de *Totemismo hoje*, e considerando que relacionar-se com os outros como “coisas boas para pensar” seria justamente guardar entre nós e eles a distância necessária para o ingresso conjunto no universo do símbolo e da linguagem.

Concluindo este primeiro bloco de argumentação, posso dizer portanto que o déficit simbólico das mercadorias está associado ao desconhecimento da alteridade e da reciprocidade que está na base das relações capitalistas de expropriação e de dominação.

O segundo bloco de argumentação tem por pressuposto que, além de serem sobretudo mercadorias, as produções midiáticas contemporâneas se caracterizam pelo predomínio crescente das imagens sobre as narrativas, e de imagens desconectadas umas das outras, em lugar de imagens elas mesmas encadeadas em alguma seqüência significativa. E que, predominando as imagens desconectadas, predominam, como salienta Maria Rita Kehl em um outro capítulo da coletânea citada, intitulado “Televisão e violência do imaginário”, modalidades imaginárias de produção de efeitos de significação, as quais por sua vez substituem o trabalho psíquico que está na base do pensamento, dado que tornam dispensável o ingresso no campo do simbólico para a perseguição do sentido, tornando possível ao sujeito seguir ignorando a falta cujo reconhecimento o constituiria como tal, bem como aos outros como parceiros da troca recíproca que está na base do pensar humano. Vale dizer: o campo do simbólico é justamente o campo da linguagem, o campo das trocas constitutivas da sociedade na perspectiva lévi-straussiana, e dispensar-se de ingressar nele significa permanecer imaginária e autoritariamente completo em seu próprio silêncio e em sua própria solidão, ou completar-se mediante a utilização das imagens (inclusive dos outros como imagens) para a satisfação imediata das pulsões.

Concluindo rapidamente este segundo bloco de argumentação, dado que a complexidade psicanalítica do argumento não nos permite maiores desenvolvimentos, pode-se dizer que o caráter predominantemente imagético das produções midiáticas contemporâneas nada mais faz que acirrar ainda mais o déficit simbólico de que já sofriam essas produções por serem sobretudo mercadorias.

O terceiro bloco de argumentação tem por pressuposto que esse déficit simbólico se acirra ainda mais quando, em lugar de imagens

produzidas por outros, o que as produções midiáticas nos oferecem são imagens sem autoria. Isso porque, inspirando-me em Marc Augé, mais particularmente em seu livro intitulado *A guerra dos sonhos*, posso traçar um paralelo entre a existência de uma narrativa – ou de imagens dispostas em seqüências significativas – e a possibilidade de estabelecimento de uma relação de alteridade entre o autor dessa narrativa ou dessa seqüência e cada uma das pessoas que a ouve ou a vê. De fato, inspirando-se em Christian Metz, Marc Augé fala que assistir a um filme cinematográfico, por exemplo, é uma experiência ímpar de abertura do eu para esse outro que é o autor da película, justamente porque é uma experiência ímpar de abertura para o imaginário de uma outra pessoa, de tal forma que o chamado “estágio da tela”, conceituado por Metz, do qual o cinema é o exemplo paradigmático, seria o exato oposto do “estágio do espelho” conceituado por Lacan, no qual o que se tem é tão somente a descoberta da imagem de si e a ancoragem da existência do eu na imagem refletida do próprio corpo. Para Augé, assistir às produções de outras mídias, como a televisão, por exemplo, não seria uma experiência da mesma natureza, dada justamente a inviabilidade do estabelecimento de uma relação de alteridade, sendo importante observar entretanto que isso não se daria simplesmente por conta de um retorno narcísico ao estágio do espelho, embora esse retorno seja uma conseqüência que se pode facilmente concluir do que nos diz o autor francês.

Para Augé, o que emerge das produções televisivas é um novo regime de ficção, caracterizado, de um lado, pela ficcionalização generalizada de todos os imaginários coletivos que em regimes anteriores irrigavam em mão dupla os imaginários individuais, e, de outro, pela ameaça ao próprio estatuto da ficção, dada a destruição das duas características que lhe eram definitórias em regimes anteriores: a autoria e a diferenciação em relação ao real. Mas é sobretudo porque não teriam autoria – e, portanto, diria eu, não se organizariam em narrativas coerentes e/ou em seqüências significativas – que as imagens televisivas não demandariam a abertura

para o outro e para seu imaginário que demandam as imagens cinematográficas, e que assistir a elas não representaria uma experiência de alteridade, antes pelo contrário: em lugar de identificar-se ou não com o ponto de vista do autor, só restaria ao telespectador identificar-se ou não com os personagens cujas imagens são refletidas na tela, e ele considera igualmente como personagens todas as figuras televisivas, desde os personagens mesmos dos enredos explicitamente ficcionais veiculados pela TV até os jornalistas, apresentadores, políticos e esportistas com cujas imagens nos familiarizamos por intermédio dela. Disso podemos concluir, para nossos próprios fins, que só restaria ao telespectador identificar-se consigo mesmo, projetado nesses outros virtuais que são os personagens e que substituem inadequadamente a alteridade concreta e singular da autoria.

Concluindo este terceiro bloco de argumentação, podemos dizer que o déficit simbólico das produções midiáticas é ainda maior no caso da televisão, uma vez que, além de se caracterizarem pela condição de mercadoria e pelo caráter predominantemente imagético, tais produções se caracterizam também pela ausência de autoria, o que inviabiliza a relação de alteridade e, mais uma vez, o ingresso do sujeito no campo das trocas recíprocas com outros descontínuos em relação a si, que constitui o ingresso na sociabilidade e na simbolização.

Finalmente chegamos ao quarto e último bloco de argumentação, que tem por pressuposto que esse déficit se acirra ainda mais se, em lugar das imagens desses outros, ainda que ficcionais ou pseudo-ficcionais, o que se reflete na tela é a imagem mesma do telespectador, como ocorre hoje com a televisão aberta brasileira. De fato, nada se parece mais com o “estágio do espelho”, e com a perda do estatuto da ficção de que nos fala Augé, do que a reiteração do real que está presente hoje em dia no predomínio da imagem da população pobre brasileira, com todos os signos de sua precariedade social e cultural, na tela da TV. Isso porque não é só o outro como autor que desaparece, mas o outro social, ou seja,

aquele cuja imagem presente na tela da TV aberta poderia evocar justamente a desigualdade social e revelar como socialmente injusta a própria precariedade que a reiteração da imagem do telespectador excluído naturaliza, exalta e *glamouriza*.

Neste bloco eu gostaria de citar Martín Hopenhayn, particularmente seu artigo intitulado “Vida insular en la aldea global. Paradojas en curso”, publicado na coletânea *Cultura y globalizacion*, organizada por Martín Barbero e outros. Esse autor caracteriza a globalização pelo volume sem precedente de massa monetária e de imagens que circulam no planeta, e pela instantaneidade dessa circulação. Aponta, entretanto, para uma distinção que pode parecer sutil, mas que é muitíssimo significativa em termos políticos: enquanto o dinheiro circula concentrando-se, as imagens o fazem disseminando-se, o que significa dizer que, ao mesmo tempo em que ocorre em cada país uma concentração crescente dos benefícios econômicos da abertura externa, democratizam-se, por intermédio da abertura comunicacional, as opções do que ele chama de “gratificação simbólica”. Assim, em suas palavras, para os excluídos dos benefícios econômicos, a globalização representaria “las manos vacías y los ojos colmados com imágenes del mundo”.

É assim que, para Hopenhayn, a globalização contraria a utopia moderna, na medida em que acirra a exclusão social ao mesmo tempo em que parece promover a inclusão cultural, quando o que se imaginava utópica e modernamente era que a inclusão social estivesse na base de tudo. E isso significa que, se nos mantivermos utópicos e modernos, podemos considerar como falsa toda e qualquer modalidade de inclusão cultural que se assente sobre a exclusão social, embora Hopenhayn prefira concluir pela ambigüidade das tendências contemporâneas, concordando, aparentemente, com os que louvam algumas delas e deploram outras. De fato, é como uma modalidade falsa de inclusão dos excluídos, fundada ela própria na manutenção da exclusão, que creio devamos considerar os espelhos fiéis que a televisão aberta brasileira tem oferecido para a

população mais pobre. Espelhos mágicos, aliás, que refletem como natural, bonita e *glamourosa* a própria precariedade social, e que, inclusive, deixam dessa forma de se constituir nas janelas que, em plena globalização comunicacional, poderiam ser abertas para o mundo, para os outros, para o mundo dos outros. Ou seja, para além do que diz Hopenhayn, mãos vazias, sim, mas em lugar das imagens do mundo, as mais falsamente belas das imagens de si mesmo.

Concluindo este último bloco de argumentação, posso dizer que, no contexto da flexibilização e da globalização da economia, o predomínio da imagem da população pobre na tela da televisão aberta brasileira acirra o déficit simbólico das manifestações midiáticas em um sentido muito preciso, na medida em que a alteridade que desaparece de cena é justamente aquela que se funda na diferença social – e com isso talvez tenhamos voltado ao ponto de partida, ou seja, ao ocultamento da relação capitalista de expropriação e dominação pelo fetichismo da mercadoria.

Cabe-me agora apresentar as teses que julgo poder defender, com base na bibliografia anteriormente discutida, acerca da presença crescente da população pobre nas telas da televisão aberta brasileira, teses estas que, espero, sejam compartilhadas com todos os que me acompanharam até agora.

A primeira delas, e a mais óbvia, é que o significado da presença da população pobre nas telas da TV aberta é diferente daquele que José Ramos Tinhorão atribuiu em sua obra à presença do povo no rádio nos anos de 1940. Se naquele momento, no contexto do nacional-desenvolvimentismo e do populismo, quando o próprio Estado se utilizava do rádio para interpelar os cidadãos brasileiros como trabalhadores, a presença do povo podia de fato significar inclusão social, hoje, no contexto atual da economia e da política, certamente não significa mais.

É interessante observar que, como aponta Tinhorão, a presença do povo foi banida da televisão em seus primórdios. Em lugar dos auditórios dos programas da Rádio Nacional, por exemplo, que

eram tão populares que chegaram a provocar a ira elitista e racista de alguns críticos, que cunharam inclusive a expressão “macacas de auditório” para designar as moças pobres e em sua maioria negras que os freqüentavam, a platéia seleta dos festivais de música popular de TV Record, por exemplo, composta por muito bem nascidos estudantes universitários, cuja imagem podia ser divulgada para os outros muito bem nascidos que naquela época tinham acesso à aquisição de um aparelho de TV sem chocar seus padrões estéticos e sem contrariar as ilusões pequeno-burguesas que teciam acerca de seu país.

O contexto econômico e político da época em que se implanta e se consolida a TV aberta brasileira é outro em relação ao nacional-desenvolvimentismo e ao populismo e é outro em relação à atualidade da flexibilização, da globalização e do neoliberalismo. De fato, enquanto o acesso à TV foi restrito às camadas mais favorecidas da população, ela exerceu uma função muito precisa: por meio dela, as grandes corporações industriais, que aqui se instalam graças ao projeto político de substituição das importações por produção local de origem multinacional, interpelaram os cidadãos brasileiros como consumidores, inicialmente dos bens duráveis que o progresso oferecia para o conforto das elites econômicas (automóveis, refrigeradores, enceradeiras, e, é claro, a própria televisão). E creio mesmo que, quando o acesso à TV foi se tornando possível para camadas cada vez mais amplas da população, camadas cada vez mais amplas da população foram sendo interpeladas por meio dela como consumidoras, dado que uma gama cada vez maior de produtos de consumo de massa passaram a ser apresentados ao mercado nas telas da TV.

É justamente essa tendência a que se reverte com a flexibilização da economia e com sua abertura neoliberal para o mundo. A inclusão social não só se estanca, como se reverte em exclusão crescente, que atinge inclusive camadas anteriormente incluídas, de tal modo que os setores voltados para a produção de bens de consumo de massa se descapitalizam, passam a investir menos em

publicidade e descapitalizam, por sua vez, as emissoras abertas de TV; por outro lado, para alcançar o número cada vez menor daqueles que ainda podem ser interpelados como consumidores porque ainda podem consumir, os novos agentes do mercado segmentado e da produção flexível não se utilizam mais da velha TV massificada, ou pelo menos não o fazem preferencialmente, optando antes por modalidades de veiculação publicitária e as mesmas segmentadas e alternativas.

Dessa forma, o que se tem hoje no Brasil é uma TV aberta extremamente empobrecida, voltada para as camadas mais extremamente empobrecidas da população. E é nesse contexto que eu imagino ser possível postular uma segunda tese: a de que as funções sociais da TV aberta brasileira se tornaram outras, e que talvez nem sejam mais funções econômicas, uma vez que, não mais interpelados pelo Estado ou pelos produtores de mercadorias como trabalhadores ou como consumidores, os telespectadores da TV aberta são unicamente chamados a consumir imagens, inclusive imagens de mercadorias, em lugar das mercadorias em si – quando não são chamados a consumir a falsa imagem de si mesmos como consumidores de mercadorias, quando se lhes propõe que tomem dinheiro emprestado ou que comprem a prestação, em parcelas mensais a perder de vista, com juros exorbitantes, em lojas populares que anunciam porque têm capital, e que têm capital porque vendem crédito mais que mercadorias, explorando como agiotas a pobreza material extrema dos aspirantes a consumidor, e financiando com parte de seus lucros o divertimento gratuito que a TV aberta oferece a seus pobres clientes.

Assim sendo, acredito que as funções sociais da TV aberta brasileira sejam hoje em dia sobretudo políticas, na medida em que o consumo de imagens sirva de algum a forma para aplacar a consciência e a revolta dos que não consomem mercadorias, oferecendo-lhes a satisfação imaginária de algumas de suas carências, na direção do que nos diz Maria Rita Kehl. Mas acredito que é justamente a presença da população pobre nas telas da TV aberta a que se torna politicamente significativa nesse

contexto: em lugar de ilusões de ascensão social via consumo, para cujo cultivo era imprescindível disseminar para os excluídos em vias de inclusão a imagem feliz dos outros sociais, ou seja, daqueles que já tinham chegado lá, o que se produz, mediante a reiteração das imagens dos próprios excluídos, é a ilusão de que tudo já está bem, de que todos já são felizes, de que a pobreza tem seus méritos, de que a precariedade social tem suas virtudes e de que, por mais pobres e ignorantes que sejamos, sempre nos será possível, mais do que fazer número nos auditórios da TV, brilhar como se fôramos artistas no centro do espetáculo.

Concluindo: o que se tem é uma falsa inclusão cultural, que não só se funda na exclusão social mas ajuda politicamente a perpetuá-la. É interessante observar que isso ocorra mediante a negação e a dessimbolização a mais radical possível da alteridade. Talvez devamos desviar os olhos dos sabonetes saltitantes que desfilam cheios de atitude sobre a pia e que se atiram na água com agilidade de atletas olímpicos para encontrar a materialização mais que perfeita do fetichismo da mercadoria em outro lugar. Justamente ali, onde a reiteração da imagem da população pobre parecia ter o poder de se contrapor à fantasmagoria generalizada, talvez se encontre a forma mais que perfeita da perversão da dialética do Eu e do Outro que está na origem capitalista desse fetichismo.

Referências bibliográficas:

- Augé, Marc, *A guerra dos sonhos*. Campinas, Papirus, 1998.
- Hopenhayn, Martín, “Vida insular en la aldea global. Paradojas en curso”. In: Martín Barbero, Jesús; López de la Roche, Fábio e Jaramillo, Jaime Eduardo (orgs.), *Cultura y globalización*. Bogotá, Universidade Nacional de Colômbia, 1999.
- Kehl, Maria Rita, “Fetichismo”. In: Bucci, Eugênio e Kehl, Maria Rita, *Videologias*. São Paulo, Boitempo, 2004a.

- _____, “Televisão e violência do imaginário”. In: Bucci, Eugênio e Kehl, Maria Rita, *Videologias*. São Paulo, Boitempo, 2004b.
- Lévi-Strauss, Claude, *As estruturas elementares do parentesco*. São Paulo, Perspectiva, 1974
- _____, *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975a.
- _____, *Totemismo hoje*. Petrópolis, Vozes, 1975b.
- Marx, Karl, *O capital – crítica da economia política*. São Paulo, Civilização Brasileira, s/d.
- Metz, Christian, *Le signifiant imaginaire*. 3ª ed. Paris, Bourgois, 1993.
- Rozitchner, Leon, “Marx e Freud: A cooperação e o corpo produtivo. A expropriação histórica dos poderes do corpo”. In: Silveira, Paulo e Doray, Bernard (orgs.), *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, São Paulo, Vértice, 1989.
- Tinhorão, José Ramos, *Música popular – Do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo, Ática, 1978.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA E FILOSOFIA CIENTÍFICA

*José Carlos Pinto de Oliveira**

Em artigo anterior, “O empirismo lógico e a história da filosofia”, publicado nesta mesma revista (Oliveira 2000-2001), o foco foi a prática historiográfica ou a para-história da filosofia do empirismo ou positivismo lógico, com destaque ali para a leitura que fazem os positivistas da obra epistemológica de Hume e Mill. O presente artigo tem a intenção de acrescentar à consideração dessa prática uma análise sumária de suas possíveis justificações, trazendo à tona os principais textos em que os positivistas lógicos, em particular Reichenbach e Carnap, oferecem argumentos em apoio daquela prática ou se posicionam, teoricamente, de modo consistente com ela. No trabalho anterior, deixei de lado deliberadamente a obra de Reichenbach, em que o tema da história da filosofia é freqüentemente abordado dentro da perspectiva do positivismo lógico, e é a ela que tomo aqui em especial consideração.

* Professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Na seção 1, procuro expor a concepção de Reichenbach sobre a história da filosofia. A seção 2 procede a um inventário de textos de Reichenbach, Carnap e outros autores positivistas sobre a proposta de uma filosofia científica, que justifica aquela abordagem. Em ambos os casos, a investigação se completa com uma análise comparativa das concepções do positivismo lógico com a posição de Kuhn, um filósofo da ciência historicamente orientado e ele mesmo um historiador. Na conclusão do trabalho, naturalmente, destacam-se as relações entre os dois conceitos na perspectiva positivista.

1. Reichenbach e a história da filosofia

Reichenbach manifesta-se em vários textos sobre a história da filosofia, particularmente em *The Rise of Scientific Philosophy*. Mas, curiosamente, ao mesmo tempo em que esboça ali uma narrativa de natureza histórica, ele se diz um filósofo a-histórico. Para que se possa compreender esse aparente paradoxo, remeto abaixo a várias passagens de seus textos mais significativos sobre o tema.

Logo no prefácio de *The Rise of Scientific Philosophy*, Reichenbach escreve:

Assim, este livro pode ser utilizado como uma introdução à filosofia e, em particular, à filosofia científica. Contudo, não se pretende fazer uma apresentação dita "objetiva" do material filosófico tradicional. Não há nenhuma tentativa de expor sistemas filosóficos com a atitude do intérprete, que deseja encontrar alguma verdade em cada filosofia e espera fazer crer a seus leitores que cada doutrina filosófica pode ser compreendida. Esta maneira de ensinar filosofia não tem nenhum êxito. (...) Se uma apresentação da filosofia deve ser objetiva, deve sê-lo, conseqüentemente, nos padrões de sua crítica antes que no sentido de um relativismo filosófico (Reichenbach 1951, p. viii-ix).

Essa idéia de não pretender, em sua história da filosofia, expor os sistemas filosóficos com “a atitude do intérprete”, Reichenbach a apóia no fato de que, segundo ele, existe “uma verdade filosófica”. E tal verdade não deve ser confundida com as “opiniões filosóficas” que o intérprete acriticamente procura apresentar como “uma coleção de verdades”, como se houvesse uma verdade relativa a cada filosofia, e cada filosofia pudesse ser apontada como uma versão diferente da “sabedoria”. Ao contrário do intérprete, entendido nesse sentido, “o historiador competente” deve ser crítico:

Não pretendo menosprezar a história da filosofia, mas sempre deveríamos lembrar que é história, e não filosofia. Assim como toda pesquisa histórica, deveria ser feita com métodos científicos e explicações psicológicas e sociológicas. Mas a história da filosofia não deve ser apresentada como uma coleção de verdades. Existe mais erro que verdade na filosofia tradicional. Portanto, só aqueles com capacidade crítica podem ser historiadores competentes. A glorificação das filosofias do passado, a apresentação dos vários sistemas como diferentes versões da sabedoria, minou a força filosófica da atual geração. Isso tem induzido os estudantes a adotar um relativismo filosófico, a acreditar que só existem opiniões filosóficas e que não existe uma verdade filosófica (Reichenbach 1951, p. 325).

E se há, de acordo com Reichenbach, mais erro do que verdade na filosofia tradicional, um dos erros é certamente não reconhecer a filosofia ou a análise da ciência como sendo uma filosofia. Ou a filosofia que, na verdade, veio substituir a filosofia tradicional:

O filósofo da escola tradicional muitas vezes recusou reconhecer a análise da ciência como uma filosofia e continua a identificar a filosofia com a invenção de sistemas filosóficos. Não se dá conta de que os sistemas filosóficos perderam seu significado e que sua função foi assumida pela filosofia da ciência. O filósofo científico não teme esse

antagonismo. Ele deixa o filósofo antiquado inventar sistemas filosóficos – para os quais ainda pode haver um lugar no museu filosófico chamado a história da filosofia – e segue trabalhando (Reichenbach 1951, p. 123-124).

A história da filosofia é identificada aí sem constrangimentos com um “museu filosófico”, em que está (ou jaz) a filosofia morta, enquanto a filosofia do “presente vivo” é praticada de modo a-histórico, desvinculado do passado, como filosofia da ciência. Ou é praticada historicamente, mas apenas na medida em que “os criadores” ou aqueles que trabalham no campo da filosofia “de modo produtivo”, no presente como no passado, não se importam com as opiniões de seus predecessores. Talvez esse seja o sentido da história que se faz de modo natural, expressão com que arremata uma passagem de um texto de 1931:

A concepção de filosofia da natureza sustentada por homens como Schelling ou Hegel opõe-se diametralmente à nova filosofia da natureza. Pode ser do interesse do historiador procurar pela expressão de idéias similares em sistemas precedentes, mas para a nova filosofia da natureza essa questão é irrelevante. Com este procedimento a-histórico, não pretendemos expressar desprezo pelas conquistas dos pensadores anteriores. Ao contrário, aqueles que trabalham de modo produtivo no campo da filosofia têm a maior estima pelos filósofos do passado. Contudo, não procuramos nossos problemas no passado, mas no presente vivo. A situação mudou tanto, comparada com épocas anteriores, que os antigos não podem mais ter interesse para nós. (...) Que aqueles para quem “a história da filosofia é em si mesma filosofia”, como diz Kant, gastem seu tempo em estudar os escritos dos grandes filósofos do passado. Nós imitaríamos estes grandes homens em um outro aspecto. Todos eles eram pensadores a-históricos e não se importavam com as opiniões de seus predecessores. (...) nossa tarefa moderna somente pode ser executada sem a consideração da tradição, no contato direto com os

problemas que as descobertas científicas colocam para o filósofo. (...) Para os criadores, as conexões lógicas são o que importa. As conexões históricas serão estabelecidas como coisa natural (Reichenbach 1931, p. 83-84).

Richard Rorty, em “Filosofia na América hoje”, comenta o livro de Reichenbach publicado em 1951, e lhe dá destaque na formação da imagem da história da filosofia que dominou por vários anos a vertente analítica da filosofia. Rorty escreve:

A história de Reichenbach já não poderia ser escrita nos termos em que ele a escreveu, dado que tomou por certas todas as doutrinas positivistas que, nos trinta anos de permeio, foram desmanteladas por Wittgenstein, Quine, Sellars e Kuhn. Mas a maior parte dos filósofos analíticos pós-positivistas ainda concordaria que a filosofia, em tempos relativamente recentes, «progrediu da especulação para a ciência». Eles aceitariam o ponto de vista que podemos de
fínir filosofia em termos de um conjunto de problemas identificáveis e perduráveis, que foram tratados de maneiras desajeitadas e não sofisticadas em períodos anteriores, e estão agora a ser tratados com uma precisão e rigor dantes desconhecidos (Rorty 1982, p. 211-212. Edição portuguesa, p. 289-290).

Na construção dessa perspectiva, como procurei apontar no artigo a que me referi no início, os empiristas lógicos, na qualidade de empiristas do século XX, apresentaram-se como defensores *up-to-date* do empirismo clássico. Estavam convencidos da relevância de seu projeto, que consistiria em oferecer uma resposta contemporânea a uma questão clássica, a que seus célebres predecessores – como Hume e Mill, nos tempos mais heróicos da história do empirismo – não teriam tido, essencialmente, condições técnicas de responder. Para isso, gozavam os empiristas lógicos da vantagem histórica de poder dispor de um instrumento como a lógica matemática (uma lógica não-aristotélica) e ainda de uma

geometria não-euclidiana, uma física não-newtoniana (ver Reichenbach 1951, p. 41-49). Desse modo, como resultado das incursões positivistas pela história da filosofia, temos que Hume e Mill são ‘empiristas lógicos’, desfavorecidos pela sorte, pela história, mas ‘empiristas lógicos’ (Cf. Oliveira 2000-2001, p. 87 e 95).

Retomando Rorty, pode-se ver que ainda no início da década de 80 existia um acordo fundamental entre os membros da filosofia analítica. Se não havia uma plena convergência quanto à natureza dos problemas filosóficos e sua solução, uma perspectiva histórica era amplamente compartilhada. Escreve ele:

Pode haver desacordo sobre quais destes problemas são para ser resolvidos e quais são para ser dissolvidos ou simplesmente postos de lado. Pode também haver desacordo sobre se, como pensou Reichenbach, as ferramentas são fornecidas pela ciência ou se, em vez disso, têm de ser forjadas pelos próprios filósofos. Mas esses desacordos são menores quando comparados com o *amplo acordo sobre o tipo de narrativa histórica que tem de ser narrada* (Rorty 1982, p. 212. Ed. portuguesa, p. 290, grifo meu).

Esse acordo se dá nos termos do que Rorty chama de “história revisionista” da filosofia, exigida, segundo ele, pelos “movimentos revolucionários no interior de uma disciplina” (Cf. Rorty 1982, p. 211). E completa ele:

A construção de Reichenbach de um arrebatador drama histórico exigiu que ele fosse selectivo na sua escolha dos incidentes. Se quisermos *interpretar a filosofia como uma tentativa para compreender a natureza da ciência natural*, como florescendo quando a ciência natural floresceu, e como sendo capaz de ser levada a uma conclusão satisfatória agora que as ciências se tornaram maduras, temos de tomar os “problemas da filosofia” como sendo aqueles que foram formulados claramente, pela primeira vez, nos séculos XVII e XVIII – o período em que o fenômeno da Nova Ciência era o objecto principal da atenção dos filósofos. Estes problemas

eram primariamente problemas sobre a natureza e a possibilidade do conhecimento científico, problemas epistemológicos. *Tendo identificado a filosofia com estes problemas*, podemos explicar o fracasso grego e medieval em relação a formulá-los claramente por referência ao estado primitivo da ciência antes de 1600, ao mesmo tempo que afastamos para o lado como não filosófica e ideológica a preocupação grega com a política e a poesia e a preocupação cristã com Deus. Isto permite-nos ver Kant como, na frase de Reichenbach, “o clímax da filosofia especulativa”, e saltar com ligeireza por cima dos séculos XIX e XX (um hábito que ainda prevalece entre os filósofos analíticos – que vêem o intervalo entre Kant e Frege como um lamentável período de confusão) (Rorty 1982, p. 212. Ed. portuguesa, p. 290-291, grifos meus).

Carnap pode ser convocado aqui para um depoimento francamente favorável a Reichenbach. Ele relaciona diretamente sua visão sobre a história da filosofia com sua perspectiva sobre a história da ciência. Em sua autobiografia intelectual, publicada no volume editado por Schilpp em 1963, ele escreve sobre o Departamento de Filosofia da Universidade de Chicago, em que se dava grande ênfase à história da filosofia:

A atitude metodológica diante da história da filosofia que os estudantes aprendiam era caracterizada por um exaustivo estudo das fontes e pela ênfase na exigência de que a doutrina de um filósofo deve ser entendida de modo imanente, isto é, do ponto de vista do próprio filósofo, uma vez que uma crítica vinda de fora não faria justiça à sua singularidade e ao lugar por ele ocupado no desenvolvimento histórico. Essa educação, visando a uma atitude neutra e cuidadosa em história, parecia-me útil e adequada para o propósito dos estudos históricos, mas não suficiente para um treinamento para a filosofia em si mesma. *O trabalho da história da filosofia não é essencialmente diferente do trabalho da história da ciência. O historiador da ciência fornece não apenas uma descrição das teorias*

científicas, mas também um julgamento crítico delas do ponto de vista de nosso atual conhecimento científico. Penso que o mesmo deveria ser exigido na história da filosofia. Esse ponto de vista se baseia na convicção de que na filosofia, não menos do que na ciência, existe a possibilidade de uma visão cumulativa e, portanto, de progresso no conhecimento. Evidentemente, essa perspectiva seria rejeitada pelo historicismo em sua forma pura (Carnap 1963, p. 41, grifo meu).

Para aferir a posição de Reichenbach e Carnap diante da história da filosofia (e da história da ciência), basta contrapô-la à perspectiva de um filósofo da ciência como Kuhn, que, ademais de conferir um papel privilegiado à história na investigação sobre a ciência, é ele próprio um historiador. Como se sabe, Kuhn admite progresso cumulativo na ciência, bem como na filosofia (em seus bolsões normais. Ver Kuhn 1975, p. 204-205). Mas recusa a cumulatividade nos episódios que culminam em revoluções científicas.

Quanto a Reichenbach e Carnap, creio que cabe perguntar sem rodeios se eles não estariam defendendo as teses da ‘velha historiografia’ da ciência, a que Kuhn contrapõe a “nova historiografia” logo no início de *A estrutura das revoluções científicas*.

Kuhn descreve muito bem a posição tradicional, posição que parece ser a de Carnap quando este aponta o que o historiador da ciência faz e o que o historiador da filosofia deveria fazer. Escreve Kuhn:

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o

conhecimento e a técnica científicos. E a História da Ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses aumentos sucessivos como os obstáculos que inibiram sua acumulação. Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado, deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico (Kuhn 1975, p. 20).

Em oposição a essa maneira de conceber a ciência e sua história, e ao trabalho historiográfico por ela orientado, é que surge justamente, segundo Kuhn, uma “revolução historiográfica”:

Os historiadores da ciência, gradualmente e muitas vezes sem se aperceberem completamente de que o estavam fazendo, começaram a se colocar novas espécies de questões e a traçar linhas diferentes, freqüentemente não-cumulativas, de desenvolvimento para as ciências. Em vez de procurar as contribuições permanentes de uma ciência mais antiga para nossa perspectiva privilegiada, eles procuram apresentar a integridade histórica daquela ciência, a partir de sua própria época (Kuhn 1975, p. 21-22).

Pode-se admitir que Kuhn se opõe à concepção de história da ciência de Carnap e Reichenbach, na medida em que se opõe aos praticantes da ‘velha historiografia’ da ciência. Mas, e quanto à história da filosofia?

No que concerne precisamente à história da filosofia, Kuhn, que é historiador da ciência, é, compreensivelmente, menos explícito. De qualquer modo, não faltam textos em que se manifesta com clareza também a esse respeito. Em uma passagem de “The Relations between History and the History of Science”, escreve:

A história da filosofia tal como é ensinada nos departamentos de filosofia é, por exemplo, muitas vezes,

uma paródia do histórico. Ao ler uma obra do passado, o filósofo regularmente procura pelas posições do autor acerca de problemas atuais, critica-as com a ajuda de um aparato atual e interpreta o texto de modo a maximizar sua coerência com a doutrina moderna. Nesse processo, o original histórico é muitas vezes perdido (Kuhn 1977, p. 153).

E diz Kuhn ainda, de modo informal, na entrevista publicada ao final de seu último livro, *The Road since Structure*:

...tentei falar um pouco de minha experiência de ter em uma mesma classe filósofos, historiadores e cientistas. Os filósofos e os cientistas estão muito mais próximos uns dos outros porque todos eles chegam com o propósito de saber o que é correto e o que não é – não de saber o que aconteceu – e portanto, diante de um texto, tendem a identificar o verdadeiro e o falso de um ponto de vista moderno, a partir daquilo que eles já sabem” (Kuhn 2000, p. 315).

E comenta a observação de um dos entrevistadores, respondendo sumariamente aos críticos que se queixaram de que seu livro sobre a história da mecânica quântica (Kuhn 1978) não levava em conta sua própria filosofia da ciência:¹

V. Kindi: Porque você não aplica a teoria filosófica para fazer história.

T. Kuhn: Não. Se alguém tem uma teoria que deseja confirmar, *pode* ir em frente e fazer história para confirmá-la e tal. Mas isso é justamente o que não se deve fazer (Kuhn 2000, p. 314).

Tal passagem se complementa com outra que vem logo adiante, onde Kuhn ironiza a forma como é praticada a história da filosofia por filósofos: “uma história da filosofia que conta a história de

¹ Ver Kuhn 1984 e também Gutting 1980, p. 3-4. Abordo a questão da relação entre história da ciência e filosofia da ciência em Oliveira 2002.

Descartes, quando acertou e quando errou, e o que poderia ter feito para conciliar tudo”... (p. 315).

Concluindo a seção, poderíamos dizer que tanto Reichenbach como Carnap propõem e defendem o que se convencionaria chamar de uma ‘velha historiografia’ da filosofia, baseada no prestígio de que goza junto a eles uma ‘velha historiografia’ da ciência. Uma historiografia da ciência que tem como ponto culminante a perspectiva científica contemporânea, apta para reconstruir racionalmente como cumulativo o processo de desenvolvimento histórico da ciência. E o mesmo deveria valer então para a história da filosofia.

Na próxima seção, procuro tornar explícita a noção de filosofia científica dos positivistas lógicos, já entrevista nas citações, que está na base de sua concepção sobre a história da filosofia. Tomo como referência não só o livro que Reichenbach dedica ao tema, como passagens que permeiam a obra de outros importantes representantes do positivismo contemporâneo.

2. O positivismo lógico e a filosofia científica

Reichenbach, nos textos citados acima, parece fazer referência indistintamente a uma filosofia científica, a uma filosofia da ciência e a uma nova filosofia da natureza para se contrapor à filosofia tradicional. Deve-se recordar que, historicamente, o positivismo lógico reluta no início em usar o próprio termo “filosofia”, preocupado com suas conotações metafísicas. Quando decide empregá-lo, o faz com uma qualificação, a de filosofia científica, com a qual depois, na verdade, tenta se apropriar do termo. Do ponto de vista do positivismo lógico, a ciência (com o senso comum) ocupa todo o território aberto ao conhecimento. A filosofia, expurgada da metafísica, e da ética e da estética (digamos, normativas), é um discurso sobre a ciência, não sobre o mundo. Não caberia, portanto, falar-se mais em uma filosofia da natureza, mas

apenas em uma filosofia (ou lógica) da ciência². A prática dessa filosofia da ciência apresenta algumas características que a aproximariam intimamente da prática científica e a distinguiriam claramente, enquanto filosofia científica, da filosofia tradicional.

Em seu livro dedicado à filosofia científica, que temos considerado, Reichenbach fala do “caráter social do trabalho científico” e chega a admitir metaforicamente (para não dizer metafisicamente), uma “inteligência suprapessoal de conjunto”, resultante desse trabalho. Escreve ele:

O trabalho científico é um trabalho de grupo. As contribuições dos indivíduos para a solução de um problema podem ser maiores ou menores, porém sempre serão pequenas comparadas com a quantidade de trabalho dedicada ao problema pelo grupo. Há grandes matemáticos, físicos e biólogos; mas nem o maior deles poderia ter realizado seu trabalho sem a preparação de gerações precedentes ou sem o auxílio de seus contemporâneos. A magnitude do trabalho técnico necessário para a solução de um problema supera as capacidades do cientista individual. Isso é verdade não apenas no que se refere ao laborioso trabalho de investigação despendido com observações e experimentos, como também pela construção lógica e matemática de uma teoria. O caráter social do trabalho científico é a razão de sua força.; a limitada capacidade do indivíduo se acha complementada pelas possibilidades do grupo; os erros do indivíduo são corrigidos por seus companheiros de trabalho, e a resultante das contribuições dos muitos indivíduos inteligentes é uma espécie de inteligência suprapessoal de conjunto, capaz de descobrir respostas que um único indivíduo jamais encontraria (Reichenbach 1951, p. 117-118).

E o mesmo já dizia em um texto de 1931, em que destaca a idéia de uma convergência supra-sistemática da análise de

² Ver, p. ex., Reichenbach 1931, p. 82 e Carnap 1935, cap. 1.

problemas, com um destaque particular para o aspecto positivo da especialização na filosofia, uma vez que seguiria no rastro da especialização científica:

Tem sucedido sempre que uma análise sem preconceitos de problemas, levada a efeito de um ponto de vista filosófico, matemático ou físico, conduz aos mesmos resultados. Os problemas superam as barreiras de cada sistema e impõem suas próprias leis, independentemente dos pontos de vista tradicionais. No encaixe de tal autonomia de problemas, a filosofia será afetada inevitavelmente pelo processo de dissolução, um processo que é característico da ciência moderna e que culminou na extrema diferenciação e especialização dos vários ramos da ciência. Alguns filósofos identificam este processo com um declínio do conhecimento filosófico. Exigem uma síntese, a construção de um sistema abrangente como a base racional da filosofia. A nós, entretanto, esta tendência para a especialização parece anunciar um processo de recuperação para a filosofia. O processo de diferenciação constitui uma transição do intuitivo para o método científico, da especulação isolada à cooperação científica. A filosofia deixa de ser uma visão arrematadora do mundo para transformar-se em uma ciência progressiva (Reichenbach 1931, p. 83).

Essa perspectiva sobre a natureza da filosofia é plenamente compartilhada pelos demais positivistas lógicos. Em uma análise retrospectiva do projeto filosófico do positivismo lógico, projeto com que ele próprio esteve envolvido, o filósofo da linguagem americano Charles Morris escreveu em 1963, a propósito de Carnap:

...a meta permanente de seu pensamento tem sido definir a filosofia através da relação com a ciência. (...) o resultado foi a filosofia entendida como lógica da ciência. Desse modo, como Carnap deixou claro no prefácio a *Der logische Aufbau der Welt*, ele esperava construir por meio de um trabalho cooperativo uma filosofia que pudesse avançar como a ciência avança (Morris 1963, p. 96).

No texto citado por Morris, publicado em 1928, Carnap descreve com muita clareza essa sua “meta permanente”, assim como o caráter coletivo do trabalho científico, aberto inclusive à colaboração cumulativa das futuras gerações:

O filósofo individual já não se propõe construir ousadamente todo um edifício filosófico. Na verdade, cada um trabalha investigando apenas uma parte da ciência total unificada. Essa atitude é natural aos físicos e aos historiadores. Contudo, diante da filosofia se apresenta o triste espetáculo (que deve ser deprimente para as pessoas de consciência científica) de haver construído, um após o outro e um junto ao outro, uma grande variedade de sistemas filosóficos incompatíveis entre si. Cremos que se, no trabalho filosófico, do mesmo modo que nas ciências particulares, atribuímos a cada indivíduo somente uma tarefa parcial, poderemos olhar o futuro com mais confiança. Em uma construção lenta e cuidadosa se obterá um conhecimento após o outro. Cada investigador contribuirá com um trabalho pelo qual poderá responsabilizar-se e que poderá justificar perante a totalidade de seus colegas. Dessa maneira se acrescentará cuidadosamente uma pedra sobre outra, e assim se erigirá um edifício sobre o qual cada geração futura poderá continuar com o trabalho (Carnap 1967, p. xvi-xvii).

Neurath, em 1937, frisa a capacidade de comunicação entre os cientistas, “independentemente de quão diferentes suas hipóteses ou teorias possam ser”, e a atrela à tese da unidade da ciência. Diz ele:

Se extraímos as conseqüências do programa de construir uma ciência unificada do empirismo, devemos considerar a perspectiva de colaboração entre cientistas pertencentes às mais variadas especialidades. Uma nova forma de cooperação está se tornando possível, semelhante àquela que conhecemos já há muito tempo nas ciências particulares. Os biólogos podem se comunicar entre si a respeito dos resultados de suas pesquisas de modo tão proveitoso quanto os geólogos, ou os astrônomos que estudam os raios

cósmicos, independentemente de quão diferentes suas hipóteses ou teorias possam ser. Eles diferem quanto a isso dos filósofos, cujas escolas estão fechadas umas às outras. Um fenomenologista considerará difícil manter uma conversação com um idealista especulativo e ambos enfrentarão a mesma dificuldade em relação a um idealista crítico (Neurath 1937, p. 137).

E chama a atenção em texto anterior para a “república das letras” em que convivem democraticamente os cientistas, e a que ele opõe os senhores feudais da filosofia:

Um estrito autocontrole leva a uma cooperação bem sucedida na ciência entre especialistas dos mais diversos campos. *Termos metafísicos dividem; termos científicos unem.* Os cientistas, unidos por uma linguagem unificada, formam uma espécie de república das letras dos trabalhadores, não importa o que os possa dividir enquanto homens. Os filósofos, por outro lado, são comparáveis aos senhores feudais de San Gimignano. Eles se sentam em suas torres solitárias na escuridão da noite e procuram se resguardar de seus vizinhos elevando suas torres cada vez mais alto. (...) (Neurath 1932, p. 23).

E escreve ainda Neurath, agora na companhia de Carnap e Hahn, no chamado manifesto do positivismo lógico, publicado em 29, que começa dizendo:

No início de 1929, Moritz Schlick recebeu um convite muito tentador de Bonn. Após alguma vacilação, decidiu permanecer em Viena. Nesse momento, pela primeira vez, tornou-se claro a ele e a nós que havia algo como o "Círculo de Viena" da concepção científica do mundo, que continua a desenvolver este modo de pensar em um esforço colaborativo. Este círculo não possui uma organização rígida, compõe-se de indivíduos com uma atitude científica igual e básica. Cada membro esforça-se por se adaptar, cada um põe

os vínculos comuns em primeiro plano, nenhum deseja perturbar os liames com idiossincrasias. Em muitos casos, um membro pode substituir outro, a obra de um pode ser continuada por outro (Neurath 1986, p. 5).

O mesmo pensa, naturalmente, o próprio Schlick, a quem o manifesto é dedicado. Escreve ele em 1931, em oposição à filosofia tradicional:

... cada pensador busca seu próprio fundamento e não quer apoiar-se nos ombros de seus predecessores. (...) praticamente todos os grandes pensadores se propuseram a reforma radical da filosofia e a consideraram essencial. Esse destino peculiar da filosofia foi descrito e lamentado com tanta freqüência que realmente seria trivial até mesmo discuti-lo. Ceticismo silencioso e resignação parecem ser as únicas atitudes apropriadas a esta situação. Dois mil anos de experiência parecem mostrar que já não se podem levar a sério os esforços para pôr um fim ao caos dos sistemas e modificar o destino da filosofia.

Para logo acrescentar, surpreendentemente, não de modo contra-indutivo, mas indutivo:

...estou convencido de que nos encontramos em um ponto de inflexão definitivo da filosofia, e que estamos objetivamente justificados a considerar como concluído o estéril conflito entre os sistemas. Em minha opinião, no momento presente já estamos de posse dos meios que tornam desnecessário em princípio um conflito desta natureza. O que se necessita agora é aplicá-los com energia (Ayer 1959, p 59-60).

Apesar da grande energia despendida no projeto, ele não conduziu, como se sabe, aos resultados esperados. Nem Reichenbach estabeleceu como pretendia, sobre trilhos comteanos, a rota da filosofia desde a especulação metafísica até a ciência (Cf. Reichenbach 1951, p. vii). Como comenta Rorty,

De acordo com as esperanças dos positivistas lógicos, o advento desta nova geração³ deveria ter dado lugar a uma era de cooperação sem precedentes, trabalho de equipe, concordância sobre os resultados obtidos. Blocos sólidos de construção deveriam ter sido acrescentados ao edifício do conhecimento. Isto não aconteceu. (...) Em 1951, um aluno universitário que (como eu próprio) estava em processo de aprender sobre a, ou ser convertido à, filosofia analítica, ainda podia acreditar que existia um número finito de problemas filosóficos distintos e especificáveis para serem resolvidos – problemas que qualquer filósofo analítico sério concordaria serem os problemas de relevo. (...) Nas áreas «centrais» imbricadas da filosofia analítica – epistemologia, filosofia da linguagem e metafísica – existem hoje tantos paradigmas quantos os departamentos de filosofia mais importantes. O que conta como um problema sério para um doutoramento na UCLA não precisa de contar como tal para um doutoramento em Chicago ou em Cornell, e inversamente. Qualquer problema que esteja simultaneamente em voga em dez dos cerca de cem departamentos de filosofia «analítica» na América está a ter um sucesso excepcional. Nos nossos dias o campo é uma selva de programas de investigação em competição, programas que parecem ter um tempo de vida cada vez mais curto à medida que passam os anos (Rorty 1982, p. 215-216. Ed. portuguesa, p. 293-294).

Em termos kuhnianos, pode-se dizer *grosso modo* que, paralelamente ao fato de que Popper tem como imagem de ciência a ciência extraordinária, para o positivismo lógico a imagem de ciência é a ciência normal. E assim a filosofia, enquanto científica, deveria seguir os passos vitoriosos dessa única e hipertrófica ciência normal. Essa idéia (e ideal) unicultural, que animou posteriormente reações equivocadas ao principal livro de Kuhn no interior das

³ Rorty se refere à geração de filósofos da ciência americanos do final dos anos 60 e início dos 70.

ciências sociais (Cf. Gutting 1980, p. 12-15), está no centro da proposta positivista.

Segundo Kuhn, a ciência normal “é um empreendimento altamente cumulativo” (Kuhn 1975, p. 77). Seu objetivo é uma extensão, digamos, linear do conhecimento, principalmente no que concerne aos valores da precisão e da amplitude. Aí, escreve Kuhn, “o resultado do trabalho criador bem sucedido é o progresso” (Kuhn 1975, p. 204), do mesmo modo que em bolsões ‘normais’ da arte, da filosofia, da teologia. De acordo com Kuhn, aqueles que defendem que tais áreas não progridem recorrem, não ao presumido fato de que as escolas individuais não progridem, mas à efetiva existência de escolas rivais. Concluem que na filosofia não há progresso porque, por exemplo, ainda existem aristotélicos ou tomistas, não porque o aristotelismo ou o tomismo tenham estagnado.

E a ciência revela vantagens especiais. Ainda que o progresso verificado na ciência normal não difira essencialmente daquele que se obtém em outras áreas, é, segundo Kuhn, “bem mais fácil de perceber” porque toda a comunidade científica está a um tempo cerrada em torno de uma única teoria (ou paradigma). Tal unidade permite a concentração em “fenômenos mais esotéricos e sutis”, o que aumenta a eficácia do grupo na resolução de problemas.

Essa “eficácia muito especial” é ampliada sob a influência de um outro traço do grupo científico, o “isolamento sem paralelo das comunidades científicas maduras frente às exigências dos não-especialistas e da vida cotidiana” (Kuhn 1975, pp. 205-206). Com isso, o cientista pode “pressupor um conjunto específico de critérios” que orientarão seu trabalho, tornando-o mais rápido com a segurança dos resultados alcançados. E cada cientista pode escolher os problemas que enfrentará sem considerar a premência social de uma solução. A escolha de um problema é feita, assim, tomando-se “em consideração os instrumentos disponíveis para resolvê-lo” (Kuhn 1975, p. 206).

Vale acrescentar ainda uma última citação no final da seção para mostrar como a noção de filosofia científica do positivismo lógico

se ajusta a esse perfil kuhniano da ciência normal. Escreve Reichenbach:

Eis o balanço da comparação entre a velha e a nova filosofia. O filósofo moderno *renuncia a muito*. Mas também ganha muito. (...) O que se exige para uma filosofia científica é uma *reorientação das aspirações filosóficas*. Os resultados da filosofia científica não podem ser compreendidos a menos que se reconheçam como *inatingíveis os fins da filosofia especulativa*. (...) Aspirar a uma certeza absoluta pode nos parecer um fim de admirável grandeza, mas o filósofo científico deve evitar a falácia de considerar hábitos condicionados como postulados da razão e deve aprender que um conhecimento provável é base suficientemente sólida para *responder a todas as questões que podem ser razoavelmente formuladas* (Reichenbach 1951, p. 304-305, grifos meus).

3. Conclusão

No quadro da teoria de Kuhn, seria perfeitamente aceitável dizer-se que, ao fazer história da filosofia nos termos em que se propõe, Reichenbach pratica efetivamente uma filosofia científica. Isso se deve diretamente ao que diz Kuhn acerca da história da ciência praticada no interior da ciência normal, do paradigma que reescreve, como um capítulo do mais atualizado manual científico, a história da ciência do ponto de vista da ciência que lhe é contemporânea. Escreve Kuhn:

É característica dos manuais científicos conterem apenas um pouco de história, seja um capítulo introdutório, seja, como acontece mais freqüentemente, em referências dispersas aos grandes heróis de uma época anterior. Através dessas referências, tanto os estudantes como os profissionais sentem-se participando de uma longa tradição histórica. Contudo, a tradição derivada dos manuais, da qual os

cientistas sentem-se participantes, jamais existiu. Por razões ao mesmo tempo óbvias e muito funcionais, os manuais científicos (e muitas das antigas histórias da ciência) referem-se somente àquelas partes do trabalho de antigos cientistas que podem facilmente ser consideradas como contribuições ao enunciado e à solução dos problemas apresentados pelo paradigma dos manuais. Em parte por seleção e em parte por distorção, os cientistas de épocas anteriores são implicitamente representados como se tivessem trabalhado sobre o mesmo conjunto de problemas fixos e utilizado o mesmo conjunto de cânones estáveis (...) não é de admirar que, ao ser reescrita, a ciência apareça, mais uma vez, como sendo basicamente cumulativa (Kuhn 1975, p. 175-176).

E logo adiante:

Whitehead captou o espírito a-histórico da comunidade científica ao escrever: "A ciência que hesita em esquecer seus fundadores está perdida". Contudo, Whitehead não estava absolutamente correto, visto que as ciências, como outros empreendimentos profissionais, necessitam de seus heróis e reverenciam suas memórias. Felizmente, em vez de esquecer esses heróis, os cientistas têm esquecido ou re-visado somente seus trabalhos. Disso resulta uma tendência persistente a fazer com que a História da Ciência pareça linear e cumulativa (...) (Kuhn 1975, p. 176).

É no mesmo espírito que a frase de Whitehead convém à filosofia de Reichenbach, Carnap e outros positivistas, juntamente com a ressalva que lhe faz Kuhn. O historiador da ciência Paolo Rossi faz eco a essas considerações de Kuhn, ressaltando que

Os cientistas empenhados em pesquisa não têm muito interesse pelos estranhos modos como inicialmente foram formulados os problemas em que trabalham (...) Como é óbvio, não têm muito interesse pelas teorias e soluções "superadas". Elas aparecem como erros, como verdades

parciais ou degraus necessários para se alcançar a verdade (Rossi 1991, p. 158).

O que Rossi chama de "vicissitudes históricas" – *como* o conhecimento foi adquirido em uma época mais ou menos remota e *por quê* certas teorias foram aceitas como verdadeiras em detrimento de outras, em que justamente estão interessados os historiadores – é algo quase inteiramente ignorado (Cf. Rossi 1991, p. 158).

É o conceito de filosofia científica que vai permitir a Reichenbach e outros positivistas, elaborar ou esboçar sua história a-histórica da filosofia. No caso da ciência, Popper e os popperianos, por exemplo, destacam a necessidade de um conceito prévio de ciência para que o historiador da ciência possa realizar seu trabalho (Cf. Oliveira 2002, p. 24 ss.). E, assim, do mesmo modo, contaria para a história da filosofia um conceito de filosofia. No caso específico dos positivistas lógicos, o conceito de filosofia científica. Em contraste com a perspectiva de Kuhn, que, como vimos, “não aplica a teoria filosófica para fazer história” (Kuhn 2000, p. 314).

Podemos talvez não aceitar inteiramente a afirmação de Rorty de que Reichenbach identifica a filosofia com “uma tentativa para compreender a natureza da ciência natural”. E bastaria para nossos propósitos admitir aqui que tanto Reichenbach quanto Carnap identificam a *verdadeira filosofia* com a filosofia científica. É por certo com base nessa identificação que, segundo Reichenbach, os “historiadores competentes” da filosofia podem exercer “sua capacidade crítica”, apontar os erros da filosofia tradicional e mostrar que existe “uma verdade filosófica” (Cf. Reichenbach 1951, p. 325). E que, segundo Carnap, o historiador da filosofia deveria imitar o exemplo do historiador da ciência que, além de descrever as teorias científicas, preocupa-se em apresentar um “julgamento crítico delas do ponto de vista de nosso atual conhecimento científico”. Isso permitiria falar-se, também no caso da filosofia, de

uma “visão cumulativa” e de “progresso do conhecimento” (Cf. Carnap 1963, p. 41)⁴.

Isso tudo está muito presente em um artigo de Reichenbach de 1948, em que ele lamenta a sorte da filosofia e relaciona diretamente filosofia científica e história da filosofia:

Todo aquele que, com maior ou menor entusiasmo, ensinou história da filosofia, está familiarizado com o sentimento de insatisfação que se sente ao voltar pra casa depois das aulas. Esse relato de muito talento e gênio e de poucos resultados compartilhados – esse relato de tentativas renovadas, mas nunca de resultados contínuos –, para que serve? Por que deveríamos ensiná-lo, se não existe nenhum resultado e tampouco nenhuma verdade reconhecida? (...) O filósofo do século XX deveria tomar suficiente distância intelectual das construções de seus predecessores para que fosse capaz de elaborar uma crítica objetiva, e deveria ter a coragem de dizer o que há de errado com a filosofia – já que é evidente que a filosofia foi incapaz de desenvolver uma doutrina consensual que pudesse ser ensinada aos estudantes com o consentimento geral de todos aqueles que ensinam filosofia.

Aqueles dentre nós que ensinaram alguma disciplina científica sabem o que significa ensinar sobre uma base comum. As ciências têm desenvolvido um corpo geral de conhecimento, que alcançou reconhecimento universal, e

⁴ Autores que chamo de revisionistas têm defendido que Carnap em sua “obra madura” antecipou uma posição anti-positivista ou pós-positivista como a de Kuhn. Cito aqui textos publicados entre 1928 e 1932, mas também trabalhos de 1951 (Reichenbach) e 1963 (Carnap), em favor de uma mesma concepção de filosofia científica e história da filosofia, que os revisionistas, no entanto, não têm levado em conta. Ver Oliveira 2004 e Oliveira 2006 sobre minhas dúvidas a respeito da interpretação revisionista.

quem en

sina uma ciência o faz com a confiança de introduzir seus alunos em um reino de verdades bem estabelecidas. Por que o filósofo deveria renunciar ao ensino da verdade estabelecida? Por que deveria qualificar todos seus ensinamentos com a cláusula ‘de acordo com o filósofo X’ e restringir sua objetividade à afirmação de que se tratava do ponto de vista do filósofo X? (...) Imaginemos um cientista que ensine eletrônica, descrevendo concepções de diferentes físicos, sem nunca dizer aos seus alunos quais são as leis que regem os elétrons. Esta idéia parece ridícula. Ainda que o físico mencione a história do seu campo de estudo, as concepções de cada físico se apresentam como contribuições a um resultado comum estabelecido com uma validade suprapessoal e aceita universalmente. Por que deve o filósofo renunciar a uma filosofia aceita por todos? (Reichenbach 1948, p. 135-136).

Para concluir, evoco aqui, através de Paolo Rossi, palavras muito compreensivas que foram proferidas no início do século XVIII:

Quando são dotados de um mínimo de sensibilidade histórica, até mesmo os cultores do gênero tipicamente acadêmico da “história filosófica da filosofia” (que tem uma debilíssima curiosidade pelo passado (...)) acabam por perceber que não existem em filosofia refutações autênticas e que é totalmente verdadeira a reflexão anterior de Bayle segundo a qual, em filosofia, jamais ocorrem derrotas definitivas: “Argumentações ‘antigas’ não morrem só porque nasceram outras ‘modernas’, e a sua permanência constitui uma real riqueza do pensamento filosófico. Aquilo que parece uma refutação é muitas vezes uma mudança completa de atitudes e de pressupostos, que não tira das teorias precedentes uma capacidade de sobrevivência e de vitalidade” (Rossi 2000, p 134).

Os positivistas parecem não dispor desse “mínimo de sensibilidade histórica” e o apregoam, mas suponho que Rorty,

quando diz que as próprias doutrinas positivistas “foram desmanteladas por Wittgenstein, Quine, Sellars e Kuhn” (Cf. Rorty 1982, p. 211), não pretende negar a fina tolerância de Bayle. Ou acaso a tolerância vale para todas as filosofias, com a desonrosa exceção do positivismo, intolerante e unicultural, que, como tantas vezes se ouve dizer, teria fracassado ou teria sido morto ou refutado? Nesse sentido é ambígua a contundente observação de Passmore de que o positivismo lógico está morto, “tão morto quanto pode estar um movimento filosófico” (Passmore 1972, p. 56).

Referências bibliográficas:

- Ayer, A. (org.), *Logical Positivism*. Chicago, Free Press, 1959.
- Carnap, R., *The Logical Structure of the World - Pseudoproblems in Philosophy*. Berkeley, University of California, 1967 {1928}.
- _____, *Philosophy and Logical Syntax*. Londres, Kegan Paul, 1935.
- _____, “Intellectual Autobiography”. In: Schilpp, 1963.
- Gutting, G., *Paradigms and Revolutions*. Notre Dame, University of Notre Dame, 1980.
- Kuhn, T., *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1975 {1962}.
- _____, *The Essential Tension*. Chicago, Chicago University, 1977.
- _____, *Black-Body Theory and the Quantum Discontinuity - 1894-1912*. Oxford, Oxford University, 1978.
- _____, “Revisiting Plank”. *Historical Studies in the Physical Sciences*, 14, 1984. Publicado como *Afterword* na segunda reimpressão (1984) de Kuhn 1978.
- _____, *The Road since Structure*. Chicago, University of Chicago, 2000.
- McGuinness, B. (org.), *Unified Science*. Dordrecht, Reidel, 1987.
- Morris, C., “Pragmatism and Logical Empiricism”. In: Schilpp, 1963.
- Neurath, O., “The New Encyclopedia”. In: McGuinness, 1987.

- _____. “Unified Science and Psychology”. In: McGuinness, 1987.
- Neurath, O., (et al.), “A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena” (1929). *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, nº 10, 1986.
- Oliveira, J.C.P., “O empirismo lógico e a história da filosofia”. *Idéias*, nº 7(2)/8(1), 2000-2001.
- _____. “Kuhn, Popper y la historia de la ciencia”. In: Marín, F. e Benítez, R. (orgs.), *La aventura del pensamiento científico moderno. Ensayos sobre la historia de las ciencias*. Morelia (México), UMSNH/UNC, 2002.
- _____. “Carnap e o revisionismo: alguns aspectos críticos” In: Martins, R. et al. (orgs.), *Filosofia e história da ciência no Cone Sul – 3º Encontro*. Campinas, AFHIC, 2004.
- _____. “Carnap, a história da filosofia e a filosofia científica”. In: Lorenzano, P. et al. (orgs.), *Filosofia e historia de la ciencia en el Cono Sur – 4º Encuentro*. Buenos Aires, AFHIC, 2006.
- Passmore, J., “Logical Positivism”. In: Edwards, P. (org.), *Encyclopedia of Philosophy*, v. 5. Nova York, Macmillan, 1972.
- Reichenbach, H., “Aims and methods of modern philosophy of nature” {1931}. In: Reichenbach, 1958.
- _____. “Rationalism and Empiricism” {1948}. In: Reichenbach, 1958.
- _____. *The Rise of Scientific Philosophy*. Berkeley, University of California, 1951.
- _____. *Modern Philosophy of Science*. Londres, Routledge and K. Paul, 1958.
- Rorty, R., *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis, University of Minnesota, 1982. (Edição portuguesa: *Conseqüências do pragmatismo*. Lisboa, Instituto Piaget, s.d.).
- Rossi, P., *Il passato, la memoria, l’oblio*. Bolonha, Il Mulino, 1991.
- _____. *Naufrágios sem espectador*. São Paulo, Unesp, 2000.
- Schilpp, P. (org.), *The Philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle, Open Court, 1963.
- Schlick, M., “The Turning Point in Philosophy” {1931}. In: Ayer, 1959.

A VONTADE COMO DIREITO EM HEGEL

*Paulo Roberto Monteiro de Araujo**

O artigo apresentado aqui é uma parte integrante da minha dissertação de mestrado que versa sobre a fragmentação da Eticidade (*Sittlichkeit*)¹ na Filosofia do direito de Hegel. Para que pudéssemos tratar do referido tema, tivemos que analisar com acuidade o conceito de Direito Abstrato, considerado como um dos pontos neurálgicos para a construção das determinações da Liberdade no interior da *Filosofia do direito*. Deste modo, o texto presente tem como finalidade apreender as estruturas ontológicas da vontade em sua existência (*Dasein*) como pessoa que visa à sua realização como direito. Para sistematizar a estrutura das nossas análises resolvemos separar por títulos as mesmas. Esperamos assim que o leitor possa guiar-se da melhor maneira possível nas questões que o conceito de Direito Abstrato hegeliano oferece.

Quanto ao texto da *Filosofia do direito* usado para elaborarmos as nossas análises, tivemos acesso à edição alemã da Surhkamp de 1986, além da tradução francesa da Vrin, 1986, feita pelo Derathé,

* Professor do Departamento de Filosofia da FFLE da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

¹ Título da dissertação: “A fragmentação da eticidade na sociedade civil burguesa na Filosofia do direito de Hegel”. Mestrado defendido no Departamento de Filosofia da FFLCH/USP, 1994.

entre outras. A nossa preocupação foi cotejar a tradução francesa com o texto alemão com a finalidade de sanar certas dúvidas no campo textual. Além disto, a responsabilidade das traduções apresentadas ao longo do artigo é nossa.

O movimento de externalização da liberdade como direito da pessoa

O Direito Abstrato, como primeiro momento de todo o desenvolvimento lógico-determinativo que compõe a Idéia de Liberdade na *Filosofia do direito*, é o lugar onde aparece o conceito de pessoa. É em torno do referido conceito que se pode apreender a estrutura da vontade livre na sua imediatidade. O conceito de pessoa significa o surgimento da vontade livre na sua ação sobre um conteúdo dado, por meio da sua relação com o mundo exterior das coisas.

A partir da relação imediata com o mundo, a pessoa se limita ao desejo de realizar a tomada de posse dos objetos dados. É na tomada de posse de cada objeto dado no e pelo mundo, que a pessoa como vontade² apreende o Ser do direito³. Deste modo, configura-se uma identidade entre vontade e direito, que vinculada a imediatidade do conceito, apresenta-se na unilateralidade da consciência voltada para si (*für sich*) em relação às determinações do direito. Essa unilateralidade da consciência ressalta⁴ o caráter sem conteúdo e simples da relação que a vontade livre mantém consigo em sua universalidade abstrata. É nessa relação vazia consigo mesma

² Cabe ressaltar que a vontade aparece primeiramente como vontade universal formal (§35) e que por isso se apresenta vazia de conteúdo. Deste modo, existe a necessidade de ela dar-se um conteúdo visando a sua exteriorização sensível.

³ Em termos comparativos, essa identidade inicial estrutura-se de forma semelhante tanto ao movimento imediato da primeira experiência da consciência (Certeza Sensível) na *Fenomenologia do espírito* como ao processo ontológico do Ser na *Ciência da lógica*.

⁴ Ver §35 da *Filosofia do direito*; de agora em diante FD.

que a vontade livre desenvolve-se como subjetividade. Sendo consciente da vontade livre abstrata, a subjetividade se sabe como sendo infinita nas circunstancialidades dos desejos e inclinações.

A unidade da estrutura pensante: o surgimento da pessoa

O saber que a consciência tem da sua infinitude abstrata como vontade, faz com que ela permaneça em uma simples identidade consigo mesma, que a torna objeto de si mesma. É esse ensimesmamento da subjetividade que possibilita a formação primeira do conceito de pessoa. É a reflexão sobre si mesma que leva a consciência a descobrir-se como auto-determinação de si.

Como salienta Hegel, há na personalidade (*Persönlichkeit*) um saber de si comparável ao de um objeto, porém, é um objeto elevado pelo pensamento a uma simples infinitude e, por conseqüência, um objeto puramente identificado a si⁵. A consciência de si no momento da liberdade abstrata pura⁶ como auto-saber de si alcança a sua auto-identidade (*Ich bin Ich*). A consciência de si atinge uma auto-identidade nos termos da auto-identidade do Eu fichtiano; que torna a consciência de si, como aponta Hegel (no § 35 FD), puro pensamento de si, que se sabe em sua unidade pensante.

É a partir da estrutura da unidade pensante que se constitui o caráter da personalidade; que é a mesma do Eu que se põe como Eu. A estrutura da personalidade exposta por Hegel por meio de uma base conceitual fichtiana do *Ich bin Ich*⁷ esclarece a idealidade da consciência de si na personalidade vazia de conteúdo objetivo.

⁵ §35 FD.

⁶ §413 da *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Ed. Portuguesa.

⁷ Na introdução da *Filosofia do direito* Hegel faz uma clara alusão ao pensamento fichtiano. Ver as obras de Fichte (trad. francesa): *Le système de l'éthique selon les principes de la doctrine de la science*. Também, *Fondement du droit naturel selon les principes de la doctrine de la science*.

A idealidade tautológica e a subjetividade

A consciência como objeto de si mesma perde o elemento diferenciador de si. Ela torna-se pura identidade de si. Não há nessa relação consigo mesma, objeto em um sentido real. Em outros termos, a consciência de si, nessa instância de ser objeto dela própria, permanece em uma idealidade tautológica de si mesma. A estrutura circular da repetição traz à tona o vazio da idealidade da identidade da consciência na fórmula fichtiana do Eu igual ao Eu. Ao referir-se a si mesma por meio da reflexão a consciência limita-se a um jogo de espelhos, em que a imagem de si reproduz-se repetidamente ao infinito de forma indeterminada. É no vazio da idealidade que a consciência faz de si mesma a sua identidade. Hegel aproveita o pensamento fichtiano para explicitar a instauração imediata da vontade livre da consciência em relação à existência (*Dasein*) externa do mundo das coisas. É a vontade livre que possibilita o surgimento da pessoa como indivíduo singular que se realiza por meio das suas determinações particulares⁸. São essas determinações que a vontade procura universalizar por meio do direito. Tem-se assim no direito, configurado no direito da pessoa, o processo de objetivação da subjetividade ensimesmada da vontade livre.

A pessoa capacitada ao direito

A pessoa, ao determinar a sua existência de forma objetiva, torna-se capacitada a obter o direito (§36). Só tendo consciência da sua autodeterminação é que a subjetividade alça a instância da sua objetividade por meio do direito. Ela ganha o direito sobre a determinação da sua vontade como pessoa jurídica (racional). Sendo o imperativo desse direito da pessoa o respeito por

⁸ Isto é, da sua subjetividade que se apresenta como livre-arbítrio, inclinações e desejos. Ver: §35 FD.

terceiros⁹, podemos salientar a existência de uma instância social formal, em que a pessoa se encontra submersa. Tem-se assim uma relação social que se concretiza sob a forma do reconhecimento do direito alheio. Por isso, o Direito Abstrato significa o reconhecimento ou não das ações dos indivíduos, isto é, a permissão ou a autorização para a realização do conteúdo das ações dos indivíduos.

A estrutura lógica do ser do Direito Abstrato se restringe às interdições (*Rechtsverbote*) e à forma positiva das prescrições jurídicas (*Rechtsgebote*) em relação às ações como algo de negativo. O significado geral do caráter regulador do direito formal vincula-se ao desenvolvimento da pessoa jurídica. É no movimento de concretização do conceito de pessoa que o direito formal possibilita, através das regras jurídicas, o direito para que todos possam se realizar como pessoa legalmente reconhecida. É desse movimento de estruturação do direito da pessoa, que o conceito de propriedade surge como “esfera exterior da liberdade”. A propriedade constitui o resultado da ação legitimada da vontade particular como pessoa jurídica.

Pessoa e propriedade

A estrutura ôntica da vontade como pessoa tem a sua sustentação na determinação externa da propriedade. A vontade sendo subjetiva, só encontra razão de ser na exteriorização objetiva da propriedade. A pessoa e a propriedade são duas determinações distintas, que mantêm uma relação de existência. A pessoa necessita para se determinar no plano jurídico, de algo que externalize

⁹ “Sou uma pessoa e respeito os outros como pessoas” (§35 FD). Podemos salientar o caráter racional dessa sentença, que mostra a capacidade da pessoa formular uma representação de si de forma universal. É essa máxima com uma estrutura de inspiração kantiana que vai servir de base conceitual para o desenvolvimento do direito abstrato.

objetivamente a sua vontade. Por isso, “a pessoa deve se dar uma esfera exterior da liberdade para existir como idéia” (§41).

Existe uma relação de dependência entre a pessoa e a coisa (como esfera exterior à pessoa), em que a primeira ao tomar posse da segunda, ganha um significado de existência. A propriedade, sendo o resultado desse processo de posse da coisa, torna-se a base da existência racional da idéia de Liberdade, como Hegel explicita no adendo do §41.

O caráter racional da propriedade não reside na satisfação das necessidades, porém, nisso que a pura subjetividade da personalidade lhe suprime. É somente na propriedade que a pessoa existe como razão (...).

A realidade da propriedade como coisa exterior é o que confere racionalidade existencial à liberdade da pessoa no âmbito do direito. Deste modo, mesmo que essa realidade da propriedade seja uma má realidade da liberdade da pessoa, ela é a única possibilidade, em termos imediatos, de caracterização da liberdade (§41).

A coisa como algo externo em si mesmo, não tem nem liberdade, nem personalidade, nem direito (§42). Daí a legitimidade da posse em relação à coisa. É a forma externa da coisa apossada que possibilita ao espírito livre concretizar a sua vontade sob a forma de propriedade. Concretiza-se pela propriedade o reconhecimento jurídico da vontade da pessoa, como processo de externalização da vontade por meio das coisas apossadas e reconhecidas racionalmente.

A configuração externa da liberdade da pessoa pela propriedade permite a unilateralidade representativa do entendimento jurídico considerar que tudo aquilo que está na posse de alguém necessita ter a determinação em si e para si da coisa. Para o entendimento jurídico, é a coisa, na sua substancialidade, que possibilita o reconhecimento legal da existência real do direito da pessoa. No entanto, a representação coisal do direito vai gerar, como aponta Hegel, uma dificuldade conceitual em relação ao direito da pessoa de apropriar-se da positividade das suas qualidades internas. O enten-

dimento jurídico encontra dificuldade em qualificar legalmente o que é propriamente da determinação da coisa e o que não é.

O direito do espírito à positividade das suas qualidades internas

Vai haver um impasse no que se refere aos produtos das qualidades internas do espírito que aparecem como coisas para as representações unilaterais do entendimento jurídico. O entendimento não consegue apreender o processo que resultou na aparência coisal das qualidades internas do espírito.

Os produtos do espírito apresentam-se aparentemente como coisas através do resultado da mediação criadora do espírito. O espírito transforma isso que lhe é interior em exterioridade sob a forma de obra (positivada). Daí a mediatidade dos produtos do espírito terem esse aspecto aparente de coisa. Essa aparência coisal da obra do espírito vai fazer com que Hegel esclareça as diferenças das determinações entre a coisa, como externalidade natural em si e para si mesma, e a positividade da obra do espírito livre, que surge na aparência externa da coisa. O que Hegel tenta mostrar é o outro lado da tomada de posse da vontade daquilo que se refere à capacidade interna do espírito de criar e de ter o direito sobre as suas obras realizadas.

Tendo posse das suas qualidades internas, o indivíduo tem o direito de dispor do resultado de sua criação. Sendo sujeito daquilo que foi criado, o indivíduo pode dispor da sua obra para negociá-la como coisa, sem que haja uma espécie de alienação da posse da sua capacidade criativa. Essa capacidade interna ao espírito permanece embutida na obra como trabalho realizado durante a sua elaboração. Entretanto, o entendimento jurídico só vai reconhecer o direito às qualidades internas dos indivíduos se elas forem consideradas como possessões desses mesmos indivíduos. Hegel constata, então, a limitação do Direito Abstrato, que só legitima o direito da pessoa por meio da posse jurídica como forma de caracterizar como coisa a sua liberdade criadora.

O status de coisa das qualidades do espírito

As qualidades internas do espírito precisam adquirir o status de coisa para poderem ser consideradas como posse de uma pessoa. Hegel chama a atenção para as conseqüências da injustiça que pode haver nas considerações do Direito Abstrato em relação àquilo que não é coisa como sendo. Hegel dá, como exemplo desse tipo de injustiça, o direito romano¹⁰. A pretensão do raciocínio hegeliano é mostrar a contradição que existe no Direito Abstrato, que tenta unir duas instâncias (da coisa e da não-coisa) sem levar em consideração o processo lógico que determina a diferença entre elas. É na relação entre espírito e natureza que Hegel tenta apreender a determinação conceitual daquilo que é próprio à natureza externa da coisa daquilo que é próprio à interioridade do espírito.

A pessoa como exteriorização de si mesma na coisa

Por meio da propriedade a pessoa ganha uma exterioridade que tem como finalidade concretizar a Idéia de Liberdade. Desta forma, a exterioridade apresenta-se como ponto de orientação para o movimento de concretização do conceito de Liberdade. Na exterioridade a pessoa aparece como tendo uma existência natural (§43) como se fosse algo externo.

Hegel salienta (§43) que a existência natural da pessoa é “por uma parte, a sua, porém, por uma outra parte, ela é de tal natureza que a pessoa se comporta a seu respeito como a respeito do mundo exterior”. A exterioridade, assim, é a existência imediata da vontade livre. Daí a pessoa ser considerada como externa a si mesma.

A pessoa, por apresentar-se na sua imediatidade como algo externo a si mesma, possibilita a criação de uma dualidade concei-

¹⁰ Hegel refere-se ao direito paterno romano, que ao mesmo tempo possibilitava ao pai manter uma relação de posse e afetividade com os filhos. Ver: FD §43.

tual entre as determinações próprias à pessoa e aquelas que são próprias à coisa. Essa dualidade dá margem ao problema da diferenciação do espírito (das suas qualidades internas) em relação à natureza como coisa.

A questão que surge é a da separação daquilo que é próprio ao espírito, considerado produto de si mesmo, como por exemplo, as ciências, as artes, a religião, daquilo que não é. Para Hegel, é o próprio entendimento, como já salientamos anteriormente, que torna difícil a compreensão das diferenças das particularidades determinantes tanto do espírito como da natureza.

O entendimento tem dificuldade de apreender por meio das suas representações o processo de externalização das qualidades internas do espírito, que se transformam aparentemente em coisas (positivadas) sem, contudo, terem uma origem proveniente da natureza externa em si e para si da coisa.

Quando as qualidades do espírito se concretizam em uma exterioridade ocorre uma espécie de assimilação do aspecto externo da coisa. É como se acontecesse uma coisificação das qualidades internas do espírito. Estando no estado da aparência da coisa, as qualidades do espírito tendem a ser negociadas por aqueles que as possuem. Deste modo, surge o problema, por exemplo, se um artista tem juridicamente posse da arte que ele produziu, isto é, se ele tem realmente direito de dispor de algo que lhe é interno (como aptidão, conhecimento, disposição) como algo externo (como coisa) de forma que possa negociá-lo.

Para Hegel, fica claro que o artista como sujeito que produziu um quadro, ou outro produto qualquer que esteja na esfera da produção do espírito, tem o direito de negociá-lo como se tratasse de uma coisa. Não há ontologicamente uma modificação real do conceito interno das qualidades do espírito. Quando se trata da negociação dessas qualidades no plano externo, o que acontece é uma tomada de posse pela pessoa como sujeito daquilo que é interno a si mesmo, por meio da externalização das suas obras, que surgem como coisas potencialmente negociáveis. Por isso, não há aliena-

ção daquilo que é uma posse interna do indivíduo, considerada como capacidade criativa.

A negociação é somente o modo pelo qual se externaliza o caráter da posse dessa capacidade criativa do espírito. Só se pode fazer um contrato ou negócio a partir daquilo que se tem posse. Por isso, a pessoa como sujeito, tendo aquele princípio exposto no § 41, exterioriza a sua posse interna dos seus produtos ao transplantá-los para o mundo das coisas negociáveis. Está aí o caráter exterior das qualidades do espírito. Como Hegel expressa no § 43 da *Filosofia do direito*:

Os conhecimentos, as ciências, os talentos são seguramente propriedades do espírito livre, pois eles lhe são interiores e não exteriores, contudo o espírito pode lhes dar uma existência exterior (...).

O entendimento não se preocupa em visualizar a instância da mediação do espírito “que faz passar isto que lhe é interior na imediatidade da exterioridade” (§43). A preocupação do entendimento está em se limitar às representações categorias a respeito de algo. Não há uma preocupação por parte do entendimento de tentar apreender o movimento em que se encontra a determinação da liberdade em seu processo conceitual.

O caráter representativo do entendimento pressupõe uma determinação coisal para o produto das qualidades espirituais. Contudo, esses produtos não são imediatamente coisas. Isso o entendimento não consegue compreender, pois ele só consegue “congelar” a imagem do fenômeno com o qual se relaciona, criando imediatamente uma fantasia representativa a respeito dos produtos do espírito que passam a ser considerados como coisas. O entendimento permanece, na instância do brilho ilusório fenomenal dos produtos do espírito, em uma fantasia representativa. Daí a distorção de suas considerações, ou seja, a inversão que o entendimento faz em relação às qualidades do espírito que ele passa a considerar como coisa.

Relação entre natureza e espírito

Estando sob a forma da exterioridade, a coisa se identifica com a natureza, pois a determinação conceitual da natureza é de ser exterior em si mesma (§42). Como Hegel aponta na *Filosofia da natureza (Enciclopédia)*, a natureza como Idéia é a negação de si mesma ou exterior a si.

Exterior em si mesma a natureza, sob a forma da coisa, encontra-se no modo de ser-outro. Nessa instância de ser-outro de si mesma, a natureza tem as suas determinações separadas umas das outras. “Por isso, a natureza não mostra liberdade alguma na sua existência, mas só necessidade e acidentalidade” (§248 *Enc.*). Desta forma, por não se mostrar como livre, a natureza, sob a forma de coisa, tem somente garantida a sua aparência de ser independente por meio da consciência, ou ainda, pela intuição e pela representação (§44).

Com o movimento lógico de legitimação da posse das coisas feitas pela vontade como espírito, podemos apreender o fundo do movimento dialético da legitimação da tomada de posse. O movimento de externalização da liberdade possibilita a vontade abstrata dar a si mesma uma realidade externa por meio do ser-outro, enquanto determinação conceitual da natureza que em si não é livre. A vontade abstrata mesmo reconhecendo que essa realidade não reflete a verdade conceitual de si mesma, sabe que essa realidade coisal é o único caminho para caracterizar a sua liberdade (§41). Sendo assim, surge a conexão para que a vontade abstrata procure legitimar a sua apropriação da coisa, a qual lhe garante o status de realidade para o seu modo de ser livre. Daí Hegel se voltar para a distinção entre espírito e natureza.

O espírito possui uma “natureza” interna que se sabe em si mesma e para si mesma. Por isso, o espírito volta-se para as suas próprias determinações, não se afastando de si mesmo. O espírito possui “alma”, a qual lhe possibilita a mediação reflexiva durante o processo de autoconhecimento da sua liberdade; em que sofre transformações de si mesmo como auto-diferenciação. Daí ele se

tornar aquilo que intuía desde o início do processo de autoconhecimento do seu conceito (§248 *Enc.*).

A inadequação do conceito de natureza

A natureza não possuindo esse caráter interno que o espírito tem, permanece sob a forma da exterioridade. Hegel considera não haver um movimento conceitual na Idéia da própria natureza, pois, como ele explicita no § 248 da *Enciclopédia*, o conceito é algo de interno. O que existe no conceito de natureza é uma contradição consigo mesmo.

A natureza é em si, na Idéia divina, mas tal como é, o seu ser não corresponde ao seu conceito; pelo contrário, é a contradição não resolvida (§248 *Enc.*).

A natureza, pelo seu caráter de separar-se de si mesma, apresenta-se como negação. A negação está relacionada à inadequação entre a Idéia de natureza e aquilo que a natureza é ao surgir como algo externo. A cisão que existe entre esses dois pólos, faz com que a natureza esteja numa lógica da “não-vinculação” consigo mesma. Não se vinculando ao seu próprio conceito, a natureza aparece somente na exterioridade daquilo que ela é em si mesma. Daí Hegel se referir à “contradição não resolvida” da natureza.

A natureza determina-se na imediatidade externa de si. A sua estrutura existencial está voltada para fora de si, sem que haja mediação com o seu interior¹¹. Não existe reflexão feita pela natureza do seu em si. A natureza, para Hegel, não possui o mesmo dinamismo do espírito. Por isso, a impotência da natureza em concretizar o seu próprio conceito¹².

¹¹ “(...) a impotência da natureza consiste em manter as determinações do conceito só de um modo abstrato e em abandonar a execução do particular à determinabilidade externa”. *Enciclopédia das ciências filosóficas em epitome*, v. II - *Filosofia da natureza*, ed. portuguesa (§250).

¹² É o caso da sociedade civil que não consegue sintetizar o universal e o particular, a não ser de uma maneira formal.

Limitando-se à sua imediatidade externa, a natureza apresenta-se como uma multiplicidade de propriedades que são exteriores umas às outras, e, mais ou menos indiferentes umas perante as outras (§250 *Enc.*). A indiferença faz com que as propriedades que compõem a natureza sejam também indiferentes quando se trata da mais simples subjetividade (§250 *Enc.*).

A representação da natureza pela consciência

A semelhança entre natureza e consciência (sensível)¹³, no que se refere às suas estruturas ontológicas¹⁴, possibilita que a consciência consiga formular para si uma representação da natureza. Por meio da consciência é que a natureza determina-se como representação de si mesma, sem que haja, entretanto, uma reflexão elaborada por ela sobre si mesma. Mesmo sendo para a consciência, a representação da natureza possibilita que a Idéia de Natureza apareça (como esforço conceitual do espírito).

(...) só à consciência, a qual é primeiramente ela própria exterior e, portanto, imediata, isto é, a consciência sensível, aparece a natureza como o primeiro, o imediato, o que é. Porque a natureza, porém, se bem que no elemento da exterioridade, é todavia representação da idéia (...) (§248 *Enc.*).

Hegel considera a representação da natureza feita pela consciência algo interno ao próprio espírito. A concepção da natureza compreendida “como um sistema de graus”¹⁵ é produzida na idéia íntima, que constitui o fundamento da natureza (§249 *Enc.*). Idéia íntima essa relacionada ao conceito, como auto-movimento lógico da própria natureza. Mas como Hegel explicita, a natureza só se

¹³ Essa consciência sensível pode ser localizada de forma mais explícita na *Fenomenologia do espírito*, primeira figura intitulada Certeza Sensível.

¹⁴ Por ambas serem imediatas e contingentes.

¹⁵ Onde um grau brota necessariamente do outro, sendo que aquele que brotou de um outro antecessor é a verdade deste de onde se originou.

apresenta em parte como idéia íntima, e em parte como algo existente em sua exterioridade. Sendo assim, podemos compreender a contradição da Idéia da Natureza (§251 *Enc.*).

A natureza estando vinculada à sua própria contradição de ser e não ser, sem poder conciliar conceito e existência, torna-se indiferente a si mesma. Esta indiferença aponta para o problema da relação entre liberdade e natureza. Para Hegel, a natureza não pode ser considerada como livre por estar em uma determinação híbrida de ser por um lado conceito (como Idéia íntima) e por outro lado existência fugidia; em que ela limita-se à necessidade e à accidentalidade (§248 *Enc.*).

A contradição da Idéia de natureza, que se encontra na relação conceito e accidentalidade, liberdade e necessidade, faz com que, no universo do direito, a pessoa tome posse da natureza, sob a forma de propriedade, para realizar o seu próprio conceito. A natureza, então, aparece como meio à concretização da liberdade da pessoa.

A possessão: como expressão da vontade

As coisas, ao estarem na esfera da possessão, possibilitam que a pessoa, em sua vontade subjetiva, tenha o direito de realizar a sua vontade livre nelas (§44). As coisas, como meio, servem para que a pessoa possa realizar em sua particularidade o direito de posse de algo externo a si mesmo. Além da tomada de posse, a pessoa surge como finalidade substancial (*substantieller Zweck*) à própria coisa¹⁶, pois a coisa como tal não possui finalidade. Torna-se legítimo, assim, ao homem, ter o direito de apropriar-se de todas as coisas.

¹⁶ No §42 Hegel expõe os dois significados opostos da coisa. No primeiro ela aparece como substância frente à pessoa (daí as qualidades do espírito terem um caráter coisal). No segundo, a coisa aparece como pura exterioridade, sendo o espírito livre que surge como substância frente à coisa.

A vontade livre aparece no ato de tomar posse de algo, pois é ela que instaura o próprio sentido de realidade à coisa. A independência da coisa em seu em si (substancial) é somente válido à consciência (§42) que se encontra em uma instância cindida entre ela e o mundo¹⁷.

A vontade livre e a tomada de posse

A vontade livre é ao mesmo tempo em si e para si, ou seja, ela se sabe na sua estrutura de vontade como vontade livre e infinita. A consequência dessa determinação da vontade livre é a possibilidade de toda e qualquer coisa se tornar propriedade do homem (adendo §44). Por isso “todo homem tem o direito de transformar sua vontade em coisa ou de fazer da coisa sua vontade, em outros termos, de suprimir a coisa para fazê-la sua” (§44).

A relação que a vontade livre tem com as coisas se dá por meio de um tipo de “incorporação externa”¹⁸. Através desse movimento de incorporação, as coisas tornam-se pura fonte às impulsões dos desejos naturais e particulares da vontade, enquanto passíveis de serem adquiridas pela posse.

A pessoa, tendo a capacidade de apreensão das coisas, realiza tanto a tomada de posse (*Besitznahme*), que intitulamos acima de “incorporação externa”, como os desejos naturais da vontade. Em outras palavras, a atividade da pessoa ao adquirir algo tem como estrutura significativa o interesse particular de possuir (tomar posse) aquilo que é externo a ela mesma (§45). A particularidade da vontade tem, no âmbito da posse, uma importância chave, pois ela possibilita à vontade livre, no ato de tomar posse, efetivar-se como

¹⁷ É, em última instância, o que ocorre com o entendimento, e que, para Hegel, tem o seu cume com a filosofia kantiana.

¹⁸ A referência de exteriorização (*Veräußerung*) que Hegel (§43) faz em relação às qualidades da pessoa, nos possibilita dizer que a tomada de posse é uma forma de incorporação externa de algo, que se torna elemento constitutivo da vontade como pessoa.

vontade. A vontade livre, ao refletir-se na sua particularidade sensível, concretiza-se naquilo que é verídico e jurídico na posse, ou seja, na determinação da propriedade (§45).

A vontade surge como a determinação da propriedade. É por meio da determinação pessoal da vontade (§46), que a propriedade torna-se objeto jurídico, no que diz respeito à posse. Além disso, a vontade ao tomar posse de algo externo a si mesma, permite que ela própria tome ciência da sua estrutura desejante na esfera da racionalidade.

A propriedade privada

Hegel no §46 indica o caráter subjetivo da vontade que se torna objetiva por meio da posse. Ao tomar posse de algo, o indivíduo faz com que a sua vontade prevaleça na forma de propriedade. Daí a determinação da propriedade privada. Hegel confirma a estrutura desejante da vontade singular a partir do contra-ponto que faz entre propriedade coletiva e particular. Tudo aquilo que é suscetível de tornar-se posse particular de alguém, fica potencialmente suscetível de vir a ser propriedade privada. É o que ocorre com a propriedade coletiva que pode, segundo Hegel, ser dividida entre os indivíduos. A divisão da propriedade coletiva pode transformar-se, assim, no pivô da dissolução de uma comunidade, pois depende do livre arbítrio de cada um ceder a sua parte ao todo comunitário.

Ao expor de forma sucinta essa questão entre a propriedade particular e a coletiva, Hegel quer chamar a atenção para a necessidade conceitual da liberdade, tendo como forma básica essa particularidade da propriedade privada. Em outros termos, Hegel pretende mostrar que para se concretizar o conceito de liberdade, é preciso que a liberdade se apresente primeiramente na singularidade da vontade dos indivíduos. Sendo assim, Hegel pensa ser injusta a idéia do Estado platônico que impossibilita, por meio de um princípio geral (*allgemeines Prinzip*), a realização da propriedade privada.

No adendo do §46 Hegel reafirma a necessidade de ter-se na realidade existencial do conceito de Liberdade a propriedade privada. O raciocínio hegeliano tenta apreender na primeira parte da *Filosofia do direito*, o motivo da liberdade surgir como vontade subjetiva da pessoa. É a vontade subjetiva que aparece como vontade real e é nessa condição de ser real, que a vontade subjetiva aparece como propriedade. A propriedade é um tipo de epifania da vontade, expressando-se na objetividade jurídica.

A liberdade como vontade tem no seu processo de concretização conceitual uma primeira determinação que é a da subjetividade. É essa determinação que Hegel chama atenção para o problema da liberdade em termos ontológicos. A liberdade, na instância da subjetividade, realiza-se na pessoa (§47) que se põe como consciência das suas vontades. Daí Hegel dizer (§47) que o animal não se mutila ou se machuca a si mesmo por vontade própria, como o homem pode fazer. Com isso, Hegel pretende expressar que o homem é essencialmente sujeito livre em si e para si. O homem dispõe de si mesmo na imediatidade da sua vontade individual. É essa vontade individual, que Hegel leva em consideração no interior do processo do conceito de liberdade.

A arbitrariedade da vontade

A vontade individual, por outro lado, por estar em uma dimensão da arbitrariedade dos seus desejos, encontra-se sem poder determinar a si mesma. Deste modo, “na esfera da personalidade abstrata, este lado particular não é ainda colocado como idêntico à liberdade” (§49).

Esse lado particular da vontade que corresponde à natureza da personalidade abstrata, diz respeito aos fins subjetivos desta personalidade. A natureza da personalidade se realiza na posse daquilo que ela deseja. Sendo assim, “na minha relação com as coisas exteriores, isto que constitui o elemento racional, é o fato de eu possuir uma propriedade” (§49).

Além disso, com a arbitrariedade da vontade aparece a não existência da igualdade entre as pessoas. Para Hegel, a igualdade é uma simples representação do entendimento (§49), pois as pessoas se apresentam na esfera da diferenciação quantitativa da posse. Hegel aponta que “não se pode falar de injustiça da natureza a propósito da repartição desigual dos bens e das fortunas, porque a natureza não é livre e deste modo não se pode ser justo nem injusto” (§49).

A vontade individual considerada como subjetividade encontra-se isenta de qualquer espécie da forma ética. O que está em questão é a realização da vontade arbitrária de tomar posse de algo; isto é, de fazer da matéria de alguma coisa uma propriedade da vontade arbitrária. Por isso, não se leva em consideração as outras pessoas em suas particularidades. Não existe uma forma de reconhecimento do outro como identidade no que concerne a igualdade entre as pessoas. O único reconhecimento é o da vontade que precisa se objetivar na tomada de posse. Por isso, Hegel preocupa-se em esclarecer, no seio do Direito Abstrato, o significado do ato de tomar posse.

O processo da tomada de posse

Sendo a preocupação de Hegel com a estrutura significativa da propriedade como realização da vontade subjetiva, ele tematiza essa preocupação a partir da tomada de posse (*Besitznahme*).

O ato da tomada de posse como uma das determinações da propriedade, na relação da vontade com a coisa, apresenta-se de três modos: o primeiro como puro ato corporal de apossar-se imediatamente de um objeto (*die unmittelbare körperliche Ergreifung*); o segundo como elaboração ou formação (*Formierung*); e o terceiro como simples nomeação (*die blosse Bezeichnung*) (§54).

Todos esses três modos de tomada de posse vão conter em si mesmos a passagem da determinação da singularidade à determinação da universalidade da vontade. Isto significa que a vontade

no âmbito primário da subjetividade precisa passar da esfera do singular para a esfera do geral. O que está sendo despontado nesse movimento de passagem do singular para o geral é a estrutura da objetivação da vontade no ato de tomar posse. Essa objetivação ocorre, então, nos três atos da tomada de posse.

A tomada de posse corporeamente do objeto, como primeiro modo da tomada de posse, permanece em uma relação sensível com este objeto; motivo pelo qual não se estabelece uma ligação com as diversas relações que formam a totalidade do objeto, em termos das qualidades naturais do mesmo. Além disso, a tomada de posse corporal não permite a relação do objeto apossado com a natureza de outros objetos¹⁹. O que caracteriza a tomada de posse corporal é a sua fragmentação. Como salienta Hegel “a tomada de posse se faz de modo fragmentário, eu não posso fazer entrar na minha posse mais do que isto que eu posso tocar com o meu corpo” (§55).

A elaboração (*Formierung*)²⁰ como o segundo modo de tomar posse, realiza-se através da transformação do objeto. O objeto passa a ter uma determinação externa para si, não se limitando mais à presença física, intelectual ou ainda desejante do sujeito que o possui (§56). O objeto passa a subsistir para si mesmo.

A tomada de posse por meio *Formierung* significa a elaboração do próprio objeto pelo sujeito na atividade de posse²¹. Deste modo, “a *Formierung* é a tomada de posse mais adequada à Idéia, pois ela unifica em si o objetivo e o subjetivo” (§56). Pela atividade trans-

¹⁹ Como Hegel salienta a respeito do moinho: o homem não criou o vento, mas este se relaciona com o moinho criado por ele.

²⁰ Embora etimologicamente *Formierung* seja diferente de *Bildung*, ambas possuem o sentido de transformação enquanto formação de algo.

²¹ O que Hegel pretende apontar com essa atividade transformadora (*Formierung*) é o trabalho reflexivo e criativo que o sujeito realiza na posse. Trabalho que consiste na superação do homem em relação à natureza, ao transformá-la de coisa bruta em objeto; no qual concretiza-se a liberdade da vontade do homem.

formadora da *Formierung*, o objeto pode (potencialmente) tomar as mais variadas formas, como Hegel se refere ao campo a ser cultivado (§56 adendo). Ao ser formado por um tipo de cultivo, o campo ganha uma forma momentânea que pode ser infinitamente variada em função do modo de como a terra está sendo transformada.

O último modo da tomada de posse está relacionado à representação. É por meio da representação, sob a forma da marca, que se completa o movimento da posse. A marca representa a tomada de posse de algo pela vontade (§58). O sinal significa a demonstração da dominação do homem sobre as coisas. A tomada de posse apresenta-se como realização da vontade. O objeto torna-se assim predicado da vontade (§59).

O uso da posse

O uso da coisa (*der Gebrauch der Sache*), ao contrário da tomada de posse, apresenta-se como destruição daquela positividade alcançada pela vontade na estrutura dos tipos da tomada de posse. O uso da coisa apresenta-se como relação de negação entre a vontade e a coisa mesma. Pode-se dizer que o uso da coisa é uma espécie de antítese da tomada de posse. A vontade positivando-se na tomada de posse precisa manter-se como vontade particular e para isso, destrói, por meio do uso, a coisa. A coisa entra aqui como elemento negativo, diferentemente do contexto da posse, pois a função da posse é manter a positividade da vontade para o uso.

Na utilização da coisa, a vontade apresenta-se com outra face da sua determinação. A utilização marca o quanto a coisa é propriedade da vontade (da pessoa). Como Hegel salienta, é preciso que a coisa disponha-se à vontade para que se possa efetivar o conceito de propriedade, isto é, que a coisa possa tornar-se propriedade de uma pessoa (§61).

O uso da coisa como propriedade faz parte da manifestação da liberdade da vontade em seu processo constitutivo. É no uso que a vontade pode dispor do valor da coisa (§63) como propriedade

para satisfazer as suas necessidades. Realiza-se assim no uso a liberdade da vontade. A relação de propriedade entre a vontade e a coisa nadifica-se no uso desta última. A coisa passa a não ser mais considerada como propriedade da vontade. Deste modo, surge a questão da alienação da propriedade.

A questão da alienação (*entäusserung*)

É na alienação da propriedade (§65) que se fecha o ciclo das determinações da propriedade. Como Hegel aponta no §53, a parte da alienação possibilita à vontade se relacionar consigo mesma ao alienar-se da própria coisa. Tanto na tomada de posse como no uso da coisa, a vontade estava envolvida em uma relação externa a si mesma. Embora fosse preciso essas duas formas de relação para que ela pudesse obter o caráter infinito de si mesma sobre as coisas.

A alienação, por meio da própria vontade em desejar separar-se da coisa, é o momento que traz à baila o estar só consigo mesma da vontade. É assim que ocorre a reflexão da vontade sobre si mesma. O que interessa na alienação, como síntese do lado positivo da tomada de posse (com os seus três momentos) e do lado negativo do uso da coisa, é a apreensão da determinação da vontade como vontade em sua infinitude. A alienação da propriedade revela o conceito da vontade para ela mesma. Em outros termos, a síntese que se efetua na alienação da propriedade permite que a vontade tome posse de si mesma como personalidade. A vontade reconhece-se nessa síntese como vontade em si e para si sob a forma da pessoa; independente da sua relação com a coisa apossada.

O caminho que vai da exteriorização à interioridade da vontade, desemboca no processo auto-reflexivo da vontade, em que o plano material passa a ter uma importância secundária. Esse processo acontece pelo afastamento da vontade em relação à coisa. Na alienação da propriedade, a vontade tem a possibilidade de “vivenciar” em si mesma, sem a presença da coisa, a sua identidade. No

entanto, para alcançar essa identidade pura da vontade, ela precisou inverter o caminho da sua realização, que ocorria por meio do caráter externo da coisa enquanto propriedade.

A necessidade de a vontade voltar-se para si mesma significa, dentro do processo conceitual hegeliano, uma negação da negação (síntese) daquela externalização da liberdade (enquanto propriedade). Deste modo, voltando-se para o início da sua auto-relação vazia de conteúdo, a vontade volta-se para si mesma, mas sem o caráter vazio de determinação, que ela possuía no início do seu processo conceitual de Liberdade. Sendo assim, a questão que surge é a da adequação entre vontade e o seu conceito de Liberdade.

O retorno ao para si da vontade

Para a vontade alcançar a si mesma em sua identidade e realizar o conceito de propriedade, ela precisa passar pelo retorno de si mesma através da alienação (*Entäußerung*). A verdadeira alienação como é salientada por Hegel (§65) é aquela que resulta de uma declaração ou explicação (*Erklärung*) da vontade, em que esta não considera mais a coisa como sua. Conclui-se com essa declaração que a alienação é a concretização conceitual da tomada de posse. Esse tipo de tomada de posse diz respeito não à coisa propriamente, mas antes à vontade em sua identidade. A coisa apossada que se apresentava inicialmente como exteriorização da vontade torna-se, depois dessa declaração da vontade, pura abstração de si mesma. Se anteriormente, isto é, antes da realização do processo de concretização da identidade da vontade consigo mesma, a coisa apresentava-se como sendo a essência (§42) que exteriorizava a vontade, ela passa a ser, depois do processo de alienação da vontade, não mais a substância, mas simples matéria vazia de determinação.

Alienando-se da coisa por desejo próprio para apreender a sua identidade, a vontade torna-se a partir desse movimento de alienação da propriedade, inalienável (*Unveräußerlich*) para si mesma. Isto significa, então, que a vontade não pode alienar-se das suas

determinações substanciais, as quais a constituem como pessoa (§66). Por isso, são imprescritíveis todos os direitos que a vontade tem como pessoa, pois esses direitos são determinações próprias a ela mesma. Enfim, são imprescritíveis tanto as determinações particulares como universais da pessoa na instância do direito.

Deste modo, o direito da vontade sobre as suas determinações, que fazem parte da sua própria constituição, permanece inalterado, independente do seu uso, pois os direitos da vontade são inalienáveis dela mesma. Por isso, a Liberdade é o conceito chave de toda a estrutura da vontade no movimento de concretização do seu conceito. Sendo assim, o direito da inalienabilidade da vontade é imprescritível. Pois:

(...) o ato pelo qual eu tomo posse da minha personalidade e do meu ser substancial faz de mim um ser capaz de responsabilidade jurídica, de moralidade, de religião, e suprime as determinações de exterioridade (§66).

A pessoa ao tomar posse das suas determinações, como explicitação da vontade, ganha consciência do direito que ela tem sobre si. O discernimento que a pessoa tem do direito de dispor de si mesma faz com que a vontade torne-se racional no ato das suas ações. A racionalidade da vontade, na instância da pessoa (consciência de si), possibilita o indivíduo refletir sobre as suas decisões, sem desconsiderar a totalidade da vida ética. Pois a pessoa está inserida no universo das múltiplas relações que ocorrem entre os indivíduos no âmbito da vida comunitária.

A tomada de posse das determinações internas da pessoa feita por ela mesma, faz com que os indivíduos sejam responsáveis pelas suas ações, principalmente, em relação ao direito de terceiros²². Esse respeito pelo direito alheio vai se caracterizar pelo respeito à propriedade alheia, seja na esfera material, seja na esfera

²² A partir daquela máxima apresentada no início do direito abstrato: sou uma pessoa e devo respeitar os outros como tal (§36).

intelectual (ver §69). Daí a necessidade de haver uma espécie de mecanismo que regularize, de forma objetiva, as relações entre os indivíduos nas suas ações no âmbito do direito.

O surgimento do contrato

O contrato aparece como determinação de uma vontade comum a duas pessoas (como vontades particulares). A mediação da relação das vontades possibilita que a propriedade esteja na dimensão de uma vontade comum²³. A propriedade na sua existência (*Dasein*), assim como na sua concretização conceitual, contém em si o momento de uma vontade comum que se realiza pelo contrato entre duas vontades unilaterais.

Como processo de concretização de uma vontade comum, o contrato apresenta-se pela contradição em que uma vontade particular só permanece sendo proprietária de algo, na medida em que a outra vontade particular abdica do seu direito de ter o mesmo objeto.

É preciso que no contrato uma das partes reconheça o direito da outra em relação à posse de algo através da abdicação do mesmo objeto. Assim, a abdicação de uma vontade em relação à posse de algo vai significar a realização do processo de uma vontade comum entre duas vontades unilaterais, em que uma delas, ao mesmo tempo, reconhece e abdica do seu direito de posse, enquanto a outra é reconhecida e mantém o seu direito de posse através daquela.

A vontade unilateral pode realizar-se enquanto proprietária de algo, em que, ao mesmo tempo, é para si e também é para um outro. Outro este, que é excluído daquela vontade unilateral, mas que precisa também ser considerado como vontade (unilateral), para que haja objetivamente o reconhecimento da propriedade como posse de uma vontade particular fundada em uma vontade comum.

²³ Nós podemos salientar que é nessa relação, a qual tem como cerne a propriedade, que surge um tipo de intersubjetividade no interior do direito abstrato.

Daí cessar a unilateralidade da vontade particular que passa para uma univocidade com outras vontades a partir da estrutura conceitual do contrato.

A independência da vontade no contrato

Mesmo no contrato, a vontade particular permanece naquilo que ela é em sua particularidade. O contrato permite que ela continue como ela é ao se relacionar com as outras vontades na forma de uma aparente (*Schein*) identidade²⁴. Para que tal identidade se mantenha é preciso que cada uma ceda em relação à vontade de outra, isto é, que cada uma aliene-se da sua própria vontade como proprietária de algo.

Abdicando-se da sua vontade para chegar a um contrato com uma outra vontade, as vontades contratantes comportam-se livremente uma em relação à outra. Ambas são pessoas independentes. Mostra-se assim que a concretização do conceito de contrato ocorre a partir do caráter independente de cada vontade. Essa independência das vontades é exposta por Hegel a partir de três pontos básicos no §75:

- 1) O contrato provém do livre arbítrio.
- 2) Que a vontade idêntica (comum) que, pelo contrato, atinge à existência (*Dasein*) é somente uma vontade colocada pelas duas partes contratantes, então que é uma vontade comum e não geral em si e para si.
- 3) Que o objeto do contrato é uma coisa singular exterior, pois é somente uma coisa dessas espécies que pode ser subsumida pela vontade comum de se alienar.

²⁴ Embora haja uma aparente identidade entre as vontades particulares no contrato é a diferença entre elas que permanece de modo absoluto. É o que se pode apreender no §74 em que a relação entre as vontades ocorre pela mediação de uma vontade em comum, mas que ao mesmo tempo permanece a diferença absoluta entre elas, como diferença absoluta de propriedades em que cada uma tem uma existência para si.

A partir desses três pontos resultantes da vontade unilateral e independente, Hegel expõe a determinidade do direito privado, salientando ainda a sua diferença com o direito público. Esses três pontos levantados no §75 perfazem todo o movimento de realização do contrato na sua esfera conceitual. Não há na determinação conceitual do direito privado uma generalidade de vontades, mas um puro acordo comum entre as particularidades. Há no contrato somente o resultado de um acordo de vontades particulares em termos comuns. Além disso, a vontade limita-se no contrato a ceder somente aquilo que não a separe (aliene) de si mesma como determinação intrínseca a si. Daí o objeto do contrato restringir-se a “uma coisa singular externa”.

O contrato, estando na instância do privado, compreende somente a vontade comum de duas vontades independentes, consideradas vontades que se propõem a cumprir o acordo estipulado por elas. O contrato, então, é um mecanismo regulador dessas vontades, as quais precisam ao mesmo tempo ceder e adquirir algo que esteja na esfera da posse de alguém.

Com o resultado do conceito de contrato torna-se clara a estrutura arbitrária da vontade. A ênfase dessa estrutura está na realização das intenções da vontade da pessoa em sua independência imediata enquanto vontade particular. A arbitrariedade da vontade funda-se na sua própria unilateralidade independente de qualquer outra vontade (também) particular.

A vontade, ao apresentar-se como propriedade, que realiza a sua existência (*Dasein*) de vontade subjetiva, deixa de ter pelo contrato o caráter simples da pura tomada de posse da coisa, em que não havia uma combinação de duas vontades particulares. A propriedade é, então, o resultado da estipulação (§79) do acordo feito pelas partes (vontades particulares) através da execução do contrato²⁵. O que está por detrás das ações de execução contratual

²⁵ É por meio do contrato que a posse de algo deixa de ser uma simples coisa no poder externo de alguém, que ocorre pela impulsão das necessidades naturais de uma vontade particular, passando a ter um caráter subs-

é, entretanto, a própria arbitrariedade da vontade particular. A vontade particular continua, mesmo no contrato, presa à sua natureza unilateral. A vontade particular só compartilha de uma vontade comum pela sua estrutura egoísta de usufruir de algo, mesmo tendo que ceder outra coisa sua. Daí o interesse da vontade particular pelo contrato. É nestes termos de troca que ela obriga-se a executar aquilo que foi estipulado pelo contrato.

O âmbito contingente da vontade em si

Hegel chama atenção no §81 para a limitação da vontade particular, a qual não consegue ultrapassar a sua determinação unilateral no contrato. Daí ocorrer no âmbito da vontade comum somente uma simples identificação das unilateralidades de cada uma das vontades. Sendo assim, a contingência continua existindo a cada momento da formação conceitual do contrato. A independência imediata, que caracteriza as pessoas envolvidas na vontade comum, no processo contratual, é o que possibilita a especulação hegeliana compreender a lógica da contingência da vontade particular como vivência (experiência) da vontade em si.

Deste modo, no contrato o que se tem é o uso aparente do em si da vontade. A substância da vontade em si é somente para a vontade particular uma aparência de si mesma. Na realidade não existe ainda na vontade comum uma síntese entre o em si da vontade geral com o para si da vontade particular. É somente a aparência dessa síntese que tem lugar na vontade comum.

A vontade estando somente para si, na sua particularidade, manifesta-se tanto na arbitrariedade, como na contingência da sua opinião e do seu desejo (§81). Eis o motivo de a reflexão hegeliana considerar essa particularidade da vontade oposta àquilo que é em si na instância do direito. O contrato mostra-se como negação do

tancial na vontade comum de duas vontades (§45 e §78).

direito. A sua estrutura existencial corresponde à arbitrariedade e a contingência da vontade particular sob a égide da vontade comum contratual.

Com o contrato revela-se o problema do direito em si ou da vontade geral. Por meio dessa revelação é que ocorre a passagem do contrato à injustiça. Com a injustiça chega-se ao cerne da determinação da vontade particular como negação do direito.

A negação do direito: a injustiça

A aparência do direito (§83) enquanto independente da sua substância, ocorre em três formas de negação do direito, quais sejam, a negação do direito sem a fraude, a fraude, e o crime. Com essas três formas radicaliza-se a diferença entre o direito (em si) e a sua negação (a injustiça). Como Hegel explicita no §82, a negação do direito não mostra a sua determinação claramente. Aparentemente a negação do direito o apresenta como tal, porém, desprovido da sua essência. Por isso o direito apresenta-se como brilho (*Schein*) da sua própria determinação essencial nessa negação.

Deste modo, o primeiro patamar desse brilho do direito é o da ingenuidade injusta (*Unbefangenes Unrecht*) em que ocorrem as colisões jurídicas. Pois os “títulos jurídicos” como validade do direito em si e que são reconhecidos por terceiros, tornam-se somente direito numa instância particular.

A vontade particular pode reivindicar para si, a partir dos títulos jurídicos (*Rechtsgründe*), algo que também pode ser reivindicado por um outro nas mesmas condições. Ocorre assim a utilização do direito em si pela particularidade da vontade através dos títulos jurídicos. Títulos que garantem o reconhecimento aparente do direito de uma vontade particular de possuir algo que também pode pertence a outro, com os mesmos direitos reconhecidos através dos títulos jurídicos (§84). Essa primeira negação do direito demonstra (§83) a existência de uma aparência do direito nas titulações jurídicas (*Rechtsgründe*); pois os títulos representam so-

mente a vontade particular de cada pessoa envolvida em um conflito jurídico. Não há na instância da titulação jurídica a concretização do direito em si. Daí o direito se apresentar como uma caricatura de si mesmo.

A ingenuidade do eu da vontade particular não se apercebe da sua própria separação em relação ao direito em si. Por isso, a vontade particular é injusta de forma ingênua em relação ao conflito com uma outra vontade particular. Ela não consegue superar a sua própria opinião particular no que se refere ao ato de investigar se ela tem razão ou não em relação ao objeto disputado. A vontade particular confia nos títulos jurídicos que ela possui para fundamentar o seu direito, pois ela acredita estar de acordo com o direito através dos títulos.

Mostra-se deste modo que não há uma auto-reflexão crítica da vontade, na instância do eu da vontade particular, que possa reconhecer e negar a sua própria determinação particular. E por não haver essa auto-negação da sua particularidade, a vontade no seu direito subjetivo pode cometer uma injustiça sem ter a consciência do ato que está fazendo. É o próprio brilho (*Schein*) do direito como *Rechtsgründe* da vontade particular, que legitima ou permite a realização do ato injusto ou contrário ao direito em si. Daí Hegel apontar para o brilho do direito do título jurídico, que somente respeita e valida o direito subjetivo da vontade, garantindo assim a certeza das ações da vontade particular.

O segundo tipo de negação aludida por Hegel é a fraude (*Be-trug*). Nessa negação do direito a vontade particular tem consciência do seu ato injusto, porém, utiliza-se do brilho direito, que lhe garante, por meio das titulações jurídicas, a legitimidade do seu ato. Se no primeiro modo de negação do direito a vontade particular ainda tinha certeza das suas ações correspondentes ao direito em si (e por isso ainda havia respeito ao direito), no segundo modo de negação a vontade particular se aproveita do mecanismo ou do aparato da aparência do direito para fazer valer os seus interesses

particulares. Embora tal negação não vá contra a vontade particular de terceiros, ela vai contra o direito em si.

A fraude é o resultado da redução do direito universal a um direito puramente universal aparente (§87). Sendo assim, “no contrato essa redução consiste em fazer da comunidade das vontades uma comunidade puramente exterior” (§87). Utilizando-se do contrato, que é o quê garante a validade das vontades como vontade comum, a vontade arbitrária pode enganar a outra parte contratante em relação à coisa, compreendida como o motivo do contrato (§88).

O crime como o terceiro modo de negação aparece como a verdadeira injustiça, pois ele não respeita nem o direito em si e nem a forma como esse direito surge na sua aparência ou brilho (*Schein*). O crime lesa tanto o direito em si, na sua universalidade substancial, como o direito no seu aspecto subjetivo (§90).

A forma violenta de como acontece essa terceira negação incide diretamente contra a coisa como propriedade, ou seja, enquanto vontade particular que se expressa numa coisa exterior (§90). Ao violentar a coisa o crime viola a própria vontade particular de uma outra pessoa. A violência traz de uma forma negativa a necessidade do direito em si na sua essência. Como ressalta Hegel no §91 “a vontade livre não pode ser violenta em si e para si”, pois a Liberdade é o fundo em que se estrutura todo o conceito do direito.

Não é possível à Liberdade concretizar-se como conceito na existência da vontade particular estruturada na violência e na coerção sobre outra vontade naquilo que diz respeito ao seu direito de propriedade, porque “a vontade, somente tem existência mesma, na medida em que a idéia ou a realidade livre e a existência mesma, na qual ela se colocou, seja o ser da Liberdade” (§92).

Com a violência e a coerção aparece a total diferença entre determinação da injustiça e a determinação da Liberdade. A determinação do crime, como concretização do conceito de injustiça, não pressupõe o ser da Liberdade na sua existência. Por isso, o crime e a coerção aniquilam imediatamente neles a existência da

Liberdade. Não há de modo algum a possibilidade do conceito de Liberdade se realizar como Idéia, na existência do crime e da coerção. O crime e a coerção suprimem a Idéia de Liberdade.

O que Hegel tenta mostrar no crime e na coerção é que as suas determinações corroboram para a oposição entre vontade particularizada e vontade geral. Por outro lado, a própria violência da coerção ou do crime pode ser suprimida (no sentido de superação [*Aufhebung*]) por uma outra violência, isto é, uma segunda violência que vai contra àquela primeira, com o fito de instaurar a Idéia de Liberdade na existência natural das vontades (§93).

A superação da violência pela violência

A vontade simplesmente natural é em si violência contra a Idéia existente da Liberdade (§93). Hegel salienta a necessidade de proteger a Liberdade dessa vontade natural violenta, por meio do seu próprio realçar existencial. Daí a necessidade da utilização de uma segunda forma de violência ou coerção contra a violência, na sua instância existencial natural. A reflexão hegeliana tenta mostrar a necessidade da externalização da violência para que por meio de mecanismos coercitivos possa haver uma supressão da violência em si. O caráter coercitivo do direito é utilizado, assim, como é explicitado no §94, na manutenção da liberdade particular de cada pessoa configurada na propriedade (naquilo que diz respeito ao seu caráter de exterioridade).

Por outro lado, cabe ressaltar que Hegel está preocupado com a questão do direito, isto é, de retomar a sua determinação conceitual a partir de uma violência exercida contra uma violência natural em si. Por isso a sua preocupação com a violência concretizada externamente. Não importando assim a violência imaginada de forma solitária pela consciência da vontade. Como Hegel esclarece no adendo do §94, “as leis do Estado não podem, então, querer se estender à disposição do Espírito, pois nisto que é moral, eu sou para mim mesmo, e a violência não tem aqui nenhum sentido”.

O que está em jogo nessa última parte do conceito de violência é a manutenção da exterioridade da Liberdade em termos objetivos (não entra aqui a sua determinação propriamente essencial) no que se refere às vontades particulares (§97). Por isso “somente na sua existência real é que a vontade pode ser lesada” (§96). É na lesão contra a exterioridade da Liberdade que surge a possibilidade de se distinguir os diversos tipos de crimes tanto na sua mensurabilidade quantitativa como qualitativa.

É na externalização da violência que a própria vontade pode neutralizá-la na sua manifestação. Deste modo para Hegel a existência da violação é ela própria nula na sua manifestação.

A manifestação desta nulidade é anulação desta violação, anulação que aparece por sua vez na existência ou na realidade efetiva do direito como que necessidade mediadora entre ela e ela-mesma pela supressão da sua violação (§97).

A manifestação do crime é a manifestação da negação da vontade naquilo que a determina como livre. Ao violar a si mesma a vontade está exercendo a sua liberdade (como direito) de forma unilateral. A unilateralidade da ação de violar revela o cerne abstrato da vontade particular. O resultado da externalização da violação é a anulação desta mesma violação por meio da realidade efetiva do direito, isto é, da pena. A pena tenta restituir a perda da vontade lesada naquilo que é possível.

A reflexão hegeliana traz à baila a discussão da violação para a instância metafísica da vontade, tentando resguardar de forma não maculada a vontade em si. Deste modo, não há violação (*Unverletzbarkeit*) na vontade em si, pois ela não se configura numa existência positiva (*positive Existenz*). Só na vontade particular existe uma relação com a violação. O direito, no plano da positividade existencial da vontade particular, é recomposto na própria violação do ato de violar, isto é, só na negação da violação por si próprio. Sendo que a violação em sua negação tem uma conotação de punição.

A recomposição do direito e a moralidade

Suprimir o crime não significa suprimir o mal, porém, tem o sentido de recompor o direito (na sua forma aparente) naquilo em que ele foi violado. O interesse de Hegel no que se refere ao crime não está voltado para questões morais, porém, para a relação determinativa entre o justo e o injusto naquilo que se relaciona ao direito da pessoa. Do que se trata é da apreensão da justiça objetivamente, por meio da existência positiva do crime (§99). É nessa perspectiva objetiva do direito que se tem espaço para as considerações em torno das modalidades penais. Além disso, trata-se de saber qual a forma de existência que tem o crime e o quê é preciso para suprimi-lo (§99). Daí a relação de identidade entre a pena e o crime (§100 e §101)

As conseqüências das relações entre pena e crime levam ao problema da vingança. Na vingança permanece ainda a injustiça, pois não há verdadeiramente a supressão do crime. Instaura-se uma contradição que precisa ter fim como é ressaltado no §103. Para que essa contradição seja anulada é preciso que se instaure uma justiça que esteja livre do interesse subjetivo.

Na superação da vingança, como supressão do crime, realiza-se a passagem do direito à moralidade, pois “é na exigência de uma vontade, que, em seu caráter de vontade subjetiva particular, aspira à universalidade. Este conceito de moralidade não é somente uma exigência, ela é a saída desse movimento mesmo” (§103).

A vingança leva a um impasse na relação entre crime e justiça, porque o seu fundo está vinculado à vontade no seu aspecto subjetivo. No entanto, sendo a vingança uma figura no movimento do desenvolvimento conceitual da vontade, ela não passa de uma das determinações internas do conceito mesmo de vontade.

A vingança aparece na estruturação conceitual da vontade como ponto nodal entre a aparência do direito e o surgimento da moralidade visando a busca da essência do direito. A contingência da vontade subjetiva que primeiramente ocorria de uma forma

exteriorizada nas suas relações com o direito passa, na moralidade, para um plano interno. Com isso tem-se uma mudança do ponto de vista em relação ao direito. Na moralidade, diferentemente da determinação da personalidade, a vontade não vai se relacionar e nem se deter nas coisas externas, mas irá relacionar-se consigo mesma. A moralidade é a autodeterminação da subjetividade (*Selbstbestimmung der Subjektivität*). É essa a mudança qualitativa que aparece no movimento de concretização conceitual da vontade como Idéia da Liberdade.

Nós podemos concluir a presente análise nos referindo ao movimento de exteriorização da vontade. A busca da vontade pela sua determinação livre a faz experimentar nela o seu processo conceitual a partir da exterioridade da coisa. Ao concretizar a sua determinação na posse de algo, a vontade apresenta-se na sua imediatidade sensível, pois para ela não basta a simples unidade da consciência de si pensante. É preciso que ela experimente a realidade do mundo das coisas para revelar para si mesma a sua determinação, ou ainda para que a sua existência apareça para si mesma.

O movimento de sair de si mesma da vontade no âmbito do sensível significa o primeiro momento do processo de objetivação da Liberdade. Deste modo, a vontade surge como livre. No entanto, essa vontade livre tem na sua interioridade a determinação da subjetividade, que se configura na vontade particular (como indivíduo) na esfera do Direito Abstrato. É a subjetividade que está presente nas ações de objetivação da Idéia de Liberdade. O caráter particular da vontade limita, como vimos ao longo das nossas análises, a concretização da Idéia de Liberdade. A conclusão, então, é a de que o Direito Abstrato não consegue concretizar a adequação entre a vontade particular e o seu conceito como vontade livre em si.

Cria-se assim um impasse para a concretização da Idéia de Liberdade. Esse impasse só é superado parcialmente através da mudança de perspectiva da vontade, que passa a determinar-se não mais por meio da exterioridade da propriedade, que possuía a sua

legitimação no Direito Abstrato, porém, através da autodeterminação da consciência moral (*Gewissen*).

A aparente objetivação da Liberdade que acontecia na exterioridade do Direito Abstrato passa à interioridade da Moralidade. É a Consciência Moral, ao ser sujeito das suas ações, que objetiva a determinação da Liberdade na esfera do Bem (*das Gute*).

Nós podemos dizer que com o Direito Abstrato a vontade livre alça à exterioridade de si mesma. Além disso, mesmo sendo essa exterioridade pura formalidade da universalidade da Liberdade, ela servirá de categoria chave à subjetividade da moderna sociedade civil burguesa naquilo que diz respeito à universalidade formal dos fins particulares dos indivíduos.

Referências bibliográficas

- Hegel, G.W.F., *Phänomenologie des Geistes*. Hamburgo, Felix Meiner, 1988.
- _____, *La phénoménologie de l'esprit*. Tradução de Jean Hypolite. Paris, Aubier, 1983.
- _____, op. cit. Tradução de Jean-Pierre Lefebvre. Paris, Aubier, 1991.
- _____, *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Menezes. Petrópolis, Vozes, 1992.
- _____, *Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*. Frankfurt, Surhkamp, 1988.
- _____, *Principes de la philosophie du droit*. Tradução de Robert Derathé. Paris, Vrin, 1986.
- _____, *Fundamentos de la filosofía del derecho*. Tradução de Alfredo Llanos. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1987.
- _____, *Lineamenti di filosofia del diritto*. Tradução de Giuliano Marini. Roma, Laterza, 1987.

- _____. *Encyclopédie des sciences philosophiques I (La science de la logique)*. Tradução de Bernard Bourgeois. Paris, Vrin, 1979.
- _____. *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* (vol. I - *Die Vernunft in der Geschichte*). Hamburgo, Felix Meiner, 1980.
- _____. *Science de la logique* (1812) 1º tomo - 1º livro. Tradução de P.J. Labarrière e Gwendoline Jarczyk. Paris, Aubier, 1987.
- _____. *Enciclopédia das ciências filosóficas em epitome*, vol II - *Filosofia da natureza*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa, Edições 70, 1989.

ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO: A ATUALIDADE DE MARX NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

*Jesus Ranieri**

Ao nosso ver, qualquer debate que tenha como horizonte as lutas emancipatórias da classe trabalhadora não pode deixar de lado a contribuição de Marx a esta questão, e muito menos ignorar o lugar dessa contribuição nas possíveis orientações políticas que poderão ser incorporadas por aqueles embates. É por isso que a rediscussão do conceito de alienação é algo bastante importante quando o tema é esse proposto, uma vez que, através da exploração de seu conteúdo, podemos pensar tanto nos obstáculos práticos quanto intelectuais às ditas lutas emancipatórias. Sendo assim, temos que, já de início, sublinhar que, na obra de Marx, diferentemente da forma trabalhada e consagrada pela bibliografia que tratou do tema, existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano

* Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem.

Em outras palavras, pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento. Para Marx, a partir do momento em que se tem a produção e seus produtos como alvo da apropriação por parte de um segmento social distinto daquele que produz, tem-se igualmente o estranhamento, na medida em que este conflito, esta oposição entre apropriação e expropriação é aquele que funda a distinção socioeconômica e também política entre as classes¹.

No que toca ao jovem Marx, é possível discutir a gênese da diferença entre alienação e estranhamento já nos *Manuscritos de 1844*. Aqui é possível analisar a influência exercida por Hegel e também por Feuerbach sobre a teoria marxiana da autodeterminação do indivíduo, assim como a tematização da possibilidade de superação (*Aufhebung*) da propriedade privada, processo que instauraria uma nova forma de sociabilidade humana e de organização político-social, ou seja, uma forma distinta e superior de alienação ou exteriorização (*Entäusserung*).

Precisamente, *Entäusserung* tem o significado de *remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro* (por isso, uma possibilidade de tradução seria a de chamar o fenômeno também de *trans-*

¹ Trabalhamos mais detidamente esta questão em Jesus Ranieri, *A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 7-8.

celandência) qualitativamente distinto. *Entäusserung* é ainda *despojamento*, a realização de uma ação de *transferência*, portanto, *objetivação* (que significa, também aqui, *objetificação*, pois o homem é produto subjetivo da objetivação do trabalho) do homem que se realiza por meio do trabalho num produto de sua criação. Distintamente, *Entfremdung* constitui a efetiva objeção social à realização do homem, na medida em que veio determinar o conteúdo das objetivações, por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada².

De maneira geral, os trabalhos teóricos que discutem o conceito de alienação, ao se defrontarem com a problemática posta pela gênese histórica (aquela referente às laborações que conduzem e conformam a sociabilidade do gênero humano) elegeram a combinação original marxiana dos conceitos *Entfremdung/Entäusserung* como exclusivamente identificadas com a negatividade, reproduzindo para a concepção de Marx da relação entre alienação e estranhamento uma identidade lógica derivada de Hegel. Ora, em Hegel, alienação e estranhamento se identificam porque a realização humana é fruto de uma racionalidade puramente abstrata, que usa e determina a atividade do homem para constituir-se em história. Toda vez que essa razão se exterioriza em atividade, como trabalho, ela também se estranha, uma vez que, ao tornar-se prática, ela se torna também finita, ao contrário do conhecimento, que só é teórico por ser infinito. Em outras palavras, a realização da razão, do espírito, dependia de uma supressão contínua das objetividades para que a história se efetivasse com a potencialidade de suprimir as contradições de seu próprio percurso.

A passagem dessa primeira forma de tematização (Hegel) para a elaboração de Marx tem o significado da reinterpretação da importância da objetividade social e, portanto, a posição que ela ocupa na formação do ser. Agora, essa objetividade aparece como

² Ibidem, p. 24.

fundamento para o entendimento da relação entre os fenômenos alienação e estranhamento. As fundações deste binômio deixam de pertencer à esfera da produção abstrata, posto que são pensadas a partir do fenômeno concreto: em primeiro lugar no trato conceitual das relações estabelecidas entre homem e natureza; em segundo, no que se refere à relação histórica estabelecida entre os homens a partir das formas de trabalho, incluindo aí formas de apropriação deste, assim como do caráter da propriedade e divisão do trabalho.

Nos *Manuscritos de Paris*, os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, o que percebemos com especial evidência é que o elemento fundador do vir-a-ser da sociabilidade humana são categorias apoiadas na produção e reprodução dos homens sobre bases materiais. Este princípio é justamente aquele que marca a unidade entre uma concepção do trabalho relativa à atividade humana como um constante progresso, de caráter irreversível e positivo, por um lado, e uma concepção que julga o fenômeno estranhamento como estando apoiado na histórica apropriação desigual dos produtos do trabalho humano, por outro. Portanto, estabelecida na concepção de que a abolição do estranhamento só pode estar fundada na revolução das formas históricas de apropriação do trabalho e distribuição do excedente.

É sob este aspecto que precisamos compreender o estranhamento do trabalho sob o capitalismo: o processo de humanização depende do alcance histórico do desenvolvimento efetivo da atividade e só pode ser compreendido a partir da consideração da maneira através da qual o trabalho permeia a história segundo suas formas de apropriação, expropriação e desenvolvimento das forças produtivas, até atingir a sua forma máxima de substancialidade genérica sob o domínio do capital. Aqui, a contraposição entre trabalho e sua apropriação alcança o grau máximo, aquele em que a constituição material do trabalho transforma-se em seu oposto. Momento no qual o trabalho, para poder sê-lo, é a apropriação de si mesmo pela forma do trabalho acumulado, o capital.

A reflexão acerca da diferença entre alienação e estranhamento não pertence, ao nosso ver, somente ao período juvenil da pesquisa científica de Marx. Em obras como os *Grundrisse* e *O capital*, a categoria valor de troca aparece como sendo uma potencialidade que determina relações sociais, sendo que o desdobramento da reflexão acerca do estranhamento é ponto de sustentação de uma teoria desenvolvida a partir também dos conceitos de coisificação, reificação e fetichismo. A teoria tem novamente base numa interpretação das relações do trabalho sob o capital, mas agora, muito mais que nas obras de juventude, a experiência histórica relativa às formas de trabalho anteriores à capitalista é conjugada tanto ao conceito de trabalho quanto ao de estranhamento (*Entfremdung*). Essa preocupação é fundamental no momento de entendimento e definição das características de instituição da força de trabalho como uma mercadoria, pois trata-se do desvendamento de seu deixar de ser uma potência diretamente vinculada ao trabalhador e à comunidade. O produto que se exterioriza (*entäußerte*) e que é elemento criado por uma potência também exteriorizada, o trabalho, é apropriado por aquele que não produz mas detém o conjunto objetivo responsável pela produção, conjunto que é igualmente resultante do processo de trabalho. Tanto trabalho quanto produto não pertencem ao trabalhador. Tanto o produto que é resultado do processo de produção, quanto o trabalho na sua forma mercadoria são exteriorizações estranhadas que estão sob o domínio da relação social capital, pois

...do ponto de vista do capital [o desenvolvimento das forças produtivas] não aparece como um momento da atividade social – o trabalho objetivado – a tornar-se o corpo cada vez mais poderoso de um outro momento, o trabalho vivo, subjetivo, senão – e isto é importante para o trabalho assalariado – que as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez maior, exposta em toda sua extensão mediante o trabalho vivo, e na qual a riqueza social se defronta com o trabalho em proporções cada vez maiores

como uma potência estranha e dominante. O tom não é dado pelo *ser objetivo*, mas pelo ser *estranhado*-exteriorizado, ser [juridicamente] vendável (*Veräußertsein*), pelas condições de produção personificadas, isto é, a imensa potência objetivada não pertencente ao trabalhador, mas ao capital, onde o trabalho social se confronta consigo mesmo como [sendo] um dos seus momentos. Do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a produção deste corpo objetivo da atividade opera em oposição à capacidade de trabalho imediata – e este processo aparece de fato como processo de exteriorização (*Entäußerung*) do ponto de vista do trabalho ou como apropriação do trabalho alheio (*fremder Arbeit*) do ponto de vista do capital. Esta inversão e este movimento são *efetivos*, [e] não *somente pensados*, [como algo] existindo apenas na representação de trabalhadores e capitalistas.³

A forma última (mais complexa) do estranhamento aparece como sendo a posição do trabalho no interior da relação entre trabalho assalariado e capital. Novamente, o foco recai sobre a relação do trabalho social com a forma de sua apropriação e, conseqüentemente, com o seu produto, portanto, a relação *social* aparecendo como uma relação *coisal*. Especificamente, a relação social entre os homens enquanto relação de intercâmbio entre os seus produtos.

Também em *O capital* tanto a retomada da palavra *Entfremdung*, quanto a teoria sobre a qual discorre estão presentes. De maneira geral, podemos afirmar que existe a intenção de apresentar novamente a relação social sobre a qual está apoiado o estranhamento e, no seu interior, a especificidade do conjunto das relações sociais. Neste contexto, a análise da mercadoria aparece, na manifestação do fetichismo, como uma conexão e um avanço da teoria do estranhamento, posto que agora ela tematiza não somente o divór-

³ K. Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, MEGA, II, 1.2. 1981, Berlim, Dietz, p. 697-698, grifos no original.

cio entre o trabalhador e seu trabalho, mas reitera a separação entre o trabalhador e sua *força de trabalho*, um dos fundamentos necessários para a formulação da *teoria do valor*.

No capitalismo o ato da produção é o ato alijado da verdadeira exteriorização (*Entäusserung*) humanizadora dos produtos do trabalho⁴. O ato coletivo da produção e do trabalho somente pode existir enquanto tal na medida em que é a somatória dos trabalhos privados tomados enquanto a generalidade do trabalho abstrato, ou seja, as condições do trabalho que criam valor de troca são determinações sociais do trabalho, determinações do trabalho social. Portanto, do ponto de vista da reflexão de Marx sobre as alienações referentes ao gênero humano, é possível perceber que está solidificado no estranhamento do trabalho o conjunto das determinações que dizem respeito àquilo que, de maneira geral, é entendido por alienação: a privação, o alheamento, a insuficiência sócio-histórica das expectativas pessoais. Pensamos que, no entender de Marx, a suplantação destas privações e insuficiências só se dará através da supressão dos estranhamentos, mas não das alienações, pois estas últimas seguem a determinação de ser objetos e atos da produção e reprodução humanas e, portanto, derivadas da ineliminável atividade que caracteriza o homem. A negatividade destas alienações está dada pela sua forma estranhada de aparecimento e sua origem encontra-se no estranhamento do trabalho.

Neste sentido, a situação de confronto entre capital e trabalho corresponde à atualidade da forma de ser do capitalismo no seu conjunto, corroborando o diagnóstico marxiano sobre o fenômeno estranhamento: o trabalho estranhado é a síntese de um estranhamento genérico que penetra em todas as esferas da socialidade humana, pois a totalidade da apropriação do trabalho é uma reali-

⁴ “Como antes mesmo de sua entrada no processo de produção seu trabalho [do trabalhador] já [está] estranhado, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse [mesmo] trabalho se objetiva constantemente durante o processo como produto alheio (*fremde*)”. K. Marx, *Das Kapital*, I, MEGA, II, 6. Berlim, Dietz, 1987, p. 577.

dade efetiva ancorada na falta de equilíbrio histórico entre produção, apropriação e redistribuição dos produtos da atividade do trabalhador. Confirma-se, nesse caso, a realidade do estranhamento do trabalhador do produto de seu trabalho como algo alheio a ele, que se lhe defronta como um poder hostil. Igualmente, do ponto de vista humano, a amplitude da contradição do sistema do capital em geral faz eclodir como manifestações genéricas do estranhamento aquelas conseqüências que afetam diretamente o conjunto do ser social, conseqüências que vão desde o embrutecimento resultante do caráter genérico da crise, até o desemprego estrutural, resultado “necessário” do caráter não difundido da otimização tecnológica concentrada.

A compreensão da forma segundo a qual o capital se apropria da força de trabalho é, portanto, condição para a reflexão sobre os rumos que têm tomado hoje os diversos segmentos da produção, assim como das formas assumidas pelo fenômeno estranhamento no interior da socialidade contemporânea. No fundamental, o embate entre trabalho e capital tem reiterado, mesmo para a situação atual e apesar da radicalidade presente nas transformações dos processos de produção, a categoria *valor* como sendo a potencialidade condicionante da prescrição e determinação do conteúdo das relações sociais. Ao nosso ver, tem-se mantido como efetiva a *universalidade* da despossessão do trabalhador, que continua a aparecer diante do capitalista como uma personificação do trabalho abstrato.

Por esse motivo, entendemos que a atualidade do estranhamento é hoje efetivamente perceptível na totalidade do sistema do capital. Por isso, ele se mantém como conceito forte que auxilia na instrumentalização do entendimento e na tematização crítica da lógica do referido sistema. Deste ponto de vista, é possível fazermos duas afirmações: em primeiro lugar, que as formas de flexibilização e distribuição do trabalho e da produção continuam a opor, essencial e resolutamente, o percurso da lei de valorização do capital ao trabalho concreto; e, em segundo, que é inegável que o capi-

tal necessita continuar contemplando – apesar do incondicional desenvolvimento das forças produtivas que ele engendra – aquele elemento que o anima inevitavelmente, o trabalho vivo, uma vez que somente a presença deste último gera o equilíbrio do sistema e pode manter, como fator condicionante da concentração e valorização do capital, o princípio da concorrência inter-capitais. Prova disso é a atual crise financeira pela qual passa o conjunto dos países da América Latina, crise essa que encontra a sua solução, mais uma vez e necessariamente paliativa, na exploração, dominação e aviltamento do trabalho humano.

Apesar de um determinado tipo de argumentação defender o iminente fim do trabalho como categoria central da sociabilidade contemporânea, na medida em que ele estaria dando lugar progressivamente ao advento da ciência como força produtiva determinante⁵, é conveniente julgar que também a caracterização do progresso científico é dependente das formas assumidas pela gradual combinação dos elementos gestores da valorização do capital. Ao mesmo tempo em que desenvolve de forma avassaladora as forças produtivas – e o faz necessariamente sob a forma de potenciação do capital constante, na aplicação necessária e sem tréguas da própria ciência como força produtiva –, o sistema do capital remunera decrescentemente o trabalho em geral, o trabalho vivo, na medida em que seu valor de uso, a massa viva de trabalho necessária para os meios de produção, decresce como proporção do valor para estes mesmos meios sob a forma de tecnologia otimizada, movimento que favorece alguns setores em detrimento de outros, a ponto de subverter a própria necessidade do trabalho vivo no conjunto

⁵ Uma boa apresentação deste debate pode ser encontrada em Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999, *passim*, e também em Francisco José Soares Teixeira, *Pensando com Marx (uma leitura crítico-comentada de O capital)*. São Paulo, Ensaio, 1995, especialmente p. 26-34.

dos setores chamados “de ponta” (robótica, microeletrônica, automação em geral).

Precisamente, a expansão dos métodos ditos científicos sobre o conjunto dos processos produtivos não elimina o trabalho vivo como produtor de valor e mais-valia, mas lança-o na periferia da concorrência entre os distintos capitais. Por um lado, ele está presente na subcontratação, esta forma de deslocamento do trabalho para setores externos à fábrica e detentora de uma massa produtora de mais-valia sob a forma de trabalho materializado, já finalizado como mercadoria. Por outro, o monopólio é a própria dimensão desses ajustes e a forma distinta que exorbita a apropriação de mais-valia, onde o capital aparece como apropriador do montante social desta última na sua dimensão de apropriador de sobre-produto de outros capitais.

No caso da América Latina, onde a financeirização é intensificada principalmente no final da década de 80 e no correr da de 90, a flexibilização do trabalho a partir de novas técnicas de gestão atua como um elemento muito importante na valorização do capital, uma vez que esta financeirização se caracteriza não como pura financiadora de investimentos cuja finalidade é a preservação de uma produção “dimensionada e diversificada”, mas, ao contrário, como cobradora direta dos empréstimos feitos ao capital produtivo: tanto juros quanto dividendos devem ser pagos a partir da mais-valia extraída. A probabilidade de que passe a prevalecer a atividade especulativa em detrimento da produtiva é patente quando os ativos financeiros das empresas aparecem ao mercado como mais rentáveis do que a reinversão do capital no próprio setor produtivo.

Com a liberalização econômica dos anos 90, forçosamente a inserção das economias semi-industrializadas no mercado mundial acontece através do uso de tecnologias modernas (importação de máquinas e linhas de produção) e da utilização e difusão de modos de organização do trabalho através da intensificação deste mesmo

trabalho⁶. Sob este aspecto, o que se vivencia a partir dos avanços da técnica e da subsunção do trabalhador a eles é tanto a extensão da jornada de trabalho (e não apenas naqueles setores que ficam à margem da prosperidade tecnológica), quanto o recuo a formas de organização fabril típicas das etapas oriundas da consolidação da grande indústria como, por exemplo, o salário por peça. Em outras palavras, são transformações que potencializam o estranhamento porque potencializam a concentração e centralização do capital, notadamente a intensificação de capital fixo; provocam um recuo nas relações sociais de produção e removem, praticamente aniquilando, as forças produtivas naqueles setores cuja competitividade é insuficiente e desinteressante. Em outras palavras, o que se promove, sob os auspícios do sistema produtor de mercadorias, do Brasil em particular, é um profundo

mecanismo de desvalorização da força de trabalho no sentido de que nas formações sociais capitalistas, as transformações das forças produtivas implicam, necessariamente, na destruição do valor de uso da força de trabalho (...) Esta análise da desvalorização da força de trabalho está, portanto, ancorada na discussão contemporânea sobre as novas modalidades de inserção econômica que se apresentam no mercado que, ao se definirem como inovações frente às exigências dos novos paradigmas produtivos, vão operar com a reedição de práticas originárias da grande indústria, tais como o trabalho em domicílio, terceirizado etc.⁷

Os estudos que tratam da dinâmica do mercado de trabalho e das formas que os processos de globalização e reestruturação produtiva assumem no Brasil desde o início da década de 90, mostram que estes processos reduzem o contingente de trabalhadores, ampliam o desemprego (...), propi-

⁶ Cf. Pierre Salama, *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 118.

⁷ Angela Santana do Amaral, “Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo”. *Outubro*, nº 5, 2001, p. 35-36.

ciam a proliferação de trabalhadores por conta-própria, sem carteira assinada, com contratos de trabalho temporário e desempregados, agora caracterizados pela condição de desempregados ocultos, abertos, por desalento etc.⁸

No plano mais complexo, aquele da generalização histórica do estranhamento no universo ideológico, vemos que ele se configura em última instância como a compreensão e aceitação do cotidiano da vida como algo inelutável, irrevogável, como a impossibilidade de apresentação de um projeto emancipacionista. O lugar desta conformação é bastante evidente, identificável tanto na esfera teórica quanto na prática: vai desde a opção intelectual pela suposta irreversibilidade da solidez da economia de mercado fundada na prosperidade tecnológica, até as reivindicações sindicais que se articulam nos limites das concessões oferecidas pelo capital, sem

⁸ Angela Santana do Amaral, op. cit., p. 38. A autora refere-se, aqui, a uma competente Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada e levada a campo, há já praticamente duas décadas, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). O grande diferencial da referida investigação é a maneira como procura caracterizar a situação de desemprego da população moradora dos 39 municípios componentes da região metropolitana de São Paulo, caracterização esta que não elimina da situação de desemprego aquelas pessoas que estão executando algum trabalho em caráter precário: a pergunta básica sempre diz respeito à procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias e, nesse caso, há a confirmação da situação de desemprego caso o indivíduo, apesar de estar trabalhando, não tenha garantia nem previsibilidade da continuidade do referido trabalho (o chamado “desemprego oculto pelo trabalho precário”); igualmente, o “desemprego oculto pelo desalento” é aquela situação em que o indivíduo não efetivou procura nesses mesmos 30 dias em função das dificuldades apresentadas pela situação do mercado de trabalho, ou seja, se desencorajou ou desistiu, em virtude da baixa probabilidade de conseguir um novo trabalho, mas procurou efetivamente nos últimos 12 meses. O “desemprego aberto” é aquele onde existe a procura efetiva nos últimos 30 dias, sem que haja qualquer tipo de trabalho efetuado nos últimos 7 dias.

que se perguntem, “teoria” e “prática”, se a luta deveria ou não ter como meta um projeto *para além* do capital.

Sob esse aspecto,

o Estado, que [em larga medida] está assumindo a coordenação das ações de qualificação/requalificação [da força de trabalho] tem como principal referência as diretrizes dos organismos internacionais, em especial as do Banco Mundial, para os países de economias periféricas. São exatamente estas diretrizes que vêm determinando a direção dos processos educacionais e indicando que os programas de qualificação e requalificação profissional devem conferir atenção especial a iniciativas instrumentais, em contraposição às de caráter politécnico, tal como entende Marx (...) Tais processos não se resumem à aprendizagem de novos conteúdos de trabalho e ao repasse de informações vinculadas à incorporação de novas tecnologias. *O que se depreende é que eles consolidam práticas políticas de classe, isto é, vêm se constituindo enquanto estratégias de caráter político na medida em que o Estado interpela os sindicatos a apresentarem suas propostas de intervenção nessa área, na condição de ‘participes’ da política de qualificação/requalificação profissional em uma condição de igualdade formal mas de subalternidade real.*⁹

Neste sentido é que o fetichismo divide com o estranhamento plena atualidade:

nessa ‘convocação’ do Estado aos sindicatos, a idéia de sociedade civil corresponde à análise liberal do conceito, que oculta as diferenças classistas presentes nos projetos societários, ou seja, ‘um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas, como expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista’. Desse ponto de vista, ao colocar os sindicatos no campo da sociedade civil, retirando-

⁹ Angela Santana do Amaral, op. cit., p. 34, colchetes e grifo nossos.

os do foco das lutas sociais e forjando uma cultura de que sociedade organizada corresponde à sociedade civil, o Estado trabalha com a concepção de que o sindicato é, por excelência, espaço de negociação, de pactos sociais e não espaço de luta, de embate de projetos classistas diferenciados. Com essa compreensão, os sindicatos priorizam fortemente a institucionalidade e sua legitimação passa pela necessária incorporação da cultura da sociedade civil organizada. Os sindicatos, de elementos contra-tendências ao movimento do capital, de forças antagonistas, se transformam em cidadãos coletivos da ordem do capital.¹⁰

Voltando a falar da contradição imediatamente material do sistema produtor de mercadorias, é fácil notar que a dimensão mais íntima e, ao mesmo tempo, onipresente do estranhamento é, portanto, aquela que se manifesta nas diversas formas de manipulação operadas pelo capital. Sob o capitalismo, em especial o contemporâneo, a intensificação da oposição entre capital e trabalho localiza-se além da fábrica, pois o capital substancia uma socialidade tal que a manipulação engendrada por ele aparece como algo inatacável. Não fosse assim, a universalização da “flexibilização” dos mercados de trabalho na Ásia, Brasil e América Latina como um todo, não apareceria como uma solução supostamente universal, ancorada na necessidade de estender a exploração do trabalho aos seus limites mais extremos (por exemplo, a retomada de formas “arcaicas” de extração de mais-valia absoluta), na tentativa de atender ao padrão de acumulação sedimentado. A recorrência à excessiva entrada de capitais externos, no caso da América Latina, como uma forma de garantir a saúde econômica por meio da estabilização da taxa de câmbio não logrou, objetivamente, êxito, na medida em que o descompasso entre a pura especulação e o rein-

¹⁰ Angela Santana do Amaral, op. cit., p. 34. O trecho que aparece entre aspas simples, a partir da 3ª linha, foi extraído pela autora de: Edmundo Fernandes Dias, *A liberdade (im)possível na ordem do capital*. 2ª ed. Textos Didáticos, nº 29, IFCH/Unicamp, 1999, p. 76.

vestimento do capital valorizado no processo produtivo atua insistentemente pelo lado da primeira, e não do segundo, posto que a “financeirização das empresas tende a se desenvolver quando o diferencial de rentabilidade entre as aplicações financeiras e o investimento produtivo é grande e ao mesmo tempo inexistente ou tem pouca importância uma política industrial de estímulo ao investimento”¹¹ Essa situação é típica das economias latino-americanas, principalmente naqueles anos 90, quando o comportamento eminentemente rentista dos investidores trouxe consequências nefastas às formas até então estabelecidas de organização do trabalho, através de sua flexibilização e do aviltamento da massa salarial e do emprego.

Não se pode esquecer, portanto, e este é um dos aspectos intrinsecamente problemáticos do pensamento econômico de caráter liberal, que a origem de todos esses “ganhos” do capital se origina no trabalho. É somente porque o mercado financeiro se apropria e desenvolve do trabalho que o conjunto das atividades financeiras determina o emprego e as formas de dominação exercidas sobre o trabalho, portanto, a massa de mais-valia. Quando a insuficiência do investimento produtivo se associa a um contingente salarial inferior à produtividade geral do trabalho, assim como à expansão do desemprego da indústria, a aniquilação da possibilidade de crescimento é iminente e, por consequência, somente a deterioração da organização do trabalho pode aparecer como elemento de solução, através da redução dos tempos mortos via intensificação e remodelação da forma sob a qual o trabalho está organizado. Da mesma forma, os “custos” do trabalho são reduzidos através da supressão do poder de compra dos salários, assim como da mobilidade maior da mão-de-obra em virtude do aumento da precarização do mercado de trabalho e da desregulamentação da legislação trabalhista.

¹¹ Pierre Salama, op. cit., p. 73.

Enfim, os passos corretos na direção da superação do estranhamento são dados quando se toma como possível a compreensão dos nexos internos dessa manipulação e o seu conseqüente desvelamento. Aquilo que não podemos, de forma alguma, esquecer, é que o capital é uma relação social de produção, relação esta em que o trabalho entra como fator central, mas uma centralidade que subverte a potencialidade do trabalho como trabalho concreto, subsumindo-o, ao contrário, à sua dimensão de valor de uso para o capital, ou seja, sua dimensão de trabalho abstrato.

ADORNO E MARX: CRÍTICA CULTURAL E CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

*Bárbara Castro**

Em Marx, a exploração da força de trabalho é o momento necessário de todo o processo de produção e reprodução do sistema capitalista. Ela só se realiza, no entanto, porque ao criar mercadorias, torna-se a força de trabalho ela própria mercadoria, convertendo o valor de uso em valor de troca e criando mais-valor. Este processo só pode ocorrer em decorrência do duplo caráter da mercadoria, e da preponderância de um de seus constituintes, o valor de troca, sobre o outro, o valor de uso. É a abstração do trabalho concreto e diferenciado, na totalidade de trabalho humano, o que cria as condições de equivalência das mercadorias e lhes dá o seu valor de troca, permitindo que esta operação possa se realizar. É, portanto, a extinção do caráter qualitativo do trabalho e sua indiferenciação num todo amorfo, homogêneo, o que permite que as relações de troca se estabeleçam e que se reproduza a sociedade capitalista, via forma mercadoria (cf. Marx 1988).

Entendo que o mesmo processo de argumentação sobre o qual se baseia a reprodução da ordem social vigente e sobre o qual se apóia a manutenção do *status quo* desta dada ordem, pode ser visto

* Graduada em Sociologia e em Política pela Unicamp.

em Adorno. Ao buscar as bases para a sua crítica à sociedade burguesa, ele realiza, assim como Marx, um procedimento de buscar a verdade, através do método dialético, pela desconstrução daquilo que considera ser o fator principal da constituição daquela ordem e suas verdades. O processo de manutenção das relações sociais capitalistas, nos dois, se dá pela criação de inverdades que são tomadas como verdades por essa ser a sua aparência. O mergulho vertical no objeto o qual investigam, e a crítica real da sociedade só se pode realizar a partir do momento em que essa aparência construída pelo capital for entendida como tal, e, além disso, desvendar aquilo que ela é por aquilo que ela não é. É à busca da essência das coisas, pois, que ambos vão se dedicar.

O que realizam é a crítica imanente da sociedade capitalista: permanecem dentro desta realidade, no interior do objeto. Demonstram que os valores são fundamentais na constituição desta realidade, mas que estes valores, no entanto, não são reais. Assim, quando se fala na igualdade fundante do sistema de trocas, fala-se da aparência deste sistema. A igualdade é ideologia, é um valor que não foi realizado. A tarefa da crítica imanente, da qual se servem Marx e Adorno é, portanto, revelar as conexões entre a estrutura e a ação, isto é, as conexões que se efetivam entre as determinações subjetivas e objetivas na sociedade capitalista.

Adorno considera o procedimento imanente como sendo o mais essencialmente dialético, pois ele “leva a sério o princípio de que não é a ideologia em si que seria falsa, mas a sua pretensão de coincidir com a realidade” (Adorno 1986, p. 89). A crítica imanente busca entender, justamente a contradição que existe entre o mundo objetivo e aquilo ao que ele se propõe realizar, de modo a converter o conhecimento da contradição, em sua própria análise. É isso o que nos permite entender que para ele, a dialética significaria a “intransigência contra toda e qualquer reificação” (Adorno 1986, p. 88).

A crítica transcendente, método utilizado pela racionalidade burguesa, seria insuficiente porque presume atingir o todo. Ele

mira além de seu objeto justamente porque não consegue atingir esse todo, e sendo insuficiente, postula-se como legítimo, não tendo saído, no entanto, da esfera da relatividade. A racionalidade burguesa é, pois, tautológica, não encontra verdades, apenas circula em torno do objeto, mas não lhe atinge. A proposta da crítica imanente é justamente romper com a tautologia à qual a crítica transcendente acaba por chegar. “Ao assumir a não verdade, ela (a crítica imanente) conduz ao limiar da verdade, na consciência concreta do condicionamento do conhecimento humano” (Adorno 1992, p. 112).

No que concerne à primazia do valor de troca pelo valor de uso, da equivalência sobre as diferenças qualitativas dos produtos, em suma, da abstração das particularidades por totalidades podemos compreender o papel que ocupa a ideologia na obra de Adorno: ela é a totalização, na medida em que forma a consciência humana necessária para a imersão neste mundo de indiferenciação. A ideologia formata a sociedade, e esta é ideologia porque as consciências individuais foram formatadas num todo abstrato onde não há espaço para a manifestação de diferenças, e as críticas ou as manifestações contrárias à ela, são desta forma, elas mesmas manifestações previstas desta totalidade e construídas por esta mesma ideologia que desenha a sociedade do valor de troca.

Partindo disso é que podemos entender a dedicação da obra de Adorno ao estudo da ideologia: ela é a aparência da sociedade, e para entendê-la ou criticá-la é necessário, antes de qualquer coisa, que se conheça esse seu caráter, para que a crítica parta de dentro desta estrutura ideológica e não fora dela.

Seu ponto de partida para o estudo social é a formulação, juntamente ao grupo da Escola de Frankfurt, de uma teoria crítica da sociedade na procura de compreender os acontecimentos que lhes eram contemporâneos e que estavam sendo (ou haviam sido) suscitados, pelos regimes totalitários fascista e stalinista. Para tanto, o grupo centra-se na crítica da racionalidade burguesa, que assim como o materialismo empobrecido, não dava conta de desvendar

as nuances dos objetos estudados, se resignariam a ele antes de lhe esgotar todas as possibilidades. Constróem o que se denomina de a crítica racional da razão burguesa e dela derivam as teorias da cultura e da ideologia.

Nas análises econômico-políticas do também frankfurtiano Pollock, segundo as quais haveria um deslocamento do primado da economia para o da política no capitalismo de Estado, é que Adorno encontra apoio para deslocar a reprodução do capital do campo econômico, para o campo ideológico. Ocorre que em Pollock, a análise do poder passa a se dirigir para os dispositivos políticos de dominação, e não mais se centra na tradução de potencial econômico conquistado via lucro e propriedade. A reprodução do processo capitalista, a reprodução do capital, o controle da produção e distribuição de mercadorias é legada ao controle político, ou seja, é o campo ideológico que passa a ser o responsável pela circulação de mercadoria e reprodução do capital, nesta forma em que se encontrava o capitalismo. Daí a reflexão crítica da sociedade ter de passar necessariamente pela construção de uma teoria da ideologia. Se é ela que a formata, ela que mantém a reprodução do capital é ela a que devemos compreender, pois apenas desvendando-a é que poderemos desvendar a sociedade.

A ideologia é em Adorno, um processo responsável pela formação da consciência social, as idéias e representações sendo apenas suas formas mais inacabadas e mais acessíveis ao cotidiano. Ela é, pois, uma aparência socialmente necessária, pois ao construir a consciência dos homens, ou melhor dizendo, a falsa consciência, o que ela realiza é permitir que o processo descrito por Marx, da exploração do trabalho para gerar mais-valia, seja naturalizada, tomada como coisa a-histórica, e portanto, incontestada. Assim como a mercadoria, os dados da experiência social também são tomados como imediatos, como naturais, de forma que se bloqueia a reflexão sobre o processo através do qual estes mesmos dados foram produzidos. Oculta-se que estes dados são, na realidade, mediados por um processo o qual os produziu, e a este processo,

denominados ideologia. É ela quem permite a reprodução da totalidade social, é ela quem impede a vivência e a criação de experiências novas e diferenciadas, é ela, pois, quem elabora e sustenta a verdade da sociedade burguesa, e faz a exploração, processo pilar da reprodução do capital, aparecer sob a bandeira de igualdade.

(...) o que há de mais alienado, omnipresença das mercadorias, a conversão deles próprios em apêndices da maquinaria, torna-se para eles a imagem falaz da proximidade. As grandes obras de arte e as construções filosóficas permaneceram incompreendidas não por sua distancia grande demais do âmago da experiência humana, mas pela razão contrária, e a própria incompreensão poderia ser facilmente reduzida a uma incompreensão demasiado grande: a vergonha de participar da injustiça universal, que se tornaria insuportável a partir do momento em que as pessoas se permitissem compreender. Por isso as pessoas agarram-se ao que zomba delas, na medida em que isto confirma, com a nitidez de sua própria aparência, a figura mutilada da essência delas (Adorno 1992, p. 129).

Os processos de troca são falsos, e o que garante que eles se reproduzam enquanto verdade é a falsa consciência produzida pela ideologia. É ela quem permite que a exploração não seja vista, e ainda por cima, se reproduza sobre um conceito que é oposto ao qual lhe é intrínseco: a igualdade. Este conceito cai, pois, no capitalismo de Estado, no campo político, oferecendo às massas uma identidade entre os dominados. Disso tudo, o que se conclui é que ao contrário do que as correntes marxistas-economicistas apregoam, a reprodução da sociedade burguesa passa pela consciência dos homens. A ideologia não se impõe a sujeitos passivos, ela ao contrário, demanda-lhes um gasto de energia e os põe a seu serviço. “O absurdo perpetua-se através de si mesmo: a dominação é legada, de geração em geração, através dos dominados” (Adorno 1992, p. 160). Só o consegue, no entanto, porque a consciência que nos constrói, é a falsa

consciência, aquela que nos cega para a realidade do mundo e nos volta apenas para a constatação de sua aparência.

A partir deste ponto, torna-se mais clara a compreensão do que seria a mediação subjetiva do sistema social objetivo. Ocorre que a ideologia opera no inconsciente humano reprimindo os dados da realidade ao mesmo tempo em que os prepara para retornarem à consciência. A estrutura da personalidade é moldada para reproduzir a heteronomia, para abafar qualquer esforço do ser humano de defrontar-se com a diferença. Daí vem nossa tendência em aceitar sem questionar, tudo aquilo que já vem pronto, (dado que também, o contato reflexivo com a realidade, num esforço de desenvolver a consciência, é um processo doloroso), e de rejeitar tudo aquilo que aparece perante nós como diferente. É a fraqueza do ego, portanto, associada ao processo ideológico, o que nos dá as bases subjetivas para reproduzirmos as relações sociais nas quais nos encontramos. Mas estas são fenômenos objetivos, e como tais pedem uma análise que seja própria aos seus níveis de organização (Cohn 1986, p. 18).

É por isso que Adorno realiza estudos como “A personalidade autoritária” sem com isso, fugir à análise sociológica ou à crítica da sociedade burguesa. O que ele faz é justamente tomar categorias da psicanálise emprestadas para reforçar a sua crítica imanente da sociedade: se a ideologia ajuda a formar a personalidade do indivíduo, através da análise desta última é possível compreender os porquês do terror de Auschwitz, e principalmente, o porque dele acreditar na possibilidade de que esse episódio possa ser reprisado em nossa sociedade. A questão de Adorno sobre a personalidade autoritária passa pela questão subjetiva da personalidade do indivíduo, somada à questão objetiva mais geral, à qual também se dedica Marx: o sistema social no qual aqueles últimos se inserem. O indivíduo para Adorno é a célula essencial da reprodução social. Há um resgate do sujeito em sua obra através do estudo de formação de sua personalidade.

Ao se questionar sobre o porque das pessoas reagirem positivamente a um Estado totalitário/autoritário, Adorno vai procurar,

através de uma escala de etnocentrismo que ele constrói e que mediria o grau de darwinismo social, manifestações subliminares da aceitação desta situação pelos indivíduos. Ele toma a personalidade como uma categoria de mediação, e busca desvendá-la através de nove dimensões construídas nesta escala, as quais ele julga constituir o perfil da personalidade autoritária. O que ele procura demonstrar é em que níveis se encontram infiltrados na personalidade de cada um a tendência autoritária, tendência esta que permite e explica os fenômenos que ele pôde viver contemporaneamente, e que o teria levado a este mundo de investigações sociais. A mediação subjetiva do sistema social objetivo pode ser entendida também neste sentido: seu interesse pela análise social teria nascido da pressão das circunstâncias históricas, pois ele mesmo foi vítima do nazismo. Os dados objetivos teriam levado-o a se confrontar com a situação real e levado-o a questionar-se subjetivamente sobre os fatores de sua causa.

Esta busca de tipificações em sua teoria se dá porque a própria sociedade está tipificada. Negar isso seria incorrer no erro que incorre a racionalidade burguesa. É necessário identificar os diversos tipos humanos para poder entendê-los: igualá-los, seria um erro crasso.

Que todos os homens sejam iguais uns aos outros, é precisamente o que viria a calhar para a sociedade. Ela considera as diferenças reais ou imaginárias como marcas ignominiosas, que atestam que não se avançou o bastante, que algo escapou da máquina e não está inteiramente determinado pela totalidade (...) uma sociedade emancipada não seria nenhum Estado unitário, mas a realização efetiva do universal na reconciliação das diferenças (...) Quando se assegura ao negro que ele é exatamente como o branco, quando na verdade não o é, mais uma vez está se fazendo secretamente uma injustiça a ele (Adorno 1992, p. 89-90).

Como podemos ver em *Mínima moralia*, é para Adorno, falso não admitir que existe desigualdade. Os homens não são iguais,

partindo desse pressuposto, temos que os valores que dizem o contrário disto, é que são irrealis. É necessário, pois, observar os homens não como um todo abstrato, mas como formando classes psicológicas, que levam o selo das relações sociais em si. A síndrome autoritária é, pois, um processo de internalização, onde o indivíduo aparece como resultado do processo social, e se submete ao controle. Sem a introjeção de valores, tal controle social inexistiria, e desnecessária seria a investigação que Adorno realiza. O método de classificação, de tipificação utilizado, se dedica a mostrar então, como a sociedade reifica os homens, e como isso é por eles, internalizado e naturalizado.

É necessário agora nos dirigirmos mais especificamente à área à qual, todos associam o nome de Adorno: o processo cultural. Ocorre que este seria o processo mais decisivo do mundo objetivo que ele busca analisar. É a partir da observação deste universo, portanto, que ele crê poder realizar seu estudo mais crítico sobre a sociedade.

Para Adorno, a arte é a mediação da realidade. Mediação na medida em que ela emana de momentos particulares e diferenciados do todo de modo a não reafirmar este último, mas sim, negá-lo. A arte nega, portanto, as condições sociais nas quais se produz, ela é crítica destas condições, e aí é que residiria a diferença entre ela, em sua forma real, e ela, em sua forma falsificada, produto da indústria cultural. Enquanto ocupando o papel desta última, ela apenas reafirma o mundo reificado, apenas reproduz o conteúdo social totalizado, apenas forma padrões, e nessa medida, ela é por si própria ideologia. “Se a cultura passa a ser aceita como um todo, então já se lhe retira o fermento de sua própria verdade: a negação” (Adorno 1986, p. 85-86).

A crítica que ele dirige aos críticos culturais é justamente esta: ao realizá-la da forma como o fazem, eles partem do pressuposto de que há um modelo a ser seguido. Partem da heteronomia e aniquilam aquilo que é a essência da arte: as diferenciações. A crítica cultural está amarrada, pois, ao sistema econômico, depende e

prescinde dele pelo fato de que participa da superficialidade da esfera das relações sociais, na medida em que é apenas crítica à ideologia, ou seja, é pura ideologia. Como a crítica é um elemento inalienável da cultura, a crítica cultural é falsa justamente porque nega à cultura o seu caráter de cultura. Explicando melhor: Adorno considera, em seu ensaio “Crítica cultural e sociedade”, que a cultura já é em si, crítica. O que a crítica cultural faz é negar esta crítica que é imanente à cultura e lhe transformar, automaticamente, numa categoria fixa, estanque, normalizada.

A crítica cultural realiza, pois, o mesmo movimento que realiza o capital: homogeneiza o que não é igual, extingue a possibilidade da diferença perante o valor de troca. Assim como este último objetiva o produto do trabalho, a crítica cultural, ou seja, a ideologia, objetiva a cultura. Assim como Marx mostra como se dá o processo de separação, via capital, entre a mercadoria e seu valor de uso, Adorno mostra como se dá o processo de separação via ideologia, daquilo que é a essência da cultura: a crítica. É tirando este seu caráter crítico, que assusta o capitalismo de Estado, que é permitida a veiculação da cultura em seu caráter falso, assim como é tirando a essência da mercadoria, que é ser produto de trabalho humano diferenciado, que sua circulação se torna possível. De ambos é retirado o caráter qualitativo e é inserido o caráter equivalente. Ambos são entendidos no mundo objetivo, pela sua aparência, e sua essência lhes é abandonada. Daí a limitação da crítica cultural, e daí a limitação da crítica econômica burguesa: elas apenas reproduzem aquilo que formou a falsa consciência dos homens, apenas reproduzem ideologia, daí não realizarem o papel ao qual se designam. Para a crítica ser real, ela deve enxergar-se dentro de um constructo ideológico, para realizar a crítica deste constructo, e dessa forma, tentar chegar a alguma verdade válida. Da forma como o fazem, tanto os críticos culturais quanto os economistas burgueses, estariam repetindo a mesma ação que realiza um homem correndo numa esteira, ao se exercitar: não saem do ponto do qual partem. Não podem chegar a lugar algum.

E esta é justamente a crítica dirigida à racionalidade burguesa em Adorno: ela se prende ao total e ao seu propor como racional, consegue ser apenas irracional, de modo que nada revela, nada desvenda das condições objetivas da sociedade: apenas reifica a vida.

Numa época em que as ciências sociais burguesas 'saquearam' (o termo é de Max Scheler) o conceito marxista de ideologia, diluindo-o no relativismo generalizado, o perigo de desconhecer a função das ideologias já é menor do que o perigo representado pela tendência em dispor administrativamente sobre formações espirituais, mediante rótulos classificatórios e estranhos à própria coisa, externando-os simploriamente naquelas constelações vigentes de poder, que ao espírito competiria desvelar (Adorno 1986, p. 87).

O objeto de estudo é contraditório, se a sociologia se furtar a ser uma ciência dura, ela incorrerá numa contradição justamente pelo amor à clareza e à exatidão. Daí o método a ser utilizado, ser o dialético, pois é apenas através dele que se pode tentar revelar as contradições da sociedade, contradições estas que já são demonstrativas de que há algum fator que impede a realização daquilo que a sociedade se propõe a realizar. Revelar este fator não significa saná-lo, assim como analisar a contradição não implica em resolvê-la. O crucial é observar a dialética inscrita na própria contradição, pois caso isso não se realize, cai-se no risco de não conseguirmos sequer compreendê-la.

A crítica dialética posiciona-se de modo dinâmico, à medida que compreende a sua posição no todo (...) O momento da objetividade da verdade, sem o qual não se pode imaginar a dialética, passa a ser implicitamente substituído por positivismo vulgar e por pragmatismo, ou seja, em última instância: Por subjetivismo burguês (Adorno 1986, p. 86).

Referências bibliográficas

- Adorno, T.W., “Crítica cultural e sociedade”. In: G. Cohn (org.). *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986.
- Adorno, T.W., *Mínima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo, Ática, 1992.
- Cohn, G. “Adorno e a teoria crítica da sociedade”. In: G. Cohn (org.). *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986.
- Marx, K. *O capital - crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

O PENSAMENTO MÍTICO NA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

*Alicia Ferreira Gonçalves**

*Dir-se-ia que os universos mitológicos são destinados a ser
pulverizados mal acabam de se formar, para que novos
universos nasçam de seus fragmentos...
(Franz Boas)*

Introdução

Habermas (1987) formula a teoria da ação comunicativa com três propósitos (de ordem geral) articulados pelo autor no prefácio da edição espanhola:

- a) Elaborar um conceito de ação que transcenda os limites do conceito de ação fundamentado na racionalidade cognitivo-instrumental;
- b) Elaborar um conceito de sociedade articulado em duas esferas: sistema e mundo da vida, e
- c) Elaborar uma teoria da modernidade que explique o tipo de patologias que se fazem mais visíveis durante o processo de modernização das sociedades.

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do CNPq/UFC e do Grupo Culturas Empresariais da Unicamp.

A teoria da ação comunicativa formulada por Habermas está fundamentada basicamente na teoria da linguagem, particularmente na teoria do significado e dos atos de fala,¹ está articulada à Teoria da Ação Social desenvolvida por Parsons, aos conceitos de divisão social do trabalho e consciência coletiva desenvolvidos por Émile Durkheim e aos conceitos de “I” e “Me” formulados por George Mead. Habermas se inspira nas formulações teóricas dos autores supracitados, aponta as limitações das respectivas teorias e as reformula incorporando-as na linha argumentativa desenvolvida na teoria da ação comunicativa. Habermas elabora a sua teoria no contexto do programa de pesquisa relacionado à teoria crítica,² elegendo como problemática central da teoria da ação comunicativa: a racionalidade – problemática interna à Sociologia, particularmente da sociologia weberiana.³

Habermas reformula o problema da racionalidade em três níveis de análise: a) metateórico – situa o relacionamento ação-razão dentro da explicação do desenvolvimento da capacidade racional de aprendizagem; b) metodológico – a compreensão da ação social

¹ Ver Austin (1962) e Searle (1969).

² A primeira geração da Escola de Frankfurt é formada por Adorno, Horkheimer e Marcuse. Habermas pertence à segunda geração e sua teoria da ação comunicativa aponta as limitações da teoria crítica, como teoria social – na medida em que, enfatiza o papel das forças produtivas (trabalho) em detrimento das relações de produção (interação), no processo de modernização social. “Marx, in Habermas’s view, reduces communicative action to instrumental action, the productive activity which regulates the material interchange of the human species with its natural environment” (Outhwait, 1994, p. 16).

³ “Sociology confronts issues of rationality at three levels. At the level which Habermas calls empirical or empirical-theoretical (...) At a theoretical level, sociological action schemes have been mainly oriented to capturing the contrast between community and society and the rationalization of conduct in that sense. And at a metatheoretical level the understanding of rational action ‘became the reference point for understanding all action orientations, and hence the cutting edge of *verstehende* sociology” (Outhwaite, 1994, p. 70).

significativa pressupõe a crítica racional, e, c) empírico – base crítica para identificar as características progressivas e regressivas da sociedade moderna (Ingran 1994).

O autor recupera de Max Weber as formulações teóricas sobre o processo de racionalização da sociedade, aponta as limitações da razão cognitivo-instrumental para analisar as sociedades contemporâneas, e, a partir desse ponto, formula o conceito de razão comunicativa e de sociedade articulado em duas esferas: sistema e mundo da vida.

O modelo de sociedade dual formulado na teoria da ação comunicativa apresenta-se como um quadro de referencial teórico e instrumental de análise que nos permite refletir sobre a modernidade, especialmente sobre o grau crescente de complexificação e de diferenciação – como principais características das sociedades contemporâneas, inseridas no contexto que Habermas denomina de capitalismo tardio.⁴

No contexto desse quadro analítico e conceitual, Habermas (1987) define a sociedade a partir de um modelo dual, formada por duas esferas diferenciadas e autônomas que se desenvolvem segundo uma lógica própria. Segundo esse modelo, a sociedade é concebida como sistema e mundo da vida, sendo que o sistema é constituído de dois subsistemas: subsistema político e econômico. No sistema predomina a lógica da integração sistêmica e a ação instrumental coordenada pelo mecanismo de poder e dinheiro: subsistema econômico (ação instrumental coordenada pelo dinheiro) e subsistema político (ação instrumental coordenada pelo mecanismo de poder). No mundo da vida predomina a lógica da ação comunicativa, cujo mecanismo de coordenação da ação é a solidariedade, na qual predominam as formas de comunicação livres da dominação e da força.

⁴ A expressão capitalismo tardio de que se vale Habermas, segundo Silva (1995), é usada em contraposição ao capitalismo liberal, justamente para diferenciar a sociedade industrial contemporânea do jovem capitalismo que vigorou na Europa ocidental até a metade do século XIX.

Esta distinção radical entre sistema e mundo da vida é apenas analítica, porque segundo Habermas, empiricamente observa-se a interpenetração entre as duas dimensões, principalmente na forma da colonização do mundo da vida pelos imperativos sistêmicos, raiz das anomias e das patologias que emergem na sociedade burguesa.

O autor afirma que no bojo do processo de modernização social ocorre a racionalização progressiva do mundo da vida, no entanto, este processo não está isento de perturbações, casos em que emergem os conflitos, as anomias, as patologias e as disfunções. Perturbações já observadas por Émile Durkheim (anomias), Karl Marx (reificação) e Max Weber (perda de sentido e perda de liberdade).

Segundo o referido autor: “Os âmbitos de ação comunicativamente estruturados ficam submetidos aos imperativos de sistemas de ação organizados formalmente que ficam autônomos” (Habermas 1987, p. 10). Esta é uma das hipóteses presentes no argumento habermasiano que explica a emergência das patologias sociais que se tornam visíveis ao longo do processo de racionalização da sociedade Ocidental.

Deste modo, há na teoria da ação comunicativa uma questão de ordem geral que almeja analisar, compreender e explicar como o processo de diferenciação sistêmica atua sobre o mundo da vida levando a perturbar a sua reprodução simbólica. Deste modo o fenômeno da *reificação* (originalmente observado na teoria marxista) pode ser analisado na teoria habermasiana – como deformação do mundo da vida. A observação de perturbações no processo de reprodução do mundo da vida deu origem a uma série de críticas à modernização. Segundo o argumento habermasiano, a perda de sentido, a perda de liberdade, as anomias, as disfunções, enfim, as patologias da sociedade burguesa têm raízes no interior do processo de racionalização do mundo da vida.

Neste sentido, o autor explica o surgimento das patologias sociais na modernidade como resultado do desencaixe entre sistema e mundo da vida, momento em que os subsistemas de ação (econômica

e administrativa racional com relação a fins) ganham autonomia de seus fundamentos prático-morais e colonizam o mundo da vida.

Para percorrer esse trajeto de racionalização da sociedade e explicar o surgimento das patologias sociais por meio da tese da “colonização interna do mundo da vida”, o referido autor descreve o processo de diferenciação e complexificação do sistema e do mundo da vida.⁵

Isto é, descreve o processo de diferenciação sistêmica nas sociedades tradicionais e demonstra como, ao longo do tempo, tanto o mundo da vida adquire complexidade e se racionaliza, como o sistema se complexifica, se racionaliza e se desencaixa, ganhando autonomia, colonizando deste modo o mundo da vida. E mais, Habermas identifica a raiz desse processo no próprio bojo de racionalização do mundo da vida – da passagem das sociedades tradicionais para a modernidade.

Por outro lado, acionando um determinado conceito de racionalidade – a razão comunicativa, o autor pressupõe que subjacente ao movimento de racionalização da sociedade se desenvolva um processo de aprendizagem das sociedades e simultaneamente um processo evolutivo, em que há a *descentralização das imagens de mundo*, possibilitando a formação de um espaço discursivo sem coações e a emergência de uma sociedade emancipada.⁶

1.

A principal via de acesso na teoria da ação comunicativa às reflexões em torno das sociedades tradicionais e do pensamento mítico é por meio do conceito de mundo da vida. Para Habermas, o mundo da vida é o espaço privilegiado no qual se desenvolvem tradições, cultura, linguagem e formas de sociabilidade, neste sentido, o conceito do mundo da vida exige analiticamente que se parta da perspectiva dos participantes do mundo da vida.

⁵ Cf. Habermas (1987), v. 1, prefácio e capítulo 2.

⁶ Cf. Habermas (1987), v. 1, capítulo 2.

Este conceito está inspirado nas formulações teóricas de Schütz e Luckmann (1973) que adotam uma perspectiva fenomenológica (filosofia da consciência). Habermas (1987) se inspira inicialmente na perspectiva fenomenológica, contudo, aponta as limitações desta abordagem: na filosofia da consciência o sujeito vivenciante é o ponto de referencia última. Habermas afirma que para transcender esta visão limitante é necessário articular o conceito de mundo da vida a perspectiva da teoria da ação comunicativa.

O autor analisa o mundo da vida em sua relação ao processo de mudança estrutural, neste sentido, o mundo da vida se transforma à medida que ocorre essa mudança estrutural na sociedade, que consiste no processo de diferenciação dos sistemas sociais. O conceito de mundo da vida está formulado no prefácio da edição espanhola desta forma: “Sistemas culturais de interpretação ou imagens de mundo, que refletem o saber de fundo dos grupos sociais e que garantem a coerência na diversidade de suas orientações de ação” (Habermas 1987, p. 70).

No espaço do mundo da vida o mecanismo de coordenação da ação é a solidariedade e o pensamento mítico, de acordo com Habermas, fornece a base cognitiva que orienta e ordena a ação social nas sociedades denominadas pelo autor de tradicionais. Para Habermas o pensamento mítico está atrelado a tradições culturais particulares, neste sentido, se apresenta como antítese do pensamento moderno ocidental que reivindica uma pretensão de validade universal. E, para explicar em que medida reivindica o pensamento moderno a pretensão de validade universal Habermas o compara ao pensamento mítico.

A partir da comparação entre as duas modalidades de pensamento, o autor demonstra porque o pensamento mítico centrado (em sua opinião) em uma tradição cultural particular não pode servir de base para a construção da racionalidade do tipo comunicativa. Por outro lado, segundo Habermas, nem o pensamento científico pode servir de base à construção de uma ação comunicativa na medida em que está aprisionado aos condicionantes cogni-

tivo-sistêmicos, os quais historicamente têm sido a causa do surgimento das patologias sociais na modernidade.

Vejam as argumentações formuladas pelo autor sobre o pensamento mítico e o papel que ele desempenha e/ou pode desempenhar na teoria da ação comunicativa e, por conseqüência, na construção de uma sociedade emancipada.⁷

As sociedades arcaicas oferecem, segundo Habermas (1987, p. 74): “uma antítese da compreensão moderna do mundo, ou ainda, o mais agudo contraste com a compreensão do mundo que prevalece na modernidade”. Neste cenário, a principal função do mito é de conferir unidade – própria das imagens de mundo.⁸ Sobre o caráter integrativo e totalizante do pensamento mítico o autor comenta que,

Os mitos contêm informações abundantes sobre o entorno natural e social, isto é, conhecimentos geográficos, astronômicos, meteorológicos, conhecimentos sobre a fauna e a flora, sobre relações econômicas e técnicas, sobre complexas relações de parentesco, sobre ritos, práticas curativas, direção da guerra. Mas, por outro lado, essas experiências estão organizadas de forma que cada fenômeno individual se assemelha em seus aspectos típicos a todos os demais fenômenos ou contrasta com eles. Através destas relações de semelhança e contraste a diversidade das observações se combinam em uma totalidade. O mito “constrói um gigantesco jogo de espelhos” no qual a recíproca imagem do homem e do mundo se reflete até o infinito e continuamente se compõe e recompõe no prisma das relações entre natureza e cultura. Por meio da analogia o mundo inteiro adquire sentido. Tudo se torna significativo e tudo pode ser significado dentro de uma ordem simbólica em que todos os conhecimentos positivos encaixam uns nos outros em toda gama de seus detalhes (Habermas 1987, p. 74)

⁷ É importante sublinhar que Habermas pensa a teoria como uma guia de intervenção na sociedade, articula portanto, teoria e intervenção no mundo.

⁸ Sobre a noção de imagens de mundo consultar Durand (1984). Durand, estuda o funcionamento do imaginário, a partir da perspectiva estruturalista, no entanto, nos leva a pensar as estruturas do imaginário, por definição “figurativas” – em termos de conteúdos dinâmicos.

Segundo a perspectiva habermasiana as características centrais do pensamento mítico são:

- a) Capacidade de conferir unidade;
- b) Pensamento totalizante e fechado;
- c) Não transcende os limites de sua própria cultura;
- d) Opera por analogias e coloca no mesmo plano a natureza e a cultura;
- e) É ilusório;
- f) Não é auto-reflexivo;
- g) Possibilita uma intervenção mágica no mundo;
- h) Não distingue entre os mundos objetivo, subjetivo e social, e
- i) Não distingue entre linguagem e mundo.

A relação concretista entre o significado e as expressões e conteúdos e estados de coisas representados por ela, confirmam a confusão sistemática entre nexos internos de sentido e nexos objetivos externos. (...) Disso decorre que a imagem do mundo constituída lingüisticamente possa ser identificada a tal ponto com a ordem mesmo do mundo que não pode ser reconhecida como tal em sua qualidade de interpretação do mundo. Tal confusão significa um reificação da imagem do mundo (Habermas 1987, p. 78-79).

Na argumentação habermasiana o pensamento mítico não consegue, portanto, se auto-interpretar como uma expressão cultural dentre outras, já que o mundo mítico forma uma totalidade absoluta e não transcende o espaço particular de seu respectivo mundo da vida e da sua tradição cultural,

As imagens míticas do mundo não são entendidas por aqueles que as compartilham como sistemas de interpretação que estão conectados a uma tradição cultural, constituídos por relações internas de sentido, que guardam com a realidade uma relação simbólica, que estão associadas a pretensões de validade e que, por fim, estão expostas à crítica e são suscetíveis de revisão (Habermas 1987, p. 89).

De acordo com as formulações habermasianas o pensamento mítico não tem condições de fornecer base para a racionalidade – não qualquer racionalidade, mas uma racionalidade do tipo comunicativa. Isto é, o pensamento mítico não pode engendrar um espaço discursivo orientado por uma racionalidade comunicativa em função de suas próprias características, principalmente porque não diferencia entre os mundos objetivo, subjetivo e social – dessa não diferenciação decorre que o pensamento mítico não é considerado pelo referido autor como auto-reflexivo, justamente porque não está sujeito a críticas, não é posto em questão pelos seus participantes, e, finalmente, porque está aprisionado eternamente à sua tradição particular⁹. Habermas diz que,

As imagens míticas do mundo não são entendidas por aqueles que as compartilham como sistemas de interpretação que estão conectados a uma tradição cultural, constituídos por relações internas de sentido, que guardam com a realidade uma relação simbólica, que estão associadas a pretensões de validade e que, por fim, estão expostas à crítica e são suscetíveis de revisão (Habermas 1987, p. 89).

Ora, se nem o pensamento mítico que tem raízes em particulares tradições culturais e nem o pensamento moderno baseado na ciência (que reivindica para si a pretensão de universalidade) podem servir de base para uma ação comunicativa, indago: qual seria a saída para a emancipação social em uma sociedade orientada fundamentalmente pela lógica sistêmica?

⁹ Habermas (1987, p. 171) define deste modo os três mundos: objetivo (como totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros); social (totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas), e subjetivo (totalidade das próprias vivências às quais cada sujeito tem acesso privilegiado e que o falante pode manifestar verazmente em público). De acordo com Ingram (1994, p. 50), “a discussão feita por Habermas dos três mundos, domínios referenciais subjacentes à ação significativa, inspirou-se largamente na aplicação, feita por I.C.Jarvie, da teoria de Popper sobre esses três mundos à Sociologia”.

A saída ou a “luz no fim do túnel” identificada no argumento habermasiano envolve um processo de descentralização das imagens de mundo por meio de um processo de aprendizagem – momento em que as tradições culturais se tornam auto-reflexivas, abertas à crítica e a revisões¹⁰.

Para o autor, o pensamento mítico não pode servir de base para uma ação racional orientada ao entendimento devido à sua natureza egocêntrica (centrado em si mesmo), não aberto a críticas e a revisões, e porque fornece uma base ilusória de compreensão do mundo para os sujeitos que participam do mundo da vida, constituindo, deste modo, um entrave a uma vida emancipada. Para constituir uma racionalidade comunicativa é necessário que o pensamento mítico evolua em direção a uma forma de pensamento auto-reflexivo e descentrado.

Ou seja, o autor pressupõe que as imagens de mundo, tomadas como sinônimos de pensamento mítico, passarão por um processo de evolução (*decentramiento*), por meio da aprendizagem possibilitando, deste modo, que as tradições culturais ou imagens de mundo *descentradas* abram uma via de acesso privilegiada para a construção de uma ação racional orientada ao entendimento, lançando os germes para a emergência de uma sociedade emancipada.¹¹

¹⁰ De acordo com Habermas (1987, p. 101), Piaget “distingue etapas de desenvolvimento cognitivo, que se caracterizam não por novos conteúdos, mas por níveis de capacidade de aprendizagem que podem descrever-se em termos estruturais. De algo similar poderia tratar-se também em caso da emergência de novas estruturas das imagens de mundo”.

¹¹ Os conceitos de aprendizagem e de percepção “decentrada” são formulados por Piaget (1927 e 1973). Habermas inspira-se no modelo piagetiano de aprendizagem e o aplica à evolução social. A teoria de Piaget se concentra naquelas estruturas do pensamento e da ação mediante as quais as crianças aprendem gradualmente a se adaptar a um mundo objetivo de coisas e a um mundo social de normas, relações e pessoas. O desenvolvimento cognitivo e moral envolve a aquisição da capacidade, de cada pessoa, de descentralizar a compreensão da realidade, afastando-a de uma perspectiva egocêntrica e permitindo-lhe ver as coisas do ponto de vista

Habermas diz que,

As pretensões de validade são em princípio suscetíveis de crítica porque se apóiam em conceitos formais de mundo. Pressupõe um mundo idêntico para todos os observadores possíveis ou um mundo intersubjetivamente compartilhado por todos os membros de um grupo, e ele de forma abstrata, isto é, desligado de todos os conteúdos concretos. Além do mais, as pretensões de validade exigem uma tomada de postura racional por parte de um oponente (...) Os atores que reivindicam pretensões de validade têm que renunciar a prejulgar, aquilo a que o conteúdo se refere, a relação entre linguagem e realidade, entre os meios de comunicação e aquilo sobre o qual a comunicação versa. Sob o pressuposto de conceitos formais de mundo e de pretensões universais de validade, os conteúdos da imagem lingüística do mundo têm que ficar descolados da ordem mesmo que se supõe ao mundo. Somente assim pode se formar o conceito de uma tradição cultural, de uma cultura temporalizada, e se tomar a consciência de que as interpretações variam, respectivamente, frente ao mundo objetivo e ao mundo social (Habermas 1987, p. 80).

Portanto, para que as tradições culturais possam servir de base a uma ação orientada ao entendimento é necessário passar por um processo de *descentralização*, como coloca Outhwaite,

The attainment, in modernity, of what Piaget called a ‘de-scentred’ understanding of the objective world, that is one which is neither egocentric, like that of a baby, nor socio-centric, as in magical and mythical thought, involves the differentiation of the social and subjective worlds from the objective world. This process of differentiation, Habermas claims, takes place in, or perhaps against the background of, the lifeworld and is a central process in its rationalization (Outhwaite 1994, p. 75-76).

alheio. Habermas afirma que esse processo de descentralização está subjacente também à evolução social (Ingram, 1994, p. 48).

Pois, somente através da crítica, compreendida como auto-reflexão e auto-questionamento, é que os momentos reprimidos, ocultos e distorcidos pelo processo histórico do conhecimento, podem ser recuperados, re-elaborados e conscientizados, permitindo redescobrir o interesse fundamental: o da emancipação (Freitag et al. 1980, p. 13).

A esse respeito Ingram afirma que,

O filósofo se preocupa especialmente em mostrar que só a compreensão moderna e descentralizada do mundo merece ser considerada racional, porque só ela possibilita o aprendizado mais amplo e progressivo (...) a racionalidade de uma ação é função da extensão em que pode ser justificada. Implícita ou explicitamente, as ações têm pretensões à verdade, à correção moral, à propriedade, à sinceridade e à compreensibilidade. Essas pretensões se referem a crenças criticáveis que, embora tácitas, podem ser articuladas em linguagem (Ingram 1994, p. 43-44).

Supondo que o pensamento mítico colado à tradição não preenche os requisitos para a construção de uma ação do tipo comunicativa – principalmente porque não diferencia entre os mundos social, objetivo e subjetivo, Habermas enumera quatro condições necessárias à tradição cultural para que esta possa engendrar uma ação orientada ao entendimento, isto é, a uma ação comunicativa:

- a) A tradição deve permitir uma diferenciação entre os mundos objetivo, social e subjetivo e tem que permitir pretensões de validade diferenciadas (verdade proposicional, retitude normativa e veracidade subjetiva);
- b) A tradição tem que permitir uma atitude reflexiva consigo mesma para que suas premissas possam ser colocadas em questão e sujeitas a revisões pelos sujeitos que dela participam;
- c) A tradição tem que permitir no que concerne a seus componentes cognitivos e avaliativos uma conexão retroalimentativa com formas especializadas de argumentação até o ponto em que os

correspondentes processos de aprendizagem possam se institucionalizar socialmente, e

- d) A tradição cultural tem que interpretar *o mundo da vida* de modo que a ação orientada ao êxito fique autônoma da ação orientada ao entendimento. Deste modo, é possível a institucionalização social da ação racional com relação a fins, para fins generalizados, como, por exemplo, a formação de subsistemas especializados na ação econômica racional e na administração racional, regidos pelos meios poder e dinheiro.

Portanto, o trajeto para uma sociedade emancipada, segundo Habermas, passa por etapas evolutivas e processos de aprendizagem das estruturas das imagens de mundo – do pensamento mítico. Neste sentido, há um suposto evolucionista presente na concepção de aprendizagem utilizada na teoria da ação comunicativa, que opõe pensamento mítico e ciência e uma leitura reducionista da abordagem estruturalista dos mitos, que por sua vez, implica em uma determinada caracterização do pensamento mítico que entra em tensão com a perspectiva adotada por Lévi-Strauss.

Vejam algumas formulações concernentes ao pensamento mítico que necessitam ser problematizadas a partir da perspectiva estruturalista.

2.

*“Cada coisa sagrada deve estar em seu lugar”
(Fletcher)*

O primeiro questionamento em relação à concepção de mito elaborada na teoria da ação comunicativa, a meu ver, direciona-se à superposição presente nesta obra entre tradição e pensamento mítico. Habermas (1987) apresenta a tradição e pensamento mítico como sinônimos – situados no mesmo plano em várias passagens do seu texto – especialmente no prefácio e na primeira parte da edição espanhola intitulada: “Introducción accessos a la proble-

mática de la racionalidad”, segundo capítulo: “Algunas características de la comprensión mítica y de la comprensión moderna del mundo”.

Ora, existem várias formas de se conceituar tradição e pensamento mítico dentro das Ciências Sociais, em especial na Antropologia. Na matriz disciplinar da Antropologia tradição e pensamento mítico são conceitos distintos formulados de acordo com o paradigma teórico e conceitual desenvolvido nas várias Escolas¹²: Culturalismo norte-americano, Estrutural-funcionalismo britânico, Estruturalismo francês e a abordagem Hermenêutica - segundo essas abordagens, nem sempre, a noção de tradição se superpõe à noção de pensamento mítico.¹³

Na teoria da ação comunicativa – quando Habermas caracteriza o pensamento mítico, o faz tendo como referência teórica *O pensamento selvagem* de Lévi- Strauss e *Economía, fetichismo y religión em las sociedades primitivas* de Godelier. Nesse sentido, Habermas entende e caracteriza o pensamento mítico como tradição e vice-versa e o faz a partir de uma leitura seletiva principalmente de Lévi-Strauss e Godelier, embora em alguns momentos do texto refira-se a Evans - Pritchard (1934 e 1978).

Ocorre que Habermas não contextualiza a noção de pensamento mítico dentro da abordagem estruturalista de Lévi-Strauss, da abordagem estrutural-marxista de Godelier e da abordagem estrutural-funcionalista de Evans-Pritchard. Deste modo, Habermas rea-

¹² Sobre o conceito de matriz disciplinar cf. Oliveira (1988).

¹³ Sobre as várias escolas consultar Roberto Cardoso de Oliveira (1988) – capítulo 1. Hobsbawm (1984, p. 9), define da seguinte forma tradição: “Por *tradição inventada* entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado”. Tradição para Hobsbawm remete a um conjunto de práticas sociais, neste sentido, a noção de tradição não pode ser substituída pela noção de mito.

liza uma leitura da concepção de mito formulada por Lévi-Strauss e Godelier, como se fossem sinônimas e ignora o suposto estruturalista subjacente às referidas concepções: o estruturalismo inspirado na lingüística e o estrutural marxismo.¹⁴

Vejamos o que diz, por exemplo, Girardet acerca da definição do mito. Segundo o autor, considerando-se a pluralidade de interpretações que lhe atribui a linguagem comum um persistente equívoco continua, com efeito, a cercar o próprio termo mito,

Para os antropólogos e os historiadores do sagrado, o mito deve ser concebido como uma narrativa: narrativa que se refere ao passado (...), mas que conserva no presente valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino de Homem ou certas formas de organização social (...), para outros, em compensação, a noção de mito permanece confundida com a desmistificação: ilusão, fantasma ou camuflagem, o mito altera os dados da observação experimental e contradiz as regras do raciocínio lógico; interpõe-se como uma tela entre a verdade dos fatos e as exigências do conhecimento (Girardet 1987, p. 13).

¹⁴ Inicialmente o termo utilizado era de sistema por um pequeno grupo de lingüística que reagia a uma concepção histórica, que dissociava a língua em elementos isolados e se ocupava de seguir suas transformações. *Fernand de Saussure*, iniciou esse movimento no seu *Cours de linguistique générale*, de 1916, contudo, não utilizava propriamente o termo estrutura mas sim sistema. Estrutura surge no contexto do Primeiro Congresso Internacional de Lingüistas, realizado em Haia, em 1928, com a finalidade de se estudar os sistemas de fonemas e do Primeiro Congresso de Filologia Eslava no ano de 1929, os participantes são três lingüistas russos: *R. Jakobson, S. Karcevsky e N. Trubtzkoy*. Trata-se de adotar como objeto de estudo o sistema das estruturas lingüísticas, inaugurando as atividades do Circulo Lingüístico de Praga. Neste caso estrutura é a estrutura de um determinado sistema lingüístico, aqui a noção de estrutura está relacionada à das relações entre os elementos dentro do sistema. O objetivo dos lingüistas estruturais é apreender as leis inconscientes e subjacentes ao sistema lingüístico.

Parece que Habermas incorre no mesmo equívoco de que fala Girardet. Para Habermas o mito pode ser pensado como “ilusão” ou “falsa consciência”. Neste contexto o pensamento mítico aparece como *reificação - falsa consciência*, porque separa a interpretação do mundo (linguagem) e ordem do mundo (mundo) e não permite aos sujeitos discernirem entre os mundos objetivo, subjetivo e social, devido a essas características, o pensamento mítico não preenche os requisitos para engendrar um movimento auto-reflexivo e emancipador.

O segundo questionamento que faço sobre a caracterização do pensamento mítico na teoria da ação comunicativa está relacionado com a leitura que Habermas realiza do *Pensamento selvagem* e da oposição que realiza entre a ciência e o pensamento mítico. Oposição negada veemente por Lévi-Strauss em várias publicações, inclusive no próprio texto *Pensamento selvagem*, obra de referência para Habermas quando caracteriza o pensamento mítico.¹⁵

A meu ver, não há separação possível entre interpretação do mundo e ordem do mundo – não há uma ordem natural das coisas dada *a priori* e autônoma da interpretação que se faz dela, como sugere Habermas.¹⁶ Por outro lado, observando a questão da reificação e da falsa consciência (atribuída ao pensamento mítico na teoria da ação comunicativa), de uma perspectiva estruturalista, a noção de verdade ou inverdade do pensamento mítico é uma falsa questão, porque a relação do mito com a realidade social é apresentada por Lévi-Strauss em termos dialéticos: “A estrutura do mito, diz Lévi-Strauss é dialética; i.e., certas oposições ou contra-

¹⁵ Cf. L. Strauss (1970a) capítulo primeiro: “A ciência do concreto”, (1978) capítulo segundo “Pensamento primitivo e mente civilizada” e (1976) capítulo sétimo “A ilusão arcaica”, dentre outros.

¹⁶ No texto “Algumas formas primitivas de classificação” Durkheim e Mauss, afirmam que o pensamento conceitual tem a função de ordenação do mundo natural de acordo com a organização da sociedade, são as categorias do entendimento cuja origem é a própria sociedade é que estão mediando a interações dos Homens com a natureza.

dições são colocadas – homem:mulher, endogamia:exogamia, velho:jovem, terra:céu, etc – e então mediadas ou resolvidas de alguma forma” (Kaplan e Manners 1981, p. 256).

Nesta perspectiva se entendermos que Habermas concebe o pensamento mítico como “ilusão”, ou “falsa consciência”, não reflexivo e centrado em si mesmo, temos aqui um contraste com a abordagem estruturalista do pensamento mítico.

Para Lévi-Strauss o mito não é espelho das relações sociais, o mito em última instância, é um meio de acesso às categorias inconscientes – às operações lógico-mentais realizadas pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente – “Os mitos significam mais profundamente o Espírito (humano?) profundo, imanente, inconsciente, comum a toda criação, que criou estes mitos por meio do universo do qual este espírito anônimo é parte” (Lepargneur 1972, p. 51).¹⁷

Percebe-se que a perspectiva construída por Lévi-Strauss é sofisticada e apresenta determinadas sutilezas que não foram identificadas na leitura habermasiana, por exemplo o suposto da existência de um Espírito transcendental, responsável pela criação mitológica. Ora, em que consiste esse Espírito?

Para Lepargneur (1972, p. 61-62), a noção de Espírito incorpora a noção de um inconsciente que está situado no mesmo plano da natureza, como condição primeira (a priori) da cultura e que se exprime de forma mais elementar no pensamento selvagem,

¹⁷ Segundo Kaplan e Manners (1981, p. 242), o estruturalismo de Lévi-Strauss (metodologia, terminologia e a estrutura conceitual), não são traçadas apenas a partir da lingüística estrutural, mas dos desenvolvimentos mais recentes da tecnologia do computador, da teoria das comunicações, da cibernética, da teoria dos jogos e da análise dos sistemas. Contudo, o modelo reinante é o da linguagem e são os traços formais estruturais, quase matemáticos, transferidos para a cultura como sistema simbólico que se constitui em foco central da antropologia estrutural. Neste caso ...”os fenômenos culturais dissolvem-se em códigos formais, relações lógicas, oposições binárias, conjuntos de contrastes e regras de assimetria”.

O pensamento selvagem, presente na vida de todo homem, exprime mais genuinamente a atuação do Espírito anônimo, sem sujeito que opera nas profundidades do ser humano e da natureza. Este “espírito da natureza” é razão além e antes da razão, é ciência anterior ao nosso progresso científico, à nossa concretização na inteligibilidade; exprime sua regência nas leis imanentes de todo sistema, a começar pela linguagem. O pensamento selvagem participa da atemporalidade deste espírito inconsciente, fundamento radical do simbolismo que engendra a ordem cultural, campo próprio do homem.

Seria então, esse Espírito o responsável pela criação de uma estrutura invariante e anterior à experiência social? De acordo com Lévi-Strauss, existem leis universais subjacentes à variabilidade cultural, que constituem os “invariantes”, estes estão articulados às determinadas operações lógicas formuladas pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente. A função do inconsciente segundo Lépargneur (1972) é impor leis estruturais a elementos contingentes, materiais e históricos.

Esse inconsciente é universal e atemporal – determina as formas de ação e, portanto, organização social (variantes). Lévi-Strauss (apud Kaplan e Manners, 1981) diz que: “O que dizem e inventem os homens deve ser compreendido como produções do espírito humano; que se elaboram, sem que eles tenham consciência disso”...“Eu sou pensado, sou agido, sou atravessado por estruturas que me preexistem; e é esse o lugar do inconsciente transcendental”.

O conceito de invariantes está relacionado à noção da natureza inconsciente resgatada de Emanuel Kant, a obra de referência é a *Crítica da razão pura* publicada em 1781. Segundo esta perspectiva existem categorias essenciais do espírito humano que são dadas *a priori*, isto é, são anteriores à experiência social, trata-se de uma anterioridade lógica, que obedece a leis inconscientes; possuindo uma racionalidade e uma lógica própria que se impõe aos indiví-

duos; essas leis são os invariantes; é a estrutura que é dada *a priori*: “ela os tem.”

Lévi-Strauss analisa os mitos a partir do método estrutural inspirado nas teorias e metodologias dos lingüistas estruturais, para quem, a língua é um sistema simbólico construído arbitrariamente,

A maioria dos falantes nativos de uma língua é totalmente inconsciente das regras fonológicas e gramaticais que estão ‘por trás’ dos padrões de fala abertamente expressos, embora eles sejam capazes de usar sua língua como um instrumento de comunicação efetiva e eficientemente. Portanto, se pode dizer que essas regras têm alguma existência na realidade exterior à mente do lingüista, elas devem, como se afirma, ser de natureza subconsciente. A tarefa do lingüista, então, é formular e tornar explícito aquilo que permanece oculto à visão, e sepultado no inconsciente – i.e., olhar além das manifestações de superfície da expressão lingüística para os princípios estruturais é explicar a língua. Deve-se notar, é claro, que, enquanto alguns lingüistas estão primordialmente interessados em demonstrar que os princípios estruturais básicos variam de língua para língua, outros têm buscado os princípios estruturais universais que subjazem a todos os idiomas. É desses últimos lingüistas que Lévi-Strauss parece ter tirado a sua principal inspiração (Kaplan e Manners 1981, p. 254).

Deste modo, para Lévi-Strauss a cultura da mesma forma que a linguagem é essencialmente um sistema simbólico e a finalidade da análise estrutural é identificar os padrões formais, isto é, a forma pela qual os elementos simbólicos relacionam-se logicamente uns com os outros para formar um sistema total. Por exemplo, no caso do estudo dos mitos, a análise estrutural enfoca as relações lógicas entre os elementos contidos no mito. Segundo Kaplan e Manners,

O mito é claro, tem conteúdo narrativo, mas esse, conforme Lévi-Strauss e aqueles que o seguiram, não é o seu principal

significado, pois o mito transcende a narrativa. O que é significativo é o padrão puramente formal dos mitos, as relações lógicas entre os elementos contidos nos mitos. Consideradas numa escala global, as variações evidentes dos mitos são vistas como transformações lógicas de um conjunto de relações estruturais duradouras. A descoberta desse núcleo básico e estruturalmente subjacente, então, é a principal preocupação de Lévi-Strauss na análise do mito. Pois, em última instância, esse núcleo estrutural nos irá revelar a própria estrutura do pensamento humano e a lógica binária sobre a qual repousa (Kaplan e Manners 1981, p. 256)

Na análise dos mitos Lévi-Strauss (1976) quer chegar novamente à estrutura: “Não pretendemos mostrar como os homens pensam nos mitos, mas como os mitos se pensam nos mitos e malgrados estes, talvez como já sugerimos, convenha ir mais longe, fazendo abstração de todo sujeito, para considerar que de certa forma, os mitos se pensam entre si”.

Vejamos o que diz o próprio Lévi-Strauss sobre o mito, em uma entrevista concedida em 1965 a *Realités* e posteriormente publicada no livro *Mito e linguagem social*:

Um mito é ao mesmo tempo uma história contada e um esquema lógico que o homem cria para resolver problemas que se apresentam sob planos diferentes, integrando-os numa construção sistemática (...) Ele conta uma história que se desenrola simultaneamente sobre vários planos. Tanto mais que se trata de uma criação inconsciente, próxima da criação estética e onde os diversos problemas fazem eco uns aos outros. Isto dispensa, de modo agradável, a procura de qualquer outra solução para estes problemas, porque as contradições que se ajustam harmoniosamente não são mais percebidas como contradições (Lévi-Strauss 1970, p. 141).

De acordo com a abordagem levistraussiana, o mito está simultaneamente na linguagem e além dela, o mito se define por um sistema temporal que configura uma estrutura permanente que se re-

laciona ao passado, presente e futuro. “O mito é linguagem; mas uma linguagem que tem lugar em um nível muito elevado, e onde o sentido chega, se é lícito dizer, a decolar do fundamento lingüístico sobre o qual começou rolando” (Lévi-Strauss 1989a, p. 242). O sentido do mito deve ser apreendido na relação entre as unidades constitutivas dos mesmos e expressa uma necessidade lógico-intelectual que remete a um plano inconsciente.

Em *Antropologia estrutural dois*, no caso da análise estrutural do mito de *Asdiwal*, o autor elenca um conjunto de atributos que definem o mito.¹⁸

O mito se situa em diversos níveis: geográfico (geografia física e política do território tsimshian), econômico (atividades econômicas dos nativos), sociológico (sistema de residência e filiação), e cosmológico (referência ao céu e a terra). O pensamento indígena não separa os quatro níveis na narrativa mítica, por isso é totalizante “...a sua finalidade é atingir, pelos meios mais diminutos e econômicos, uma compreensão geral do universo – e não só uma compreensão geral, mas sim *total*. Isto é, parte do princípio de que, se não se compreende tudo, não se pode explicar coisa alguma” (Lévi-Strauss 1978, p. 31). Justamente, devido ao seu caráter totalizante, Habermas diz que o pensamento mítico não distingue os três níveis da realidade (objetivo, subjetivo e social) e neste sentido, pode ser considerado como uma falsa consciência ou uma ilusão.

Contudo, segundo a perspectiva estruturalista, o mito pode apresentar diferentes versões dentro de uma mesma cultura ou em culturas diferentes. O mito possui várias versões e a veracidade ou não de um mito é uma falsa questão, pois todas as versões fazem parte do mesmo mito: “não existe versão ‘verdadeira’, da qual

¹⁸ A gesta de Asdiwal, dos índios Tsimshian localizados geograficamente na costa canadense do Pacífico - ao sul do Alasca na Colúmbia Britânica, é conhecida em 4 versões recolhidas por Franz Boas e publicada em 1895, 1902, 1912 e 1916.

todas as outras seriam cópias ou ecos deformados. Todas as versões pertencem ao mito” (Lévi-Strauss 1989b, p. 252).

A esse respeito Lepargneur comenta,

Lévi-Strauss (sabendo que o mito não traduz uma “revelação” feita do alto de uma vez por todas, como se passa com a exegese bíblica) recusa-se a privilegiar uma versão; são formas diferentes do mesmo mito, têm igual valor; o mito é um conjunto de suas versões. Cabe precisamente à análise estrutural elucidar as leis de transformação que permitiriam passar de uma forma a outra (Lepargneur, 1972, p. 48).

O mito de acordo com Lévi-Strauss não constrói uma “verdade”. Por isso talvez, Habermas lhe atribua um nível inferior e emita um juízo valorativo. A finalidade da abordagem estrutural não é reconhecer a veracidade do mito, mas sim, revelar as leis de transformação que permitem passar de uma versão à outra.

O mesmo mito pode transcender a tradição cultural no qual foi concebido, ou seja, o mesmo mito pode ser encontrado em vários espaços geográficos independente da cultura e da língua. Neste caso há um contraste relevante com Habermas, para quem o pensamento mítico está atrelado a uma tradição cultural específica. Nesse sentido, indaga Lévi-Strauss (1989b, p. 239): “Se o conteúdo do mito é inteiramente contingente, como compreender que, de um canto a outro da terra, os mitos se pareçam tanto?”

Os mitos se transformam: de uma variante à outra do mesmo mito, de um mito a outro mito, de uma sociedade a outra sociedade com referência aos mesmos mitos. Os mitos se transformam e seu conteúdo é alterado a tal ponto que pode engendrar um outro mito com outro conteúdo narrativo. Outra alternativa é o mito que se transforma passando de tribo em tribo, finalmente se extenua, sem por isso desaparecer. Duas vias lhe permanecem abertas: a da elaboração romanesca e a da reutilização para fins de legitimação histórica (Lévi-Strauss 1989b, p. 274).

Alguns mitos mantêm relações complexas de correlação e oposição, de simetria e anti-simetria, é o que demonstra Lévi-Strauss (1989b) nos mitos Mandan e Hidatsa dois povos de língua sioux localizados nos territórios contíguos correspondentes aos atuais estados de South e North Dakota.

Sobretudo, para Lévi-Strauss como já foi mencionada, a relação entre a narrativa mítica e a realidade etnográfica não é de ordem direta e nem tampouco de ordem inversa, ou seja, o mito não é espelho das relações sociais, o mito é meio de acesso às categorias inconscientes – às operações lógico-mentais realizadas pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente. Por meio do mito chega-se à estrutura atemporal.

Portanto, o pensamento mítico não tem compromisso com a noção de “verdade” no sentido que a entende o pensamento científico-positivista, não é da natureza do mito construir uma verdade, tampouco uma verdade universal. Para Lévi-Strauss, o objeto do mito é resolver no plano lógico inconsciente um problema posto no plano empírico. Para o autor, o sentido do mito não está no nível da linguagem e sim nas relações que se estabelecem entre suas unidades constitutivas e, fundamentalmente, é da natureza do mito preencher necessidades estéticas e intelectuais que se apresentam ao pensamento selvagem – que, por sua vez, remete ao funcionamento do espírito no estágio do pensamento inconsciente.

O problema central reside na leitura que Habermas realiza da concepção de pensamento mítico formulado por Lévi-Strauss! Há do meu ponto de vista, uma leitura reducionista e evolucionista sobre o pensamento mítico e ao mesmo tempo, uma desconsideração da abordagem estruturalista dos mitos – o que traz consideráveis implicações para a noção de *descentralização das imagens de mundo* nas formulações habermasianas.

Percebe-se, portanto, um suposto evolucionista nas formulações habermasianas que entra em tensão com o suposto estruturalista.

lista na teoria Lévi-straussiana.¹⁹ Refiro-me particularmente ao suposto evolucionista subjacente à concepção de aprendizagem presente na teoria de Habermas emprestada de Piaget, concepção que o próprio Lévi-Strauss questiona e refuta.

No sétimo capítulo do livro *As estruturas elementares do parentesco*, Lévi-Strauss denuncia a “ilusão arcaica” subjacente à concepção de Piaget sobre o pensamento primitivo.²⁰ Neste texto, o autor reproduz alguns pontos da argumentação de Piaget e afirma que este estabelece uma convergência entre o pensamento infantil e o pensamento primitivo. Contudo, o aspecto problemático desta articulação estabelecida por Piaget reside justamente nas razões invocadas pelo autor. Lévi-Strauss não nega a convergência estabelecida por Piaget, contudo, discorda deste quanto às razões de tal convergência. Segundo Lévi-Strauss,

As analogias entre o pensamento primitivo e pensamento infantil não se fundam portanto sobre um pretenso caráter arcaico do primeiro, mas somente na diferença de extensão que faz do segundo uma espécie de ponto de encontro, ou centro de dispersão, para todas as sínteses culturais possíveis. Compreendemos melhor as estruturas fundamentais das sociedades primitivas comparando-as com as atitudes sociais de nossas próprias crianças (Lévi-Strauss 1976, p. 134).

O autor denuncia a ilusão arcaica presente nas formulações de Piaget e quanto à oposição atribuída pelo pensamento positivista entre ciência e pensamento mítico, Lévi-Strauss coloca,

¹⁹ Entre as abordagens estruturalista e evolucionista há tensões e articulações, esta última pode ser identificada principalmente na idéia da existência de certos germes elementares do pensamento que seriam universais. Sobre as articulações entre estruturalismo e evolucionismo ver (Kaplan e Manners, 1981), Goldman (1999) e Lanna (1999).

²⁰ Neste capítulo Lévi-Strauss (1976), recorre a outros autores como Freud e S. Isaacs, contudo, o que interessa neste artigo são as observações que o autor realiza sobre as formulações teóricas de Piaget.

Não voltamos, contudo, à tese vulgar (aliás admissível, na perspectiva estreita em que se coloca), segundo a qual a magia seria uma modalidade tímida e balbuciante da ciência: pois nos privaríamos de todos os meios de compreender o pensamento mágico se pretendêssemos reduzi-lo a um momento ou uma etapa da evolução técnica e científica. Mais como uma sombra que antecipa a seu corpo, ela é, num sentido, completa como ele, tão acabada e, coerente em sua imaterialidade, quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido. O pensamento mágico não é uma estréia, um começo, um esboço, parte de um todo ainda não realizado; forma um sistema bem articulado; independente, neste ponto, desse outro sistema que constituirá a ciência (Lévi-Strauss 1970a, p. 33).

É a partir da premissa estruturalista que Lévi-Strauss (1970a) afirma no *Pensamento selvagem*, no capítulo denominado “A ciência do concreto,” que a diferença entre o pensamento selvagem e o pensamento ocidental não envolve um julgamento valorativo. Para o autor, o pensamento selvagem não é irracional, não é pré-lógico, apenas possui uma lógica diferente, nem por isso inferior, neste sentido, as propriedades fundamentais do pensamento estariam presentes no homem “primitivo” e no “civilizado”,²¹

Portanto, em lugar de opor magia e ciência, seria melhor colocá-las em paralelo, como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos (...) é que existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais

²¹ A noção de que as propriedades fundamentais do pensamento estariam presentes da mesma forma no pensamento selvagem e no pensamento científico já estava anunciada no texto escrito por Émile Durkheim em parceria com Marcel Mauss: *Algumas formas primitivas de classificação*, publicado em 1903. Neste texto os autores demonstram como as propriedades fundamentais do raciocínio lógico estavam presentes nos sistemas classificatórios das tribos australianas, contrariando a tese de Lévy-Bruhl sobre o pensamento selvagem concebido pelo autor como pré-lógico.

do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico – um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação, e outro descolado; como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado (Lévi-Strauss 1970, p. 28-30).

Em *Antropologia estrutural*, o autor nega novamente a oposição entre ciência e religião e a suposta hierarquização entre ambos,

Essa ciência do concreto que tem o mesmo objeto que o da ciência ocidental, não é menos científica; ela se distingue quanto aos resultados, mas mesmo os resultados distintos, eles não são menos reais por serem distintos; eles só são distintos, e são substratos de nossa civilização”.Essa ciência do concreto responde a exigências intelectuais antes de satisfazer necessidades práticas. O objetivo é introduzir um princípio de ordem no universo, introduzir a classificação. É a necessidade de introduzir uma ordem no universo, é a ordenação do universo que move o conhecimento: “Ora, esta exigência de ordem está na base do pensamento que nós chamamos primitivo, mas somente na medida em que está na base de qualquer pensamento: pois é sob o ângulo das propriedades comuns que chegamos mais facilmente às formas de pensamento que nos parecem muito estranhas (...) A lógica do pensamento mítico nos pareceu tão exigente quanto aquela na qual repousa o pensamento positivo, e, no fundo, pouco diferente. Pois a diferença se deve menos à qualidade das operações que à natureza das coisas sobre as quais se dirige essa operação (Lévi -Strauss 1989a, p. 265).

Há portanto, similaridades e diferenças entre a ciência e o pensamento selvagem, contudo, as diferenças existentes não envolvem uma hierarquização entre as duas modalidades de pensamento e muito menos um processo evolutivo como quer Habermas. Para o estruturalismo não se trata de percorrer escalas evolutivas em dire-

ção a um modelo de imagem do mundo descentralizada, não se trata de ir de uma situação mais egocêntrica a uma menos egocêntrica, o estruturalismo em si é uma resposta ao evolucionismo vitoriano e ao pensamento positivista, como podemos notar na “ciência do concreto”, quando Lévi-Strauss relaciona magia e ciência.

Se, para Habermas, a crítica, as revisões e o exercício da auto-reflexividade das tradições culturais necessitam de um processo evolutivo de aprendizagem – creio que está suposto um conteúdo valorativo em suas formulações. Isto é, as próprias noções de evolução e de aprendizagem, tais como se apresentam nas formulações do autor, pressupõem um julgamento de valor, portanto, o estabelecimento de uma hierarquia dos estágios de aprendizagem.

O processo de evolução dos níveis de aprendizagem tem uma raiz negativa, decorre de uma desvalorização, de uma impossibilidade, do fracasso do estágio anterior em explicar o sistema cognitivo vigente e da incapacidade de auto-reflexão das tradições em colocar em questão os aspectos problemáticos de sua própria cultura nos estágios anteriores – antes da descentralização.

Simultaneamente, a noção de etapas evolutivas de aprendizagem pressupõe a existência de uma lei (*telos*) imanente à vidasocial, que desencadearia a evolução da sociedade em uma única direção: a emancipação. Nesta perspectiva a teoria da ação comunicativa apresenta o projeto de construção de um espaço discursivo – como horizonte e como uma proposta normativa e que reivindica para si a pretensão de validade universal – porque suscetível à crítica, à auto-reflexão e, sobretudo, porque é um espaço no qual teoricamente vença o melhor argumento baseado na racionalidade comunicativa – portanto, sancionado intersubjetivamente. Desse modo, a razão comunicativa está ligada intimamente à idéia de verdade.²²

²² Não podemos olvidar que Habermas pensa na racionalidade comunicativa como horizonte; porque segundo Cardoso de Oliveira (1990, p. 10-11) ainda não realizada. Nesse sentido, a comunicação livre e não distorcida é refletida por Habermas (1987, p. 65) como um ideal regulador (proposta normativa),

Como já foi explicitado, segundo a proposta normativa formulada por Habermas, o pensamento mítico não pode servir de base a uma ação comunicativa, porque está eternamente aprisionado a sua tradição particular e porque não permite aos sujeitos que dela participam a diferenciação entre os mundos objetivo, subjetivo e social. A “verdade” para Habermas decorre dessa diferenciação entre os três mundos citados acima.

Ora, para Lévi-Strauss o mito não constrói uma “verdade”, não lhe é atribuído tal função. O mito não remete diretamente a uma necessidade prática ou a um compromisso com uma suposta verdade transcendental. O que não quer dizer que o mito seja uma “ilusão” ou uma consciência falsa. O mito de acordo com Lévi-Strauss, tem como atributo resolver no nível lógico-intelectual uma equação colocada pelas relações sociais.

Por outro lado, é relevante do ponto de vista da linha de argumentação desenvolvida neste artigo, ter em perspectiva que o objetivo da pesquisa estrutural é explicar o mundo da experiência e apreender a racionalidade básica subjacente a esse mundo de fenômenos (Kaplan e Manners 1981, p. 260). E, a racionalidade básica é constituída por meio do funcionamento da mente humana – que opera a partir e percebe o universo em termos de discriminação e oposições binárias: alto e baixo, macho e fêmea, direita e esquerda, guerra e paz. Tais relações binárias estão na base de toda e qualquer cultura, porque expressa o modo como a mente humana opera. É esse suposto estruturalista que remete a uma estrutura invariante produzida pelo espírito – que se situa no plano inconsciente que Habermas desconsidera na teoria da ação comunicativa.

porque ainda não realizado em um mundo onde o diálogo é sistematicamente distorcido pela violência. Em suma, os homens não podem nem interagir, nem se comunicar discursivamente senão na perspectiva de uma ordem social não repressiva (caracterizada pela comunicação e pela situação linguística ideal), a qual, precisamente, não existe, mas que tais antecipações nos autorizam a definir como possível (Freitag et al., 1980, p. 20).

Considerações finais

No desenvolvimento da linha argumentativa subjacente à teoria da ação comunicativa, Habermas opõe radicalmente pensamento mítico e ciência e confere a partir desta oposição um estatuto inferior ao primeiro, é portanto, a partir desta antítese e de um julgamento valorativo que o autor vai atribuir um determinado papel ao pensamento mítico na construção de uma sociedade emancipada: o pensamento mítico em sua forma original é concebido como um elemento que distorce a comunicação, neste sentido, é considerado um entrave à construção de uma sociedade emancipada. Contudo, essa condição inicial pode ser superada mediante o processo de aprendizagem, momento em que o pensamento mítico abandona a sua condição centrada e não-reflexiva e passa a assumir a sua “nova” condição de “imagem do mundo descentralizada” e o seu papel emancipatório na formação de uma razão comunicativa.

O suposto subjacente à argumentação habermasiana da superioridade do pensamento moderno descentralizado em sua capacidade de engendrar um modo de vida racional ele busca em uma teoria da evolução social e na suposição de um *telos* imanente a essa evolução.

Neste sentido, é importante sublinhar os critérios a partir dos quais Habermas formula o conceito de racionalidade orientada ao entendimento: a extensão da racionalidade de uma ação é medida em função de sua capacidade de justificação. A proposta habermasiana está comprometida com um inventário de critérios válidos universalmente. Deste modo, o valor cognitivo de uma determinada visão do mundo é concebido propriamente como função do número de afirmações verdadeiras que é capaz de gerar.

Para justificar a reivindicação de validade universal da moderna compreensão da realidade, Habermas precisa provar que ela é logicamente superior, em potencial de aprendizado, às visões do mundo mitopoética e metafísica-religiosa (Ingram 1994, p. 47).

De acordo com Ingram (1994), a teoria habermasiana toma os estágios de aprendizagem e os ordena hierarquicamente, de forma que as fases superiores incorporem e pressuponham logicamente as inferiores, formando assim um progresso cumulativo no aprendizado potencial. Habermas reconhece os perigos da postura etnocêntrica, contudo, ele argumenta que o etnocentrismo só pode ser combatido se assumirmos a superioridade do ponto de vista moderno (Ingram 1994, p. 45). Por outro lado, é relevante sublinhar que o suposto evolucionista subjacente à teoria da ação comunicativa é diferente do evolucionismo vitoriano que postulava uma evolução unilinear em direção a um modelo de racionalidade cognitivo-instrumental baseado na ciência e na técnica.

Toda a teoria da ação comunicativa é justamente uma crítica a esse modelo de razão cognitivo-instrumental identificada pelos marxistas como *reificação* e que permitiu a Weber construir a tese da “perda de sentido” e da “perda de liberdade”. A razão comunicativa teorizada por Habermas é justamente a saída para a perda de sentido e perda de liberdade engendrada pela razão instrumental. Ocorre que a idéia de evolução, de uma teleologia – de escalas evolutivas e cumulativas em direção a um modelo de racionalidade universal permanece, ainda que seja, uma razão comunicativa emancipatória. E, o suposto da universalidade da razão, na teoria da ação comunicativa implica, em uma visão de tradição e de pensamento mítico como falsa consciência, portanto, é considerado pelo autor como um elemento que distorce a comunicação, impedindo, deste modo, a emancipação.

Parece que Habermas não conseguiu se livrar da mentalidade etnocêntrica, que julga reconhecer como perigosa. A *descentralização das imagens de mundo* pressupõe na teoria de Habermas um processo de evolução social por meio do aprendizado que deverá passar as culturas – a fim de que estas possam engendrar uma ação racional. O autor pressupõe que as tradições (identificadas pelo respectivo autor como pensamento mítico), devem necessariamente passar por escalas evolutivas - isto é, de uma escala mais ego-

cêntrica para outras escalas, cada vez menos egocêntricas e racionais, como se houvesse uma lei imanente à evolução social, embora Habermas considere as contingências históricas.

De acordo com a abordagem estruturalista, não existe o pensamento mítico atado a uma tradição particular que deverá percorrer necessariamente escalas evolutivas até se descentrar e distinguir entre os três mundos (objetivo, subjetivo e social) e considerar as coisas do ponto de vista alheio. O pensamento mítico não evolui de um estágio mais egocêntrico para um estágio menos egocêntrico, porque não é da sua natureza. A grande questão apresentada pelo estruturalismo é como funciona a mente humana e a resposta é que a mente humana opera por oposições e correlações binárias no plano inconsciente, em qualquer ponto do espaço e do tempo e o pensamento mítico reflete essa lógica binária.

O modelo habermasiano pressupõe um compromisso das imagens do mundo descentralizadas com a realidade empírica, no sentido, de que as imagens de mundo descentralizadas possam de fato engendrar um modo de vida racional. Já por outro lado, na perspectiva estruturalista, o compromisso do pensamento mítico com a realidade etnográfica não é de ordem direta, mas sim, dialética – ou seja, é da natureza do mito responder às necessidades estéticas e intelectuais e não diretamente pragmáticas. Portanto, o pensamento mítico não tem, nunca teve e nunca terá – segundo a abordagem estruturalista – o compromisso com a pragmática formal que deseja Habermas.

Referências bibliográficas

- Austin, J.L., *How to do things with words*. Londres, Oxford University Press, 1962.
- Cardoso de Oliveira, R., *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.

- Durand, G., *Les structures anthropologiques de l'imaginaire. Introduction à l'archétypologie générale*. 10^a ed. Paris, Dunod, 1984.
- Durkheim, Émile, Mauss, Marcel, “Algumas formas primitivas de classificação”. In: Rodrigues, J. *Durkheim: sociologia*. São Paulo, Ática, 1988.
- Evans-Pritchard, E.E., “Levy-Bruhl's Theory of primitive mentality”. *Bulletin of the faculty of arts*, n° 2, 1934.
- _____, *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Freitag, B., Rouanet, S. (orgs.), *Habermas: sociologia*. São Paulo, Ática, 1980.
- Girardet, R., *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Habermas, J., *Teoria de la acción comunicativa*, I. *Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri, Taurus, 1987.
- Hobsbawm, E., *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- Ingrán, D., *Habermas e a dialética da razão*. 2^a ed. Brasília, Editora da UNB, 1994.
- Kaplan, D., Manners, R., *Teoria da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- Lepargneur, H., *Introdução aos estruturalismos*. São Paulo, Edusp, 1972.
- Levi-Strauss, C., *Antropologia estrutural*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989a.
- _____, *Antropologia estrutural dois*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989b.
- _____, *Mito e significado*. Lisboa, Edições 70, 1978.
- _____, *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____, “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: Mauss, M. *Sociologia e antropologia* v. II. São Paulo, Edusp, 1974.
- _____, *O pensamento selvagem*. São Paulo, Edusp, 1970a.

- _____, *Mito e linguagem social*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970b.
- Outhwaite, W., *Habermas. A critical introduction*. Cambridge, Polity Press, 1994.
- Piaget, J., *Introduction à l'épistémologie génétique*. Paris, PUF, 1950.
- _____, *La causalité physique chez l'enfant*. Paris, Alcan, 1927
- Sahlins, M., *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990
- Santos, B., "Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna". *Estudos Avançados*, nº 46-71, 1988
- _____, *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento, 1995.
- Schultz, A. Luckmann, T., *The structures of the life-world*, Evanston, Northwestern University, 2 v., 1973.
- Searle, J.R., *Speech acts*. Londres, Oxford University Press, 1969.
- Silva, J., "Trabalho e teoria social: Habermas, Gorz e o conceito de sociedade dual". *Idéias*, 2(2), 1995.

QUESTÃO AGRÁRIA E RENDA DA TERRA: UM ENFOQUE TEÓRICO

*Canrobert Costa Neto**

Introdução

Este artigo, de características eminentemente teóricas, refere-se à relação entre o conceito de renda da terra e questão agrária.

Inicialmente, são feitas referências a autores clássicos, como Ricardo, Marx, Kautsky e Lênin, tratando de confrontar suas posições a respeito do referido conceito. A seguir, a pesquisa teórica remete às razões históricas que tornam factível admitir que a preservação de qualquer forma de renda da terra seria uma maneira de bloquear o pleno desenvolvimento do moderno capitalismo industrial.

O enfoque teórico desloca-se então para a questão camponesa, ao verificar as relações existentes entre propriedade parcelária mercantil e renda da terra. Questiona-se até que ponto a renda da terra é preservada no contexto das atividades camponesas, no âmbito mais genérico das relações capitalistas de produção.

Originam-se, a partir daí, discussões teóricas sobre a viabilidade da transferência de valor, via renda da terra, em função do contato estabelecido entre o campesinato mercantil e o setor capitalista.

* Sociólogo, professor e pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Também debatem-se as teses acerca da possibilidade de eliminação da renda fundiária e da funcionalidade, ou não, da pequena propriedade agrária em relação à expansão do capitalismo industrial. Trata-se, por outro lado, da persistência da renda fundiária capitalizada como fator da fixação do preço da terra.

O artigo então estabelece uma aproximação histórica entre renda fundiária e pequena produção parcelária, durante o processo de reforma agrária. Com isso, procura-se avaliar até que ponto o campesinato parcelário é historicamente “recriado”, através da implementação de reformas agrárias distributivas. com a disseminação de pequenas propriedades fundiárias.

Assim sendo, o objetivo, não declarado, das reformas agrárias seria o de permitir ao capital o controle sobre a renda da terra, em geral, impedindo a “realização” da renda sob hegemonia do sistema agrário latifundiário tradicional e interceptando a renda “não realizada”, gerada na atividade agrícola mercantil parcelária, resultante do processo de reforma agrária.

Renda Fundiária: de Ricardo a Marx, as transformações do conceito

Durante o século XIX, a questão conceitual da renda da terra passou por diversas abordagens até vir a ser formulada pela primeira vez, de forma mais abrangente, por Ricardo. Utilizando-se de parâmetros estabelecidos por economistas que o antecederam, notadamente Adam Smith e Malthus, Ricardo (1985, caps. II e XXXII) concebeu sua própria teoria acerca da renda fundiária.

A grande mudança de perspectiva entre Malthus e Ricardo, no que se refere à definição do caráter da renda da terra, situa-se, sem dúvida, na superação imposta por Ricardo a Malthus, em termos da questão dos rendimentos auferidos.

De acordo com Ricardo, Malthus raciocinaria no sentido de que a renda fundiária, absorvida pelo proprietário agrário, seria resultante do maior volume de produção, obtido graças a extensão e

fertilidade da terra, sendo assim uma espécie de acontecimento “natural” de cunho individual. Ricardo iria além.

Para Ricardo, tanto a fertilidade como a extensão da terra tinham seus limites, o que faria com que não houvesse abundância a ser distribuída, mas sim raridade a ser administrada pelos proprietários fundiários. Desta exigüidade de espaço decorreria a exploração de solos menos férteis, exigindo mais trabalho empregado.

A lucratividade, pura e simples, da produção individual dos proprietários não aconteceria exatamente desta forma. O que haveria, pela interpretação de Ricardo, seria a fixação de uma taxa de renda que representasse o conjunto das propriedades fundiárias e, conseqüentemente, toda a classe dos proprietários.

Ricardo baseava-se no que denominou “lei da fertilidade decrescente do solo” para formular seu conceito de renda diferencial. Ao esboçar a teoria da renda diferencial, Ricardo partia da constatação de que os proprietários fundiários de seu tempo conservariam a prosperidade econômica enquanto os rendimentos agrícolas se mantivessem em constante alta.

Para Ricardo, a apropriação das piores terras pelos proprietários faria com que a taxa de renda se ampliasse em função da exigência de mais trabalho aplicado ao solo. Os preços finais dos produtos seriam então determinados pelas condições de produção existentes nas terras de pior fertilidade e não pela média dos custos gerados nas melhores terras.

A renda seria diferencial devido aos distintos encargos de cada proprietário, em suas próprias terras, para viabilizar a produção. A taxa de renda elevar-se-ia, portanto, acima do custo médio de produção agrícola, permitindo ao proprietário da terra de solo mais fértil usufruir de elevada renda fundiária.

Ricardo considerou, a partir da “lei” de divisão da terra por grau de fertilidade do solo, que a “pior terra” não gera renda, pois a taxa geral coincidiria com o preço calculado em função dos dispêndios de produção ali verificados. Partindo desta constatação, Ricardo afirma textualmente: “é a alta do preço que cria a renda e não o inverso”.

Esta definição caracteriza a tendência de Ricardo a ver a renda diferencial territorial como um ganho “desviante” do proprietário privado fundiário, devido ao sistema de fixação do preço agrícola. O proprietário seria então beneficiado, para além do valor-trabalho obtido na relação contratual com o lavrador assalariado nas condições de trabalho existentes na “pior terra”.

Os salários agrícolas seriam determinados tendo em vista o nível de subsistência, medido pelo emprego da força de trabalho nas piores condições, isto é, nas terras menos férteis que empregam o maior número de trabalhadores na lavoura, sendo a alta da taxa de renda assegurada pela procura do setor não agrícola.

Ricardo atribui, inclusive, a expansão das propriedades fundiárias, no sentido da exploração de novas terras “menos férteis”, à demanda proveniente de uma área estranha à agricultura.

Para Ricardo, a elevação constante da renda, por ser função da própria elevação dos preços de mercado dos produtos agrícolas, afeta o setor industrial da economia como um todo, provocando em contrapartida a queda da taxa de lucro da burguesia capitalista industrial.

Este fenômeno seria explicado pelo fato de que as “trocias inter-setoriais” (agricultura-indústria) não se fazem por preços de mercado equivalentes, já que na indústria fabril a taxa média de valor trabalho é significativamente superior em relação à obtenção e usufruto da renda fundiária, levando-se em conta a qualidade diferencial dos terrenos (dos piores para os melhores).

Assim sendo, Ricardo passou a perceber uma contradição insolúvel entre indústria e agricultura, no sentido capitalista dessa relação. Apontou, então, como saída para a burguesia industrial inglesa que o Estado deveria começar a importar produtos agrícolas em larga escala, basicamente dos grandes países exportadores da época.

Isso viria a suprir a procura interna do setor não-agrícola, rebaixando ou, na melhor das hipóteses, eliminando a renda fundiária em benefício da intensificação da taxa de lucro industrial e da plena realização da produção manufatureira britânica.

Como veremos, a visão de Ricardo sobre renda fundiária deitou raízes profundas nos estudos da questão. No entanto, pouco depois de suas conclusões sobre o caráter da renda vieram as primeiras e mais sérias contestações.

Marx (1980, caps. VIII, IX, X, XIII, XV, XVIII e aditamentos) entra na discussão negando com veemência os postulados de Malthus sobre a renda fundiária. Crítica desde o caráter de rendimento individual da renda fundiária diferencial atribuído por ele a Malthus até a concepção de “progressão demográfica” que resultaria no fatalismo da procura encontrar-se inevitavelmente acima da oferta de alimentos em geral.

Devido às reflexões exigidas pela avaliação da obra de Ricardo, no que concerne à teoria da renda fundiária, Marx desenvolve duas definições, aproximadas entre si, que representam o instante mais superador de seu posicionamento teórico frente a Ricardo e à questão da renda diferencial da terra.

A primeira constatação de Marx é que “toda terra paga uma renda”. Por esta afirmação depreende-se que Marx ultrapassa a caracterização de Ricardo, pela qual a renda diferencial por terrenos distintos de diferentes fertilidades é a única cabível, inexistindo a renda absoluta como tal.

Marx prossegue afirmando e procurando provar teoricamente que a “pior terra também paga renda”, indo além, desta forma, das razões que levaram Ricardo a fixar-se no caráter diferencial da renda. Marx avança nesse raciocínio e formula em seguida o pressuposto teórico que desafia, pela base, a construção conceitual ricardiana.

Trata-se da crítica marxiana ao cerne do que chamaria Marx, jocosamente, de “lei da infertilidade” de Ricardo. Resumidamente, Marx inverte a concepção de Ricardo sobre preço e renda, afirmando: “não é o aumento dos preços dos produtos que explica a existência da renda, mas o inverso”.

A noção de renda absoluta em Marx o fez perceber a presença da propriedade privada ou monopólio da terra, em mãos do propri-

etário, como fator perturbador do sistema de preços agrícolas, elevando-os acima do preço médio de produção e promovendo, por si só, o lucro suplementar e a renda absoluta da terra.

Marx limita, porém, a existência da renda absoluta a um período de “imaturidade” das relações agrárias sob o capitalismo, isto é, estabelece um limite histórico-temporal para a manutenção da renda territorial absoluta. Este limite está associado à capacidade da agricultura capitalista, como um todo, de superar ou, pelo menos, igualar a composição orgânica de capital atingida pela indústria.

Neste ponto, Marx coloca-se diante de uma encruzilhada teórica. Ao admitir que a renda absoluta pode desaparecer, devido ao acelerado desenvolvimento do capitalismo no campo, ele é coerente com a formulação anterior, pela qual predominam elementos de ordem capitalista na agricultura.

Aceita, entretanto, implicitamente, que esse estágio evolutivo é embrionário, fazendo crer tratar-se, isto sim, de uma etapa pré-capitalista em vias de desaparecimento. Ou seja, a renda absoluta estaria vinculada, obrigatoriamente, à fase pré-capitalista “avançada”, encontrando-se ambas em processo de extinção.

Marx detém-se então na discussão de fatores restritos às variações da renda fundiária diferencial, deixando de determinar, mais categoricamente, a noção de renda territorial absoluta, no que diz respeito às condições de existência e desaparecimento deste referido tipo de renda.

Em síntese, Marx adotou algumas posições bem definidas em relação à questão da renda fundiária. Reelaborou o conceito de renda diferencial, herdado de Ricardo, ao definir que, ao contrário do que este supunha, o que provoca a existência da referida renda é o limite imposto pela propriedade privada à livre concorrência capitalista e não a concorrência, em si, entre os capitalistas, que levaria à incorporação das piores terras (menos férteis) com o consequente declínio da taxa de lucro nestas terras e a formação de renda nas terras mais férteis.

Também cabe frisar que o postulado pelo qual “toda terra paga uma renda” encaixa-se na concepção de renda diferencial de Marx, na medida em que revela a existência do lucro suplementar obtido pelo proprietário privado da terra, independentemente da terra cultivada ser a de maior ou menor fertilidade.

Em relação à renda absoluta, Marx, incorporando algumas das noções esboçadas por Ricardo sobre o valor-trabalho, utiliza-se do conceito de composições orgânicas de capital, diferenciadas entre agricultura e indústria, extraindo daí a definição de que quanto maior o emprego do capital variável (exploração direta da força de trabalho, com a elevação do tempo socialmente necessário para a realização do produto) em detrimento do recurso às inovações tecnológicas para o aprimoramento e intensificação do capital constante, maior a possibilidade da obtenção de rendimentos crescentes às custas do setor mais capitalizado.

Enquanto prevalecessem relações sociais na agricultura baseadas na propriedade privada do solo, mais reduzidas seriam as possibilidades de equiparação entre as composições orgânicas de capital na indústria e na agricultura. Como consequência desta “anomalia” histórica a renda territorial absoluta continuaria sendo preservada.

O caminho percorrido por Marx, para explicar a origem e a realização da renda fundiária capitalista, levou ao polêmico axioma, mais tarde retomado “*ipsis litteris*” por Kautsky e Lênin, que será objeto de investigação deste trabalho nas partes subseqüentes, pelo qual “a renda diferencial provém da concorrência” (capitalista, de mercado), e “a renda absoluta provém do monopólio” (da propriedade privada da terra) (Kautsky, 1980, p. 98 e Lênin, 1980, p. 88).

A renda da terra como fator de restrição para o desenvolvimento industrial capitalista

O enunciado de Marx acerca da distinção básica entre renda absoluta e renda diferencial remete a extrapolações teóricas que

implicam na tentativa de compreensão dos mecanismos responsáveis pela dinâmica de interação dos setores industrial e agrícola, consideradas as relações capitalistas de produção e distribuição em geral.

O que está em jogo é saber, em primeiro lugar, se efetivamente a renda fundiária, como supunha Ricardo e também vislumbrava Marx, atua como fator de restrição ao pleno desenvolvimento do capitalismo, através da inerente absorção de determinada “fatia” da taxa de lucro industrial.

Em segundo lugar, considerando válida a primeira possibilidade, vamos procurar verificar se a definição dada por Marx de renda absoluta e diferencial e, fundamentalmente, a relação que ele estabelece entre elas, nos conduz realmente ao esclarecimento da questão.

O conceito de renda absoluta, adotado por Kautsky e Lênin, resulta da compreensão de que a propriedade privada da terra levou a um considerável atraso da agricultura ao longo do processo histórico, fazendo com que a composição orgânica de capital no campo ficasse aquém da alcançada em termos do capital industrial.

Assim sendo, residiria nas diferentes capacidades de acumulação/incorporação de valor entre indústria e agricultura a drenagem do lucro industrial para a renda fundiária. A expressão jurídico-política desta condição histórica específica, situa-se no nível do estabelecimento da propriedade fundiária, que absorve para si a renda absoluta e inibe o lucro geral capitalista.

Através do recurso a fatores extra-econômicos, como a estatização capitalista do solo, o capitalismo agrário poderia desenvolver-se paralelamente ao abrupto corte da renda fundiária absoluta, o que culminaria numa situação histórica de desenvolvimento propícia ao equilíbrio entre composições orgânicas de capital verificadas, a um só tempo, na agricultura e na indústria.

Desta forma, a renda absoluta seria eliminada restando a renda diferencial como obstáculo para a realização integral da taxa de lucro industrial. A renda diferencial, por ser a renda tipicamente capitalista inerente a toda a agricultura capitalista, oriunda da con-

corrência, permitiria a transferência da mais-valia gerada no setor não agrícola, constituindo-se assim no excedente sobre o valor gerado na agricultura (Lênin, 1980).

A questão da transferência de renda e valor, intersetorialmente, e da eliminação da renda absoluta levou a divergências teóricas através das quais a discussão fluiu de modo a contribuir para a compreensão do processo em termos práticos. O estágio atual da polêmica sobre transferência e eliminação de renda encontra-se marcado por duas concepções opostas.

A visão “tradicional”, apoiada nas formulações clássicas desde Ricardo até Kautsky e Lênin é aquela que justifica a existência da transferência intersetorial de renda a partir da função que seria exercida pela renda diferencial capaz de conduzir a um refluxo na acumulação capitalista industrial, em favor da agricultura (Vergopoulos, 1977).

Essa interpretação privilegia o papel desempenhado pela renda diferencial, pois caberia à referida forma de renda promover a transferência líquida de valor da indústria para a agricultura. A renda absoluta, enquanto persistisse historicamente a propriedade privada “pré-capitalista” desempenharia a função de entrave à expansão da taxa de lucro industrial.

Além disso, na medida em que a composição orgânica de capital na agricultura se equiparasse à obtida na indústria, o bloqueio representado pela renda absoluta ao desenvolvimento capitalista industrial seria amplamente reduzido.

Assim sendo, a renda diferencial tipicamente capitalista proporcionaria, devido a seu próprio caráter intrínseco, transferências de mais-valia da indústria para a agricultura, enquanto a renda absoluta decorrente da manutenção do monopólio “pré-capitalista” da terra, seria passível de eliminação em condições históricas determinadas, como em situações de estatização da propriedade agrária.

Nesse sentido, agricultura e indústria seriam consideradas atividades em mútua contradição histórica e constante enfrentamento, em termos da modernização das relações capitalistas de produção.

Considerando a possibilidade histórico-teórica da renda diferencial da terra implicar em algum tipo de transferência de valor gerado no setor não agrícola para a agricultura, a abordagem enfocada rejeita qualquer determinação das relações internas da agricultura, estabelecidas a partir da relação entre arrendatários e proprietários, na definição do sobre-lucro do setor agrícola.

O sobre-lucro, ou seja, a própria possibilidade da renda fundiária, teria origem no mercado, sendo decorrente das relações da agricultura com o conjunto do sistema capitalista.

O atraso relativo da agricultura frente à indústria e a escassez da terra e do produto agrícola explicariam a existência da renda. O sobre-lucro agrícola se originaria de uma oferta excedente de produtos industriais em relação aos produtos agrícolas, sempre em função dos preços de mercado e do caráter desigual da circulação dos produtos.

A vinculação entre capital e renda seria realizada pela ação do mercado que ratificaria, em termos distributivos, a desigualdade inerente à composição orgânica de capital encontrada na agricultura e na indústria.

Dessa forma, a renda territorial seria obtida em função da transferência de valor do setor não agrícola (industrial capitalista) para a agricultura, tanto pelo movimento da renda absoluta (caso do “entrave”), como pelo da renda diferencial, expressada pela transferência líquida de capital.

A abordagem “dicotômica” da renda surge com grande peso nestas avaliações. Nelas, a renda diferencial é um fenômeno normal, inerente à concorrência na agricultura e a renda absoluta constitui-se em uma anomalia de longa duração decorrente da concorrência entre agricultura e a indústria.

A concorrência e a circulação seriam fatores explicativos das diferenças entre os tipos de renda. Tomando-se a renda como categoria pré-capitalista, a única possibilidade de mensuração da taxa de renda se encontraria na competição, em nível de mercado, entre burguesia e proprietários fundiários.

A idéia da diferenciação entre as rendas e a adoção da perspectiva do caráter pré-capitalista da renda absoluta, aliadas ao papel da concorrência entre as classes quanto à determinação do montante da renda, permite supor que a exploração capitalista da terra poderia vir dissociada, historicamente, da existência da propriedade privada da terra. Esta tese corrobora, portanto, em termos gerais, o postulado de Kautsky e Lênin sobre rendas, concorrência e propriedade.

Outra linha interpretativa desenvolve um raciocínio diametralmente oposto sobre transferências e eliminação de renda. Levando em conta o argumento teórico de que é a renda territorial absoluta a responsável pela condição geral de existência da renda, esta concepção faz a abstração da qualidade geral das terras, dos diferenciais de fertilidade e define a ocorrência da renda fundiária a partir das condições médias de inversão de capital na terra. (Silva, 1981).

Assim, a mais-valia extraordinária, base da renda da terra, seria resultante da incorporação da própria terra ao sistema capitalista de produção e o monopólio da terra, considerado em termos capitalistas, encontraria sua fundamentação na esfera produtiva e não simplesmente no processo de circulação do capital.

Em síntese, a renda fundiária seria resultante da diferença entre a mais-valia extraída nas relações agrárias e o lucro médio global capitalista e não de uma transferência de mais-valia do setor capitalista industrial urbano para o setor de produção agrícola.

As teses que estabelecem o desmembramento entre renda absoluta e renda diferencial também são criticadas, nessa interpretação. Como foi visto, as mencionadas teses “dicotômicas” procuram demonstrar que a renda diferencial é uma decorrência da apropriação produtiva da renda pelo capital e a renda absoluta seria uma consequência exclusiva e direta da existência da propriedade privada da terra.

O problema básico do postulado teórico que estabelece dissociações entre as rendas consistiria em sua incapacidade de permitir a distinção entre propriedade real e propriedade formal ou entre a

propriedade real e suas expressões jurídicas. A propriedade privada da terra não faria parte de uma situação “pré-capitalista”, mas seria uma forma de manifestação histórica da acumulação primitiva de capital.

Nesse sentido, a renda fundiária absoluta não poderia existir sem que estivesse ligada à apropriação produtiva da terra pelo capital. Em função disso, a propriedade da terra em geral deveria ser sempre encarada como uma relação social capitalista. O descolamento conceitual entre propriedade privada da terra e exploração fundiária capitalista é que conduziria à separação artificial entre renda absoluta e renda diferencial.

A renda da terra teria, então, caráter necessariamente capitalista e sua existência somente estaria ameaçada por fatores que alterassem o caráter privado da produção e interferissem na própria vigência da lei do valor.

Dessa forma, a possibilidade de eliminação da renda da terra, em seu sentido geral, que engloba o caráter absoluto e o diferencial, estaria relacionada à destruição das relações sociais capitalistas de produção, pela eliminação da propriedade privada enquanto condição básica para o monopólio capitalista da terra.

A renda da terra no contexto da pequena propriedade camponesa

O século XX registrou a persistência histórica da pequena produção parcelária familiar¹ em regiões de grande importância para o

¹ Neste artigo, partimos de uma diferenciação terminológica entre camponato e agricultura familiar mercantil, para designar as formas assumidas historicamente pela pequena produção familiar mercantil, tomando por base argumentações apresentadas por autores como Lamarche (1993), Abramovay (1991) e Moreira (1995a). De acordo com Lamarche, toda agricultura camponesa é familiar, fundada no modelo “camponês”, que dentre outras características preserva a “inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo”; produção visando valores de uso e não valores de troca; “autonomia relativa em relação à sociedade

conjunto da economia mundial. Ainda no século XIX, a guerra civil norte-americana garantiu a consagração da propriedade parcelária nos Estados Unidos como forma dominante do regime produtivo agrário norte-americano.

Na Europa Oriental, nos Balcãs, na América Latina (reforma agrária no México) e na Europa Ocidental (leis inglesas de 1908), as primeiras décadas deste século pareciam indicar um rumo totalmente diverso daquele previsto por Marx, de acordo com a lei do valor, para o desenvolvimento da agricultura capitalista (Vergopoulos, 1986, p. 107).

No auge da exaltação do caráter “progressista” da propriedade camponesa parcelária, surgiram adeptos do modelo camponês de sociedade agrária. Na Rússia, os populistas reagiram contra a social democracia e seu programa agrário que não contemplava a aspiração camponesa de uma reforma fundiária que consolidasse o campesinato como classe hegemônica no meio agrário.

Também na Rússia, Chayanov, baseando-se em uma “hipotética racionalidade camponesa universal” (Samper, 1989, p. 136) procurava engendrar a concepção da existência de um modo de produção camponês, distinto do desenvolvimento capitalista em geral.

A grande questão, exaustivamente debatida a partir de então, relacionou-se com a interpretação das razões da permanência da pequena produção parcelária mercantil no panorama agrário e agrícola das sociedades contemporâneas. A chamada perdurabilidade da forma camponesa desafiava as mais consolidadas teorias

como um todo”. A agricultura familiar não camponesa possui características próprias, tais como as encontradas em modelos de funcionamento do tipo “colonial”, no qual prevalece a produção mercantil. Cabe, porém, ressaltar que, embora na proposta metodológica, esboçada nesse artigo, tratemos de abordar situações relacionadas com a agricultura familiar não camponesa, fazemos referência a “economias camponesas”, preservando o sentido que lhes atribuem seus autores. Assim sendo, o termo “economia camponesa” sempre que empregado neste trabalho refere-se a formas de agricultura familiar “camponesa” mercantil.

que a consideravam historicamente ultrapassada e, mais do que isso, totalmente inadaptada ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Especialmente entre os marxistas, dos mais diversos matizes, o debate tornou-se acirradamente fértil, o que conduziu a diferentes posicionamentos e teses. O ponto de partida das discussões é a constatação, unânime entre os principais estudiosos, da resistência da pequena produção parcelária dirigida ao mercado e as razões para que isso sucedesse desta forma.

O desfile de proposições sobre o tema inicia-se basicamente nos anos cinquenta, deste século e estende-se à presente década. O modelo paradigmático da discussão recaiu sobre a noção de “economia camponesa”. O referido termo origina-se em Chayanov², mas adquire outras conotações desde então.

As teorias sobre a existência de uma “economia camponesa” apóiam-se no entendimento de que o campesinato exerce uma atividade econômica que não visa a obtenção do lucro, mas a garantia de sua própria subsistência.

Em uma economia camponesa as possibilidades de acumulação seriam limitadas ou ausentes. Outra característica das “economias camponesas” seria a de constituírem-se em pequenas propriedades agropecuárias quase auto-suficientes, nas quais as relações mercantis externas apareceriam apenas como complementares.

Dessa forma, a economia camponesa estabeleceria uma relação de subordinação frente ao mercado, pois na dinâmica do sistema capitalista não lhe seria permitido um desenvolvimento adequado. Demonstrações inequívocas desta dependência seriam exatamente

² Para Chayanov, o sistema econômico da unidade de trabalho familiar pode ser definido pelas seguintes categorias: 1. rendimentos provenientes do trabalho familiar; 2. preço das mercadorias; 3. reprodução dos meios de produção; 4. preços do capital na circulação do crédito; 5. preços da terra (Chayanov, 1987, p. 118). Para ilustrar o “debate clássico” entre Lênin e Chayanov sobre exploração familiar e trabalho assalariado ver Wilkinson, op. cit., capítulo 2.

o crédito obtido a taxas usurárias e o alto preço dos insumos adquiridos.

A perdurabilidade do sistema de produção parcelária, isto é, das economias camponesas, seria explicada pela funcionalidade destas em relação ao sistema capitalista como um todo. Estaria vinculada ao papel que jogam as economias camponesas no processo de acumulação capitalista e as formas de articulação daí resultantes.

As “economias camponesas”, desta maneira, não representariam um modo de produção, pois não constituem um sistema global de acumulação formado por instituições estatais e estruturas de reprodução ideológica. A economia camponesa, entretanto, tampouco se confundiria com uma economia natural, justamente por estar inserida de muitas formas ao mercado capitalista.

A utilização do conceito de “economia camponesa” serve, portanto, para investigar a persistência das formas agrárias baseadas na pequena propriedade de caráter eminentemente mercantil, no mundo contemporâneo.

Em uma “economia camponesa” fatores ideológicos, como a fixação de parte da população rural à terra visando conter a migração às cidades e o desemprego, desempenhariam funções que garantiriam a sobrevivência histórica da “economia minifundista camponesa”, gerando estímulo à constituição de organizações cooperativas de pequenos produtores rurais.

Nas sociedades capitalistas, a pequena produção mercantil compreendida como parte integrante da “economia camponesa” poderia estabelecer-se a partir de necessidades localizadas de reprodução e ampliação do próprio capital.

As razões da permanência da pequena produção são procuradas também em outras teorias, avessas às premissas encontradas nas concepções que norteiam os balizamentos relativos às chamadas “economias camponesas”.

A teoria da articulação entre a lógica da produção camponesa e a lógica do capital parte de um pressuposto histórico contrário às

formulações de ordem estruturalista e de tendência a-histórica, contidas na designação genérica de “economia camponesa”.

Nessa outra concepção, a sobrevivência histórica do campesinato e sua conseqüente não dissolução na economia capitalista, que o subordina, está intimamente ligada à constante ausência de capital dinheiro, considerada como única condição suficiente para o abandono das tarefas produtivas, por parte do pequeno agricultor (Silva, 1981, p. 146).

Marx demonstrou que na produção camponesa o preço do produto é igual ao custo de produção, sendo o preço final de mercado fixado a um valor inferior ao da produção. Assim, o tempo de trabalho gasto pelo camponês frente ao tempo de trabalho transformado em preço, resulta em trabalho fornecido gratuitamente aos demais setores da sociedade, o que explicaria, por si só, a importância da atividade camponesa para a reprodução do sistema capitalista, em seu todo.

A chamada “perversão camponesa” não apenas não teria sido liquidada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas ao contrário, estaria sendo propagada e consolidada por este (Vergopoulos, op. cit. p. 136).

Quanto aos mecanismos pelos quais o campesinato se preserva ao longo do tempo, destaca-se o fato de que o camponês é o responsável pela manutenção da terra como meio de produção que produz mercadoria. Isto ocorrendo, acontece também uma relação possível e necessária com o empreendimento capitalista³.

A noção de que o campesinato é preservado como ator social, sob o capitalismo, prende-se à razão pela qual a expansão capitalista provocaria a redefinição de antigas relações, subordinando-as

³ Sérgio Silva, por exemplo, assinala que “a condição para que o camponês não se transforme em um capitalista como outro qualquer consiste (ou consistia até o advento dos grandes monopólios) em que o capital dinheiro à sua disposição não atinja o montante suficiente para liberá-lo das tarefas produtivas” (Silva, 1981, p. 146).

à reprodução do capital, mas também engendrando relações não capitalistas igualmente necessárias à expansão do capital. A “recriação” da pequena propriedade viria a comprovar que o capitalismo regenera estas formas, em proveito da manutenção da captação do sobre-trabalho no campo⁴.

Outro enfoque teórico relacionado com a busca de explicações sócio-históricas para a continuada preservação da produção camponesa parcelária é aquele que se refere à relação entre agro-indústria e agricultura familiar.

Trata-se da formação do denominado “complexo agro-industrial”, onde reproduz-se a relação capital-trabalho e o papel do crédito oficial é decisivo, pois desestimula a elevação do nível da produção nos minifúndios e estimula esta elevação na agro-indústria, permitindo que se perpetue não só a relação como um todo mas, fundamentalmente, a parcela familiar camponesa submetida econômica e socialmente (Wilkinson, 1986, p. 199-211).

A questão relacionada aos mecanismos do capital que permitem a contínua reabertura do espaço para a produção simples de mercadoria, conduz à crítica das teses que se apóiam na funcionalida-

⁴ Verificamos, na tese de doutorado, que o “campesinato parcelário” pode ser historicamente “recriado”, através da implementação de reformas agrárias distributivas, com a disseminação de pequenas propriedades fundiárias. Nesses casos, a reforma agrária permite ao capital o controle sobre a renda terra em geral, impedindo a realização da renda sob a hegemonia do sistema agrário latifundiário tradicional e interceptando a renda “não realizada”, gerada na atividade agrícola mercantil parcelária, resultante do processo de reforma agrária. No caso específico de nossa pesquisa de tese, procuramos confirmar a hipótese pela qual a reforma agrária institucional boliviana, de 1953, ao privilegiar a distribuição parcelária das terras reformadas conduziu a uma política de apropriação sistemática do trabalho gratuito que o pequeno produtor fornece à sociedade. Este sobre-trabalho transformou-se em fonte de acumulação de setores capitalistas urbanos e agro-industriais (Costa Neto, 1995).

de da pequena produção parcelária mercantil, em relação ao modo de produção capitalista (Lovisolo, 1989).

Ao invés de “funcionalidades” haveria uma “não funcionalidade” ou “a-funcionalidade”, que conduziria, grosso modo, do ponto de vista pelo qual a existência das unidades mercantis simples⁵ não estaria necessariamente integrada aos padrões de acumulação capitalista.

A referida interpretação baseia-se na consideração de que as teses que propõem a existência da funcionalidade/complementariedade entre capital e pequena agricultura estariam presas a uma visão “dualista” da referida relação.

Os três tipos básicos de funcionalidade apontados como “dualistas” e, portanto, prejudicados em seu caráter explicativo seriam os seguintes: a) a unidade mercantil simples preenche a necessidade de reprodução de mão de obra do modo de produção capitalista; b) a u.m.s. permite a reprodução da força de trabalho do setor industrial a custo menor que o da reprodução capitalista; c) a u.m.s. transfere valor para a acumulação capitalista ou elimina a desacumulação provocada pelo pagamento da renda da terra (Lovisolo, 1989, p. 220).

Sem entrar propriamente no mérito da contestação das “funcionalidades” que procuram demonstrar as razões da perdurabilidade da pequena produção, parece oportuno fixar exatamente os postulados que tratam destas situações, não cogitando do suposto “dualismo” contido nas referidas premissas, pois se assim fosse feito

⁵ De acordo com Lovisolo, a “unidade mercantil simples” aproxima-se da forma assumida pela agricultura familiar mercantil. Entretanto, como vimos anteriormente, a noção de “economias camponesas” inclui as formas da agricultura familiar “camponesa” mercantil, dentre as quais se insere a U.M.S. Deve-se esclarecer, porém, que a U.M.S. não é compreendida como “funcional” em relação ao capitalismo industrial urbano, agroindustrial ou financeiro, não podendo dessa forma ser enquadrada entre as postulações sobre o conceito de “economia camponesa” abordado neste trabalho.

estaria sendo deslocado o cerne do problema tratado. As teses contidas nos postulados “b” e “c”, acima assinalados, devem merecer o enfoque analítico central.

Considerando a virtual unanimidade de obras e autores, de diferentes posições conceituais, sobre a efetiva permanência da forma camponesa em vários momentos do avanço do capitalismo no campo, deve-se indagar sobre a existência de funcionalidades que justifiquem a perdurabilidade da pequena agricultura mercantil ao longo do tempo.

Para determinar com precisão se há algum tipo de funcionalidade entre a propriedade parcelária mercantil e o menor custo de reprodução da força de trabalho industrial é necessário responder a duas questões.

A primeira questão a ser enfrentada é aquela relacionada ao verdadeiro papel da pequena propriedade face à tarefa agrícola da produção de alimentos para o mercado interno, mais especificamente da “cesta” do trabalhador industrial. Se se considerar que cabe realmente ao pequeno produtor parcelário a produção alimentícia básica, então deve-se tentar identificar as razões que poderiam levar ao necessário barateamento dos produtos na sua origem.

A segunda questão liga-se à primeira na medida em que esta mostre-se afirmativa, pois caberia então perguntar se forçosamente o preço final, de mercado, do alimento, chega “barateado” ao trabalhador industrial, ou se a ação dos intermediários e usurários encarece o produto final anulando a pretensa vantagem inicialmente obtida.

A abordagem teórica que privilegia o conceito de “economia camponesa” procura relacionar a pequena produção ao processo de acumulação global capitalista, apontando para a expropriação do camponês quando de sua vinculação ao mercado.

Assim sendo, o pequeno produtor camponês não somente afetaria a acumulação em outros setores da sociedade, notadamente no ramo industrial, através do provimento de alimentos barateados à população, como também traspassaria valor para a sociedade por

interferir indiretamente na fixação do valor da força de trabalho urbano industrial.

A transferência de valor, via mercado, teria procedência no intercâmbio desigual de produtos, isto é, na constante deterioração dos preços agrícolas frente aos preços industriais e no respectivo atraso relativo da agricultura camponesa diante do setor industrial.

No mercado, os produtos camponeses não gozam da reciprocidade do valor trabalho neles incorporados, já que o preço de mercado corresponderia à valorização média do produto, levada em conta a taxa média de lucro das relações capitalistas em geral.

Justamente, a existência de uma grande massa de produtores não capitalistas (os camponeses) estaria permitindo o estabelecimento de baixos preços agrícolas, o que fatalmente afetaria o valor da força de trabalho industrial, pois a incidência dos alimentos no custo geral familiar é muito alto, especialmente em países de terceiro mundo.

Conseqüentemente, de acordo com o raciocínio exposto, o menor valor da força de trabalho industrial expressa-se em lucros superiores para os capitalistas destes setores da economia e, portanto, num ritmo mais acelerado de acumulação.

Então, mediante estas vias - mercado e intercâmbio desigual de mercadorias - os setores mais desenvolvidos e concentrados da economia se apropriariam dos excedentes produzidos pelos setores mais atrasados do sistema.

Os críticos da tese da funcionalidade batem em uma tecla pela qual toda a construção erguida em torno das vantagens obtidas pelo setor industrial capitalista em subordinar a pequena produção mercantil estaria sendo posta em xeque. Trata-se da argumentação que questiona até que ponto os baixos preços agrícolas realmente chegam à sociedade (Sandroni, 1980).

O contra argumento a este tipo de objeção formulada, sustenta que os preços dos produtos agrícolas chegam realmente depreciados ao consumidor urbano. Neste caso, parte-se do pressuposto de que os preços estão sujeitos a tabelamentos, a interferências políti-

cas que permitem fixá-los de cima para baixo, de conformidade com os interesses do capital urbano e industrial. (Martins, 1986, p. 130-132).

Assim sendo, os preços agrícolas não seriam fixados tendo em vista a lógica da reprodução ampliada do capital na própria agricultura, mas conforme as necessidades de reprodução do capital na indústria.

O excedente de produção de “tipo tradicional” responderia por uma forma inusitada de acumulação de capital no meio urbano, garantindo baixos salários por uma espécie de subvenção indireta do consumo do proletariado e da classe média, fornecendo matéria prima a preços baixos para a indústria.

A teoria da “nova funcionalidade”, assim auto-denominada em função, dentre outros pontos, da inclusão da agro-indústria entre os beneficiários do rebaixamento permanente no custo de reprodução da força de trabalho industrial, admite que o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda⁶. Os beneficiários dessa transferência seriam não só os setores que lidam diretamente com a compra de produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicado diretamente à alimentação.

⁶ Este artigo parte do argumento teórico de que é a renda territorial absoluta a responsável pela condição geral de existência da renda da terra. Essa concepção faz a abstração da qualidade geral das terras, dos diferenciais de fertilidade e define a ocorrência de renda fundiária a partir das condições médias de inversão do capital na terra. Assim, a mais-valia extraordinária, base da renda da terra, é resultante da incorporação da própria terra ao sistema capitalista de produção e o monopólio da terra, considerado em termos capitalistas, encontra sua fundamentação na esfera produtiva e não simplesmente no processo de circulação do capital. A renda fundiária é, portanto, interpretada como resultante da diferença entre a mais-valia extraída nas relações agrárias e o lucro médio global capitalista e não de uma transferência de mais-valia do setor capitalista industrial urbano para o setor de produção agrícola.

Outro ponto relevante da discussão relacionada com a “funcionalidade” da redução do custo da força de trabalho do ramo industrial, em função da persistência de unidades mercantis simples, é o do que denominamos de “indeterminação” da vantagem alcançada pelos segmentos urbanos frente aos setores agrícolas “atrasados”.

Marx afirma que existindo sobre-produto do trabalho familiar, este é transferido para a “sociedade”. Em Marx, durante o processo de transferência de valor da agricultura camponesa para o setor capitalista, uma “economia camponesa” baseada em unidades mercantis simples, ao produzir para o mercado em condições não capitalistas, deixa de receber a renda da terra, o lucro, e parte de seu salário.

Na medida em que isso acontece, o remanescente que lhe cabe deve ser qualificado como o “salário” e o restante (o lucro e a renda) vai para o conjunto da economia. O questionamento resultante é o seguinte: a que parte da sociedade o campesinato dedica seu sobre-trabalho?

Partindo da efetiva existência de “economias camponesas”, a exploração do trabalho camponês beneficiaria exclusivamente aos setores economicamente dominantes dos ramos industrial, comercial e financeiro, pois a redução dos preços dos alimentos básicos implicaria, mais cedo ou mais tarde, na depreciação do valor da força de trabalho operária, com a conseqüente perda salarial.

Em termos da análise centrada na articulação entre a produção camponesa e o capital, compreendidas a partir da dinâmica histórica, pode-se perceber que a renda a ser potencialmente retida pelo camponês flui, na realidade, para os lucros bancários, via dependência do sistema de crédito, e para o incremento da taxa de lucro das grandes empresas, através da redução do custo dos alimentos, o que barateia a reprodução da força de trabalho industrial (Martins, 1986).

Outra questão pertinente é a que trata de verificar se são apenas as indústrias urbanas que se beneficiam do rebaixamento durável dos preços agrícolas. As interpretações mais recentes apontam

para o setor agro-industrial modernizado, organizado em torno da grande agricultura patronal, como o maior contemplado neste tipo de situação (Abramovay, op. cit.).

O debate se aprofunda em torno da questão vital para a compreensão dos intrincados meandros que ligam a permanência da pequena produção parcelária mercantil à noção chave de renda da terra.

Uma das teses sobre a funcionalidade entre pequena agricultura e capital, é aquela que se baseia na interpretação pela qual a função da unidade mercantil simples é basicamente a de transferir valor para a acumulação capitalista ou sustar a desacumulação possibilitada pelo pagamento da renda da terra.

Inicialmente, deve-se desmembrar um pouco mais esta questão. A polêmica a respeito da possível funcionalidade coloca-se, principalmente, na capacidade ou não da existência de qualquer forma de transferência de valor do campo para a cidade ou para outro setor, mais moderno e poderoso, do próprio campo, considerada a participação da pequena produção parcelária mercantil no processo.

Em seguida, observa-se se é, de fato, a eliminação, pura e simples, da renda da terra, a responsável por uma “reacumulação” capitalista dentro e fora da agricultura. A senha para abrir a discussão, a partir dos pontos referidos, é proceder à verificação teórica acerca da constatação da ocorrência de transferência de mais-valia intersetorial, do agrícola para o urbano industrial, ou se o campo não fornece trabalho gratuito à sociedade. (Silva, op. cit.).

É possível corroborar a interpretação pela qual a existência de qualquer forma de transferência de valor entre segmentos produtivos da economia depende fundamentalmente do “pleno funcionamento da lei do valor”, o que não acontece nas situações em que se encontra envolvida a produção camponesa parcelária mercantil.

Nas condições de prevalência histórica da produção camponesa, ocorre, de acordo com Marx (1981, p. 923-924), uma “pertur-

bação” da lei do valor”, em função de que o trabalho excedente dos camponeses é cedido gratuitamente à sociedade “e não contribui para regular os preços da produção, nem para formar o valor em geral”.

Partindo-se da noção da ocorrência de uma articulação historicamente determinada entre pequena produção e capitalismo e na medida em que a renda fundiária preserva sua existência sob condições de produção capitalista, sendo necessariamente dependente, para manifestar-se, da vigência histórica da lei do valor, as transferências de valor e também de renda, não podem acontecer quando do contato entre setores agrários não capitalistas.

Assim sendo, a tendência a levar-se em conta a “superioridade” da pequena produção na agricultura deve ser relativizada, devido ao fato de que a manutenção ou recriação da produção “camponesa” é sempre uma solução contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, tanto teoricamente, pois implica em uma situação de “perturbação” da lei do valor, como também em termos concretos, ao criar limitações para o desenvolvimento do capital na agricultura (Silva, 1981, p. 145).

A discussão teórica em torno da funcionalidade da pequena produção em relação ao capital, pela via da transferência de valor, revela outros ângulos de interpretação analítica.

Algumas vertentes marxistas, identificadas com as concepções que remetem à existência estrutural da “economia camponesa”, valem-se das teorias do “intercâmbio desigual” e da “troca de não equivalentes” para dizer que acontece transferência de valor quando o camponês vende sua mercadoria a um preço inferior ao de seu valor, realizando uma operação de troca de não equivalentes.

A justificativa para a argumentação apresentada revela a inconsistência do aporte teórico utilizado, redundando numa afirmação que beira o contraditório. Pela mencionada interpretação, o intercâmbio desigual gera aparentemente uma quantidade de valor, mas fica ressaltado que o valor, na verdade, não procede do intercâmbio em si, e sim do lucro que o camponês, enquanto proprietário da

unidade produtiva, absorveria se não tivesse que, ao mesmo tempo, empregar a própria força de trabalho para a realização do produto (Bartra, 1987, p. 300).

Outro argumento apresentado para sustentar essa forma de transferência de valor e renda é o que abstrai o admitido efeito perturbador da lei do valor, imposto pela presença da pequena produção camponesa nas relações capitalistas de mercado.

Nesse caso, os intercâmbios das mercadorias, entre elas, e dos produtos do trabalho, entre eles, resultariam em intercâmbios de equivalentes ajustados e regidos pela lei do valor, não levando em conta, propositalmente, os efeitos “perturbadores” (Coello, 1987, p. 219).

Em síntese, essas interpretações sustentam que o valor resulta, de alguma maneira, do intercâmbio, isto é, da circulação de mercadorias podendo ser transferido, assim como a renda, de um setor para outro, ou de um modo de produção para outro. Entretanto, as próprias imprecisões de ordem teórica fragilizam este tipo de argumentação.

Partindo das concepções de Marx sobre renda da terra, podemos admitir que a perdurabilidade da produção camponesa está associada a fatores de sustentação do desenvolvimento capitalista, havendo sólidas razões para determinar a complementariedade entre ambos.

As transferências de valor ou renda da terra são inviáveis se se parte da premissa de que a produção camponesa, devido à peculiaridade de sua organização mercantil e de auto-consumo, não é regida pela lei do valor.

Quanto à renda fundiária, esta não é suscetível de transferência desde de que se conceba tal transferência como necessariamente vinculada às formas capitalistas de produção, dependendo, para existir, da plena vigência da lei do valor, o que não acontece na produção camponesa.

Desconsiderando a tese da funcionalidade pela via da transferência de valor e/ou renda, devido aos rumos do debate exposto,

faz-se necessário apontar saídas para a questão da eliminação, ou não, da renda da terra em situações relacionadas com a pequena produção mercantil.

O problema deve ser colocado nos seguintes termos: se a renda fundiária não é transferida setorialmente ou intersetorialmente no processo produtivo, originado nas pequenas áreas de cultivo mercantis, então a renda seria simplesmente eliminada, dando lugar a algum tipo de lucro automático ao segmento sócio-econômico diretamente envolvido nestas transações com o pequeno produtor camponês?

Sendo a resposta negativa, deve-se questionar também esta segunda possibilidade de funcionalidade, baseada na tese de eliminação da renda fundiária. Se a renda da terra é determinada pelo movimento do capital plenamente constituído, ela não pode ser eliminada pelo próprio capital ou para benefício direto deste. Se se afirma que a renda da terra não pode ser transferida ou eliminada, nas relações entre o capital a pequena agricultura, então é preciso encontrar alternativas para estas possibilidades.

Cabe eleger como premissa teórica a definição pela qual a renda da terra constitui-se em parcela necessária da mais-valia gerada na agricultura e que sua eliminação conduziria à supressão da lei do valor, isto é, das relações capitalistas de produção. Deve-se admitir, porém, que determinadas situações podem inviabilizar a “realização” da renda fundiária.

Está colocada uma terceira variante para a identificação dos caminhos percorridos pela renda numa situação típica da ocorrência do fenômeno descrito como “perturbação da lei do valor”. Trata-se da possibilidade da “não realização” da renda, sob certas condições peculiares⁷.

⁷ De acordo com Sérgio Silva, “a não realização da renda só pode ser pensada como o resultado de fatores que perturbam o funcionamento da lei do valor como lei geral do movimento do capital e, em consequência, abalam a própria determinação dos preços pelo valor”. E ainda, “nesses casos, a não realização da renda representa a não realização de uma parce-

A “não realização” da renda fundiária resulta necessariamente da “perturbação” da lei do valor enquanto lei geral do movimento do capital, o que impede, forçosamente, a determinação dos preços pela lei do valor.

A renda “não realizada”, gerada a partir do trabalho camponês, pode vir a ser apropriada, sob determinadas circunstâncias históricas, por setores não agrícolas e, em algumas ocasiões, pela agro-indústria. Sabe-se que o camponês fornece trabalho gratuito à sociedade e que este trabalho redundava, de diferentes formas, em meio de acumulação de capital na indústria urbana e na agro-indústria. Teoricamente, através da renda “não realizada”, gerada pelo camponês, e da conseqüente não transformação efetiva da referida renda em parcela de valor, de sua não apropriação de fato pelo pequeno produtor parcelário, permite-se à grande indústria acelerar o processo de acumulação de capital e captar riqueza na forma de valor.

Resta, então, determinar e posteriormente demonstrar, no estudo de caso concreto, as formas pelas quais a “não realização” da renda consoma a exploração do pequeno proprietário, ao mesmo tempo em que garante o incremento da acumulação capitalista urbana e agrária.

Para determinar as formas de “não realização” da renda da terra, em condições específicas de “perturbação da lei do valor”, é forçoso reconhecer que todo o processo daí decorrente é balizado por relações absolutamente enquadradas no nível da circulação do capital, exceto quando de sua efetiva “realização”, via apropriação, pelo capital industrial, do valor da força de trabalho assalariada urbana, resultante do mesmo processo anteriormente iniciado no circuito da produção agrícola. A renda da terra “não realizada”

la qualquer do valor ou como a apropriação gratuita por parte do setor não agrícola de um tempo de trabalho despendido na agricultura” (Silva, op. cit., p. 154-155).

adquire formas determinadas, a partir de duas etapas, não cronológicas, não excludentes e não necessariamente concomitantes.

Essas determinações mantêm autonomia entre elas, podendo não ser encontradas conjuntamente em um mesmo quadro histórico social. Trata-se, por um lado, do que chamamos de teses da renda presente e da renda diferida ou virtual.

É necessário, antes de analisar a tese das rendas, propriamente dita, resumir o balizamento que as define, certamente bem distinto do empregado nesta tese, para justificar a adoção do modelo em reforço de nossa hipótese.

É importante salientar que o objeto da referida análise é o pequeno produtor, nos países de capitalismo avançado. Mas a estruturação do raciocínio que conduz à constatação do fato social captado e descrito e à construção do respectivo modelo parecem ser de utilidade universal.

A idéia básica da “tese das rendas” é de que o agricultor produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores, estando aí embutido um mecanismo de transferência setorial.

O agricultor conservaria suas atividades, apesar de todas as dificuldades com que viesse a se deparar. Isto ocorreria porque, além de não existirem grandes oportunidades de trabalho fora do meio rural, ele seria beneficiado pela valorização de seu patrimônio fundiário

As perdas causadas pelas baixas cotações agrícolas seriam, de alguma maneira compensadas pela virtual elevação do preço da terra que possui o agricultor. Ao renunciar à renda presente, o pequeno produtor mercantil contaria com o usufruto da renda futura (capitalizada), a ser gerada ao longo do tempo (Abramovay, 1992, p. 219).

É possível problematizar a questão introduzindo dois elementos para análise. Primeiro, se a renda virtual fica efetivamente, em qualquer situação histórica dada, de posse do produtor camponês, ou não. Neste caso é necessário não esquecer que a expansão da agro-indústria exportadora, nos países de capitalismo não desen-

volvido, acontece paralelamente à conservação das formas remanescentes da pequena produção camponesa e, provavelmente, às custas dela.

Em segundo lugar, é muito discutível que o conjunto do camponato parcelário, ou mesmo qualquer fração dele, tenha consciência da atitude, a ser deliberadamente tomada, de “trocar” a renda presente, confiscada na relação com o mercado, por uma virtual renda diferida. De qualquer maneira, o que importa salientar, para sustentar a utilização da fórmula teórica de renda presente/diferida, é que ela remete à concepção de renda capitalizada da terra.

Deve-se, portanto, investigar a hipótese da renda “não realizada” poder se transformar, ao menos em parte, em renda capitalizada diferida, enquanto a renda presente, igualmente “não realizada”, iria permitir o “rebaixamento do valor da força de trabalho”.

Como foi apontado anteriormente a renda da terra é de origem não capitalista, mas perde este caráter à medida em que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital (Martins, 1986b, p. 151).

O capital, em seu curso histórico, transforma o caráter da renda fundiária, incorporando-a como renda capitalista da terra. Esse processo de transformação histórica alcança o camponato que, em função do desenvolvimento da propriedade capitalista da terra, passa a ver sua existência mediada pela relação que estabelece com o conjunto da sociedade capitalista, via renda capitalizada da terra, virtual, bem como através da renda “não realizada”, presente⁸.

⁸ Se o agricultor familiar estiver, em termos práticos, imbuído da noção de que pode vir a desfrutar da renda capitalizada futura, via manutenção e melhoria da propriedade agrária, deve-se examinar a possibilidade deste pequeno produtor vir a intensificar a tecnificação dos meios de produção, alterando as condições de fertilidade do solo, redefinindo os espaços de localização interna da atividade produtiva etc. Agindo desta maneira, o agricultor familiar estará provocando modificações nos níveis de sustentabilidade sócio-ambiental local. Os novos padrões de sustentabilidade daí

É preciso observar, nesse contexto, a vinculação da produção camponesa com as modificações operadas na dinâmica da renda da terra e do respectivo preço atingido pela própria terra no processo de compra e venda.

Quando a situação de “não realização” da renda da terra tende a se generalizar, a renda passa a ser obtida diretamente em função do preço da terra. As variações da renda da terra tendem a ser reconhecidas através das variações do preço da terra. Por outro lado, é importante perceber a existência de mecanismos que viabilizam, na prática, a apropriação gratuita do trabalho desenvolvido na pequena produção agrícola.

Trata-se de caracterizar o fenômeno definido como “interceptação da renda fundiária”. Seria exatamente a possibilidade do Estado capitalista vir a captar a renda da terra, a partir da utilização de um dispositivo particular que lhe permitisse, mesmo mantendo a propriedade formal do solo, dirigir a renda para fora do setor agrícola.

Para que se adote tal perspectiva de investigação, é necessário proceder anteriormente a algumas ressalvas, visando uma adaptação à linha teórica escolhida como a adequada para conduzir à verificação coerente da temática em questão.

O que é considerado “interceptação” da renda, na perspectiva dessa abordagem, é exatamente a capacidade de interceptação e utilização do sobre-trabalho do pequeno produtor, por parte do

decorrentes podem estar vinculados à utilização ecologicamente adequada dos recursos naturais, paralelamente à garantia econômica básica de reprodução familiar; ou à idéia de preservação ambiental associada a de progresso social, melhoria das condições de vida e possibilidade de reprodução econômica ampliada (Moreira, 1995). Para satisfazer a este último grau de exigência, seria necessário que o agricultor familiar não sacrificasse a renda presente (comumente confiscada na competição intercapitalista mercantil) em troca da renda futura, capitalizada

Estado, em benefício de outro setor (ou setores) da economia capitalista, em uma determinada formação social.

Falar em “interceptação da renda”, é admitir implicitamente algum tipo de transferência da própria renda ou de valor, o que já foi demonstrado ser incompatível com a visão teórica acerca de valor e renda que subsidia as hipóteses de trabalho aqui adotadas.

Mesmo assim, é oportuno avançar na caracterização, devidamente adaptada, pela qual algum tipo de interceptação realmente ocorre e é o que determina a forma adquirida pela renda “não realizada”, desde o instante em que se estabelece o contato mercantil entre o produtor parcelário e o empresário capitalista, em muitos casos mediado pelo Estado.

Trata-se, pois, da interceptação político-econômica, não da renda da terra em si, mas da renda “não realizada”, ou seja, da parte gratuitamente fornecida pelo pequeno produtor agrícola, que é incorporada ao mercado e transforma-se, a partir daí, em rendimento suplementar repassado, via políticas de Estado, ao restante da economia, ou apropriado diretamente pelos setores empresariais.

Outra adaptação que se faz necessária diz respeito ao fato da “interceptação” vir comumente associada a uma forma de captação da renda dirigida exclusivamente para fora do setor agrícola.

Deve-se considerar a hipótese segundo a qual os rendimentos provenientes da absorção da parte gratuita do trabalho camponês é drenada, cada vez mais intensamente, para a acumulação da agro-indústria.

Assim sendo, não se pode descartar a possibilidade de que uma fatia considerável da renda “não realizada” esteja sendo transferida para o próprio setor agrícola, mais localizadamente, para a agro-indústria, inclusive sob a forma de renda capitalizada virtual, relacionada com o preço futuro da terra.

Hipoteticamente, os mecanismos de interceptação que determinam a forma principal de apropriação da renda “não realizada” do pequeno produtor são, fundamentalmente, os meios de acesso do

agricultor ao sistema de crédito rural oficial, as estruturas de comercialização e preços dos produtos agrícolas e as alocações inter-setoriais de recursos econômico-financeiros públicos e privados.

Dos critérios para a interceptação pode-se seguir variadas “pistas”, através das quais vai tornando-se nítida a relevância dos mecanismos expostos para a concretização da absorção da renda “não realizada”, por setores estranhos à pequena produção agrícola.

Cabe fazer uma relação entre o sistema de crédito e o conseqüente endividamento camponês. O crédito e as dívidas dele decorrentes obrigam a intensificação da jornada de trabalho das famílias camponesas.

Mesmo assim, a dívida camponesa desenvolve-se com maior rapidez do que o investimento agrícola, provocando uma crônica disparidade entre ingresso e saída dos rendimentos obtidos na produção camponesa. As conseqüências dessa situação para a renda “não realizada”, que se encontra capitalizada, são inevitáveis.

É oportuno que se elabore outra construção teórica, na qual seja viável apoiar o referencial até aqui utilizado. Trata-se de constatar, com base em avaliações desenvolvidas anteriormente por outros autores, que o pequeno produtor agrícola que exerce sua atividade de forma direta, sem promover nenhum tipo de assalariamento da mão de obra não é passível de qualquer meio de sujeição ao capital (formal ou real), na medida em que é a renda da terra que se encontra submetida ao capital e não o trabalho agrícola assalariado, diretamente exercido⁹.

⁹ Uma terceira possibilidade de sujeição do trabalho agrícola familiar mercantil ao capital, seria aquela que Marx rotulou de “subsunção ideal”, ou seja a idealização que o “trabalhador independente” faria da condição de “capitalista de si mesmo”. Sendo a “subsunção ideal” uma forma (idealizada) de subordinação indireta do trabalho agrícola familiar ao capital, é possível supor que a sujeição indireta pudesse percorrer o caminho, não idealizado de sujeição da renda da terra ao capital. Aqui, o conceito de renda da terra deve ser reafirmado, coerentemente com a linha interpretativa adotada neste texto, como renda absoluta, parcela inquantificável da renda da terra, renda da terra em geral. Esta noção parece aproximar-se do

Diante das condições em que se encontra o produtor camponês, o capitalista mesmo não sendo o proprietário real da terra, assegura-se o direito de extrair a renda fundiária. Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário que o capitalista esteja identificado, de alguma forma, com o proprietário.

Dessa forma, o estágio da relação capital/propriedade, permite ao capital fixar a dependência do produtor frente ao crédito bancário e em relação aos intermediários, impondo normas de comercialização que sejam mais favoráveis à conseqüente acumulação.

A expansão do capitalismo no campo percorre o caminho da sujeição da renda territorial ao capital. O capital obtém a sujeição da renda da terra via controle indireto da pequena produção ou através da compra da terra para exploração ou venda.

A produção camponesa gera renda que, ao não se realizar, é desviada para os lucros bancários, via sistema extorsivo de crédito, ou vai servir para baratear a reprodução da força de trabalho industrial, ampliando a margem de lucro das empresas capitalistas, pela oferta de alimentos a custo reduzido (Martins, 1986, p. 176 e 177).

Para sintetizar os pontos de vista assinalados na questão relacionada à vinculação entre renda fundiária e pequena produção mercantil, pode-se aceitar como válidas as teses que sustentam a perdurabilidade histórica da pequena propriedade, em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo agrário, embora res-

conceito resignificado de renda da natureza, na medida em que este incorpora o valor-trabalho e o conhecimento como saber social na compreensão do que seja “natural”. A renda da natureza não é, pura e simplesmente, natural (no sentido de uma dádiva) mas passa a existir em função da “naturalidade da sociabilidade capitalista”, como uma internalidade do social-histórico e não o contrário. Assim sendo, seria válido supor, de forma filosoficamente especulativa, que a sujeição econômica da agricultura familiar poderia ser interpretada como uma subordinação da renda da natureza ao mercado capitalista. Por outro lado, a “subsunção ideal” poderia ser pensada como uma subordinação do trabalho agrícola familiar “à cultura e ideologia hegemônica” capitalista.

salvando as concepções referentes às “funcionalidades” entre capitalismo e pequena agricultura.

As caracterizações em torno das “funcionalidades”, supostamente existentes, entre pequena produção agrícola e economia capitalista omitem a “desfuncionalidade” inerente aos dois respectivos sistemas, historicamente integrados isto é: o fato do desenvolvimento do capitalismo no campo ver contida sua expansão, em virtude da manutenção de formas mercantis não assalariadas no espaço agrário, o que por si só impede que o capital imponha a sujeição do trabalho agrícola.

A “solução contraditória” representada pela “recriação”, de formas camponesas de produção, voltará a ser abordada no último item deste capítulo.

Correlações existentes entre pequena produção parcelária, renda da terra e reforma agrária

Muitas das concepções teóricas, que procuram refletir sobre a perdurabilidade da pequena produção camponesa, trazem consigo o posicionamento pelo qual a referida permanência encontra-se associada ao estabelecimento de políticas de Estado com intenção de “recriar” a propriedade camponesa, para fazer frente ao predomínio do latifúndio não-capitalista, controlado por oligarquias que, ao mesmo tempo, exploram a mão de obra agrária e impedem a penetração capitalista no campo.

A “recriação” das formas baseadas na pequena propriedade seria útil, também, para permitir a acumulação capitalista mais acelerada no setor industrial, por meio dos já apontados mecanismos de depreciação do valor da força de trabalho operária industrial, via redução dos preços dos alimentos e “transferências” de renda do campo para a cidade.

Em termos teóricos, o debate em torno dessa questão remonta aos clássicos do marxismo, sendo Rosa Luxemburgo em sua *Acumulação do capital* (1985) o ponto de partida para as interpreta-

ções que relacionam a expansão capitalista com a necessidade de exploração de populações que não se organizam em moldes capitalistas.

R. Luxemburgo afirma que “o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir de camadas e sociedades não capitalistas”. Para Luxemburgo, o capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte do planeta, incluídas aí, indispensavelmente, as formas não-capitalistas.

Segundo ela, a “realização” da mais-valia encontra-se ligada à constante presença de produtores e consumidores não-capitalistas, sendo a existência de compradores não capitalistas de mais-valia condição vital para o capital e para sua acumulação (Luxemburgo, op. cit., p. 250-252).

As críticas ao posicionamento de Rosa Luxemburgo não tardaram. Muitas delas mal disfarçavam seu caráter doutrinário ideológico. Outras, porém, tocaram o núcleo da questão, sobressaindo-se como contribuições efetivas à discussão.

É o caso da célebre argumentação de H. Grossman, na qual ele observa que, pela definição dada por Rosa, parece que o sistema capitalista encontra-se debilitado pelo excesso de mais-valia, que possui mais-valia em demasia, que não tem como realizá-la, a não ser recorrendo a transações com setores não capitalistas.

Grossman, então, afirma o contrário, dizendo que o capitalismo não padeceria por já possuir mais-valia em excesso, mas por não haver ainda ampliado suficientemente sua expansão a ponto de transformar as relações não capitalistas em áreas abrangidas inteiramente pelas formas da lei do valor, isto é, pela implantação de atividades tipicamente capitalistas, geradoras de uma massa cada vez maior de mais-valia, responsável pela auto-reprodução do sistema (Grossman, 1984, p. 182).

Para Grossman e também Rosdolsky, o grande mérito de Rosa, ao trazer à tona a discussão em torno do caráter da acumulação capitalista, teria sido admitir a existência de um limite econômico para

o avanço indefinido do modo de produção capitalista. Sem este limite, seria como concebê-lo de forma historicamente insuperável e isenta, portanto, de contradições que viessem a atingi-lo, mais cedo ou mais tarde (Rosdolsky, 1968, p. 540-543).

Ao analisar o capítulo XV do volume III de *O Capital*, Luxemburgo identifica uma suposta contradição na construção teórica de Marx, acerca do conceito de reprodução ampliada do capital. Ela destaca as diversas situações históricas nas quais Marx revela que as relações quantitativas de valor não podem se sustentar indefinidamente.

Através dessa observação, Luxemburgo procura demonstrar que o próprio Marx teria cometido um equívoco teórico, em seu esquema de reprodução ampliada, ao sustentar que as causas desse processo, responsável, por si só, pela reprodução do capital, estariam vinculadas exatamente às relações quantitativas de valor.

A partir de Luxemburgo, diversos autores marxistas passaram a defender o postulado pelo qual a economia capitalista, mesmo em condições de constante crescimento, não teria problemas para encontrar, no interior dela mesma, a demanda pela mais-valia acumulada.

Essas concepções conduziram muitos de seus defensores a elaborar categorias teóricas como as que se referem a processos de acumulação capitalista ocorridos em escala mundial.

Tais abordagens não levam em consideração um ponto básico, precisamente aquele que diz respeito ao desenvolvimento historicamente desigual e heterogêneo, em termos internacionais, das forças produtivas, baseado em taxas de exploração capitalistas diferenciadas, o que inviabiliza historicamente procedimentos analíticos deste tipo.

Em suma, Luxemburgo acreditou que as diferenças inerentes ao metabolismo do capital levariam à desaparecimento próxima do elemento diferencial por ela denominado de “ambiente não capitalista”. Os críticos de Luxemburgo, adeptos da concepção pela qual o campesinato se constitui no mais importante integrante do “espaço

diferenciado” frente às formas capitalistas predominantes, procuraram inverter a ótica luxemburguista, afirmando que o capitalismo seria responsável pela reprodução ampliada do “espaço diferenciado” e não, como ela supunha, o contrário (Vergopoulos, op. cit., p. 138).

O “espaço diferenciado” em “ambiente não capitalista” seria exatamente a produção agrícola familiar, traduzida na figura do camponês com seu pedaço de terra e seu modo de vida, resistindo ao capital e sendo, paradoxalmente, por ele “recriado” na contraditória marcha do movimento de expansão capitalista.

Parece ponto pacífico que Rosa Luxemburgo compreendeu que o processo de acumulação de capital só podia se dar como uma relação entre o capital e o meio ambiente não capitalista. Neste sentido, sua avaliação encaixa-se perfeitamente na situação de países de capitalismo não desenvolvido como o México, onde tanto as instâncias políticas como as econômicas reduzem a produção agrícola a um círculo vicioso, no qual o setor capitalista não pode existir sem um contexto não capitalista (Bartra, 1981, p. 352).

Indiretamente, as avaliações de Rosa Luxemburgo conduziram a formulações de teses sobre a “descampesinização” do espaço agrário. A não comprovada tendência à completa desaparecimento do campesinato está apoiada na compreensão de que o setor capitalista precisa destruir o setor não capitalista, embora, contraditoriamente, a crise que desencadeia o obrigue a proteger de alguma forma este mesmo setor.

Faz-se necessário reter das observações assinaladas a conclusão pela qual algum tipo de relação capitalismo/não capitalismo vem sendo mantida, ao longo do tempo, em formações sociais determinadas.

A chamada “recriação” de formas não capitalistas permeia as interpretações analisadas e impõe uma avaliação mais precisa. A indagação que se coloca a partir daqui é se esta “recriação”, especificamente a do campesinato latino-americano, constitui-se em um fator de estabilização e futuro desenvolvimento e moderniza-

ção das relações capitalistas dadas, nas diferentes formações sociais, ou reflete a contradição básica do sistema como um todo, que se moderniza sem expandir os limites para sua reprodução ampliada, recorrendo, muitas vezes, ao estímulo a formas econômicas e sociais camponesas mercantis, não adequadas, portanto, à expansão do processo de acumulação inerente ao desenvolvimento capitalista auto-sustentado.

A primeira suposição levaria à constatação de que o movimento do capital no campo restabelece “naturalmente” formas adequadas à manipulação de ordem política, resultando daí a prática constante da utilização de mecanismos econômicos e extra-econômicos de submetimento e exploração indefinidamente continuadas.

A segunda possibilidade admite que se perceba a expansão capitalista engendrando situações, a um só tempo, resistentes e propícias a este desenvolvimento, levando à adoção de políticas voltadas para absorver numerosas populações agrárias que, por sua dinâmica histórica e social própria, mostram-se muitas vezes não afeitas a se reproduzirem tal e qual a perspectiva da modernização capitalista lhes obrigaria a fazer.

Retomando o sentido da indagação anterior, deve-se formular a questão nos seguintes termos: o espaço camponês “recriado” seria fruto de uma imposição do processo de desenvolvimento do capitalismo, fatalmente realizado, sob qualquer circunstância histórica?

Por outro lado, seria possível questionar se a preservação ampliada da pequena produção não é uma resultante de políticas pré-determinadas, baseadas em atitudes de avanços e concessões, limitadas no tempo e no espaço, com o objetivo de incorporar setores a princípio excluídos do processo global de acumulação, sem, no entanto, integrá-los efetivamente à lógica da reprodução ampliada.

Percebe-se, pelo que foi exposto e analisado até aqui, em termos teóricos, que a segunda postulação encontra-se mais próxima da realidade dos processos históricos latino-americanos.

Essa tese procura demonstrar, a partir do rebatimento entre teoria e prática, que a “recriação” histórica da produção parcelária mercantil na América Latina e notadamente, nesse caso, na Bolívia, sob a reforma agrária ali praticada, conduziu a uma ampla redefinição das relações sociais praticadas no campo.

No centro de tais transformações sempre estiveram presentes as formulações políticas responsáveis pela elaboração de estratégias que vieram a redundar na aplicação de medidas para proporcionar o desenvolvimento das relações capitalistas no campo.

As reformas agrárias, tal como foram concebidas e implementadas levaram à efetivação da propriedade parcelária em espaços agrários até então dominados pelo latifúndio. A reestruturação do caráter da propriedade agrária foi tão significativa que deve ser avaliada enquanto processo de redefinição ampla da dinâmica e das formas de expansão modernizadora do capital, não apenas no campo, mas no que se refere a seu caráter geral.

Será analisada a condução desse processo sob dois ângulos associados e complementares: primeiramente o da necessária (re)implantação da pequena propriedade, como uma determinação das políticas de reforma. O segundo aspecto visa a relacionar a reforma agrária, baseada na pequena produção parcelária, com a articulação dos mecanismos de apropriação da renda fundiária.

É notório que a evolução da agricultura no século XX ocorreu no sentido da consolidação de pequenas e médias explorações agrícolas através de reformas agrárias. A primeira finalidade dessas reformas, isto é, da ampliação do espaço agrário da pequena propriedade, foi devolver a terra a seus próprios cultivadores.

Uma das interpretações mais difundidas sobre as reformas agrárias e suas conseqüências é a de que nas condições dadas a partir da implantação das reformas, os papéis do proprietário fundiário e do agricultor coincidem na mesma pessoa, e a renda fundiária é automaticamente suprimida.

Trata-se, porém, não da supressão, mas da “não realização” da renda fundiária. Em que pese esta fundamental distinção, é forçoso

reconhecer que postulações como a anterior significam uma enriquecedora síntese da relação entre reforma agrária, pequena propriedade e renda da terra.

Deve-se insistir na estreita vinculação entre reforma, propriedade e renda, destacando o fato de que os incentivos à reconstituição e ampliação da produção camponesa modernizada, por parte do capital, são uma forma de bloquear a realização da renda, alcançando, entre outros resultados, a redução dos preços agrícolas.

Além de impedir a “realização” efetiva da renda fundiária o capital cria mecanismos de interceptação da renda “não realizada”, e apropria-se do sobre-trabalho do pequeno proprietário, como já foi demonstrado anteriormente, em termos teóricos.

A reforma agrária capitalista modernizante redefine as condições de acesso à renda fundiária. Neste sentido, a atividade parcelária mercantil não se estabelece, necessariamente, a partir da reforma agrária, mas a reforma agrária determina sua permanência e extensão.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Ricardo, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Campinas, Hucitec/ANPOCS/Unicamp, 1992
- Amin, Samir & Vergopoulos, Kostas, *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Bartra, Roger, Campesinado y poder político en Mexico: un modelo teórico *In: Garcia, Antônio (org.), Desarrollo agrário y la américa latina*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1981
- _____, “La teoria del valor y la economia campesina: invitacion a la lectura de Chayanov”. *In: Plaza, O.*, 1987.
- Chayanov, Alexandre, “Acerca de la teoria de los sistema economicos no capitalistas”. *In: Plaza, O.*, 1987.
- Coello, M., “La pequena produccion campesina y la 'ley de Chayanov” *In: Plaza, O.*, 1987.

- Costa Neto, Canrobert, Reforma agrária, pequena propriedade e renda da terra na América Latina: a experiência da Bolívia. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 1995.
- Grossmann, H., *La ley de la acumulacion y del derrumbe del sistema capitalista_Mexico*, Siglo Veintiuno, 1984.
- Kautsky, Karl, *A questão agrária*. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- Lamarche, Hughes (coord.), *A agricultura familiar*. T. I. Campinas. Ed.da Unicamp, 1993. Introdução Geral.
- Lênin, V., *O programa agrário*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- Lovisoló, Hugo, *Terra, trabalho e capital*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.
- Luxemburgo, R., *A acumulação do capital*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- Martins, José de S., *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo, Hucitec, 1986b.
- Marx, Karl, *Teorias da mais-valia*, Livro IV de "O Capital", vol. II, São Paulo, Difel, 1980.
- _____, *O capital*, livro III, vol. VI. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, capítulo XLV, 1981.
- Moreira, Roberto, *Agricultura familiar no capitalismo: formas sociais em mutação*, janeiro de 1995, mimeo.
- Plaza, Orlando (org.), *Economia campesina*. Lima, DESCO, 1987.
- Ricardo, David, *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (1ª ed.: Royal Economic Society, Londres, 1951).
- Rosdolsky, Roman, *Génesis y estructura de El capital de Marx*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1968.
- Samper, Mario, História social agrária: elementos conceptuales para su análisis. In: Fonseca, E., *História, teoria y métodos*. San José da Costa Rica, Ed. Universitária Centroamericana, 1989.

- Sandroni, Paulo, *Questão agrária e campesinato*. Editora Pólis, São Paulo, 1980.
- Silva, Sérgio, *Valor e renda da terra*. São Paulo, Pólis, 1981.
- Vergopoulos, Kostas, “Capitalismo disforme” *In: Amin e Vergopoulos*, 1977.
- Wilkinson, John, *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo/Salvador, Hucitec/CEPA-Ba, 1986.

AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

*Shiguenoli Miyamoto**

1. Introdução

Nas duas últimas décadas, a Amazônia adquiriu dimensão internacional. Criticado em praticamente todas as instâncias, seja no plano doméstico, seja no internacional, o governo brasileiro adotou, a partir dos anos 80, políticas mais consistentes para a ocupação do território amazônico, procurando fazer frente às pressões e resguardar a soberania sobre esta parte do país.

Manteve-se, também, na defensiva, na maior parte do tempo, às vezes contra-atacando. Uma das formas de atuação das autoridades foi tentar convencer a todos que o Brasil era um país maduro, responsável e preocupado com o meio ambiente, portanto, não negligente. Até então, o governo não acreditava ser necessário prestar contas de seus atos e de suas políticas, para a comunidade internacional, em assuntos que considerava exclusivamente de sua alçada, e relacionados com a sua própria soberania.

Como veremos ao longo do texto, as preocupações com a Amazônia não são recentes. Vêm desde o século XIX, propostas para o aproveita-

* Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

mento daquela imensa região que compõe a maior parte do país e pedaço considerável do continente sul-americano.¹ No século XX foram inúmeras as tentativas, sempre mal sucedidas, de preencher o espaço amazônico, tanto com projetos de impacto, observados no regime militar (1964-1985), quanto nos anos que fecharam o século.² No início do milênio, a Amazônia faz parte da agenda governamental, ocupando papel importante no chamado *Planejamento Plurianual* (PPA), presente desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O primeiro deles (1996-1999) recebeu o nome de “*Programa Brasil em Ação*”, e tinha como objetivo propiciar um desenvolvimento que fosse sustentável para o país, buscando captar novos investimentos produtivos, enfatizando a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais. O segundo deles, que abrangeu o período de 2000 a 2003, foi intitulado “*Avança Brasil*”, propôs-se a consolidar a estabilidade econômica, dar combate à pobreza, promover a cidadania e a inclusão social. Além desses itens, o “*Avança Brasil*”, dispunha-se a solidificar a democracia, e defender os direitos humanos.³

Além das incontáveis riquezas minerais, fármacos, reservas de água doce e a biotecnologia que detém, a Amazônia sempre atraiu a atenção do

¹ A Amazônia Legal brasileira corresponde a 5,2 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 61% do território nacional, abarcando os seguintes estados: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. Já a Bacia Amazônica, envolve, além do Brasil, mais 6 países do continente sul-americano (Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana e Suriname). Cf. <http://www.ibge.gov.br>.

² Ver o interessante estudo de Vicente Costa sobre alguns aspectos da ocupação amazônica dos anos 60 aos 70. Cf. *Sociologia do planejamento estatal. A SUDAM e o desenvolvimento da Amazônia*. Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP, 1979, mimeo.

³ Esses planos estão disponíveis no sítio do governo brasileiro: <http://www.planobrasil.gov.br>. Análises sobre tais iniciativas, apontando as conseqüências ambientais, podem ser encontradas no número especial dos *Cadernos Adenauer*, ano II, nº 4, 2001, intitulado “Amazônia: avança o Brasil”.

mundo inteiro por ser a maior região tropical existente, pela abundância e beleza da fauna, da flora e de suas populações florestais. Região considerada exótica e misteriosa, distante do que a chamada “civilização” está acostumada a ver, a Amazônia sempre povoou o imaginário de todos, inclusive através das lendárias guerreiras amazonas.

2. Amazônia ... um grande vazio

Ainda hoje, a região Norte, com 3.853 milhões de quilômetros quadrados, é a menos densamente povoada do país. Atualmente há menos de quatro habitantes por quilômetro quadrado, sendo que a maior parte da população amazônica acha-se concentrada em duas grandes cidades, Belém e Manaus, enquanto as demais capitais contam com contingente reduzido de pessoas. Ou seja, trata-se de um imenso vazio, se comparado com o resto do país.⁴

Se recuássemos ainda mais, para o século XIX, veremos que a situação não melhorou tanto. Enquanto a população total do país saltou de 9.930 milhões em 1872, para 182 milhões em 2004, os habitantes da região Norte representaram, naquele primeiro momento, percentual reduzido em termos nacionais, enquanto em 2000 (12.911 milhões e 169.873 milhões, respectivamente Norte e Brasil) esses indicadores apontam o percentual de 7,6 da população nacional.

Tentativas de ocupá-la sempre existiram. Não foi por falta de propostas que a região deixou de prosperar. Tanto por parte do governo brasileiro, quanto por parte de iniciativas estrangeiras, inúmeras foram as sugestões para adensar o ecúmeno amazônico.

Nos anos 40, por exemplo, a Amazônia já fora objeto de discussões, quando se propôs a implementação do projeto sobre a Hiléia Amazônica. Na década de 1960, os grandes lagos, projeto

⁴ Esses dados são oficiais, retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cf. www.ibge.gov.br.

de autoria de Hermann Kahn e Roberto Panero estiveram na ordem do dia, enquanto Arthur Cezar Ferreira Reis denunciava a internacionalização da Amazônia.⁵ Mesmo em meados do século XIX já se falava em polêmico projeto, alocando para a região os negros dos Estados Unidos da América.⁶

Falou-se, igualmente, em inúmeras oportunidades na ligação da Bacia Amazônica com a Bacia do Prata. Nos anos 80, o *Projeto Calha Norte* surgiu como resposta para fazer frente às críticas que se avolumaram, sobre a falta de cuidados do governo brasileiro para o meio ambiente, e para contrapor-se ao discurso da internacionalização da Amazônia com a criação de um Estado Yanomami.⁷ Na última década o *Sistema de Proteção da Amazônia/Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIV AM)* se constituiu no tema do momento.⁸

⁵ Ver Hermann Kahn, & Roberto Panero, “Novo enfoque sobre a Amazônia”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano XI, nº 41-42, março-junho de 1968, p. 50-64. Este número da revista é inteiramente dedicado à problemática amazônica; Arthur Cezar Ferreira Reis, *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Edinova, 1965.

⁶ Cf. Nícia Vilela Luz, *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

⁷ O Projeto Calha Norte, depois denominado Programa Calha Norte pode ser consultado originalmente através do seguinte documento: Presidência da República: SG/CSN – Exposição de Motivos nº 18/85 – “Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, mimeo.

⁸ A bibliografia sobre o tema já é considerável. Consultar o sítio: <http://ww.sivam.gov.br> onde podem ser encontradas informações sobre o andamento do projeto. Ver, também, <http://www.defesa.gov.br>. Consultar ainda, Marcelle Ivie da Costa Silva, *Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, defendida no Programa San Thiago Dantas/Unicamp-Unesp-PUC/SP, no IFCH/Unicamp, em dezembro de 2004, digitalizada. Não tratamos dessas questões neste texto, porque estamos desenvolvendo, simultaneamente, outro *paper* intitulado “Amazônia, política e estratégia”.

3. Amazônia, umbigo do mundo

Cortando o ar como arma mortífera, o facão da índia caiapó Tuíra pousou junto ao rosto do lívido diretor das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) José Antônio Muniz Lopes.⁹ Esta imagem, capturada pelos fotógrafos, encheu as primeiras páginas dos jornais, tendo as televisões mostrado a inédita e exótica cena para milhões de pessoas mundo afora. Afinal de contas, não é todo dia que um índio inteiramente paramentado, desnudo, – muito menos uma índia – tem chances de realizar um gesto desta natureza contra uma das prepotentes autoridades brasileiras. Apenas mais de dez anos depois, situação parecida se repetiria, e que também faria a alegria da imprensa. Só que desta vez tratava-se de dois líderes discutindo, de um lado um indígena, e, de outro, um dos grandes caciques da política brasileira, Antônio Carlos Magalhães, representante da Bahia e então presidente do Senado Federal.

A construção da hidroelétrica de Cararaô foi o pretexto para o gesto de Tuíra naquela oportunidade. Ficava claro o que pensavam as populações florestais. Aquela atitude demonstrava toda a revolta sentida pelos povos das florestas contra as decisões governamentais, tomadas sem sua consulta, mas que os afetavam de maneira direta, implementando políticas públicas no território amazônico, em nome de um progresso que aqueles habitantes entendiam ser duvidoso.

Naquele momento, em 1989, quando se realizava na cidade de Altamira no Pará, o que foi chamado de *1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu*, dezenas de jornalistas de todas as partes do planeta compartilhavam o desconforto das precárias condições de trabalho locais, na ânsia de transmitir ao mundo como se travavam

⁹ A imagem acha-se reproduzida, por exemplo, em Fernando Gabeira, “Índia saca o facão e assusta diretor da Eletronorte”. *Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1989, p. C-3.

os debates, e como estavam sendo decididos os destinos das populações da Amazônia brasileira.¹⁰

Ao lado dos caiapós, e de membros de muitas das tribos brasileiras, encontravam-se incontáveis representantes da sociedade civil e de organizações não-governamentais, servindo mesmo de palco para o desfile de grandes vedetes internacionais sensibilizadas com a preservação das florestas tropicais, dentre elas o cantor inglês Sting.

Denúncias constantes sobre as queimadas da floresta, sobre os garimpeiros invadindo as terras indígenas e o território venezuelano, a explosão das pistas de aeroportos clandestinos, de crianças yanomamis “morrendo ao vivo” em programas de televisão, o debate sobre a conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos de proteção ambiental, a abertura de novas estradas rasgando a selva (ou sua melhoria, como o asfaltamento da BR 364 na Amazônia, (mas que em toda sua extensão liga Rio Claro, no Estado de São Paulo, à cidade acreana de Rodrigues Alves, junto à fronteira peruana), ou ainda a construção de usinas hidroelétricas, tudo isto fez com que a Amazônia se convertesse em foco de atenção mundial, e um dos assuntos preferidos da imprensa internacional.¹¹ Nos anos 70, denúncias já eram formuladas inclusive em território nacional, conforme se pode depreender através do que a grande imprensa fartamente divulgava, periodicamente, quase sempre dedicando reportagens de vários dias seguidos sobre o assunto.

As imagens exploradas pela televisão, e o espaço dedicado pela mídia impressa sobre as minorias indígenas, sofrendo os impactos e as conseqüências do implacável processo de exploração do território, serviram para que o mundo dirigisse seus olhos com mais intensidade para os problemas que afligiam a Amazônia.

¹⁰ *Jornal do Brasil* – “Povos da floresta atraem atenção do mundo inteiro”, 25 de fevereiro de 1989, p. 5.

¹¹ Sobre o sistema de transportes rodoviários federais, consultar o sítio do Ministério dos Transportes, onde se pode visualizar toda a rede nacional: <http://www.transportes.gov.br/bit/inrodo.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2005.

Entre gestos de solidariedade, de um lado, às vítimas do progresso, e de críticas por outro lado, aos responsáveis (governo) por aquele descalabro, ou dando-se ênfase aos aspectos exóticos e pitorescos da situação, a Amazônia e o Brasil adquiriram destaque internacional, como poucas vezes tinha acontecido.

Nesse quadro, o país contou, apesar disso, com a possibilidade de capitalizar este interesse (vantagens em cima dessa situação), devido à importância concedida à região amazônica, podendo, portanto, obter recursos e auxílios; porém surgiram, também para o governo brasileiro, problemas cada vez maiores, fazendo com que passasse a sofrer intensas campanhas internacionais, com manifestações as mais diversas, sobre o precário uso dos recursos naturais do país. As autoridades foram, pois, obrigadas a se posicionar sobre o assunto, abrindo mais uma frente em sua agenda internacional.

Nesse ínterim, e nos anos subseqüentes, a Amazônia se converteu em grande atração mundial, com muitos olhares dirigidos para si, e que dedicavam atenção redobrada à depredação do meio ambiente, e às nefastas conseqüências de tal política para as populações florestais. Bastaria aqui lembrarmos inúmeros eventos realizados em todo o país dos anos 80 para cá.¹²

4. Questão ambiental ... quebra da soberania?

Nos últimos lustros, com óticas diferentes, o território amazônico foi objeto de atenção: os ambientalistas o viam como crucial

¹² Por exemplo no Núcleo de Estudos Amazônicos em Curitiba, na Universidade Federal de Santa Catarina, na Universidade de São Paulo, encontros da Associação Brasileira de Antropologia, na Universidade Cândido Mendes etc. Dos encontros realizados nesta última instituição, dois livros foram publicados: Leszek A. Kosinskiki (org.), *Ecological disorder in Amazônia: social aspects*. Paris/Rio de Janeiro, Unesco-International Social Science Council/Educam, 1992; Leszek A. Kosinskiki (org.), *Ecological disorder in Amazônia*. Paris/Rio de Janeiro, International Social Science Council/Educam, 1991.

para a Humanidade; o governo considerando a região como o último espaço nacional a ser conquistado e preservado sob a bandeira brasileira; e os empresários entendendo o potencial econômico representado pela vastidão do território e rico em recursos naturais, desde minérios e madeira, até os produtos para a indústria farmacêutica, que podem ser obtidos através da flora tropical.

Declarações denunciando tentativas de internacionalização da Amazônia são freqüentes. Em 1987, o deputado federal Sólon Borges dos Reis (PTB-SP) chegou inclusive a enumerar quantas vezes isto teria ocorrido, mencionando que era a sexta vez que se tentava alienar a região.¹³ De lá para cá, principalmente, pode-se arrolar pelo menos mais algumas dezenas de vezes que isto estaria ocorrendo. Mais recentemente, em agosto de 2003, um avião militar francês estaria quebrando a soberania brasileira, já que pousara em território amazônico, com finalidades obscuras. Segundo explicações do governo francês, através do primeiro ministro Jean Pierre Reffarin, o governo de seu país assim agira, porque estaria tentando resgatar a ex-candidata à presidência colombiana, Ingrid Betancourt, seqüestrada pelos guerrilheiros das FARC.¹⁴

Na mesma tecla batia o governador do Amazonas, Eduardo Braga, dizendo que a ocupação e a internacionalização da região se fazia agora, de maneira sutil, pacífica, sem dar um tiro através do “avanço dos investimentos estrangeiros nos projetos de manejo florestal, provocando a exclusão dos pequenos e médios madeireiros”.¹⁵

Inúmeras outras denúncias poderiam aqui ser arroladas, e que passaram, inclusive, a fazer parte do folclore, como as ocorridas nesses últimos anos. Divulgado pela internet circulou, em pelo

¹³ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 21 de agosto de 1987, p. 4.

¹⁴ Cf. “Reffarin tenta justificar ação na Amazônia”, *O Estado de S. Paulo*, 2 de agosto de 2003, p. A-16.

¹⁵ Cf. entrevista intitulada “AM vive ocupação estrangeira, diz Braga”, concedida a Rogério Gentile e Rubens Valente, da Folha de S. Paulo, em 16 de junho de 2003. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50182.shtml>. Acessado em 16 de junho de 2003

menos três ocasiões, em 2000, 2002 e 2003, mapa apresentando o Brasil sem a Amazônia, e que faria parte de um livro publicado nos Estados Unidos. A polêmica que se estabeleceu em torno das falsas denúncias, inclusive envolvendo representantes do meio acadêmico que propagaram a mensagem, mereceu desmentidos tanto por parte da representação diplomática em Washington, quanto do correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* naquela mesma cidade. Ao final de tudo, comprovou-se que a fonte original estava localizada no próprio país, mas os responsáveis pelo sítio alegaram que a informação tinha sido apagada do disco rígido do computador.¹⁶

A questão amazônica, com o passar do tempo, converteu-se em um grande problema político e de difícil solução, e ao adquirir projeção internacional, acabou escapando ao controle das autoridades brasileiras.

Um divisor de águas pode ser estabelecido em dezembro de 1988, quando foi assassinado Chico Mendes, primeiro brasileiro vencedor do Prêmio Global 500, conhecido defensor do aproveitamento racional dos recursos amazônicos, e que pregava a criação das reservas extrativistas. Representante maior dos seringueiros, em evento realizado pouco antes de sua morte, defendia “a implantação imediata das reservas extrativistas”, entendidas estas como “áreas de propriedade da União, com direito de usufruto garantido aos ocupantes dessas áreas, garantindo-se, assim a integridade territorial, além de evitar atividades danosas ao meio ambiente”.¹⁷

¹⁶ Ver algumas considerações sobre o assunto em Larry Rohter, “Venda da Amazônia vira paranóia na internet”, publicada no jornal *The New York Times*, e reproduzida por *O Estado de S. Paulo*, 25 de junho de 2002, A-8.

¹⁷ Cf. Francisco Mendes Filho, “As propostas econômicas dos seringueiros”. Texto apresentado ao seminário “A desordem ecológica da Amazônia: em busca de uma reciprocidade de perspectivas na sua análise e levantamento”, promovido pela Universidade Cândido Mendes/Unesco, realizado no Rio de Janeiro, de 24 a 25 de outubro de 1988, mimeo., p. 2-3.

Até aquele momento, o governo brasileiro, insensível como sempre foi com as demandas da sociedade civil, quaisquer que fossem essas, não tinha, com certeza, uma visão mais precisa sobre as questões amazônicas, e apenas se conscientizou da verdadeira magnitude do problema tardiamente, quando os debates tinham assumido já um caráter altamente passional, e se convertiam em uma luta maniqueísta, cujo resultado parecia ser o destino da própria humanidade.

Sem saber como agir, não tendo respostas adequadas, as autoridades brasileiras defendiam-se da pior maneira possível, enfatizando que o assunto era de competência interna, portanto dizia respeito tão somente à soberania nacional, e nada mais. Era o mesmo tipo de resposta quando o Projeto Calha Norte foi divulgado. Naquela altura, governos do Peru e da Colômbia solicitaram informações, mas o argumento brasileiro era que, sendo um problema doméstico, não se tinha que dar satisfação a quem quer que fosse.

Nestas condições, não conseguiam apresentar propostas concretas que pudessem dar conta de interesses tão diversos, e satisfazer tanto aos segmentos nacionais – índios, seringueiros, Igreja Católica, seitas diversas, o empresariado nacional, grandes empresas estatais, organizações não-governamentais, – quanto à opinião pública mundial, com o que estava acontecendo no Norte do país.

Além das denúncias sobre as más condições enfrentadas pelos povos indígenas, o efeito perverso do modelo de desenvolvimento brasileiro, traduzido pelas desigualdades sócio-econômicas alarmantes, acentuava-se agora, e ganhava ampla ressonância, com acusações vindas de todos os lados sobre a destruição da natureza. Isto sensibilizava países importantes da arena mundial, como os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Houve um momento em que o governo brasileiro estaria se preocupando tanto com o tema, que um pesquisador nacional se deslocou até à Alemanha para entender os motivos de tais críticas.

Se considerarmos apenas o período mais recente, veremos que desde a década de 1970, tal discussão ocupava espaços na própria imprensa, e podia ser claramente observada. Algumas medidas inclusive estavam sendo encaminhadas para reduzir o impacto das pressões internacionais sobre o governo brasileiro. Esta temática assumia corpo cada vez maior, desde a presença brasileira na Conferência sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972.¹⁸

O próprio *Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)*, firmado pelo Brasil com outros sete países da região em julho de 1978, demonstrava, em parte, a preocupação das autoridades em desfazer a imagem de predador dos recursos naturais. Tanto é assim que no preâmbulo do referido Tratado enfatizou-se que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia, seria necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. Ressalvou-se, porém, que, tanto o desenvolvimento sócio-econômico, quanto os cuidados com a proteção dos recursos naturais, eram responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado.¹⁹

Na mesma oportunidade, o então presidente Ernesto Geisel repetia a cantilena da internacionalização, afirmando que “contra os ensaios da internacionalização, sobre a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área. Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento”.²⁰

¹⁸ Um texto mais amplo que trata da política externa e meio ambiente pode ser encontrado em Márcia Jabor Canizio, *O Brasil e a questão ambiental: um estudo de política externa brasileira*. Dissertação de mestrado em

Relações Internacionais apresentada ao IRI-PUC/RJ em 1991, mimeo.

¹⁹ Cf. Ministério das Relações Exteriores, *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, MRE, 1978.

²⁰ Cf. Discurso proferido por Ernesto Geisel em 3 de julho de 1978, por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 18, julho-setembro de 1978, p. 10.

A inoperabilidade do *Tratado de Cooperação Amazônica*, demonstrada logo a seguir, – inclusive pela falta de recursos financeiros, como se lamentava o ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro –, e a necessidade de ocupar de fato a região fez, por outro lado, com que novas iniciativas fossem tomadas em meados dos anos 80. O divisor de água, entretanto, para que as atenções se voltassem para região amazônica e adquirisse dimensão verdadeiramente internacional, foi sem dúvida alguma o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988.

O impacto da morte desse seringueiro e ambientalista surpreendeu o governo brasileiro pela extensão da importância desse fato. Até então, as autoridades brasileiras acostumadas a se comportar imperialmente, limitavam-se a responder com certo desdém a quaisquer interpelações, minimizando as denúncias sobre a inexistência de uma política voltada à conservação da natureza, mormente relacionada com a questão amazônica.

Tanto a morte de Chico Mendes, quanto o gesto da índia caiapó Tuíra, foram, ao lado das queimadas, assuntos que ocuparam grande parte do tempo do Ministério das Relações Exteriores na tentativa de reduzir a má imagem usufruída pelo Brasil.

Todos esses elementos em conjunto configuraram um quadro em que a Amazônia e questão ambiental passaram a receber tratamento privilegiado, convertendo-se em temas preferidos de governos, da mídia e de organizações não-governamentais. Aparecia claramente o grande vilão da história: o governo brasileiro responsável pelo genocídio indígena, pelas queimadas, pela má utilização dos recursos naturais, pelo assassinato de posseiros etc.

Neste contexto, a situação se tornou cada vez mais delicada, colocando as autoridades brasileiras em posição extremamente defensiva, não aceitando, na maior parte das vezes, qualquer discussão a respeito do assunto com a sociedade civil. E, quando o faziam, sempre se manifestavam contrárias às sugestões, lançando mão do discurso conspirativo.

O que se verificava, de fato, era uma intolerância de ambas as partes: de um lado, os críticos que se arrogavam o direito de “em nome da humanidade” (que não lhes outorgou nenhuma procuração para falar por ela), ditar normas de conduta ao governo brasileiro; esses representantes de organizações não-governamentais e outros agentes internacionais, esqueciam-se, no caso, das próprias situações internas enfrentadas por seus países, com muitas desigualdades raciais e sócio-econômicas entre segmentos diversos da sociedade; e, de outro lado, as autoridades nacionais, que impotentes e incompetentes para resolver a situação, ou dar respostas mais satisfatórias só conseguiam aguçar os ânimos, piorando o quadro, e vendo em tudo uma conspiração contra a soberania nacional.

A partir dos anos 80, as denúncias através da imprensa não só nacional, mas principalmente estrangeira, passaram a tornar-se constantes e contundentes. As pressões se fizeram com tal intensidade que o reconhecimento internacional à atuação de Chico Mendes e, posteriormente, de David Yanomami, Fábio Feldman e Mary Alegretti, em defesa do meio ambiente, e contemplados com o Prêmio Global 500, além do Nobel alternativo concedido ao ex-secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, obrigou o governo brasileiro a incorporar definitivamente a questão ambiental em sua agenda de negociações, tratando o assunto com a seriedade devida. E tudo mais que dissesse respeito à Amazônia.

Para a opinião pública e a mídia internacionais, referir-se ao Brasil significava relacioná-lo com a devastação da Amazônia. O país passou a ser diretamente responsabilizado pela destruição do “pulmão do mundo” e da camada de ozônio, pelo efeito estufa, e por todos os males existentes, o que se tornou motivo de profunda irritação dos *policy-makers* nacionais.

A paixão que envolveu os debates sobre a questão amazônica serviu, também, para distorcer fatos e dados, que abrangem desde o que se deve entender pelo conceito de Amazônia Legal à extensão das queimadas, do papel real da floresta tropical como o “pulmão do mundo” à internacionalização da região.

A importância assumida pela Amazônia no contexto das relações internacionais, tanto na agenda do governo brasileiro, quanto na das diversas organizações nacionais e mundiais, tornou-se inequívoca.

Sem assumir as críticas que as responsabilizava pelos maus tratos às florestas, pelo extermínio dos índios ou pela contaminação dos rios com mercúrio, as autoridades nacionais no governo Sarney, às vezes, esqueciam-se da defensiva e lançavam-se à contra-ofensiva, denunciando que os problemas mais graves cometidos contra a natureza provinham, isto sim, dos países altamente industrializados.

Acidentes com navios petroleiros, o armazenamento de armas químicas, biológicas e nucleares, a utilização do clorofluorcarbono (CFC) foram alguns dos dados lembrados para reduzir o impacto das críticas oriundas desses países, mormente Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra, contra as políticas públicas (ou à falta de) brasileiras de preservação dos recursos ambientais.

Pela voz do ex-ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves questionava-se a importância conferida ao Brasil na emissão dos 5 bilhões de toneladas de CO₂ produzidos no mundo em 1987, já que o país contribuía com apenas 5 milhões de toneladas compreendendo tudo que foi queimado em território nacional (florestas, combustíveis fósseis, etc)²¹

Na mesma direção, no plano diplomático, o embaixador Bernardo Pericás Neto admitiu que eram duas as maiores preocupações e objeto de atenção prioritária da comunidade internacional e que poderiam dizer respeito ao Brasil: o problema da destruição da camada de ozônio e o chamado efeito-estufa.

Mas, alertava o embaixador, em ambos os casos, 95% da produção das substâncias que afetavam a camada de ozônio provi-

²¹ Cf. Leônidas Pires Gonçalves, “Amazônia: ecologia e soberania”. Palestra pronunciada em maio de 1989 na Escola Superior de Guerra. SNT, mimeo.

nam dos Estados Unidos, da Comunidade Econômica Européia, do Japão e da ex-União Soviética. O efeito estufa, por outro lado, atribuído basicamente às emissões de dióxido de carbono, decorrentes da utilização de combustíveis fósseis, deixava o Brasil em posição confortável, porque a contribuição dos países em desenvolvimento para esses fatos seria apenas marginal.²²

Na opinião do governo brasileiro, os países desenvolvidos seriam, destarte, o exemplo mais patente da irresponsabilidade ecológica, principalmente considerando-se os estoques dos arsenais nucleares e que colocam em risco toda a Humanidade, apesar de vários acordos como o SALT 1 e SALT 2 (Strategic Arms Limitation Talks) terem sido assinados há alguns anos, em 1972 e 1979 respectivamente.²³

O Brasil jogava com a clara incoerência dos países industrializados, que se apresentavam com retóricas humanitárias, demonstrando porém, visíveis práticas de poder das quais não abriam mão. Era patente a má vontade demonstrada pelas nações industrializadas para resolver os problemas por elas mesmas gerados em matéria de meio ambiente, e sem disposição de ceder tecnologias ambientalmente limpas para os países menos favorecidos. Ao se recusarem a contribuir para o avanço da cooperação internacional, nessa área, deixavam margem a dúvidas, para o governo brasileiro, sobre a legitimidade da preocupação que expressavam em relação aos problemas ambientais além-fronteiras, em especial, quanto à ênfase que estavam conferindo à proteção das florestas tropicais. Isto pode ser facilmente observado nos anos 90, com a relutância dos países desenvolvidos em repassar/aplicar 0.7% de seu Produto

²² Ver Bernardo Pericás Neto, “Meio ambiente e relações internacionais”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, ano 4, nº 9, janeiro-junho de 1989, p. 9-17.

²³ Esses acordos de limitação de armas nucleares podem ser lidos na íntegra em <http://www.fas.org/nuke/control/salt1/text/salt1.htm> (SALT 1) e <http://www.fas.org/nuke/control/salt2/text/index.html> (SALT 2). Acessados em 15 de agosto de 2005.

Interno Bruto (PIB) em investimentos para as nações mais pobres, após a Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992.

O embaixador Rubens Ricúpero, ex-assessor de Relações Internacionais da Presidência da República e ex-diretor da *Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento* (UNCTAD) em Genebra, chamara inclusive atenção para o fato de que ao lado de assuntos como o nacionalismo, os direitos humanos, o narcotráfico e o comércio internacional, o tema do meio ambiente seria um dos mais discutidos da atual década, seja pelas repercussões que a questão amazônica tem alcançado no contexto internacional, seja pelas próprias políticas adotadas pelo governo brasileiro, e consideradas ineficientes em sua preservação.²⁴

No governo de Fernando Collor de Mello, as posturas defensivas e de contra-ataque constituíram a tônica de atuação, com o país mantendo a proposta feita por Sarney, na ONU, de sediar a *Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a ECO 92. Outro sinal indicativo, daquele governo, foi a própria nomeação de José Lutzenberger para o cargo de Secretário do Meio Ambiente, esperando com isto ter mais trânsito internacional nas discussões sobre a questão ambiental. Os acontecimentos posteriores, com a demissão de Lutzenberger indicaram, contudo, que ao governo e aos seus representantes, faltavam não apenas projetos concretos, mas fundamentalmente credibilidade.

Para o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que fazia parte da equipe de José Sarney, em matéria publicada pela imprensa gaúcha e reproduzida por *O Estado de S. Paulo* em 18 de agosto de 1987, o índio se constituía em uma generosa motivação para encobrir um gigantesco plano imperialista no qual os minérios e as riquezas do subsolo pesavam mais do que as almas e a sua evangelização.

Afirmações como a de Brossard não caminhavam isoladas. Vozes outras se faziam ouvir clamando pela defesa da soberania na-

²⁴ Rubens Ricúpero, "A inserção internacional desejada e a possível para o Brasil". *Coleção Documentos*, nº 12, do IEA/USP, março de 1991.

cional, ainda que uma ou outra autoridade aceitasse opiniões sobre como se comportar com os índios e as florestas tropicais.

Bernardo Cabral, então relator da Comissão de Sistematização da Constituinte de 1988, agradecia o manifesto assinado por 46.248 austríacos e encaminhado a Brasília em 3 de agosto de 1987. Já o mesmo Brossard criticava essa ação dos austríacos em artigo publicado novamente na imprensa gaúcha, no dia 31 de agosto.²⁵

As críticas se avolumavam em tal escala que em março de 1988 o próprio Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Nacional do índio (FUNAI) prepararam-se para combater uma campanha que consideravam difamatória, sobre a matança dos índios.

Enquanto o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Operação Anchieta (OPAN) diziam que a FUNAI era anti-indigenista, Jucá Romero acusava os indigenistas de incitar os índios contra garimpeiros, ao mesmo tempo que propunha a realização de exames anti-aids aos missionários, porque estes estariam se envolvendo sexualmente com aqueles primeiros (índios).²⁶

Em outro espaço, mais amplo, o embaixador Marcílio Marques Moreira, representante do país em Washington, refutava editorial do jornal *The New York Times*, publicado em 28 de dezembro de 1988, dizendo que o desafio ecológico requer grandes recursos técnicos e financeiros para ser propiciamente enfrentado, e que o país dava boas vindas às sugestões e à experiência da comunidade internacional das organizações ecológicas.²⁷

O próprio presidente José Sarney participava dos debates como por ocasião da VI Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e Caribe, aberta em Brasília em 28 de fevereiro de 1989. Naquela oportunidade Mostafa Tolba, diretor executivo do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA),

²⁵ 31 de agosto de 1989.

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13 de março de 1988, p. 16.

²⁷ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 19 de dezembro de 1989, p. 28.

em mensagem lida por Genady Golubev, mencionava que a América Latina e o Caribe tinham razões em resistir às ingerências externas em seus assuntos ambientais, mas não deveriam ser menos hostis diante dos que, internamente, exploravam as sensibilidades nacionais para justificar a dilapidação dos recursos naturais.²⁸ Sarney mostrou profunda irritação reclamando do conteúdo desse pronunciamento.²⁹

Nos inícios de abril de 1989, o Itamaraty reagia à comunidade internacional, desautorizando anúncio publicado nos jornais *Le Monde*, *Figaro e Liberation*, pelo governo francês, dizendo que os 24 países presentes à Conferência de Haia estavam dispostos a delegar uma parcela de sua soberania nacional pelo bem comum da comunidade inteira.³⁰

Nas organizações não-governamentais o clima era emotivo. Para Robin Hambury Temisso, presidente do grupo *Survival International*, e que comemorava os vinte anos de fundação da entidade, fazendo vigília defronte à Embaixada do Brasil em Londres, “o movimento não estava pedindo que todas as pessoas na Grã Bretanha acendessem uma vela para os índios brasileiros”. Segundo ele, uma luz de esperança para as futuras gerações, porque sem os índios perderemos a floresta. E sem a floresta tropical da Amazônia estaremos arruinados.³¹ Como se pode observar, a preocupação primeira não era com as populações indígenas ou com o meio ambiente, mas com as conseqüências que o extermínio desses poderiam acarretar para o resto do mundo. O que, no mínimo, não deixava de ser um grande exagero.

Na campanha presidencial de 1989 o então candidato Mário Covas manifestava-se claramente, enfatizando que não se discute a

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 89, p. 1; *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1989, p. C-4.

²⁹ Idem.

³⁰ *Folha de S. Paulo*, 6 de abril de 1989, p. C-3.

³¹ *Folha de S. Paulo*, 25 de abril de 1989, p. C-12

soberania brasileira sobre a Amazônia.³² Esse tema passou a ser constante, não só na pauta governamental, mas também daqueles que se candidatavam aos diversos cargos estaduais e federais.

5. Meio ambiente e investimentos externos

O general Bayma Dennys, ex-Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, admitia boa vontade governamental, e aceitava analisar propostas de conversão da dívida externa em projetos ambientais, mas não aceitava vincular as soluções da dívida ao problema ecológico.³³

Oficialmente, esta tinha sido a primeira vez que o governo federal se manifestava sobre o assunto, embora algumas vezes este tema tivesse sido ventilado.³⁴ A importância adquirida pela questão ambiental, no concerto internacional, fez mesmo com que o Itamaraty criasse em 1989 a *Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente*, exclusivamente para discutir tais problemas.

Antes mesmo de Bayma Dennys, o então Ministro das Relações Exteriores Roberto Abreu Sodré admitia, também, pela primeira vez, oficiosamente, em 26 de janeiro de 1989, que o país estava disposto a converter parte da dívida externa em projetos de proteção ambiental, conforme a proposta do senador norte-americano Timothy Wirth.³⁵

Muito embora aceitasse a idéia, na verdade, o chanceler preferia que fossem feitas ofertas internacionais de crédito a fundo perdido por parte de todas as nações conscientizadas como o Japão, a

³² *O Estado de S. Paulo*, 4 de março de 1989, p. 4.

³³ *O Estado de S. Paulo*, 7 de abril, de 1989, p. 1.

³⁴ Uma grande pesquisa sobre o assunto foi realizada pelo CEDEC, no início dos anos 90, intitulada “Meio ambiente e dívida externa”. Ver, por exemplo, relatório elaborado por Bernardo Ricupero, Karina Pasquariello Mariano e Fábio de Andrade Abdala, “Meio ambiente e dívida externa: anotações de uma pesquisa”. *Cadernos CEDEC*, nº 40, 1995.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27 de janeiro de 1989, p. 14.

Holanda, a Alemanha e os Estados Unidos. Nos cálculos governamentais, seriam necessários em torno de 6 bilhões de dólares para cuidar do meio ambiente nacional, enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciava que tinha à disposição apenas uma verba de dois bilhões de dólares para tal finalidade.³⁶

Os organismos internacionais tinham, entretanto, muitas ressalvas relacionadas com a atuação das autoridades brasileiras. Se, de um lado, duvidavam da boa vontade do governo para equacionar os problemas, de outro não tinham muita certeza da intenção de aplicar as verbas destinadas para tal finalidade, desviando-as para outros projetos. Ou seja, o governo brasileiro não tinha qualquer credibilidade quanto às suas políticas.

Em missão que durou 20 dias, em 1987, a equipe do Banco Mundial visitou postos e áreas indígenas próximos à rodovia BR 364 (Cuiabá-Porto Velho), e tecia críticas à pouca eficiência da *Fundação Nacional do índio* (FUNAI). Segundo o Banco Mundial (BIRD) a segurança e a saúde dos índios na área de influência do *Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste* (POLO-NOROESTE) estava seriamente ameaçada, pois o órgão incumbido de defender os seus interesses parecia desequipado diante da realidade indígena brasileira.³⁷

Constatou-se, igualmente, naquela oportunidade, que dos 450 milhões de dólares captados pelo governo brasileiro junto à instituição, e que deveriam ser originalmente destinados ao POLO-NOROESTE, pelo menos 60 milhões tinham sido desviados no segundo semestre de 1985 para o Programa Emergencial do Nordeste-Enchentes.³⁸ Uma das entidades defensoras do meio ambiente, a *Fundação Nacional da Natureza* (FUNATURA), propunha, por intermédio de sua presidenta, Maria Tereza Pádua, que os bancos credores do país formassem um *pool* e comprassem 30%

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27 de janeiro de 1989, p. 14.

³⁷ *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1987, p. 5.

³⁸ *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1987, p. 5.

da Amazônia por três bilhões de dólares, através da conversão da dívida.³⁹

Caminhando *pari passu* às acusações de entidades ecológicas nacionais e estrangeiras, desde aquelas que defendem a demarcação contínua das terras indígenas à preservação da região como santuário ecológico, interesses diversos tem se feito ouvir, seja no Congresso Nacional, seja em instituições de fomento de projetos, ou mesmo de grupos simplesmente preocupados com a sobrevivência dos povos da floresta.

Até mesmo outros países prestavam a devida atenção com maus investimentos, se afetassem o meio ambiente. Por isso, preocupado com a repercussão de uma possível medida adotada pelo seu governo, o embaixador nipônico creditado em Washington encaminhou carta ao *The New York Times*, em 18 de março de 1989, negando qualquer tipo de financiamento para a estrada Acre-Perú.⁴⁰

A visita de personalidades internacionais, como o cantor inglês Sting, de senadores e deputados norte-americanos, o interesse demonstrado pelo príncipe Charles, além de Gisele Bündchen e Leonardo di Caprio mais recentemente, em conhecer a Amazônia, tornavam claro a importância da região para o mundo, quer pelos seus aspectos exótico/misteriosos, quer pelas potencialidades econômicas que a mesma encerra.⁴¹

Auxílios financeiros, sugestões de projetos de ocupação da Amazônia têm sido, portanto, constantemente divulgados, e que vão desde a implantação das reservas extrativistas defendidas por Chico Mendes, à demarcação das terras indígenas protegendo-as das companhias mineradoras e dos garimpeiros, até a conversão de parte da dívida externa em projetos ambientais.

³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 14 de janeiro, de 1989, p. 12.

⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 1989, p. 29.

⁴¹ Uma nota significativa desse interesse pode ser observada nesta informação publicada por jornal brasileiro: José Carlos Santana, “Raoni toma chá hoje com príncipe Charles”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de abril de 1989, p. 23.

Cada uma dessas propostas tem passado pelo crivo do governo brasileiro que visa, com esta atitude, lucrar em todas as frentes. Procura demonstrar ao mundo que o Brasil não é destruidor/predador da natureza, mas pelo contrário, altamente interessado na preservação dos recursos naturais e humanos da região. Assim agindo, tenta obter recursos avulsos e das agências internacionais, aplaca a ira dos ambientalistas e, no plano interno apresenta-se como democrático, por elaborar políticas públicas com a participação dos diversos segmentos da sociedade, renegando o autoritarismo das decisões tomadas entre as paredes fechadas da burocracia estatal.

6. O Brasil e os países amazônicos

O Brasil chamou, inclusive para o âmbito multilateral regional, as discussões para se definir qual a postura que os países amazônicos deveriam assumir frente às críticas internacionais.

Assim, no encontro realizado em março de 1989, pelos membros do *Tratado de Cooperação Amazônica* foram apontadas as dificuldades e soluções para o problema regional.

Pela *Declaração da Amazônia*, firmada naquela data, os países da Bacia Amazônica mostravam-se conscientes da importância de proteger-se o patrimônio cultural, econômico e ecológico do território, e da necessidade de mobilizar esse potencial em proveito do desenvolvimento econômico social regional. Reiterou-se que o patrimônio amazônico deveria ser conservado por meio do uso racional dos recursos locais, para que as gerações atuais e futuras pudessem usufruir os benefícios desse legado da natureza.⁴²

Expressou-se, ainda, apoio às recém-criadas Comissões Especiais do Meio Ambiente e Assuntos Indígenas, destinadas a fomentar o desenvolvimento, conservar os recursos naturais, o meio ambiente e as respectivas populações amazônicas.

⁴² Ver sobre o assunto : “Declaração da Amazônia”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 61, abril-junho de 1989, p. 28-30.

O direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo, e a adequada conservação do meio ambiente era reafirmado por todos os membros do TCA.

No exercício da responsabilidade soberana de definir as melhores formas de aproveitar e conservar essas riquezas, e em complementação aos esforços nacionais e à cooperação entre os países, manifestou-se disposição de acolher a ajuda de outras regiões do mundo e de organizações internacionais, que pudessem contribuir para a implementação dos projetos e programas nacionais e regionais, e passíveis de serem adotados livremente e sem implicações externas, de acordo com as prioridades dos governos locais.

Entendia-se, assim, que a proteção e a conservação do meio ambiente da região não poderiam ser alcançadas sem a melhoria das condições angustiantes, sociais e econômicas, que afligem esses países, e que são agravadas por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa.

Denunciava-se, por outro lado, as graves características da dívida externa e de seus serviços, que os convertem em exportadores líquidos de capital para os países credores, às custas de sacrifícios considerados intoleráveis para os países amazônicos.

A dívida, portanto, não poderia ser paga nas atuais condições e circunstâncias, e seu tratamento deveria basear-se no princípio da corresponsabilidade, em termos que permitissem a retomada do processo de crescimento econômico e desenvolvimento em cada um dos países signatários do TCA, condição essencial para a proteção, conservação, aproveitamento e utilização racional do patrimônio cultural.

Pela *Declaração da Amazônia* ficava patente a necessidade de que as preocupações expressas pelos países altamente industrializados com relação à conservação do meio ambiente amazônico, devessem se traduzir em medidas de cooperação nos planos financeiro e tecnológico. Ao mesmo tempo, exigia-se o estabelecimento

de novos fluxos de recursos em termos adicionais e concessionais, para projetos voltados para a proteção ambiental, inclusive no que diz respeito à pesquisa científica pura e aplicada, e repudiava-se as tentativas de impor condicionalidades na alocação de recursos internacionais para o desenvolvimento.

O que os países amazônicos desejavam, era a criação de condições, que lhes permitissem o livre acesso ao conhecimento científico e às tecnologias, não poluentes, ou destinadas à proteção da natureza, ambiental, rechaçando tentativas de obter lucros comerciais, invocando legítimas preocupações ambientais.

Essa percepção dos países amazônicos fundamentava-se no fato de que a principal causa da deterioração do meio ambiente, em escala mundial, eram os modelos de industrialização e consumo, assim como o grande desperdício observado nos países mais prósperos.

Nesse quadro adverso, frente às nações industrializadas, os países da região perceberam que o confronto verdadeiramente se fazia entre Estados ricos e Estados pobres. O governo brasileiro entendeu, sem maiores delongas, que o aspecto preocupante que despontava, nesse cenário, era a tendência de os países ricos impor uma *ordem ecológica* à revelia e em detrimento dos seus parceiros pobres.

Essa linha de atuação se manifestaria sob diferentes formas, entre as quais: a imposição, por parte das instituições multilaterais de financiamento, de condicionalidades e restrições ao crédito para projetos em países em desenvolvimento, a pretexto de considerações ambientais; disposição legiferante de Parlamentos estrangeiros que, buscando influir na correção de alegados problemas de impacto global, pronunciavam-se sobre a situação ambiental em outras localidades, chegando, por vezes, a propor medidas de caráter punitivo a tais países, numa evidente atitude de ingerência em assuntos internos. São ilustrativas desse comportamento, iniciativas do Congresso Norte-americano e do Parlamento Europeu, os quais revelam especial predileção pelo problema da preservação das florestas tropicais.

Não se pode esquecer, ainda, o surgimento de propostas de jurisdição supra-nacional em matéria de meio ambiente, com a idéia de criação de uma autoridade internacional responsável por combater qualquer aquecimento adicional da atmosfera, apresentadas pelos primeiros ministros da França, da Noruega e dos Países Baixos, ao convocarem a reunião de Haia sobre proteção da atmosfera.⁴³ Nesse encontro de cúpula realizado em Haia em 1989, o representante brasileiro Paulo Tarso Flecha de Lima mostrava como o Brasil via a questão, apontando três pontos que deveriam ser enfatizados e adequadamente tratados, caso se desejasse realmente tornar efetivos os princípios adotados naquela reunião:

1. a criação de mecanismos financeiros que possibilitassem aos países em desenvolvimento estabelecer programas de prevenção de poluição atmosférica;
2. assegurar livre acesso e efetiva transferência de tecnologias de proteção ambiental, sem custo comercial, em favor dos países em desenvolvimento;
3. este ponto residiria na capacidade dos países altamente industrializados de reduzir substancialmente os atuais níveis de emissão de resíduos poluentes na atmosfera, seja mediante redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, ou mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.⁴⁴

O próprio presidente José Sarney, na reunião sobre Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, realizada em Brasília, em março de 1989, afirmava que a responsabilidade soberana e indeclinável de cada país de administrar o seu meio ambiente não excluía a possibilidade de efetiva cooperação no âmbito multilateral.

⁴³ Cf. “Meio ambiente: reunião de cúpula em Haia”, discurso do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 60, janeiro-março de 1989, p. 35-38.

⁴⁴ Idem.

Ao contrário, essa responsabilidade ressaltava a necessidade de uma cooperação internacional maior.⁴⁵

A adoção pelas instituições internacionais, de novas formas de condicionalidades para a concessão de créditos aos países, dizia Sarney, compromete os esforços nacionais de desenvolvimento e implica na prática uma redução de recursos, em detrimento da própria causa ambiental.

Como parte essencial do esforço de cooperação internacional deveriam ser, portanto, asseguradas, aos países em desenvolvimento, condições de livre acesso, sem custo comercial, a novas tecnologias para a conservação do meio ambiente.

Como se vê, o discurso brasileiro era uniforme quanto às reivindicações junto aos países industrializados.

Essa estratégia de se apresentar ao mundo como defensora do meio ambiente e não o contrário, dando mostras, portanto, de comportamento de país adulto, maduro e responsável, tem feito com que países ricos e organizações internacionais se sintam, de certa forma, motivados a investir na região, aplicando direta e indiretamente recursos consideráveis em projetos ambientais.

Entre essas, a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, instituições de notório reconhecimento que se encaixam neste perfil de aplicadores de recursos sem retornos, para a salvação da Amazônia.

Muitas dúvidas, porém, atormentam aqueles que se detêm com mais rigor nessas questões, e no comportamento adotado por essas agência mundiais, principalmente quando o assunto é a Amazônia, com todos os seus recursos e sua biodiversidade.

Quando instituições internacionais como essas aplicam recursos, é lícito considerar que dentro de um modelo capitalista tais investimentos são feitos gratuitamente? Ou se trata apenas de aco

⁴⁵ Cf. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 60, janeiro-março de 1989, p. 65-68.

bertar formas de investimento onde o retorno certamente virá de outra maneira?

Para alguns analistas que se debruçam sobre a Amazônia, e tem feito discussões nesta direção, há uma estreita conexão entre a destruição da floresta tropical e a crise financeira internacional.

Uma das idéias exploradas é a de que ocorre uma “commoditização” da floresta – transformação das riquezas das matas tropicais brasileiras em mercadorias, e transportadas para outras regiões do mundo – e que para países tomadores de dinheiro, como o Brasil, a crise da dívida agrava a crise ecológica porque dificulta sua solução através de mobilização dos meios conserváveis.⁴⁶

Assim, projetos como o de Carajás e o POLONOROESTE, que obtiveram substanciais financiamentos internacionais transformando grandes regiões da floresta tropical, com o fim de aproveitar recursos naturais, não surtiram o efeito desejado porque, ao longo dos anos, o serviço da dívida – juros acima de 20% a partir da década de 1980, – inviabilizou o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Quer dizer, criou-se a necessidade de solicitar novos empréstimos para honrar os anteriores.

Não é só no Brasil que tal mecanismo se realizou. As *swaps*, – troca condicionada de dívidas externas de determinado país pelo compromisso assumido pelo Estado, diante de organizações de proteção do meio ambiente de criar e manter reservas ecológicas, – que passaram a ser discutidas no país, nos anos 80, não são primazia nacional.

Em outros tempos, mesmo no século passado, a Colômbia e o México, entre outros, utilizaram expedientes semelhantes e chegaram inclusive a oferecer aos seus credores, territórios despovoados

⁴⁶ Sobre esse enfoque ver os comentários de Elmar Altvalter, “Falência e destruição: ou de como a crise financeira internacional e a destruição da floresta tropical estão interligados”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, ano 5, n° 10, julho-dezembro de 1989, p. 7-42.

em troca da dívida. Em anos mais próximos, a Bolívia, a Costa Rica, o Equador e as Filipinas trilharam caminhos quase idênticos para resolver seus problemas da dívida externa.

Tanto por parte de autoridades nacionais, quanto por entidades ecológicas, propostas desta natureza têm sido apresentadas e debatidas. Basta lembrar aqui o *Programa Nossa Natureza*, se bem que sobre este pairassem acusações acerca do caráter militar com que foi concebido.⁴⁷

7. Notas finais

A intensificação da importância do meio ambiente como um problema global e as perspectivas de investimento estrangeiro a médio e longo prazos no Brasil ainda são questões em aberto. E vai depender do equacionamento de diretrizes políticas, tomadas por fóruns soberanos, destinadas a alavancar um consenso sobre a forma de cooperação na esfera internacional, que possa ser adotado, assentando-se projetos que compatibilizem, da melhor maneira possível, as políticas no plano ambiental, econômico e social.

Temas como o da dívida externa, até há pouco tempo circunscritas à lógica do mercado, começaram a ser entendidos por alguns como um problema de natureza global, que deve ser resolvido em conjunto, no plano das relações internacionais.

Por outro lado, constatou-se, ao longo dos anos, que o tema Amazônia foi, definitivamente, incorporado não só à agenda nacional, mas também internacional. Os vastos recursos das florestas tropicais passaram a assumir especial importância, sobretudo pela possibilidade cada vez mais lucrativa de sua exploração, além de se constituírem em importantes elementos biotecnológicos.

⁴⁷ Cf. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 61, abril-junho de 1989, p. 11-24. Ver entrevista do general Baymna Denis, no jornal *O Estado de S. Paulo*, 6 de abril de 1991, p. 72 e William Waak, “Nossa natureza, nossa segurança”. *O Estado de S. Paulo*, 8 de abril de 1989, p. 2.

Para o Brasil, e para os países da região, mais do que nunca, além das discussões sobre a soberania da Amazônia, a Bacia Amazônica se constitui em área estratégica do continente e, que, além de fornecer recursos variados, pode ser devidamente explorada, auxiliando no desenvolvimento regional e nacional.

RESENHAS

Arnaldo José França Mazzei Nogueira, *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2005, 337 p.

*Geraldo Augusto Pinto**

O declínio do Estado autocrático e militarista no Brasil e sua transição à chamada Nova República tem sido foco de muitos estudos, visto ser um processo cujos elementos políticos e econômicos revelam contradições estruturais da sociedade brasileira, sobre as quais ascenderam, posteriormente, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

É consensual a importância atribuída ao movimento sindical, dos setores público e privado, neste processo, durante o período de fins dos anos 70 e ao longo dos anos 80. Todavia, foi em sua resistência face ao sucateamento do Estado na década de 90 que o funcionalismo público logrou destaque, especialmente entre os professores e servidores da saúde e da administração, mas também em grandes lutas manifestas em setores-chave como a Segurança, a Justiça e a infra-estrutura energética estatal.

O sindicalismo dos setores públicos em nível federal, estadual e municipal (no caso da cidade de São Paulo), sua organização e mobilização, seus limites, alcances e o caráter de suas lutas, bem como a compreensão de seu papel histórico na construção da democracia no Brasil, são os assuntos tratados neste valioso livro que, elaborado mediante uma pesquisa cuidadosa, abrange e discute de forma rigorosa as mais notórias obras nacionais e estrangeiras sobre o tema, complementando-as com análises de entrevistas realizadas pelo próprio autor, além de levantamentos de dados em instituições de pesquisa, em arquivos de entidades representativas

* Doutorando em Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

como sindicatos e associações, bem como em meios de comunicação, como a imprensa escrita.

Uma característica significativa do movimento sindical dos setores públicos tem sido sua oscilação, em conjunturas específicas, entre a defesa de interesses econômicos e corporativos de corte profissional, e a confrontação política de cariz classista, norteadas pela ampliação dos direitos e pela participação direta na condução dos rumos do país. Tal oscilação se enraíza, entretanto, não apenas na dinâmica das relações entre o Estado brasileiro e o funcionalismo público, mas na complexa estrutura sobre a qual este vem se constituindo como classe trabalhadora, isto é, a diversificada origem e posição ocupada por seus membros na divisão do trabalho social e a intrincada síntese de ideologias que têm corroborado suas ações em contextos distintos.

Decorrem desta configuração os obstáculos enfrentados pela luta sindical nos setores públicos. Seu avanço depende, em parte, da superação das diferenças internas entre os funcionários públicos em termos de cargos, salários, condições de trabalho e, sobretudo, *status* de poder e de autoridade; e, em parte, da supressão das diferenças externas com relação aos demais trabalhadores dos setores privados, fragmentados pela crescente informalidade. Tais dicotomias tornam os conflitos nos setores estatais em ação política direta ao influenciarem a legitimidade dos governos, pois, enquanto o funcionalismo luta pela expansão do Estado e conservação de suas condições de vida, as demais classes trabalhadoras têm reagido geralmente exigindo o aumento dos gastos em projetos sociais e assistenciais, nas conjunturas de ajuste fiscal e desemprego.

Dadas as dificuldades impostas por um estudo de tal envergadura, o autor lançou-se não somente à investigação dos acontecimentos explicativos das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil durante as últimas quatro décadas, mas também a uma rica e pormenorizada análise da constituição no país das classes médias assalariadas, especialmente as vinculadas à iniciativa pública, de modo a esclarecer a coerência de suas ações

no campo de forças dividido entre os interesses das classes dominantes, a crise da gerência e da intervenção estatal (sempre voltada às necessidades de reprodução do grande capital), e a oposição das classes populares face à desigualdade e exclusão sociais crescentes.

Neste sentido, o livro traz uma extensa e profunda reflexão acerca das principais interpretações do pensamento social sobre a construção do Estado brasileiro, em suas formas de dependência externa mescladas às singularidades da cultura política nacional, sempre, no entanto, buscando relacioná-las com a evolução da máquina burocrática estatal, o seu uso político pelos governos e a composição social, as condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres aí empregados. É lucidamente desmistificada, assim, uma série de preconceitos: o Estado no Brasil, por exemplo, ao contrário do propugnado pelos governos neoliberais, tem empregado pouco e tem remunerado e distribuído regionalmente muito mal a sua força de trabalho, a qual, em sua maioria, possui qualificações mais elevadas que a dos demais setores da economia, fatores estes que estão na base das constantes mobilizações nos últimos anos.

Quanto a este último aspecto, o autor empreende diversas avaliações qualitativas e quantitativas das formas de ser desta classe trabalhadora, ou seja, os sentidos, as condições e os resultados de suas greves, a formação de suas lideranças políticas e centrais sindicais, e a dimensão estratégica dos conflitos levados a cabo dentro e fora dos domínios estatais, sempre em consonância com os interesses últimos das demais classes obreiras, embora nem sempre por elas compreendidos como tal.

Ao mergulhar na problemática específica da experiência sindical dos funcionários públicos, a pesquisa acaba por ampliar e reformular, em toda a sua magnitude, a questão polêmica e histórica da liberdade sindical no Brasil, ponto controverso e cuja solução, a favor ou não da desmontagem da estrutura trabalhista e sindical oficial atrelada ao Estado, permanece sob disputa entre setores

oficial atrelada ao Estado, permanece sob disputa entre setores arcaicos e corporativos e setores avançados e combativos do sindicalismo nacional. A presença do funcionalismo público na Central Única dos Trabalhadores (CUT), suas ações e perspectivas políticas são, inclusive, uma das preocupações mais intensamente retomadas e criticamente elaboradas ao longo da obra, fornecendo elementos imprescindíveis à análise e compreensão das determinações futuras das reformas levadas a termo pelas instâncias governamentais hoje.

Trata-se, portanto, de uma obra de referência não somente para os estudiosos da contribuição do movimento sindical e associativo dos servidores públicos brasileiros nas décadas de 80 e 90, mas para os que pretendem avançar no entendimento das potencialidades e dos limites dos movimentos coletivos de assalariados médios dentro da dinâmica maior do movimento sindical como um todo, no Brasil e no mundo, especialmente no que diz respeito à constituição dos Estados enquanto esferas públicas democráticas no contexto da globalização capitalista.

Selma Venco, *Telemarketing nos bancos - o emprego que desemprega*, Ed. da Unicamp, 2003, 110 p.

*Claudia Mazzei Nogueira**

O livro de Selma Venco é um estudo pioneiro no tratamento do *telemarketing*, sendo leitura indispensável para todos que pesquisam sobre a precarização no mundo do trabalho neste setor.

Sabe-se que a competitividade existente hoje no mercado tem levado muitos setores a uma racionalização de seus postos de trabalho, prioritariamente através da redução dos custos. O *telemarketing* é um segmento que comprova esta tendência. É por isso que a autora se refere, acertadamente, a este setor como o “emprego que desemprega”, mostrando que nele está estampado um grande potencial de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Esta é uma realidade verdadeiramente contraditória: ao mesmo tempo que o *telemarketing* é um dos setores que mais cresce em número de “vagas”, também é o responsável pela liofilização de trabalhadores(as) em diversas instituições, como por exemplo, o setor bancário.

Selma Venco faz um estudo das centrais de atendimento dos bancos, prioritariamente os estatais, “como forma emergente e propulsora de uma nova e eficiente racionalização do trabalho – do ponto de vista do capital – por extinguir uma série de atividades anteriormente realizadas no interior das agências”. Segundo a autora, o objetivo desse setor seria atingir a máxima indicada por Marx: “a produtividade da máquina é medida pela proporção em que ela substitui força de trabalho”. (p. 20)

É majoritariamente, com este pano de fundo, que ocorrerá o desenvolvimento do texto. Selma dialogará com diversos autores

* Professora do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

entre eles, Harvey, Hirata, Foucault, Dejours etc., intercalando esse debate com importantes depoimentos de teleoperadoras desse segmento.

As análises sobre a precarização no mundo do trabalho apresentadas neste livro, em cinco capítulos, possibilitam o reconhecimento da relevância desse estudo.

No capítulo 1, a autora trata da flexibilização do trabalho, referindo-se, prioritariamente, à diminuição do número de trabalhadores existentes nas agências bancárias, baseando-se principalmente em três fatores: “a) as novas formas de organização do trabalho – modificando as rotinas de trabalho e o conteúdo das funções; b) as práticas de terceirização – de serviços tradicionalmente realizados no interior dos bancos, resultando em perda das conquistas adquiridas pela categoria bancária, tais como piso salarial, jornada de trabalho etc.; c) fusões e incorporações dos bancos – na integração de diferentes instituições unifica-se grande parte dos serviços administrativos, de recursos humanos, de *marketing*, entre outros”. (p. 28)

Já, no capítulo 2, a análise está voltada para a definição e práticas das centrais de atendimento, considerando-se o grau de maquinaria, tecnologia, telemática e terceirização do setor. É quando a autora explicita como ocorre o processo de eletrônicação nas centrais de atendimento bancário, através da dispensa da intermediação do trabalhador/a para as tarefas solicitadas, ou seja, a substituição da força de trabalho pelo “avanço tecnológico”.

No capítulo 3, a questão continua direcionada às centrais de atendimento; no entanto, o enfoque agora é sobre a relação da produtividade e a disposição do espaço físico do local de trabalho, bem como o controle do trabalhador. Afirmar a autora que “o espaço físico dos locais de trabalho oculta aspectos muitas vezes imperceptíveis a olhares incautos. Na visão foucaultiana, a disciplina antecede a arquitetura e influencia-a diretamente. É no espaço físico que se garante a obediência, estuda-se a economia do tempo e dos movimentos e, sobretudo, materializa-se a disposição da hierarquia”. (p. 53)

O debate sobre as centrais de atendimento se mantém no capítulo 4, dando-se uma ênfase na organização do trabalho no que se refere à racionalização e ao *pan-optismo*, que nas palavras de Foucault significa “uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens. (...) O esquema panótico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (material, pessoal, temporal); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder numa quantidade até então sem igual, um grande e novo instrumento de governo”. (p.70)

Ainda neste capítulo, há toda uma discussão sobre o ritmo, a divisão e o controle dos movimentos do trabalho, imposto pelo aumento da produtividade, que preserva e mesmo aprofunda o controle taylorista e fordista do trabalho.

A autora indica, entretanto, a existência do controle das trabalhadoras por um sistema de luzes intermitentes, referindo-se também ao *Andon*. Este, segundo Coriat (citado pela própria autora), “é um indicador luminoso que fica suspenso acima da linha. Ele funciona da seguinte maneira: enquanto as coisas estão normais, a luz é verde; quando um operador tem que fazer alguma regulagem na linha e pede ajuda, a luz é laranja; se é preciso parar a linha para resolver algum problema, a luz é vermelha. Os trabalhadores são encorajados a não hesitar em parar a linha; é o melhor meio de garantir que tudo será feito para eliminar prontamente as anomalias”.

Como o *andon* é um traço típico do chamado modelo japonês, podemos indagar se não seria o caso de Selma indicar que, além da predominância do taylorismo/fordismo, há alguns indícios fortes de presença de elementos do toyotismo no *telemarketing*, de que é exemplo o controle da produtividade feita por luzes.

Esse capítulo se encerra com um interessante debate com Claus Offe, onde Selma Venco se contrapõe (e nós concordamos) à sua análise sobre o setor de serviços, especificamente em dois aspectos

tos. O primeiro se dá a partir da interpretação do autor de que o “trabalho em serviços gera produtos não materiais, que não podem ser armazenados ou transportados”. Porém, afirma Selma que no *telemarketing* o produto armazenado é a gravação das ligações, que acaba por assumir certa materialidade.

E, o segundo, quando Offe afirma que a produtividade no setor de serviços não pode ser medida e, tão pouco, que os seus padrões não podem ser controlados. No entanto, o que Selma nos mostra durante todo o seu livro é o contrário: fica muito claro no transcorrer dos capítulos a existência de um profundo controle do trabalho das teleoperadoras, objetivando centralmente a capacidade da produtividade delas.

No quinto e último capítulo, a autora discorre sobre a falácia da qualificação do trabalhador(a) no mundo do trabalho, como garantia de emprego. Indica também que é ínfima a parcela da população que se enquadra no grau de qualificação exigida pelas centrais de atendimento. É também aqui que Selma Venco apresenta algumas justificativas – formuladas pela lógica capitalista – referentes a feminização desse setor. Discorre, mesmo que resumidamente, sobre algumas das técnicas utilizadas para “qualificar” as teleoperadoras, com o intuito de oferecer um bom atendimento e aumento da sua produtividade. O que, mais uma vez, vem confirmar o acerto da discordância de Selma, apresentada no capítulo anterior, em relação à teorização de Offe.

É com base nessa gama de reflexões, que a autora em suas considerações finais, faz duas reflexões centrais: a primeira, que se refere à dimensão do potencial do setor de *telemarketing* no que diz respeito à racionalização do trabalho “que elimina postos não só nas agências bancárias, como também em seu próprio bojo”. A segunda, que concerne à precarização do trabalhador(a) que trabalha neste setor, enfatizando as conseqüências da flexibilização e perda de direitos anteriormente conquistados pela categoria dos bancários(as).

Portanto, trata-se de importante estudo, não só para os estudiosos e interessados no *telemarketing* bancário, mas para todos aqueles que se preocupam com o mundo do trabalho, especialmente após o advento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva que criaram um espaço altamente fértil para o crescimento da flexibilização do trabalho, representada prioritariamente pelas terceirizações, jornadas parciais, contrato por tempo determinado, informalização, subcontratação, intensificação do ritmo e do tempo de trabalho, implantação de multitarefas, sem falar em perda de direitos, do medo do desemprego, da acentuada “auto-culpabilização” do trabalhador(a), tudo isso favorecendo o aceite de relações de trabalho cada vez mais flexíveis e mais precários.

Caio Navarro de Toledo (org.), *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan, 2006, 260 p.

*Luís Fernando Vitagliano**

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 1955 e lacrado após o golpe militar de 1964. Oficialmente o Instituto durou nove anos apenas. Informalmente, ou de diferentes formas, a maior parte dos intelectuais do Rio de Janeiro que vieram a constituir o ISEB, desde 1949 se agrupava no suplemento cultural do *Jornal do Comércio* junto de alguns paulistas, onde discutiam os problemas brasileiros. Este grupo tinha uma configuração bastante heterogênea, ou eclética, a discussão era multidisciplinar, interdisciplinar, mas havia um foco que aglutinava seus membros: a consciência de que era preciso intervir na realidade social. Acreditavam que era preciso gerar idéias para orientar o desenvolvimento econômico do país e superar o atraso em que se encontrava a nação.

A coletânea de artigos lançada recentemente pela Editora Revan e organizada por Caio Navarro de Toledo recupera um pouco do que foi a história daquela entidade: *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. A história do Instituto surpreende pela originalidade com que surgiu no cenário político nacional. Embora muitas comissões, instituições, grupos e associações tenham ganhado espaço no período, o ISEB se destacou pela proximidade que intelectuais estabeleceram com a comunidade não acadêmica, fazendo com que suas idéias fossem apropriadas por grupos políticos.

Dada a distância entre Rio e São Paulo, o grupo passou a se reunir quinzenalmente no meio do caminho, no Parque Nacional de Itatiaia, devido a isso ficaram conhecidos como Grupo de Itatiaia.

* Doutorando em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Logo em seguida praticamente todos os paulistas deixaram o grupo por diferenças conceituais. Reza a lenda que houve uma discordância do ponto de vista científico: os intelectuais de São Paulo resistiam à idéia de comprometer o rigor conceitual em função da necessidade de atuação política. Tinha-se iniciado a trajetória para o que Toledo¹ denominou “*fábrica de ideologias*”.

Com a saída dos paulistas nasceu o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), e a *Revista do Nosso Tempo*. E, apenas dois anos depois (1955), nasceu o ISEB, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A originalidade com que contou o ISEB rendeu bons frutos. Inicialmente propondo uma aliança nacional em torno do desenvolvimento, organizando idéias de forma programática e sugerindo movimentos de classes, o grupo termina sua saga defendendo a luta de classes. Quanto à aproximação entre o Instituto e as massas, esta não surgiu de modo planejado, deu-se por processo e acabou por gerar como resultado o revisionismo da *Nova História*.

A história do Instituto foi mesmo agitada. Já em 1958 o ISEB passa pela sua pior crise e primeira grande guinada. Dois dos seus mais importantes colaboradores deixam o Instituto após divergências programáticas: Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Jaguaribe defendia o desenvolvimento do país através do financiamento internacional (trata-se do seu livro, à época recém lançado, *O nacionalismo na atualidade brasileira*²), enquanto Guerreiro Ramos criticava essa postura acusando-a de liberal.

Estavam em jogo princípios políticos daquele momento: qual nacionalismo? Qual desenvolvimentismo? Qual estratégia de desenvolvimento? Os biógrafos chamam esta fase, entre 1955 e 1958

¹ Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

² Helio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958

de primeiro ISEB. O espectro de posições dentro do grupo restringiu-se cada vez mais, tornando-se homogêneo e à esquerda.

Evidentemente, no interior do ISEB havia outros conflitos com que se preocupar, mas enquanto o mundo latino-americano caminhava para o desenvolvimento associado ao capital internacional, o ISEB defendia reformas nacionais que só seriam possível via o que se definia como Reformas de Base: reforma agrária, educacional e distributiva, por exemplo. Era um choque de concepções que se entrincheirava na medida em que a história avançou. Cada vez menos era possível a conciliação.

Portanto, entenda-se esquerda aqui como contracorrente. Se na polêmica interna venceu Ramos, a opção nacional seguiu Jaguaribe. Posto que esse não era um debate restrito aos intelectuais do ISEB, havia ali uma questão nacional. Sobre o mesmo debate Celso Furtado, por exemplo, defendia um projeto nacional de desenvolvimento; posição divergente da de Roberto Campos, que defendeu um projeto internacional de desenvolvimento³.

E este dilema extrapolava as fronteiras nacionais. A própria CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe), principal nome do desenvolvimentismo latino-americano, mais que qualquer outra instituição, sempre discutiu o dilema de um projeto nacional e/ou associado à economia internacional para o desenvolvimento. Prebisch, secretário-executivo da Comissão e nome mais conhecido do desenvolvimentismo cepalino chegou a discutir com os norte-americanos a Aliança para o Progresso na esperança de recursos internacionais para o desenvolvimento da América Latina.

O acirramento ideológico entre diferentes concepções de mundo era provavelmente a força motriz daquele momento histórico. Estudar o ISEB – seus dilemas, suas disputas, suas divergências e suas opções – é uma forma de melhorar a compreensão da história

³ Ver R. Bielschowsky, *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

do período. Neste sentido, o Instituto era um microcosmo das disputas em voga no país.

Neste caso é muito bem vinda a coletânea organizada por Toledo, dado que ela contempla o que há de mais precioso na história do ISEB: a polêmica. Organizada de forma inteligente, contempla duas visões sobre o Instituto: na primeira parte do livro estão os ex-isebianos relatando suas experiências entre eles Candido Mendes, Helio Jaguaribe, Joel Rufino dos Santos, Jorge Miglioli e Nelson Werneck Sodré. Na segunda parte encontramos análises retrospectivas de intelectuais que se debruçaram sobre a história do ISEB. Há artigos de Alzira Alves de Abreu, Alexandro Eugenio Pereira, Edison Bariani Jr., Gerard Lebrun e Luiz Carlos Bresser-Pereira, além do próprio Caio Navarro de Toledo.

E, posto que o tema em voga é a polêmica em si, permita-me o leitor, que o próprio resenhista apresente uma eventual discordância. Devo registrar minha divergência em relação a Bresser-Pereira, quando destaca a complementaridade entre CEPAL e ISEB. Não me parece haver paralelismo ou sinergia entre essas duas instituições. A CEPAL nunca foi nacionalista, já nos seus primeiros anos de trabalho demonstrava desejo e interesse na interação da América Latina. O ISEB, de outro lado, mostrava sua preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, por mais paradoxal que isso possa ser (como em destacado o leitor vai encontrar no artigo de Gerard Lebrun).

É verdade que o debate se limitava simplesmente às divergências em torno do financiamento do desenvolvimento. E o ISEB também não se limitou a discutir apenas o projeto de nação, ou a história nacional, mesmo porque urgia naquele momento uma demanda do governo por projetos que pudessem ser executados e que agissem no sentido da transformação social. Para isso, o ISEB sugeria uma aliança de classes em torno da industrialização, era uma menção ao sujeito da história – à força motriz que alimentava o desenvolvimento.

Neste campo a CEPAL jamais opinou. Como sugere Cardoso⁴ um dos maiores erros da Comissão foi simplesmente omitir-se sobre as questões de classe. Projeto cepalino que mais próximo chegou disso foi o dirigismo estatal. Ou seja, para a CEPAL o grande arquiteto da história era o Estado e não qualquer tipo de aliança de classes. Tenho a impressão que essa é uma diferença crucial que deve ser levada em conta.

De todo o modo, é inevitável e salutar que novas polêmicas surjam ou que velhos debates reascendam. Mesmo porque, em um momento onde as coletâneas são organizadas via preguiça intelectual e não como método de análise é fantástico encontrar um assunto em que a forma compartilhada de análise se conjuga tão bem. Este me parece o caso do livro *Intelectuais e política no Brasil...* posto que o foco em diferentes visões e interpretações sobre os mesmo eventos gera necessária pulsão intelectual.

E, sobre o ISEB, infelizmente o final da história todos conhecemos muito bem: nem os internacionais desenvolvimentistas, nem os nacionais desenvolvimentistas venceram; o golpe militar calou as vozes dissonantes e fechou o ISEB. Os militares insurgiram para disciplinar, silenciar e sufocar qualquer tipo de polêmica ou posição contrafactual. O mundo fértil de debates e dilemas que impulsionou o ISEB foi rapidamente suprimido por um estamento estéril.

Para finalizar, me lembro que em Simmel a história se move pelo consenso ou pelo conflito. Tenho a impressão de que atualmente o consenso cria uma certa pasmeira, que toma conta dos meios políticos e gera distância entre academia e sociedade. O resultado disso é um pífio desenvolvimento social econômico e político. No caso daquele outro período democrático (entre 1945 e 1964), aparentemente o conflito fez avançar o Brasil e, mesmo gerando disputas irreversíveis e insolúveis, também tivemos como

⁴ F.H. Cardoso, “A originalidade da cópia: as idéias da CEPAL”. In: F.H. Cardoso, *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1980.

resultado respostas criativas e autônomas. Entre os agentes políticos daquele momento, alguns dos seus mais proeminentes fizeram parte do ISEB. Vale a pena saber mais sobre esta experiência.

RESUMOS/ABSTRACT

RESUMOS/ABSTRACTS

O imagético e o simbólico nas manifestações midiáticas contemporâneas ou

Um espelho pode incluir os excluídos na tela sem simbolizar a exclusão

Rita de Cássia Lahoz Morelli

Resumo: O texto reflete acerca de uma constatação empírica: o domínio crescente da imagem da população pobre nas telas da televisão aberta brasileira, que se dá, contraditoriamente, em um contexto de acirramento da exclusão social. Interpretando-o como domínio da imagem de si sobre a imagem do outro, a autora analisa o fenômeno como acentuação do déficit simbólico e da negação da alteridade e da reciprocidade que as produções televisivas já apresentam (1) por sua condição de mercadorias, (2) nas quais predominam imagens sobre narrativas, (3) bem como imagens desconectadas umas das outras e sem autoria, mas associa o ocultamento específico dos outros sociais ao próprio contexto de exclusão estrutural, no qual não faz mais sentido sequer a socialização antecipada

das massas para o consumo, cabendo apenas a *glamourização* narcísica da precariedade.

Palavras-chave: televisão, déficit simbólico, exclusão social

Abstract: This text reflects upon an empirical verification: the increasing predominance of the image of the poor population on the screens of the Brazilian open TV, which, in a contradictory way, occurs by means of the stirring up of social exclusion. By interpreting the predominance of the image of the self over the image of the other, the author analyzes this phenomenon as the emphasis of the symbolic deficit and the denial of otherness and reciprocity that TV productions have already presented (1) by their condition as commodities, (2) in which images have a predominance over narratives, (3) as well as images isconnected one from another and with no authorship, but she also associates the specific dissimulation of the social others to the very context of structural exclusion, in which not even the antici-

pated socialization of the masses for consumption makes sense, giving space only to the narcissistic *glamorization* of precariousness.

Keywords: television, symbolic deficit, social exclusion

História da Filosofia e Filosofia Científica

José Carlos Pinto de Oliveira

Resumo: O artigo tem dois propósitos: expor a concepção do positivismo contemporâneo sobre a história da filosofia e investigar em linhas gerais as razões que contam para sua justificação teórica. Em vista do segundo propósito, procura-se tornar explícitas as relações entre a história da filosofia e o projeto positivista de desenvolver uma filosofia científica. Em tal projeto a filosofia tem como modelo a ciência, na verdade uma particular imagem de ciência, que o artigo então procura também esboçar.

Palavras-chave: história da filosofia, filosofia científica, positivismo lógico

Abstract: This article aims at showing the conception of con-

temporary positivism about the history of philosophy, and at investigating the reasons that are given for its theoretical justification. In view of the latter, one tries to show the relationship between the history of philosophy and the positivist project of developing a scientific philosophy. In such a project, philosophy relies on science as a model – better saying, on a particular image of science, which the article also tries to outline.

Keywords: history of philosophy, scientific philosophy, logical positivism.

A vontade como direito em Hegel

Paulo Roberto Monteiro de Araújo

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a estrutura conceitual do direito abstrato, na Filosofia do Direito, para mostrar as suas limitações em relação à concretização da Idéia de Liberdade.

Palavras-chave: vontade, direito abstrato, pessoa.

Abstract: The article analyses the conceptual framework linked to abstract right, on Phi-

osophy of Right, to show how it limits the achievement of Freedom's Idea.

Keywords: will, abstract right, person.

Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital
Jesus Ranieri

Resumo: O presente artigo procura explorar duas questões fundamentais para o entendimento do pensamento de Marx – por um lado, resgata o lugar do binômio alienação (*Entäusserung*)-estranhamento (*Entfremdung*) no interior de sua teoria, ou seja, apresenta a centralidade do trabalho como argumento que forja a crítica da filosofia hegeliana; em segundo lugar, mais tarde e já no desenvolvimento de uma crítica da economia política, confere ao mesmo binômio – mas com ênfase na categoria estranhamento e mantendo ainda a centralidade do trabalho – o poder da crítica à extensão do abarcamento do capital sobre as várias esferas da vida, arcabouço teórico sem o qual não seria possível compreender, hoje, os rumos pelos

quais o mesmo capital tem tornado efetivas suas investidas nos planos intelectual e material.

Palavras-chave: capital, alienação, estranhamento.

Abstract: This article explores two essential matters for the understanding of the thought of Marx. On the one hand, it reestablishes the place of the binomial alienation (*Entäusserung*) - estrangement (*Entfremdung*) within his theory, *i.e.*, it presents the centrality of the work as an argumentation that forges the critique of the Hegelian philosophy; on the other hand, later and in the development of a critique of political economy, it gives to the same binomial – although emphasizing the category estrangement and still maintaining the centrality of the work – the power of criticism over the extension of the reach of capital over several spheres of life, a theoretical basis without which it would not be possible to understand, today, the ways by which the same capital has turned effective its actions in the intellectual and material areas.

Keywords: capital, alienation, estrangement.

Adorno e Marx: crítica cultural e crítica da economia política

Bárbara Castro

Resumo: Este artigo tem como objetivo aproximar as teorias críticas de Adorno e Marx, de maneira a reconhecer suas similaridades tanto na construção da argumentação quanto na abordagem do objeto. Para tanto buscou-se demonstrar como ambos se valem da dialética e da crítica imanente como metodologia, assim como tentou-se compreender o que seria a totalização do mundo através da abstração de particularidades e suas principais conseqüências para a análise sociológica.

Palavras-chave: marxismo, crítica imanente, dialética.

This article aims at approaching the critical theories of Adorno and Marx, so one can see their similarities both in the construction of the argumentation and in the approach of the object. To do so, one has tried to show

how both critics use dialectics and immanent criticism as methodology. Also, one has tried to understand what the totalization of the world through abstraction of particularities and its main consequences for sociological analysis would be.

Keywords: Marxism, immanent criticism, dialectics.

O pensamento mítico na Teoria da Ação Comunicativa *Alicia Ferreira Gonçalves*

Resumo: Neste artigo problematizo a concepção de pensamento mítico presente na teoria da ação comunicativa adotando como referencia teórica a abordagem estruturalista. Na seção I exponho a caracterização e a argumentação central de Habermas em relação ao pensamento mítico, me reporto especificamente ao papel desempenhado pelo mito na teoria da ação comunicativa. Na seção II aponto algumas formulações que a meu ver são problemáticas na caracterização do pensamento mítico, contrapondo às formulações de Habermas a perspectiva estruturalista presente nas formulações teóricas de Lévi-Strauss.

Palavras-chave: pensamento mítico, ação comunicativa, estruturalismo

Abstract: This article problematizes the mythic thought concept present into communicative action theory starting out from a structuralist perspective. In section one I expose the description and the central argument of Habermas's concerning mythic thought, especially about the role of myth into communicative action theory. In section two, I discuss some critical points into above description opposing to Lévi-Strauss's perspectives.

Keywords: mythic thought, communicative action, structuralism.

Questão agrária e renda da terra: um enfoque teórico *Canrobert Costa Neto*

Resumo: Este artigo inicia-se com referências aos clássicos da questão agrária, como Ricardo, Marx, Kautsky e Lênin, tratando de confrontar suas posições a respeito do referido conceito. A seguir, a pesquisa teórica re-

mete às razões históricas que permitem que se interprete que qualquer forma de renda da terra seria uma maneira de bloquear o pleno desenvolvimento do moderno capitalismo industrial. O enfoque teórico desloca-se então para a questão camponesa, ao verificar as relações existentes entre pequena propriedade mercantil e renda da terra.

Palavras-chave: questão agrária, renda da terra, campesinato

This article begins by making references to the classic scholars on the agrarian issue, such as Ricardo, Marx, Kautsky, and Lenin, and trying to confront their positions concerning this issue. Also, the theoretical research refers to the historical reasons that allow one to understand that any form of land income would be a way of interrupting the full development of modern industrial capitalism. The theoretical focus is transferred, then, to the peasant issue, when it comes to the verification of the existing relations between the small mercantile propriety and land income.

Keywords: Agrarian issue, land income, peasantry.

Amazônia, meio ambiente e política externa brasileira
Shiguenoli Miyamoto

Resumo: O objetivo do texto é analisar a questão ambiental no âmbito da Amazônia, apontando as críticas feitas ao país, oriundas não só por parte de países europeus, mas também pelas organizações não-governamentais, e as respostas do governo brasileiro, para fazer frente a tal ofensiva. Assim, nossa atenção estará centrada não só na retórica governamental, mas também nas ações concretas desencadeadas pelo Brasil para neutralizar tais críticas. A intenção maior do texto é, contudo, apontar como o meio ambiente foi incorporado, e se tornou tópico permanente da política externa brasileira, a partir da década de 1980.

Palavras-chave: Amazônia, questão ambiental, política externa.

The aim of the text is to analyze the environmental issue concerning the Amazon, pointing to the criticism directed to the country, originating not only

from European countries, but also from the non-governmental organizations, and the response given by the Brazilian government when trying to confront those offensives. Thus, our attention will be centered not only on the governmental rhetoric, but also on the concrete actions that have been taken by Brazil in order to neutralize those criticisms. The most relevant purpose of the text is, however, to show how the environment has been incorporated by and has become a permanent topic of the Brazilian foreign politics from the 1980s up to now.

Keywords: Amazon, environmental issue, foreign politics.